

HISTÓRIA DOS FUNDADORES DO IMPÉRIO DO BRASIL

Volume VII - Fatos e Personagens em Torno de um Regime

Octávio Tarquínio de Sousa

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

307

SENADO FEDERAL





COLEÇÃO
200 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

HISTÓRIA DOS FUNDADORES DO IMPÉRIO DO BRASIL

Volume VII - Fatos e Personagens
em Torno de um Regime



Mesa Diretora

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho
1º Secretário

Senador Weverton
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim
4º Secretário

Suplentes de Secretário

1º suplente: Senadora Mara Gabrielli

2º suplente: Senadora Ivete da Silveira

3º suplente: Senador Dr. Hiran

4º suplente: Senador Mecias de Jesus

Conselho Editorial

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque
Vice-Presidente

Conselheiros

Alexandre de Souza Santini Rodrigues
Ana Cláudia Farranha
Ana Flávia Magalhães Pinto
Ana Maria Veiga
Alcinéa Cavalcante
Bruno Lunardi Gonçalves
Carlos Ricardo Cachiollo
Eduardo Rômulo Bueno
Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto
Heloisa Maria Murgel Starling
Ilana Trombka
João Batista Gomes Filho
Marco Américo Lucchesi
Nathalia Henrich
Rafael André Chervenski da Silva
Victorino Coutinho Chermont de Miranda



COLEÇÃO
200 ANOS
DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL

Octávio Tarquínio de Sousa

História dos Fundadores do Império do Brasil

Volume VII – Fatos e Personagens
em Torno de um Regime

Edições do Senado Federal
Vol. 307

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



**Edições do
Senado Federal
Vol. 307**

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: composição sobre arte *Vista do Paço de São Cristovão*, de Jean-Baptiste Debret

Projeto gráfico: Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal (SEFPRO)

Comissão Especial Curadora destinada a elaborar e viabilizar a execução das comemorações em torno do tema "O Senado Federal e os 200 anos da Independência do Brasil".

Senador Randolfe Rodrigues – Coordenador

Senador Jean-Paul Prates

Senador Rodrigo Cunha

Senador Rodrigo Pacheco

Heloisa Murgel Starling

Eduardo Bueno

Ilana Trombka

Nathalia Henrich

Esther Bemerguy de Albuquerque

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/n^a

CEP 70165-900 – DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Sousa, Octávio Tarquínio de, 1889-1959.

História dos fundadores do Império do Brasil / Octávio Tarquínio de Sousa. — Brasília : Senado Federal, 2024.
v. (410 p.) : il. — (Edições do Senado Federal ; v. 307) (Coleção 200 anos da Independência do Brasil)

v. 7. Fatos e personagens em torno de um regime.

ISBN: 978-65-5676-471-9

ISBN: 978-65-5676-462-7 (Obra completa)

1. Primeiro Reinado (1822-1831), Brasil. 2. Brasileiros, biografia, séc. XVIII-XIX. 3. Brasil, história, Império (1822-1889). I. Título. II. Série.

CDD 981.04

*A Gastão Cruls
e Dario de Almeida Magalhães*

Sumário

- 11 **Índice de ilustrações**
- 13 **Prefácio**
Senador Jean Paul Prates
- 19 **Prefácio**
Deputado Federal Lafayette de Andrada
- 21 O meio intelectual na época da Independência.
- 41 Jornalismo na Independência.
- 48 São Paulo e a Independência.
- 84 E nós lhe faremos bradar.
- 85 Os ingleses e o tráfico de escravos.
- 92 Ideias e interesses.
- 100 Crimes de conversa.
- 106 Oportunismo político.
- 112 Franceses na Bahia.

- 118 Dicionário e revolução.
- 124 A diplomacia inglesa e a Independência.
- 132 Um comerciante do tempo da Independência.
- 141 Ditador de um dia.
- 147 Um brasileiro adotivo.
- 159 O primeiro empréstimo externo brasileiro.
- 166 Colonos e mercenários.
- 175 A Família Real na Bahia.
- 180 Retorno de D. João VI ao Brasil.
- 184 O clube da rua dos pescadores.
- 189 Sotainas políticas.
- 193 Ordem e aventura.
- 201 John Samuel e outros ingleses.
- 206 Mentiras e verdades de um alemão.
- 212 Um caixeiro inglês.
- 217 Camarista e diplomata.

- 222 Astréa.
- 226 Um Pasquim subvencionado.
- 231 Amores e interesses.
- 235 O segredo da francesa.
- 240 Carmen Garcia.
- 244 Odorico Mendes.
- 249 O orador da Constituinte.
- 255 Um paulista de visão.
- 259 Revolucionário e historiógrafo.
- 265 Um admirável burguês.
- 271 Um jornalista liberal.
- 279 Cipriano Barata, agitador liberal.
- 285 Monge e bispo.
- 289 A queda de Carlos X e os estudantes paulistas.
- 294 Distúrbios de março.
- 299 Um diplomata gorado.

305	O grande Fateusim.
311	Feijó e o Exército.
316	Força cidadã.
322	Carta póstuma.
327	Ensaio de República.
332	Diplomatas de outros tempos.
338	Sociedades políticas regenciais.
344	A experiência de um regente.
348	Uma rainha e duas damas.
352	A princesa D. Francisca.
357	No tempo da “República Provisória” de 1831.
365	Aspectos econômicos das lutas políticas do Império.
373	Roteiro historiográfico da Independência ao advento de D. Pedro II.
390	Primeiro Reinado.
397	Regência.
403	Bibliografia

Índice de ilustrações

- 109 Vista de São Paulo, tomada da estrada para o Rio de Janeiro.
- 126 São Paulo, visto do Convento dos Carmelitas.
- 127 Um rio-grandese, um catarinense e um paulista.
- 170 Recife. Rua da Cruz.
- 171 Recife.
- 187 Olinda. Arredores da igreja da Misericórdia.

Prefácio

Senador Jean Paul Prates

A Comissão Especial Curadora do Bicentenário da Independência do Brasil, da qual faço parte, tem a honra de relançar a coleção *História dos Fundadores do Império do Brasil*, de autoria de Octávio Tarquínio de Sousa. A publicação compreende sete volumes editados em nove livros.

A extensa e laboriosa obra de Tarquínio de Sousa o credencia como um dos grandes historiadores brasileiros, concentrando seus estudos no momento de construção do Estado brasileiro. Assim, a reedição da obra constitui excelente maneira de comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil.

A grande contribuição de Tarquínio, como observou Sérgio Buarque de Holanda, consiste em abordar a história nacional a partir da biografia dos grandes homens que dela participaram. Porém, a sua perspectiva não é a história factual e positivista dos grandes homens. Para ele,

não escapam, entretanto, os homens originais ao espírito de seu tempo, às suas correntes dominantes, aos seus valores culturais, aos seus vínculos sociais e políticos, ao que Dilthey denominou de conexão estrutural de uma época ou de um período, sendo, ao contrário, os seus representantes mais lídimos e quase

sempre os seus condutores e guias. Entre esses homens e o mundo em que vivem, estabelecem-se laços, nexos, correspondências, que vão desde os domínios da religião e da língua até os das instituições jurídicas no mais amplo significado, das relações econômicas, da literatura e da moda, e fazem do homem histórico um ser concreto, parcial, contingente, ambíguo.

Tarquínio propõe nova periodização da emancipação. Situa o início do processo da Independência na migração da corte portuguesa para o Brasil, em decorrência das invasões napoleônicas, em 1807/1808. Para ele, o conjunto de iniciativas tomadas por D. João VI, passando pela formação do Reino Unido, em 1815, “lançavam os fundamentos de um Estado e configuravam a fisionomia de uma nação”. Isso o ajudaria a explicar como 1821 – os impactos da Revolução das Cortes Portuguesas de 1820 – suscitaria 1822, bem como a singularidade brasileira (a solução monarquista) no contexto latino-americano.

O autor expande o fecho do processo de Independência para bem depois do Grito do Ipiranga, chegando à abdicação de D. Pedro I, pois o “Sete de Abril esclarecia e desfazia o equívoco do Sete de Setembro; e estava aberto o caminho para a realização dos anseios liberais abafados durante o reinado do primeiro imperador”. E chega até a experiência ultraliberal das regências, que dominou finalmente as forças desagregadoras da unidade nacional, favorecendo grande surto de opinião.

Ora, limites tão dilatados não se enquadrariam na biografia de D. Pedro I, a escolha óbvia para o historiador. Ao introduzir outras biografias, a história da Independência modifica-se completamente e passa a abarcar outros sujeitos históricos, exigindo, por sua vez, planos

de explicação variados. Pintam-se grandes quadros históricos, cada vez mais complexos, nos quais as transformações estruturais de longa duração apareciam entrecortadas por mudanças conjunturais de média duração, até o relampejar dos fatos históricos únicos, individuais, irrepetíveis, próprios do domínio da história política, de curta duração.

O critério de seleção dos biografados passou a ser o papel que tiveram em patrocinar a unidade nacional, em razão dos riscos de fragmentação, por meio do amadurecimento do modelo político implantado com sucesso, após o período regencial: a monarquia constitucional. A perspectiva definiu a seleção dos biografados: D. Pedro I, José Bonifácio, Diogo Feijó, Bernardo de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. Os quatro últimos mostraram-se decisivos na modulação da solução política adotada na Independência, todos eles partidários de soluções conservadoras, longe dos extremos, evitando soluções radicais.

José Bonifácio, o grande estadista responsável por oferecer as bases de uma política objetiva, seria escolha natural. Ao lado de D. Pedro, a partir de finais de 1821 – quando dele se aproximou no contexto da edição dos decretos recolonizadores das Cortes de Lisboa – mostrava-se um dos homens públicos mais bem preparados do Brasil, com reputação científica e administrativa validada em Portugal e reconhecida em vários países europeus.

Bonifácio seria a pessoa certa no lugar e na hora certos. Pregava a liberdade, mas “uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional”. Era taxativo nas suas escolhas políticas: “sem a monarquia, não haveria um centro de força e união, e sem este não se poderia resistir às Cortes de Portugal e adquirir a independência nacional”. No contexto dos momentos

iniciais da Independência, via com enorme preocupação as tendências de fragmentação, reforçadas e estimuladas nas ações das Cortes de Lisboa, com fortes repercussões em várias províncias brasileiras, que se mostraram resistentes aos primeiros movimentos. Para ele, a sorte da Independência dependia de que fosse estabelecido o centro irradiador do processo no Rio de Janeiro e junto ao futuro imperador.

Bonifácio teria influência nas manifestações de poder de D. Pedro I junto à Assembleia Legislativa e Constituinte. Nas suas palavras, não concorreria “para a formação de uma Constituição demagógica, mas sim monárquica, e que serei o primeiro a dar ao imperador o que realmente lhe pertence”. Compreendia, porém, a importância dela pelo que representava de afirmação da nacionalidade em flor, de sua unidade, de sua variedade.

Ideologicamente, D. Pedro I revelava-se monarca constitucional, adepto do liberalismo, porém, na prática, manifestava-se arredio aos mandamentos do constitucionalismo inglês por não admitir qualquer restrição ao seu poder, atitude mais condizente com a noção de Poder Moderador introduzida na Constituição de 1824. Na biografia de D. Pedro, Tarquínio buscava os sinais da personalidade do Imperador que reforçariam as suas tendências absolutistas apesar da formação liberal.

Esse “parlamentarismo de ficção”, que autorizava o imperador a nomear gabinetes sem correspondência com as maiorias políticas do Parlamento, assinalou o divórcio entre o Parlamento, cada vez mais popular e liberal, e o Imperador, muito identificado com os problemas de sucessão em Portugal e pouco atento às atribuições e competências do Parlamento. Assim, “o conflito entre o ‘Príncipe Cidadão’ e a opinião liberal” caracterizariam a constante crise do

Primeiro Reinado, da dissolução da Assembleia até a Revolução Liberal de 7 de abril de 1831.

Nesse período e nas Regências, o Brasil construiria o aprendizado da monarquia constitucional. Para Tarquínio, a biografia de Bernardo de Vasconcelos aparece como síntese desse aprendizado. Vasconcelos inaugurou sua carreira política na primeira legislatura da Câmara, de 1826 a 1829, destacando-se como liderança liberal por postular atribuições do Parlamento que incomodavam D. Pedro: a discussão do orçamento e a fiscalização do trabalho do gabinete e de seus ministros.

Constituiu-se em uma das lideranças mais importantes do movimento da abdicação, ao lado de Feijó e de Evaristo da Veiga, contribuindo em vários projetos de organização do Estado, a exemplo do Código Criminal e da Reforma Constitucional de 1834. A partir daí, incomodado com a instabilidade e as contínuas crises e sublevações, destacou-se por fazer oposição aos liberais da Regência, sobretudo Feijó, estabelecendo o “sistema do regresso”.

Ao fim, Vasconcelos preparou terreno para o golpe parlamentar da maioria, consagrando-se como uma das lideranças do Partido Conservador. Justificava-se:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista.

Para Tarquínio,

Vasconcelos colocou-se a serviço da grande lavoura que ia afinal preponderar na direção política do Brasil, dado o poder econômico de que dispunha, e, concorrendo para a criação do Partido Conservador com o seu “regresso”, defenderia as causas que se ajustavam aos interesses dos donos de escravos.

Ou seja, realista, abandonou a corrente liberal que questionava a escravidão – Bonifácio, Feijó e Evaristo da Veiga – para estabelecer a receita vitoriosa que associaria a unidade do Império e a monarquia constitucional ao regime da escravidão e do latifúndio.

A obra de Tarquínio expandiu consideravelmente os horizontes da história da Independência. Todos os seus biografados tiveram atuação de destaque no Parlamento brasileiro. Por meio de suas biografias, podemos estimar a grande contribuição do Legislativo no processo de formação da nação brasileira. Ao comemorar os 200 anos da Independência, estamos da mesma forma festejando o papel fundamental do Legislativo brasileiro na formação da nação brasileira.

Agradeço, finalmente, à Presidência do Senado Federal o apoio às atividades da Comissão Especial Curadora do Bicentenário da Independência do Brasil, particularmente nesta atividade de divulgar as grandes fontes da história nacional por meio da publicação de documentos e de grandes obras de interpretação, tornando acessíveis ao público informações inéditas ou de difícil acesso.

Prefácio

Deputado Federal Lafayette de Andrada

No bicentenário da Independência do Brasil, o Conselho Editorial do Senado Federal teve a feliz iniciativa de republicar a coleção *História dos Fundadores do Império do Brasil*, escrita por Octávio Tarquínio de Souza.

Os livros apareceram individualmente ao longo de quinze anos. Em 1956, foram revisados e ampliados pelo próprio autor e reunidos pela Editora José Olympio em uma única coleção.

Octávio Tarquínio de Souza analisa o espírito da época e apresenta, com rigor científico, uma preciosa reconstituição da cena em que seus protagonistas se movem. Os volumes desta obra apresentam o percurso das figuras emblemáticas que lançaram as pedras fundamentais da nação e firmaram a nossa nacionalidade. As personagens têm papéis essenciais no processo de independência e na consolidação do Império.

Esta obra monumental é leitura obrigatória para aqueles que desejam compreender a fundação do Brasil e conhecer algumas figuras que construíram e consolidaram a nossa Independência.

O meio intelectual na época da Independência

O tênue e mal definido sentimento nativista, que entrara a formar-se desde os primeiros tempos da sociedade aqui estabelecida depois da conquista portuguesa, assume aspectos mais positivos a partir das décadas iniciais do século XVII. Fatores de origem vária, como os choques de interesse entre comerciantes e senhores de engenho, estes na maior parte nascidos na terra, aqueles quase sempre portugueses, uns credores, outros devedores; diferenças raciais com a superioridade atribuída ao branco colonizador em detrimento da grande maioria da população; novos estilos de vida impostos pelas condições do meio; identificação com a terra tantas vezes defendida contra invasores cobiçosos – tudo isso determinou a eclosão do sentimento nacional já bem caracterizado nos fins da centúria setecentista.

Malgrado o isolamento em que a metrópole ciumenta mantinha a colônia, começou esta a sofrer a influência mais ou menos próxima, mais ou menos retardada dos movimentos de ideias e dos sucessos políticos da Europa e da América, repercutindo no pensamento e na ação dos seus naturais os ecos da independência norte-americana e da Revolução Francesa. Será fácil descobrir nas figuras mais ilustres da Inconfidência Mineira contatos com filósofos e pensadores franceses. Basta percorrer a lista dos livros sequestrados a um dos conjurados, o cônego Luís Vieira da Silva: lá figuram Condillac e Montesquieu, a Enciclopédia, o inevitável Mably e numerosas obras de ciências naturais, história, geografia, viagens, etc., todas em língua francesa. Ainda não se deflagrara na França a grande Revolução e já em Minas Gerais,

imbuídos das mesmas leituras, os homens mais representativos planeavam uma luta de libertação. Mas, se a influência ideológica era antes francesa, o exemplo que impressionava os conspiradores mineiros vinha da América do Norte. Todos ou quase todos os que depuseram nos autos da devassa aberta contra o frustrado movimento aludem ao entusiasmo de Tiradentes, seu herói máximo, pelos acontecimentos da emancipação norte-americana. Ao tenente da cavalaria paga José Antônio de Melo, Tiradentes falou no que “sucedeu de fresco na América Inglesa”; com o capitão Vicente Vieira da Mota teve conversa idêntica, assim como com José de Vasconcelos Parada e Sousa e Francisco Xavier Machado. Ao último, exibindo um livro em francês, que continha “a coleção das leis constitutivas dos Estados Unidos da América”, pediu que lhe traduzisse um capítulo, recorrendo também a Simão Pires Sardinha para que lhe trasladasse para o português trechos de livros em inglês que diziam respeito a coisas da América. Não havia rigor policial que evitasse a entrada clandestina de livros e o contágio das ideias que eles propagavam. Pouco numerosos por certo, esses livros eram disputados, como o dicionário de língua francesa de que Tiradentes possuía um exemplar, emprestado primeiro a Salvador Carvalho do Amaral Gurgel e vendido depois a um padre Francisco, com botica na ponte do Rosário.

Quando as notícias da Revolução Francesa atravessaram os mares foi para ela que se voltou de preferência a curiosidade de quantos no Brasil principiaram a ter sonhos de emancipação. Em 1794, o padre José de Oliveira, organista da Sé, aferrado à obediência da metrópole, dizia inquieto a Manuel Pereira Landim que “meio Rio de Janeiro estava perdido e libertino”. Libertino e perdido porque aqui havia muita gente ímpia, de opiniões heterodoxas em matéria religiosa, muita gente sôfrega pela liberdade política pregada por

filósofos e escritores da Europa e posta em prática pelos revolucionários da França. A devassa instaurada no Rio, no mesmo ano de 1794, por ordem do vice-rei conde de Resende, descobriu vários entusiastas da Revolução Francesa e o mais extraordinário é que não foi só entre intelectuais, professores, poetas, médicos e advogados, mas no meio de gente humilde, oficiais mecânicos e trabalhadores manuais, marceneiros, sapateiros, ourives, entalhadores, torneiros, gravadores, alfaiates. Uns e outros eram “apaixonados dos franceses”, os primeiros, mais cultos, liam Mably e Raynal, todos buscavam obter “Mercúrios” e mais papéis vindos da França e vendidos nos cais de desembarque, às escondidas, por marinheiros ingleses.

Na segunda metade do século XVIII bom número de brasileiros já se aventurara a ir estudar na Europa, a maioria na Universidade de Coimbra reformada pelo marquês de Pombal, alguns em outros lugares, como na Faculdade de Medicina de Montpellier. Dos envolvidos na devassa fluminense de 1794, Manuel Inácio da Silva Alvarenga formara-se em direito, em Coimbra, no ano de 1776, Mariano José Pereira da Fonseca, o futuro marquês de Maricá, em filosofia, em 1792, ao passo que Jacinto José da Silva estudara medicina em Montpellier. De Coimbra voltaram diplomados ainda no século XVIII, e mais ou menos contaminados pelas novas ideias e doutrinas políticas, duas outras dezenas de homens como o citado Silva Alvarenga, Alexandre Rodrigues Ferreira, Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, José Vieira Couto, José da Silva Lisboa, Antônio de Moraes Silva, José Arouche de Toledo Rendon, Antônio Pereira de Sousa Caldas, Luís José de Carvalho e Melo, Gervásio Pires Ferreira, Antônio Luís Pereira da Cunha, José Alves Maciel, João Evangelista de Faria Lobato, Manuel Ferreira da Câmara Béthencourt e Sá, Luís Nicolau Fagundes Varela, José de França Miranda, Cipriano

José Barata de Almeida, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, João Severiano Maciel da Costa, Francisco Carneiro de Campos, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José Joaquim Carneiro de Campos, Custódio Gonçalves Ledo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Pedro José da Costa Barros, Estevão Ribeiro de Resende, sem falar em José Bonifácio, que só volveria ao Brasil, em 1819, para ser o grande ministro da Independência, e Hipólito José Pereira da Costa, que, depois de sofrer em Portugal as injúrias do Santo Ofício, ficaria em Londres a redigir o seu *Correio Brasiliense*. Atuando nas letras, nas funções judiciárias, nas profissões liberais, nos cargos de administração, esses e outros brasileiros contribuíram para a formação de um ambiente mais esclarecido, para que se tornasse possível um pouco mais tarde o triunfo das ideias e reivindicações abafadas pelos dominadores da terra.

Que se tratava de um movimento incoercível, em breve se teria a prova, a despeito de contradições aparentes, no fluxo e refluxo dos acontecimentos da Europa e do resto da América. No Brasil, não obstante a severidade da Justiça Real, que deu a Tiradentes o ensejo de demonstrar todas as dimensões de sua grande alma, sem embargo de perseguições, espionagens, prisões, castigos, “os abomináveis princípios franceses”, como os tachou D. Rodrigo de Sousa Coutinho, não deixaram jamais de conquistar adeptos. Poucos anos depois do julgamento dos conjurados mineiros e da devassa contra os “libertinos” do Rio, descobria-se na Bahia novo grupo de simpatizantes da Revolução da França. Em vão o governo português porfiava em impedir a disseminação entre nós das ideias que tanto o alarmavam. Já em 1792 vinham de Lisboa recomendações para vigiar o navio “Le Diligent”, mandado para cá sob o pretexto de procurar nos mares do Sul o explorador La Pérouse, mas com

o fim verdadeiro de introduzir “o espírito de liberdade que reinava na França”. O certo é que livros e papéis públicos de propaganda chegavam à Bahia, ao Rio, a Pernambuco, a Minas Gerais. A mesma Carta Régia de 1792, que ordenara vigilância com “Le Diligent”, dizia que a Constituição Francesa (a de 1791, evidentemente) já estava traduzida em espanhol e português.

Na Bahia, havia em 1798 muita gente interessada no desenvolvimento da política europeia e, a exemplo do Rio de Janeiro, gente das mais diversas condições sociais. Com efeito, o padre Francisco Agostinho Gomes era um letrado no melhor sentido, forte em estudos filosóficos e científicos, possuidor de boa biblioteca e lendo em várias línguas. Homem culto também na antiga capital do Brasil, e prosélito das doutrinas econômicas de Adam Smith, podia ser apontado José da Silva Lisboa, embora detestando a Revolução Francesa. Enfeitiçado por esta e inclinado por temperamento a uma ação revolucionária permanente era o baiano Cipriano Barata, médico e jornalista, que começaria a frequentar prisões por aquele tempo e não descontinuará até os dias da Regência. Mas nada prova mais que os “abomináveis princípios franceses” haviam conquistado terreno mais vasto do que a sua infiltração em homens do povo, inclusive escravos. A repressão ao gorado movimento baiano de 1798 foi quase que especificamente ao delito de “francesia”, de querer ser como os franceses, nas ideias, nos princípios políticos e até na maneira de trajar. João de Deus Nascimento, pardo livre, alfaiate, preconizava que “todos se fizessem franceses para viverem em igualdade e abundância”. E João de Deus e muitos outros queriam nada menos do que instaurar no “continente do Brasil um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos sem distinção de cores, somente de capacidade para mandar e governar”.

Esmagado em embrião, esse surto libertário baiano nem por isso é menos sintomático do progresso das novas ideias entre nós. Aliás, desde os fins do século XVIII e até antes não nos faltavam notáveis figuras de intelectuais, sendo que os homens de maior inteligência e cultura em Portugal tinham origem brasileira. As obras dos enciclopedistas, os episódios da Revolução Francesa, a emancipação americana, em suma, todo o movimento de ideias e os principais fatos políticos do mundo ocidental continuaram a exercer aqui marcada influência. A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1807, imprimiu aspectos novos e talvez imprevistos ao desenrolar dos sucessos da emancipação brasileira. Ao invés de adotarmos, como os demais povos do continente, a forma republicana de governo, teríamos uma monarquia *sui generis* que se apoiaria menos em qualquer princípio legitimista do que no consentimento popular. Por força do poderio inglês nos mares e da tutela que sobre os negócios de Portugal e de seus domínios vinha de há muito exercendo a Grã-Bretanha, gravitaríamos mais estreitamente na órbita da ação política e comercial desse país. Mas os fatos denunciadores da diferenciação dos interesses propriamente brasileiros se tornariam evidentes. Mal chegado ao Brasil, o príncipe regente D. João se viu na contingência de decretar medidas que, em outras circunstâncias, teriam caráter francamente revolucionário. Tal foi a abertura dos portos ao comércio universal (de começo, na verdade, ao comércio britânico); tal foi o levantamento da proibição que pesava sobre as indústrias. Ao lado disso, montou-se peça a peça, nem sempre da melhor maneira, mas ainda assim estimulando condições de vida autônoma, toda a máquina necessária à existência de um Estado, serviços públicos e instituições culturais, tribunais de justiça, Banco do Brasil, Imprensa Régia, Biblioteca Pública, Academia Real Militar,

escolas médico-cirúrgicas, fábrica de pólvora e vários outros estabelecimentos. Sem dúvida, sob certos pontos de vista, o Brasil terá ficado mais português, mais próximo culturalmente de Portugal; mas, pela abertura dos portos e em consequência dos tratados de 1810 com a Grã-Bretanha, modificaria estilos de vida, adotaria novos hábitos, novas modas, tornar-se-ia mais europeu ou mais cosmopolita.

Embora a presença de D. João, com os seus benefícios e as suas vantagens, conseguisse criar um ambiente de conformismo e de simpatia em muitos dos elementos mais ponderáveis da população brasileira, nem por isso se paralisara o processo de nossa emancipação, no seu significado mais profundo. A melhor prova estará na Revolução Pernambucana de 1817. Nela se repetiram alguns dos móveis determinantes da luta que uma centúria antes se travara entre os “mascates” do Recife e os “aristocratas” de Olinda. Estes, com um cunho nativista bastante nítido, já naquela época tomavam consciência da oposição entre os seus interesses e os dos comerciantes portugueses. Ao tempo da revolução de 1817, o algodão sucedera ao açúcar como o maior negócio do Nordeste, o que pouco afetara as relações entre os proprietários territoriais e a gente do comércio. Os revolucionários da marca de Domingos José Martins, comerciante brasileiro e representativo de uma incipiente burguesia nacional, não conseguiriam coisa alguma contra os interesses da grande propriedade rural. O propósito desta era conquistar o poder para suprimir as imposições e os vexames do comércio monopolista, mas, campando embora de liberal, opunha-se tenazmente à menor veleidade de extinção do trabalho escravo. Tal foi o clamor suscitado, quando alguns patriotas mais progressistas falaram na emancipação dos negros, que os dirigentes republicanos de 1817 não hesitaram em baixar uma proclamação considerando intocável o execrando

instituto, à vista do princípio de que “a base de toda sociedade regular era a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade”.

A despeito disso, a exemplo do que ocorrera em Minas, Rio e Bahia, as ideias políticas e os acontecimentos da Revolução Francesa atuaram ostensivamente em Pernambuco. L. F. de Tollenare, francês dedicado ao comércio de algodão, testemunha que, desembarcado no Recife em fins de 1816 e indo jantar no convento de Santa Teresa, em Olinda, sofreu minucioso interrogatório de dois frades, maníacos de assuntos de política europeia, simpatizantes da grande Revolução e conhecedores dos seus mínimos sucessos. Os pernambucanos, frades ou não, liam com avidez livros franceses, de preferência dos filósofos do século XVIII. O padre João Ribeiro, por exemplo, pareceu a Tollenare alucinado por essas leituras, fanático de Condorcet e da crença no progresso humano. Tal era a preocupação com as coisas da França que na sede do governo republicano do Recife havia, sobre a mesa em torno da qual se reuniam os seus chefes, exemplares das Constituições francesas de 1791, 1793 e 1795. Aliás, datava de vários anos antes do movimento de 1817 o reflexo em Pernambuco das doutrinas e dos acontecimentos europeus. O seminário fundado por Azeredo Coutinho foi como que um viveiro de eclesiásticos e leigos predispostos à aceitação do espírito revolucionário. No hospital do Paraíso o padre João Ribeiro, antecipando-se em iniciativas de popularização da cultura, organizou uma biblioteca pública iniciada com uma dúzia de assinantes. As teorias de Rousseau chegaram a fundamentar pastorais da Igreja, como a dos governadores do bispado, os “patriotas” Bernardo Luís Ferreira Portugal, Manuel Vieira de Lemos e João Roiz de Mariz, que sustentaram em 1817 não ser a revolução republicana contrária à religião, visto como os direitos dos reis portugueses, baseando-se num contrato bilateral, não mais

subsistiam porque faltando eles às condições estipuladas, haviam desligado os povos da lealdade jurada.

Instituídas no Brasil talvez ainda nos últimos anos setecentistas (na Bahia, em Pernambuco, no Rio), foram as sociedades secretas o grande foco de irradiação revolucionária. O areópago de Itambé, de que se originaram as academias Suassuna e Paraíso, teve como inspirador o sábio Manuel de Arruda Câmara, carmelita secularizado por breve pontifício, médico pela faculdade de Montpellier com passagem por Coimbra e partidário devotado das ideias políticas francesas. Arruda Câmara desde o tempo de sua estada na Europa se iniciara na Maçonaria e, de volta ao Brasil, resolveu propagar as novas doutrinas sob o disfarce de academias científicas e literárias. O areópago de Itambé durou pouco, logo dissolvido em 1801, quando a Justiça Real cuidou descobrir nele sequazes de uma república independente em Pernambuco, sob a proteção do primeiro cônsul Napoleão Bonaparte. A Manuel de Arruda Câmara se haviam associado diversos padres e senhores de engenho, principalmente da família Cavalcanti, composta de ricos proprietários rurais, cujos sentimentos nativistas se exacerbaram ao choque das ideias francesas. Por serem realmente poderosos, escaparam os Cavalcantis do castigo antes infligido a alguns dos inconfidentes mineiros e baianos, o que não lhes poupou, todavia, cerca de quatro anos de reclusão. Mas prisões quase nunca curam o mal de ideias: soltos, foi no próprio engenho de Suassuna, latifúndio de um dos Cavalcantis, que fundaram logo depois uma "escola democrática". A Maçonaria continuou a prosperar mais ou menos abertamente em vários lugares do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro, bem perto do príncipe D. João, pois no seu círculo de serviços não faltou quem frequentasse as "lojas" criadas na Corte, e só por alvará de 1818, depois da

revolução pernambucana, mandadas fechar, para se reabrirem nos dias próximos da Independência.

O processo da emancipação brasileira amadurecera durante o reinado de D. João. As conquistas resultantes da transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro deram aos elementos mais esclarecidos da população a certeza de que se encerrara a época colonial. A carta de lei de 16 de dezembro de 1815, elevando o Brasil à categoria de reino unido aos de Portugal e Algarves, concedeu-nos pacificamente todas ou quase todas as características de um país soberano. Já não éramos apenas uma colônia rica, mas uma nação jovem que se emparelhava à antiga metrópole. Por outro lado, a presença de D. João no Brasil concorreu de maneira decisiva para fortalecer a unidade nacional, posta à prova no momento da Revolução do Porto de 1820. De início, o movimento constitucionalista de Portugal ecoou entre nós favoravelmente. Havia, sobretudo entre intelectuais, um "espírito da época" porventura mais ativo e vigilante do que o espírito nacional. Muitos dos leitores entusiastas dos filósofos da Ilustração seriam mais liberais e constitucionalistas do que brasileiros e americanos; como diria Euclides da Cunha, mais do que representantes do seu país, representantes do seu tempo. Por isso, a revolução portuguesa, que vinha toldada de ressentimentos contra nós e mal dissimulava o seu sentido antibrasileiro, pôde iludir a muita gente. Ilusão que durou quase todo o ano de 1821 e da qual participaram os maiores homens do Brasil de então. O regime de reino unido com Portugal e Algarves, em pé de igualdade, era solução que em geral satisfazia, salvo a um pequeno grupo de espírito antilusitano mais irredutível ou mais teoricamente convencido da superioridade da forma republicana de governo. Essa posição conformista ou oportunista não seria só de tímidos ou

conservadores: as grandes figuras da época a adotaram e dela só se demoveram forçados pela evidência dos fatos. Prova irretorquível estará na aceitação do mandato de deputado às Cortes de Lisboa por parte de numerosos brasileiros, alguns até com um passado de revolucionários e republicanos. Em Londres, Hipólito da Costa escrevia no *Correio Brasiliense*: "Desejávamos ter uma voz de trovão para inculcar a utilidade desta medida, para persuadir a importância desta união e declamar contra todas as medidas que tiverem oposta tendência". No Rio de Janeiro, um moço de pouco mais de vinte anos, então modesto caixeiro de livraria, depois grande jornalista e grande político – Evaristo da Veiga –, refletindo sem dúvida a média da opinião dominante, filiava-se à mesma corrente. Assim pensava também, na sua experiência de sábio, o grande José Bonifácio, e não discrepariam até o momento em que os sucessos a todos ultrapassassem, os patriotas do grupo da Maçonaria, Gonçalves Ledo, José Clemente, Januário da Cunha Barbosa. Ainda depois do episódio do "Fico", e até às vésperas do ato formal da Independência, subsistiu essa atitude, provavelmente nos últimos tempos em atenção apenas aos melindres filiais de D. Pedro.

Bem examinada a situação, é de admirar a obra de paciência, tato e sabedoria em que se empenharam os homens mais inteligentes do tempo. Porque a verdade é que nenhum ignorava ou era indiferente às reivindicações políticas e sociais dos doutrinadores do século XVIII, nenhum transigiria com a emancipação do seu país. As ideias renovadoras tinham angariado largo número de adeptos no Brasil. Depois da chegada da família real portuguesa, ao invés da perseguição antes sofrida pelos prelos, muitos livros passaram a ser aqui impressos, livros didáticos, literários, históricos, obras de José da Silva Lisboa, de frei Francisco de São Carlos, de Silva Belfort,

de Navarro de Andrade, de Aires do Casal, de monsenhor Pizarro, e traduções até de Voltaire. Desde 1808 aparecera a *Gazeta do Rio de Janeiro* e cinco anos mais tarde surgiria a primeira revista “literária, política e mercantil”, fundada por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, sugestivamente intitulada *O Patriota* e na qual colaborariam nomes já conhecidos ou que depois ganhariam fama – José Bonifácio, Mariano José Pereira da Fonseca, Domingos Borges de Barros, Silvestre Pinheiro Ferreira. O *Correio Brasiliense*, impresso na Inglaterra, circulava também no Brasil, iludindo mais ou menos a proibição da polícia, e era lido até por D. João. Um gênero de comércio, que certamente não se conhecera antes, começou a tornar-se comum – as livrarias. No tempo da Independência, quem quisesse comprar livros sempre os encontraria. Obras outrora reputadas novas de Rousseau e Voltaire, Mably e Raynal, traduções francesas e de autores ingleses e alemães, não seria impossível achar. No Rio de Janeiro, havia diversas lojas – a de Manuel Joaquim da Silva Porto, na Rua da Quitanda, esquina da de São Pedro (que passaria a ser entre 1823 e 1827 a livraria dos irmãos João Pedro e Evaristo da Veiga), a de Jerônimo Gonçalves Guimarães, na Rua do Sabão 357, a de João Batista dos Santos, na Rua da Cadeia, a de Cipriano José de Carvalho, a de Francisco Nicolau Mandillo, a do francês Paul Martin, primeiro na Rua do Ouvidor e depois na Rua dos Pescadores 14, a de Francisco Luís Saturnino da Veiga, pai de Evaristo, na Rua da Alfândega 395, a de José Antônio da Silva, na Rua Direita 112, a de Joaquim Antônio de Oliveira, na Rua da Quitanda 115, e mais outras na Rua Direita 60, na Rua da Quitanda 36, na Rua da Ajuda 102, defronte do convento e especializada em livros religiosos, e na Rua dos Latoeiros 12, que anunciava livros de “medicina, cirurgia, história, literatura, artes, ciências, jurisprudência, etc.”.

Todas essas livrarias (poucas faziam o comércio exclusivo do gênero), vendendo livros que vinham da Europa, transformavam-se em agentes de propaganda do pensamento político e literário em voga, animavam a vida intelectual do país. Vida intelectual que, embora voltada principalmente para os sucessos políticos, e em grande parte a serviço da causa da emancipação nacional, toda se impregnava de influências europeias, sem excluir as portuguesas. Um dos nossos mais honestos historiadores literários observou que entre o último decênio do século XVIII e o terceiro do XIX houve na poesia brasileira, por exemplo, uma paralisação do movimento que anunciava a sua autonomia, e até uma volta ao arcadismo português. Mas, como quer que seja, vida intelectual em ritmo crescente, que ia dos livros para os jornais, para as lojas maçônicas, para os clubes políticos, atingia as igrejas, os conventos, e depois chegaria aos conselhos do Governo e às Assembleias. O período crítico de nossa separação de Portugal impôs aos homens de pensamento a necessidade de uma ação intensa que melhor se concretizaria no jornalismo de combate e da propaganda. Foi o tempo do *Revérbero Constitucional Fluminense*, de Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, de *A Malagueta*, de Luís Augusto May, de *O Espelho*, de Araújo Guimarães, seguidos depois por *O Tamoio*, de inspiração dos irmãos Andradas e da *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, do sardo José Estevão Grondoni, acusados de incendiários e de provocarem o golpe de Estado da dissolução da Constituinte.

Os escritores da época da Independência, apreciados de um ângulo mais estritamente literário ou estético, têm sido tachados de medíocres. Na verdade, nenhum deles trouxe ou sequer anunciou nada de novo e por isso se pôde dizer que, sendo predecessores, não foram precursores do romantismo. Precursores do romantismo

seriam muito mais Basílio da Gama e Santa Rita Durão do que José Bonifácio ou Francisco de Melo Franco. Quem, a não ser estudando a história da literatura brasileira, lerá ainda a poesia de frei Francisco de São Carlos? Este franciscano, que era bom pregador, nunca saiu do Brasil. Do seu poema mais falado, *A Assunção da Santíssima Virgem*, disse José Veríssimo: "é uma das mais insulsas e aborridas produções da nossa poesia (...) o poema é do princípio ao fim prosaico (...)." Convém, todavia, apontar-lhe o mérito de ter procurado pintar paisagens e coisas brasileiras, cantando "a doce manga" e "os cajus à saúde tão prestantes". Mais digno de interesse será certamente José Elói Otoni, através de uma longa vida a que não faltou aventura, com viagens à Europa, estadas em Portugal, Espanha e Itália, convívio de poetas e frequência de salões literários, para acabar na melancolia de um modesto emprego burocrático. Otoni possuía uma tênue nota lírica, perceptível em alguns dos poemas perdidos na sua abundante produção.

Mas, voltando aos frades que, nos dias inquietos da nossa libertação política, não se confinaram nas celas e foram mais do século do que do culto divino – e sem falar de frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, ator de primeiro plano no episódio do "Fico", que a um viajante francês pareceu "*l'homme le plus savant du Brésil*" – que grande natureza de homem não foi esse frei Joaquim do Amor Divino Caneca, jornalista, orador, poeta e sobretudo político militante! Ler ainda hoje o *Typhis Pernambucano* é sumamente proveitoso para o estudo da época da Independência, quando no Brasil havia quem morresse por amor de suas ideias.

Ao cônego Januário da Cunha Barbosa, também colaborador sempre lembrado da obra de nossa emancipação, falta sem dúvida a

auréola, o prestígio com que nos chegou o nome de frei Caneca, glorificado pelo martírio, ou mesmo de frei Sampaio ou de frei Francisco de São Carlos. Talvez seja porque, numa vida que se prolongou muito além da fase heroica da nacionalidade, desceu a lutas de campanário, colocou-se a serviço de D. Pedro I na sua fase impopular, redigiu pasquins repulsivos durante a Regência e positivamente não teve flama nem sombra de originalidade. Se ninguém o esquece como jornalista do *Revérbero Constitucional*, como poeta ninguém o recordará. Seu lugar é entre aqueles que têm vocação para donas de casa da literatura, arranjando e arrumando institutos e asilos, compêndios e antologias.

Outro homem da Igreja cujo nome ocorre é frei Francisco de Mont'Alverne. Ainda haverá quem o leia não apenas como estudo obrigatório de literatura. Foi o orador máximo do seu tempo, e tão teatral no púlpito que o ator João Caetano corria a ouvi-lo, a fim de aprender a arte nem sempre fácil da declamação. Estaria para a oratória sacra como Antônio Carlos para a política. Também homem da Igreja, excluído com razão dos manuais literários por não ter sido escritor, mas que era um verdadeiro intelectual, e mais digno de nota ainda porque, num tempo de frades orgulhosos como Mont'Alverne e padres amigos da publicidade como Januário, soube ser modesto e recolhido, cumpre mencionar mais uma vez o baiano Francisco Agostinho Gomes, deputado às Cortes de Lisboa. Incluindo-se no pequeno número dos que se recusaram a assinar a Constituição que nos queriam impingir os portugueses, companheiro de Feijó e de Antônio Carlos na fuga para a Inglaterra, conhecia todas as línguas vivas europeias; além do grego e do latim, estudou botânica, mineralogia, economia política e, possuindo fortuna, custeou a educação na Europa de vários rapazes, do mesmo passo que fez doações para obras de interesse coletivo.

No tempo da Independência já tinham vida pública e devem ser citados como expressões características do desenvolvimento intelectual brasileiro um monsenhor Muniz Tavares, revolucionário e depois historiador honesto de uma das revoluções de que participou, um padre Diogo Antônio Feijó, autor de tratados de lógica e de gramática latina, que depois se fixaria como uma das figuras máximas do Brasil, um padre José Bento Leite Ferreira de Melo, jornalista, político, deputado e senador do Império. Outros e muitos outros padres podem ser evocados num levantamento da vida intelectual da época da Independência. No clero de então estariam alguns dos mais altos padrões de cultura e saber entre brasileiros. E não só eclesiásticos seduzidos pelos ideais políticos e a par das novidades literárias dos fins do século XVIII às décadas iniciais do século XIX; não só padres e frades apaixonados pela liberdade e morrendo por ela como por uma causa santa: mas homens de Igreja voltados para estudos menos brilhantes, para trabalhos de pesquisa e erudição. Nome que se impõe para logo é o de monsenhor Pizarro (José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo) cujas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil* têm aos olhos dos estudiosos de hoje muito mais mérito e importância do que pareceu a Sílvio Romero. O estilo será monótono e pesado, o método da obra bastante precário; mas a riqueza de documentos e informações dá-lhe acentuado valor.

Quase o mesmo se pode dizer do padre Luís Gonçalves dos Santos e de suas *Memórias Para Servir à História do Reino do Brasil*. Já aqui o tom panegírico é por vezes excessivo e correrá à conta menos de pendores áulicos do que do ufanismo predominante então e determinado pelas reformas e criações do reinado de D. João VI. O padre Luís Gonçalves dos Santos, por alcunha padre Perereca,

foi polemista ágil, tendo enfrentado Feijó quando este sustentou desinteressadamente a necessidade da abolição do celibato clerical. Historiador ou, como aliás os precedentes, mais propriamente cronista – já agora fora das fileiras do clero – cujo nome não pode ficar no esquecimento é Baltasar da Silva Lisboa. Posto que sem a extensão da cultura de seu irmão José da Silva Lisboa, era espírito sério, homem de bons estudos, que legou uma obra considerável. Convém também não omitir o futuro visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro. Político de feitio conservador, deixou o nome ligado à criação dos cursos jurídicos entre nós e os seus *Anais da Província de São Pedro* são um livro que ainda se lê com proveito. Quanto às *Memórias* que escreveu, têm escasso valor literário e interesse humano quase nulo, embora cheias de informações úteis à história e ao conhecimento dos fatos a que se referem.

Homem realmente de conhecimentos variados e profundos, grande no seu tempo, foi José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu. Jurista, economista, historiador, político, parlamentar, familiar das letras clássicas, antigo professor em Coimbra de grego e hebraico, realizou a contradição de ser um pregoeiro apaixonado do liberalismo econômico e, ao mesmo tempo, por ódio e incompreensão, dos sucessos da Revolução Francesa, adotar em matéria política um liberalismo mais minguado e restrito. Seus livros de história, ricos de dados e informações, padecem do vício do louvor irrestrito aos governantes do tempo. Cairo era intelectualmente um áulico. Bastante diferente foi Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que teve, para provar-lhe a têmpera e deixar-lhe no espírito sulcos de alcance ainda não estudado, uma viagem aos Estados Unidos nos fins do século XVIII, outra à Inglaterra no alvorecer do XIX, e alguns anos de prisão. Pai do jornalismo brasileiro, embora em Londres publicasse

o seu jornal, que durou de 1808 a 1822, fez do *Correio Brasiliense* como que um curso ou escola das necessidades e dos anseios da pátria nascente, infatigável no seu amor e na lucidez de sua crítica.

Da geração que teve a glória de ajudar a emancipação do Brasil, não seria possível deixar em silêncio o depois marquês de Maricá, Mariano José Pereira da Fonseca. Envolvido quando moço na devassa do conde de Resende contra os “libertinos” do Rio, acusado naquela época de adepto de Rousseau, tornar-se-ia mais tarde um pensador mais do que medíocre, moralista sem originalidade, cujo valor principal estaria em ter introduzido o gênero entre nós, se em plano diferente colocarmos a obra de um Matias Aires, de qualidade literária tão superior. Intelectuais do tempo da Independência foram ainda Vilela Barbosa, matemático e militar, mais tarde marquês de Paranaguá, em política inclinado a um liberalismo tímido, receoso de enfraquecer a autoridade, instrumento de D. Pedro I na dissolução da Constituinte, e como poeta antes melífluo, daquele lirismo ameno que, bem examinado, carece de substância; Domingos Borges de Barros, baiano, visconde de Pedra Branca (José Bonifácio, que não lhe era simpático, quis apontá-lo como mulato e chamou-o de Pedra Parda), valendo mais como uma boa média de homem letrado, viajado, de boas maneiras e vida elegante, do que propriamente como poeta e escritor; o dicionarista Antônio de Moraes Silva, de indiscutível autoridade, brasileiro que sabia mais português do que os portugueses mais cultos do seu tempo, mas antes hostil ou indiferente aos sucessos políticos por misantropia, doenças e receio de comprometer os seus interesses de senhor de engenho.

Entre intelectuais devem ser incluídos, uns realmente cultos, outros apenas superficialmente tocados pelas ideias do tempo, muitos desses deputados às artes de Lisboa ou à Assembleia Constituinte,

cujos nomes já tinham surgido em fases preparatórias da Independência ou só se firmaram nos seus anos decisivos: Filipe Patroni Maciel Parente, D. Romualdo de Sousa Coelho, Manuel do Nascimento Castro e Silva, padre José Martiniano de Alencar, Cipriano Barata, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Montezuma, Felisberto Caldeira Brant Pontes, Miguel Calmon, João Severiano Maciel da Costa, Manuel Ferreira da Câmara Béthencourt e Sá, sábio que foi companheiro de José Bonifácio na excursão científica pela Europa, Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda e regente do Império e, finalmente, a trindade andradina. Dentre esses homens alguns serão mais tipicamente representativos das correntes e dos interesses políticos em conflito na formação da sociedade brasileira de então. Uns serão mais avançados, outros, mais conservadores. Cipriano Barata, por exemplo, exprimirá as aspirações democráticas da classe média em ascensão nos centros urbanos e dos elementos menos favorecidos da população brasileira. Já Pedro de Araújo Lima, ligado aos senhores de engenho pernambucanos, encarnará a poderosa burguesia rural dos proprietários territoriais em cujo benefício se operou a transferência de poder conseqüente à ruptura de laços com a antiga metrópole. Progressistas serão os Andradas, Martim Francisco, mineralogista e administrador das finanças públicas, e Antônio Carlos, orador comparado a Castelar pelo barão de Penedo, que a ambos ouviu, defensor máximo do Brasil nas Cortes de Lisboa e principal autor do projeto de Constituição elaborado pela Assembleia de 1823. Mas, de todos quantos foram mencionados neste ensaio, ninguém se comparará a José Bonifácio. Homem de ciência, mineralogista, químico, botânico; homem público, estadista, administrador, parlamentar; homem de letras, pensador, poeta, crítico – dividiu quase igualmente os anos de sua vida entre os séculos XVIII e XIX, em plena mocidade no primeiro para receber-lhe mais vivamente as

influências, já com o espírito amadurecido no segundo para tomar uma posição antes de livre exame e de julgamento. Nas lutas da Independência, teve mais que qualquer outro uma visão global dos acontecimentos. Preservar com a emancipação a unidade brasileira foi o seu mais alto escopo, e daí suas transigências com o princípio monárquico. Como homem do seu tempo, queria a liberdade, queria uma Constituição, pleiteava quanto possível um regime representativo. Isso, entretanto, que a outros parecia tudo, não lhe bastava: via a necessidade de uma reforma de estrutura, de um novo sistema de propriedade e de trabalho, de profundas alterações de natureza social e econômica. Enquanto todos ou quase todos os dirigentes do momento, impressionados de preferência pelo lado meramente exterior dos acontecimentos, julgavam possível e natural a criação de um Império constitucional sem adotar nenhuma medida contra a escravidão, José Bonifácio para logo se convenceu de que essa era a grande questão a enfrentar. Todos os males econômicos, sociais, políticos e morais do regime do trabalho servil expôs e condenou na sua notável *Representação* à Assembleia Constituinte sobre a escravatura. Apeado do poder em grande parte por esposar essas ideias, exilado, proscrito da vida pública, predominariam os interesses dos senhores de engenho e fazendeiros empenhados na exploração latifundiária da terra, tendo a seu serviço os traficantes de escravos, ricos comerciantes portugueses, de ganância implacável.

A obra máxima dos homens desse tempo foi uma construção política – a independência sem esfacelamento, a liberdade sem prejuízo da unidade. Obra que compensou com largueza a menor importância literária da geração aqui tão de relance estudada, cujos dons artísticos, absorvidos pela atividade política, se concentraram na criação de uma pátria livre, grande e unida.

Jornalismo na Independência

Ao aportar D. João ao Brasil, com seu séquito numeroso e sua imensa bagagem, verificou-se que trouxera também dois prelos e vinte e oito volumes de material tipográfico, recentemente importados da Inglaterra para a Secretaria dos Estrangeiros de Lisboa. Quando tal notícia chegou ao conhecimento de Hipólito da Costa, não se conteve o jornalista do *Correio Brasiliense*: “Tarde, desgraçadamente tarde; mas enfim tipos no Brasil; e eu de todo o coração dou os parabéns aos meus compatriotas”.

Graças a esse material tipográfico, desembarcado aqui parece que ainda virgem de tintas, iniciou-se o primeiro jornal editado no Brasil – a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Hipólito tinha motivo para exultar: era o começo de uma idade nova. Mas não se pense que ao jornalzinho escrito por frei Tibúrcio José da Rocha se ia conceder o que é da própria índole da imprensa, liberdade de opinião e de crítica. Não se conformavam com isso os poderosos do dia, fosse embora um deles D. Rodrigo de Sousa Coutinho, homem inteligente e esclarecido, que tanto bem procurou fazer ao Brasil. E a *Gazeta do Rio de Janeiro*, hoje excelente documento histórico, era no seu tempo o que dela disse Armitage: um órgão oficioso, que informava fielmente o público do estado de saúde de todos os príncipes da Europa, inseria o texto dos atos do governo e não se esquecia de noticiar, entre odes e panegíricos, os aniversários dos membros da família reinante. Ao parecer do historiador inglês, comerciante no Rio de Janeiro e amigo de Evaristo da Veiga, as páginas da *Gazeta* não refletiam as incipientes lutas políticas do momento, nem recolhiam

os ecos dos agravos ou injustiças cometidas, de tal maneira que “a julgar-se o Brasil pelo seu jornal único, devia ser considerado como um paraíso terrestre, onde nunca se ouvira um só queixume”.

Bem diferente será a impressão do leitor dos jornais que aqui se fundaram logo em seguida às primeiras repercussões da revolução constitucionalista do Porto – *A Malagueta, Revérbero Constitucional Fluminense, Correio do Rio de Janeiro, O Safo, Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande, O Tamoio*. Folheá-los é sentir logo todo o calor das paixões de uma época, as generosas e as mesquinhas, é ver ressurgir, na sua humana estatura, com os defeitos e as qualidades que lhes eram próprios, algumas das figuras que ainda hoje nos parecem grandes, é descobrir outras que se deliram no esquecimento ou ficaram reduzidas a dimensões que causariam espanto aos seus contemporâneos.

Desses jornais nenhum suscita talvez maior curiosidade do que *O Tamoio*, apontado à vista de suas campanhas como causa imediata da dissolução da Constituinte de 1823, e tido como depositário do pensamento político de José Bonifácio e de seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos. Dele disse Maria Graham: “*It is, in my opinion, the best written of all*”. O que não significa que seja nenhum primor literário, nada que mereça relevo especial. Mas é bem mais acessível a leitores de hoje – e não só aos movidos por necessidades de estudo especializado – do que, por exemplo, o super-retórico *Revérbero Constitucional Fluminense*, de Januário e Ledo.

Tem sido dito e repetido que *O Tamoio* era dos Andradas, apareceu para sustentar a sua ação política e foi por eles escrito ou inspirado. Vale a pena esclarecer circunstâncias da fundação e da vida desse jornal.

Em meados de julho de 1823, José Bonifácio e Martim Francisco deixaram o Ministério. D. Pedro I, cedendo à influência do reacionarismo português, e muito provavelmente à da amante paulista que havia de enleá-lo por vários anos, já não fazia empenho na companhia dos Andradas, julgava-os absorventes e supunha-se em condições de prescindir de bons ministros e conselheiros. A posição de José Bonifácio na política do momento não era fácil de sustentar: pretendendo firmar um governo, que resguardasse a unidade do país com as fórmulas da monarquia constitucional, e seguir diretrizes nitidamente brasileiras, suscitava a animosidade dos elementos democráticos exaltados que, no fundo, por incapacidade de organização e condições do meio social, não passavam de demagogos bem-intencionados, e ao mesmo tempo o ódio ativo e vigilante dos elementos lusos, aferrados à defesa dos seus interesses. Foram em máxima parte as manobras subterrâneas da gente poderosa empenhada na manutenção do tráfico negreiro que derribaram José Bonifácio do governo e pouco depois lhe prepararam um exílio de seis anos.

Mas os Andradas não sabiam fugir à luta e, embora perseguidos, continuavam a ter bons amigos. Dois dentre estes – Meneses Drummond e França Miranda – decidiram fundar um jornal que defendesse a política andradina. Saindo José Bonifácio do Ministério a 17 de julho de 1823, já a 12 de agosto aparecia *O Tamoio*, a princípio impresso na oficina de Silva Porto & Cia. e depois na Imprensa Nacional. Segundo narrativa de Drummond, homem apaixonado, que escreveu muito tempo depois dos acontecimentos, mas de cuja probidade não se pode duvidar, ele e França Miranda não consultaram José Bonifácio acerca da iniciativa, mostrando-lhe o número inaugural já redigido e composto. O grande homem fez ponderações desfavoráveis, mas anuiu afinal, com a condição de ser substituída a

epígrafe adotada, que lhe pareceu conter alusões pessoais. França Miranda e Meneses Drummond tinham escolhido *Pour qu'on vous obéisse, obéissez aux lois*. Foi preciso destruir a edição inteira. A nova epígrafe não seria menos passível da mesma suspeita:

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique,
Ils pensent que pour eux le ciel fit l'Amérique.*

Sempre de acordo com as informações de Drummond, nenhuma parte tomaram Martim Francisco e Antônio Carlos no lançamento de *O Tamoio*; prometeram, porém, colaboração, cumprindo a palavra, o primeiro, com dois artigos, e o segundo, com pouco mais. José Bonifácio fez também dois ou três artigos, ditados a França Miranda ou a Meneses Drummond e depois por ele revistos. A acreditar-se, pois, em Drummond, os Andradas foram simples colaboradores eventuais: escreveram uns dez artigos nos trinta e cinco números do jornal. Não há por que, à primeira vista, impugnar essas informações a que conviria acrescentar mais um pormenor: além de França Miranda e Meneses Drummond, trabalhou na redação de *O Tamoio* Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, despedido do *Diário do Governo* por ter escrito elogios a José Bonifácio.

Mas o que Drummond não contou, provavelmente porque disso não teve noção muito clara, é que as campanhas do seu corajoso jornal de oposição se fizeram sob a ação de presença dos homens orgulhosos e simples, probos e apaixonados que foram os Andradas da Independência. Em contato diário com os redatores de *O Tamoio*, Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio comunicavam-lhes o espírito de luta e de resistência que os animava. O programa de *O Tamoio*, as suas ideias, os seus pontos de vista, tudo trai a marca andradina. Quem se der ao trabalho de ler com atenção as páginas

desse jornal encontrará a cada passo o eco das vozes dos três irmãos paulistas: do mais velho, para muita gente o maior homem do Brasil de todos os tempos e por isso mesmo sempre atacado, sempre negado; de Martim Francisco, cuja passagem pelo Ministério da Fazenda fora um duelo com os aproveitadores da época, defraudadores do fisco, contrabandistas, funcionários relapsos; de Antônio Carlos, que podia opor aos adutores do dia o destemor com que, nas Cortes de Lisboa, defendera a liberdade de sua terra, depois de ter sofrido por ela três anos nos cárceres da Bahia.

Logo no primeiro número, que Drummond asseverou só ter sido visto por José Bonifácio depois de pronto, está, pode-se dizer, a súmula do manifesto de 6 de agosto de 1822, em que o ministro da Independência expusera as razões históricas e políticas da ruptura definitiva com Portugal. O segundo número trata de assunto de interesse partidário dos Andradas: a querela provinciana de São Paulo que teve o seu momento crítico na "bernarda" de Francisco Inácio. Quase três quartas partes do nº 4 são ocupadas com uma veemente defesa dos Andradas, em que talvez tenha havido o dedo de Martim Francisco. O nº 5, de 2 de setembro de 1823, sem dúvida o mais interessante da coleção, é todo dedicado a José Bonifácio. Sucedem-se seis páginas maciças, nas quais alguém que se assina "Tapuia" conta uma longa conversa que teve com o grande homem, chamado aí de "velho do Rocio", em lembrança da casa que habitava no canto da atual avenida Passos com a Praça Tiradentes, antigo Largo do Rocio. Na história da imprensa brasileira e, provavelmente, da de outros países, esse número de *O Tamoio* assume excepcional importância por encerrar talvez a primeira entrevista jornalística jamais feita. "Tapuia" pede ao jornal que publique "uma conversação franca e amigável que antes de ontem teve com o raro paulista e ótimo patriota". Como numa reportagem de grande diário moderno, a narrativa não deixa escapar

pequenas minúcias características, alude ao moleque que abriu a porta só depois de o jornalista ter batido várias vezes, refere-se à cama de campanha, à pequena mesa e aos papéis espalhados diante do entrevistado. E a conversa se entabula através de perguntas e respostas, José Bonifácio falando sempre na primeira pessoa, não se sabe bem se com “a ironia socrática” que lhe atribui o repórter, mas satirizando os adversários, expondo os planos que executara, as ideias que sustentara, mal escondendo entre justas queixas o seu orgulho e acentuando a distância intelectual que o separava da maioria dos contemporâneos. São páginas que valem, não só pelas informações e dados históricos sobre o maior dos Andradas, como pelo calor de vida e sentimento humano que ainda guardam.

Outro número em que a presença de José Bonifácio se torna palpável é o 14, com um longo artigo sobre os sucessos políticos em geral, passados em revista o golpe absolutista de Portugal, os rumos da Independência brasileira, a atitude dos comerciantes portugueses, a situação europeia, a posição da Santa Aliança e da Inglaterra. A propósito de tudo isso, mal se dissimula o seu pensamento tão conhecido, e o artigo chega a empregar palavras que ele usava frequentemente, como “amadornado”, por exemplo. Já o nº 18, consagrado à defesa de Martim Francisco, seria da lavra ou inspiração deste. José Bonifácio parece voltar no nº 21, numa “carta de João Claro a seu compadre Brás Escuro”, onde se dão definições de opinião pública, popular, déspota, patriotismo, ao sabor dos demagogos da época.

Do ponto de vista de ideias e orientação política, *O Tamoio* vai, número por número, refletindo o pensamento dos Andradas e as atitudes que os acontecimentos lhes impõem. Como eles, a pequena folha de Meneses Drummond e França Miranda, ardentemente brasileira, ferindo sempre em crescendo a tecla nativista, queria a

monarquia constitucional, postos de lado ao mesmo tempo os chamados democratas, os *sans-culottes* e os reacionários portugueses, absolutistas e pés de chumbo.

Vida efêmera a dos jornais de então, e vida inquieta. A partir do nº 22, já em outubro de 1823, *O Tamoio* registra os sinais precursores dos acontecimentos cujo desfecho seria a dissolução da Constituinte. O derradeiro mês de existência da primeira assembleia política brasileira ecoa intensamente nas páginas do jornalzinho que os Andradas assessoravam. Sente-se, dia a dia, a situação piorar, crescer o desentendimento, exaltarem-se as paixões. “Esta nossa independência vai-se tornando por vários lados um entremez digno de riso”, lê-se no nº 28. O tom aumenta constantemente de agressividade; as campanhas da *Sentinela da Liberdade* (...), antes combatidas, encontram agora aplauso no jornal andradino; exacerba-se o nativismo já manifesto no nome do jornal e surgem correspondências e artigos assinados por “Outro Tamoio”, “Um impávido Guaianá”; às acusações ao governo e aos portugueses em geral seguem-se ataques aos militares lusos a serviço do Brasil. É o fim. Depois da surra no boticário Davi Pamplona Corte Real, dada por dois oficiais portugueses, a crise atinge ao auge: contra *O Tamoio*, a *Sentinela* (...) e os Andradas se ergue vitoriosa a reação luso-absolutista. A Constituinte é dissolvida, José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos são expatriados. Acompanha-os no exílio, como amigo fiel, Meneses Drummond, que, no último dia, quando a tropa já cercava o edifício da Assembleia ainda se dispôs a distribuir exemplares do nº 36 do seu jornal. Mas foi em vão: soldados tinham invadido a tipografia (na Imprensa Nacional) e destruído ou carregado o que pertencia a *O Tamoio*. Assim acabou o jornal da simpatia dos Andradas, confirmando-se o título de um dos seus últimos artigos – “Despotismo-atroz”.

São Paulo e a Independência

Seria temerário apontar como precursor da emancipação brasileira o frustrado movimento para aclamar rei Amador Bueno da Ribeira, quando chegou a São Paulo a notícia da aclamação de D. João IV. Naqueles afastados dias da primeira metade do século XVII, não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade, como lucidamente notou Capistrano de Abreu. Outra, porém, era a situação no final do setecentismo. “Os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII”.

Figura de mazombos envergonhados e humildes não tinham os paulistas dos primeiros anos do século XIX. Nos seus antepassados contemporâneos de Amador Bueno, Saint-Hilaire lobrigou homens altivos, intrépidos, habituados a uma vida áspera de lutas, fadigas e privações. Na verdade, em muitos deles esses traços se imprimiriam desde aquela época e, ao definir-se no Brasil o espírito nacional que sucedeu, na sua complexidade crescente, ao espírito nativista,

1 J. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, 3º ed., pág. 167.

pôde São Paulo testemunhar em todos os lances da Independência as mais nítidas características da diferenciação que já se operara entre portugueses e brasileiros. Começara a existir um Brasil e os colonos não escondiam o gosto, o desvanecimento, o orgulho de serem brasileiros.

Mais do que isso, despertara nos naturais da terra a disposição de opor a resistência ao mando despótico dos capitães-generais, habituados à mais passiva obediência.

Um episódio do início do oitocentismo deu para logo a medida do ânimo irreverencioso dos paulistas, a provar que os antigos vasallos estavam sendo substituídos por futuros cidadãos, talvez mais atentos aos seus direitos do que aos seus deveres: a querela Franca e Horta-Andradas. O capitão-general e o governador da capitania de São Paulo Antônio José da Franca e Horta, que se gabava de não lhe merecer atenção alguma a “liga do povo”², que para proteger exportadores de Santos proibiu a saída dos produtos paulistas por qualquer outro porto, que arvorou em nome do governo a espionagem e a delação nas famílias, encontrou quem não lhe temesse a prepotência e até se animasse a provocar-lhe a ira – Antônio Carlos e Martim Francisco.

O primeiro, juiz de fora em Santos, recebendo de Franca e Horta ordens que reputava ilegais, negou-se a cumpri-las, dirigindo-lhe repetidos ofícios nos quais pôs bastante da altivez e do deslante andradinos. A isto seguiu-se longa pendenga, e se o capitão-general

2 Brigadeiro Machado de Oliveira, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, Ed. Brasília Machado, pág. 196.

não se abateu, menos ainda recuou o afoito juiz de fora. A briga generalizou-se, passou a ser de todos os Andradas. Martim Francisco, diretor-geral das minas da capitania, julgando-se subordinado diretamente à Secretaria de Estado, em Lisboa, retardou ostensivamente o cumprimento da ordem de Franca e Horta para que lhes entregasse todos os seus relatórios e cópias de sua correspondência oficial, e rivalizou com Antônio Carlos e outro irmão de Francisco Eugênio de Andrada no atrevimento com que se portavam zombando de quem se julgava “proprietário” e não mero delegado do Poder Soberano, como disse em queixa ao visconde de Anadia³. Mas Antônio Carlos foi porventura mais longe e fez timbre em desacatar pessoalmente o capitão-general ao exhibir seu irmão Francisco Eugênio, a quem Franca e Horta mandara sentar praça de soldado raso como castigo, no mesmo dia, de calça e chapéu branco, bem defronte das janelas da casa onde residia o capitão-general.

A insolência dos Andradas, se era do seu natural, apoiava-se também, nesse ensejo, no valimento de José Bonifácio, então em Lisboa no exercício de altas funções e com as melhores relações nos meios do governo. Ao príncipe regente D. João endereçaram uma queixa vários membros da família Andrada, encabeçada por D. Maria Bárbara da Silva, mãe do futuro ministro da Independência, e por este também assinada. O tom da petição não esconde grande sobrançeria e nela se fazem terríveis acusações ao governador. Não fora apenas o desembaraço andradino que inspirara o documento. Seu sentido é mais amplo, mais profundo, menos pessoal, e não faltam provas de que já exprimia um estado de espírito que tendia

3 *Anais do Museu Paulista*. Tomo X, pág. 182.

a generalizar-se. Menos queixa do que reclamação, os Andradas que o subscreveram tiveram o cuidado de recordar ao regente D. João, embora veladamente, o episódio da aclamação de Amador Bueno e, em abono da importância de São Paulo, explicitamente declararam: "uma capitania (...) a quem Portugal deve o descobrimento e o povoamento de quase todo o interior do Brasil". Não vacilaram também em mencionar o motivo de ordem geográfica que instilava nos brasileiros a descrença nos socorros da metrópole e por certo lhes estimularia os anseios de emancipação: " (...) o largo oceano de permeio, onde os suspiros dos vexados vassalos perdem desgraçadamente o alento (...)".

O regime colonial entrava em fase de franca dissolução. O que acontecera na América Inglesa e começava a desenvolver-se nas colônias espanholas chegaria inevitavelmente ao Brasil. Mas aqui um fator imprevisto retardaria o processo de libertação nacional, embora sob certos aspectos o tenha antecipado: a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, a instalação da corte portuguesa em terras da América. De súbito, por força das circunstâncias, o governo metropolitano refugiado na colônia entrou a tomar uma série de providências que desde logo favoreceram interesses mais nitidamente brasileiros. A unidade da vasta e ainda mal-articulada nação que surgira após três séculos de conquista portuguesa ganhava ajuda da ação de um governo centralizador no Rio de Janeiro.

Talvez ainda não se tenha posto suficientemente em relevo o que a esse respeito representou a permanência de D. João VI entre nós, no oportunismo e imediatismo de seus alvitres e providências. Em improvisações nem sempre felizes, ao sabor de exigências da política estrangeira e da maior ou menor sabedoria dos diversos

conselheiros, o certo é que foi lançada, ao menos nas peças principais, a estrutura do futuro Estado brasileiro. Da abertura dos portos ao comércio universal – no momento em verdade ao comércio britânico –, à abolição do alvará de 5 de janeiro de 1785 sobre a indústria, ao regime de terras extensivo aos estrangeiros, à instalação de serviços administrativos e de tribunais, à criação do Banco do Brasil e de instituições culturais, um grande passo se dera – passo de que não se poderia voltar atrás – no sentido da autonomia, da emancipação, da independência do Brasil.

A elevação do Brasil à categoria de reino, em pé de igualdade com Portugal, fosse sugestão de Talleyrand aos plenipotenciários lusos ao Congresso de Viena, visando a delir o estatuto de colônia, tão deprimente para os brasileiros, fosse antes lembrança de Palmela, não deixou de exercer, em seguida a tantos atos tendentes a configurar um Estado soberano, o efeito lisonjeiro que se previra. Sem dúvida, já se haviam manifestado em mais de um lugar do Brasil, a partir da malograda Conjuração Mineira, propósitos emancipacionistas e republicanos, e a revolução nordestina de 1817 buscaria inspiração nos mesmos exemplos e nos mesmos princípios que haviam suscitado o movimento baiano de 1798 e os conventículos do Rio de Janeiro quatro anos antes. Mas o certo é que à maior parte da gente capaz de exercer atividade política entre nós, nas décadas iniciais do século XIX, não repugnava a manutenção do regime de reino unido, máxime residindo aqui o rei. Era uma posição conformista ou de transação, que se verificara também na América do Norte, onde Benjamin Franklin acreditou na possibilidade de uma federação ou de um grande Império com o seu parlamento geral e suas Câmaras nacionais, John Dickson, encarnação do *whig* americano, defendeu o mesmo projeto, assim como Samuel Adams e Thomas Paine.

O reino do Brasil ao lado do reino de Portugal e Algarves não magoava os melindres dos homens que deste lado do Atlântico se sentiam presos ao país formado ao cabo de três séculos de colonização. No reino do Brasil da carta de lei de 16 de dezembro de 1815, fora resguardada a integridade territorial do antigo domínio português na América, a integridade territorial do Brasil, que deixava de ser mera expressão geográfica para ganhar personalidade, assumir foros de povo, de nação, de Estado. Assim se explica a boa-fé e até o entusiasmo com que os brasileiros de todas as regiões e de todas as origens acolheram a notícia da revolução constitucionalista de Portugal, se apressaram em estabelecer governo nos moldes dos preconizados pelos revolucionários portugueses e se dispuseram a colaborar, em Lisboa, na feitura da Constituição que regeria os direitos dos cidadãos dos dois hemisférios. Nada mais sintomático dessa disposição de ânimo do que a aceitação do mandato de deputado às Cortes por parte de elementos radicais, comprometidos na revolução republicana de Pernambuco ou de inconfundível timbre brasileiro.

Quase todo o ano de 1821 transcorreu para os patriotas brasileiros sob o influxo da enganadora impressão que o movimento liberal do Porto causara e, se as primeiras iniciativas tomadas no Brasil, em consequência da revolução de Portugal, tiveram como protagonistas elementos lusos, com o apoio das tropas da antiga metrópole, não lhes faltaram a simpatia e o aplauso dos brasileiros. Mas a verdade é que a revolução portuguesa, debaixo de sua capa liberal, de defensora dos direitos do homem, escondia rancores e ressentimentos contra a colônia que se transformara em centro da monarquia. Logo ocorreu aos chefes do movimento chamar de volta D. João VI, que aqui se deixara enleiar pela atração da terra americana. O bom rei, perplexo diante dos acontecimentos, depois de jurar a Constituição

ainda por fazer, acabou partindo, mas à sua sabedoria ou à de seus conselheiros não escapou providência que concorria para preservar a unidade brasileira por ocasião da independência: o decreto de 7 de março de 1821, encarregando o príncipe D. Pedro do “governo provisório do Brasil”. Instituiu assim D. João VI um governo geral, central, unificador do país que abandonava a contragosto e nele deixava seu filho, homem cheio de inteligência, ambição e coragem.

De Lisboa foi desfechada verdadeira campanha para a desagregação do Brasil, onde, aliás, aos motivos de dispersão geográfica se somavam pendores separatistas de vária natureza. Já as Bases da Constituição Política Portuguesa, consubstanciadas no decreto de 10 de março de 1821, falando sempre, nos seus 37 artigos, em “nação portuguesa” e “portugueses de ambos os hemisférios”, nenhuma menção faziam do Brasil. O artigo 21 aludia aos reinos de Portugal e Algarves, para dizer que as Bases só obrigariam aos portugueses residentes “nas outras três partes do mundo” quando os seus legítimos representantes declarassem ser esta a sua vontade. O Brasil era para as Bases uma vaga parte do mundo, uma parte da América, e os brasileiros, os portugueses desse lugar, como os habitantes das colônias da África ou da Ásia. Isto não se dizia de maneira expressa, mas ficava subentendido. Também o decreto das Cortes, de 24 de abril de 1821, omitia cuidadosamente o nome do Brasil, regulando a legitimidade dos governos estabelecidos nos “Estados Portugueses de Ultramar e Ilhas Adjacentes” (artigo 1º), nas “Províncias ultramarinas” (artigo 7º), e cogitando unicamente dos “portugueses de ambos os hemisférios”. Nada de Brasil ou de brasileiros. Posteriormente, a Carta de lei ou decreto de 23 de agosto de 1821, dispondo sobre o laço nacional, determinou que entraria em vigor na capital e províncias de Portugal e Algarves até 1 de outubro e “nas províncias

ultramarinas” no prazo prescrito pelas leis. Mais uma vez o Brasil, o reino do Brasil, que ficara sob a regência do príncipe D. Pedro, se diluía, se esfarelava, se esfacelava em vagas e inominadas “províncias ultramarinas”.

Se assim decretavam as Cortes de Lisboa, o mesmo rumo parecia seguir muitas das províncias do Brasil onde haviam sido instituídos governos provisórios inspirados pela revolução constitucionalista de Portugal. O Pará, primeira região brasileira a sofrer a repercussão do movimento liberal do Porto, sentiu-se atraído politicamente para as Cortes de Lisboa e não foi sem lutas que lá triunfou a comunhão com o Brasil. Na Bahia travar-se-ia a verdadeira guerra da Independência, logrando de início grande ascendente os partidários da subordinação a Portugal. O seu corpo de comércio, rico e prestigioso, constituído na imensa maioria de portugueses do Minho, solidarizou-se com a tropa, que exigiu prestasse a Junta da Bahia adesão ao governo de Portugal e à nova ordem implantada. Que resposta deram as Cortes ao ofício de “sujeição imediata ao governo estabelecido em Lisboa”? Esta, bem significativa: “(...) ordenam que a Junta continue a dirigir suas contas e representações ao governo estabelecido em Lisboa, como centro único da monarquia e assento da representação nacional e do trono português, sem dependência do governo do Rio de Janeiro”⁴. Punha-se abaixo a regência do reino do Brasil, cancelava-se o reino do Brasil, omitia-se o próprio Brasil. Menor não foi o aferro da Junta Provisória do Maranhão a Portugal, que, a 17 de novembro de 1822, já proclamada a emancipação brasileira, ela dizia: “O dever

4 Inácio Acióli, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, vol. III, pág. 281.

e o interesse ligam esta província a Portugal; nem interesses nem dever a une ao continente brasileiro se de fato se desunir da maior parte da monarquia portuguesa. A divergência de votos e interesses entre as províncias setentrionais e as austrais do Brasil dissolve os vínculos sociais que as unia (...) em Portugal têm consumo nossas produções territoriais; no Sul do Brasil não têm mercado”⁵.

De maneira totalmente diversa reagiu o Governo Provisório inaugurado na cidade de São Paulo a 23 de junho de 1821. À criação desse governo precederam conversas e trocas de ideias entre os elementos de maior ponderação e responsabilidade afeitos à nova ordem política resultante da revolução constitucionalista portuguesa e, graças ao ascendente de José Bonifácio, a mudança institucional se operou em paz, sem maiores abalos. Paradoxalmente continuou à frente da administração paulista o capitão-general João Carlos Augusto de Oyenhausen, e os que estranharam que o grande Andrada sugerisse o nome do antigo governante tiveram como resposta que o momento devia ser de conagraçamento geral, de reconciliação, dando assim a primeira demonstração do espírito de superior transigência com que se dispusera a intervir no movimento que levaria o Brasil à emancipação total. Dir-se-ia que também em São Paulo se repetia o que acontecera em outras regiões: ensaiava-se a “liberdade trajada à portuguesa”⁶, fazia-se liberalismo à moda lusa, com figurantes lusos ou lusófilos. Sem dúvida estes participavam do governo múltiplo para o qual entrou José Bonifácio como vice-presidente, seu irmão Martim

5 Luís Antônio Vieira da Silva, *História da Independência da Província do Maranhão*, pág. 42.

6 Machado de Oliveira, *op. cit.*, pág. 234.

Francisco como secretário do Interior e Fazenda, o coronel Lázaro José Gonçalves como secretário da Guerra, o chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto como secretário da Marinha, ajudados por oito vogais representando o eclesiástico, as armas, o comércio, a instrução pública e a agricultura, dentre os quais se destacavam o futuro senador Vergueiro, o brigadeiro Jordão, o coronel Francisco Inácio, o coronel Daniel Pedro Müller.

Mas esse Governo Provisório que congregava homens de ideias e interesses contraditórios, depois em luta aberta, sofreu logo a influência decisiva de José Bonifácio e desde os primeiros atos se ajustou à corrente que se opunha aos planos das Cortes de Lisboa de romper "a organização do poder centralizado, a unidade política do Brasil"⁷ e restabelecer o sistema dos tempos coloniais no qual as diferentes regiões do país nenhum laço tinham entre si. Os constituintes lisboetas e seus êmulos aqui acoroçoavam o desmembramento, querendo "províncias ultramarinas", "estados portugueses de ultramar". Isso mesmo pressentiu D. João VI quando, ainda no Rio de Janeiro, na carta régia de 28 de março de 1821, mostrava aos membros da Junta Provisional da Bahia o seu temor de que esta dissolvesse "a sua união com as mais partes deste reino do Brasil"⁸; e contra isso pronta e firmemente se declarou o Governo Provisório de São Paulo. Na verdade, ao instalar-se a 23 de junho jurou as Bases da Constituição decretadas pelas Cortes de Lisboa, jurou "observar religiosamente as leis que garantem a segurança individual, a propriedade e os direitos

7 H. Handelman, " História do Brasil, pág. 760. *R.I.H.G.B.*, tomo 108, vol. 162.

8 *Coleção das Leis do Brasil*, 1821, parte II, pág. 50.

dos cidadãos”, mas jurou também obediência a D. João VI e a “Sua Alteza Real o Príncipe Hereditário Regente do Reino do Brasil”⁹.

Da maior significação, por todas as suas consequências, seria a posição de São Paulo, vinculando-se à regência do Rio de Janeiro. Menos de um mês depois da criação do Governo Provisório paulista, em carta de 17 de julho, o príncipe D. Pedro queixava-se ao pai com grande amargura: “(...) fiquei regente, e hoje sou capitão-general, porque governo só a província [do Rio de Janeiro], e ainda assim assento que qualquer Junta o poderá fazer, para que Vossa Majestade se não degrade a si, tendo o seu herdeiro como governador de uma só província”. Mas nessa mesma carta contava: “Em São Paulo (...) formaram uma Junta Provisória, obedecendo-me, menos no que toca a dinheiro (...) mandaram-me dois deputados a cumprimentar-me”. Realmente, logo na segunda reunião da Junta, realizada a 25 de junho, foi decidido que se enviasse ao Rio uma delegação para participar a D. Pedro a instalação do novo governo. É certo que, traindo os pendores autonomistas existentes também em São Paulo, o governo no qual José Bonifácio sobressaía “esperava da bondade e magnanimidade de Sua Alteza Real que deixasse livre à Junta Provisória a disposição e economia do governo interior da província”. Mas, afinal, o que os governantes paulistas queriam era o que “já em parte se havia concedido aos governadores e capitães-generais das capitanias”,¹⁰ acrescido do “direito de representar os inconvenientes que possa ter qualquer lei ou decreto de Sua Alteza, vistas a localidade e circunstâncias da província”.

9 *Atas das Sessões do Governo Provisório*, pág. 3.

10 *Atas das Sessões do Governo Provisório*, pág. 7.

Não negava o Governo Provisório a primazia da autoridade do regente do reino do Brasil e apenas queria resguardar atribuições administrativas que só por um sistema de centralização excessiva lhe poderiam tirar. E nesse propósito de cuidar dos interesses de São Paulo dentro da comunhão brasileira, começou a trabalhar animosamente. As atas de suas sessões testemunham do mesmo passo o mais apurado espírito público com um senso de objetividade que seria dos membros ilustres, como os irmãos Andradas e Vergueiro. Bem se percebe que, sem concessões demagógicas, o Governo Provisório queria exprimir e representar a média dos interesses e das aspirações da província, realizando por antecipação o que prometia a chamada "regeneração política". Não desejava o governo paulista ter monopólio das reformas que se impunham e antes convidava "todos os homens de letras e pessoas zelosas do bem público" a lhe comunicarem "suas ideias sobre todos os ramos da Administração em memórias ou representações", a fim de que, depois de discutidas, fossem umas executadas e outras submetidas "à aprovação de Sua Alteza Real".

Homens de letras não faltavam no conjunto governamental. Não o eram José Bonifácio, Martim Francisco, Vergueiro, o padre-mestre Francisco de Paula e Oliveira, o professor André da Silva Gomes, o coronel Daniel Pedro Müller, sem falar em outros militares e eclesiásticos? Saint-Hilaire, na sua segunda viagem a São Paulo, no ano de 1822, andradista *avant la lettre*, atribuiu a José Bonifácio e Martim Francisco tudo o que se fez então de bom.¹¹ Embora fosse

11 Augusto de Saint-Hilaire, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, trad. de A. de E. Taunay, pág. 177.

indiscutível a preeminência dos irmãos Andradas, havia na pequena cidade que era então a capital da província outros homens, muitos deles moços, voltados para o estudo e atraídos pelas ideias políticas em voga. Se Mont'Alverne em 1816 já deixara o ensino da filosofia no colégio franciscano de São Paulo, desde 1817 frei José de Santa Eufrásia Peres lecionava teologia no convento do Carmo. Ao tempo do Governo Provisório, o padre-mestre Francisco de Paula e Oliveira tinha alunos de filosofia, entre os quais Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, que se aprofundou no conhecimento de Kant ouvindo as lições de Martim Francisco,¹² o tenente-coronel André da Silva Gomes formava latinistas, e compraziam-se no comércio das letras o desembargador Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, Justiniano de Melo Franco, o capitão Antônio Xavier Ferreira, Vicente Pires da Mota, o jovem José Antônio Pimenta Bueno, depois marquês de São Vicente, sem esquecer o marechal Arouche, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Antônio Mariano de Azevedo Marques, o mestrinho.

Esses e outros mais do mesmo feitio seriam os espectadores atentos da ação do Governo Provisório. Ação nem sempre a produzir grandes resultados à vista do desenrolar precipitado dos acontecimentos políticos. Em São Paulo repercutiam os sucessos do Rio e de Lisboa e os tranSES dinásticos em que começava a debater-se o príncipe D. Pedro, mais do que ninguém forçado à opção entre o Brasil e Portugal. Não tardaria esse momento, mas continuava teimosamente a crença de que seria possível manter a união entre os dois reinos, continuar, em pleno domínio das ideias liberais, a obra

12 Olegário H. de Aquino e Castro, "O Conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel", *R. I. H. G. B.*, tomo 41, parte II, pág. 248.

de D. João VI. Adstrito a tal pensamento, quis o Governo Provisório, numa admirável prova de espírito objetivo e a antecipar-se a normas depois adotadas de planejamento de ação política e administrativa, que os deputados paulistas às Cortes de Lisboa não se dispersassem em contraditórias iniciativas individuais e, ao contrário, tivessem o seu mandato norteado por princípios previamente aceitos de modo a lhes permitir um comportamento uniforme e sincrônico. Foi assim que, depois de pedidos às Câmaras da província todas as “memórias e apontamentos” concernentes ao bem geral, de solicitados às autoridades eclesiásticas, civis e militares os informes sobre cada ramo de administração, e de constituída uma comissão de redação composta de Oyenhausen, de José Bonifácio e do brigadeiro Jordão, foram organizadas as instruções aos deputados de São Paulo às Cortes de Lisboa, aprovadas em sessão do Governo Provisório.

Nessas instruções, publicadas sob o título de *Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório Para os Senhores Deputados da Província*¹³ havia de maneira iniludível a marca de José Bonifácio, constituindo “um programa completo, em que as necessidades primordiais do Brasil eram postas em foco e examinadas com um mínimo de declamação, de ênfase, de retórica, Redigira-as alguém que se habituara a ter método no estudo de qualquer problema e a não ficar na superfície das coisas. Não se tratava de um vão discurso, em que retumbassem palavras grandiloquas. De ‘maduros exames’ e de ‘sérias reflexões’ o grande documento se gabava com razão. Nenhum outro talvez, em toda a história de nossas sempre

13 Publicação da Tipografia Nacional, 1821, *apud Varnhagen, História da Independência*, pág. 103.

malogradas reformas, terá a sua importância; e muitos dos problemas nele abordados ainda não lograram solução.

“No momento em que foram feitas as *Lembranças e Apointamentos* a opinião dominante propendia para a continuação do sistema vigente em 1815 – de reino unido a Portugal. Nesse propósito elas assentavam e, assim sendo, dividiam-se em três partes, ou sejam negócios da união, negócios do reino do Brasil, negócios da província de São Paulo.

“Aceita a preliminar da integridade e indissolubilidade do reino unido, pugnavam as instruções pela igualdade de direitos civis e políticos ‘quanto o permitissem a diversidade dos costumes e território e das circunstâncias estatísticas’, davam alvitre sobre a sede da monarquia, sobre leis orgânicas da união, sobre a necessidade de um superpoder que fiscalizasse a ação dos três poderes do Estado, conhecesse de qualquer ato inconstitucional, verificasse as eleições de deputados às Cortes e dos membros do Conselho de Estado, e pronunciasse a suspensão dos ministros do Poder Executivo e dos magistrados, assegurando a igualdade da representação nas Cortes gerais e ordinárias.

“A parte mais desenvolvida das instruções dizia respeito ao Brasil, em doze itens, todos ferindo questões diretamente ligadas aos seus destinos, num golpe de vista que revelava o conhecimento de sua formação étnica e econômica, e de sua evolução histórica. As bases da nação que começava a constituir-se eram lançadas com um critério realista e objetivo, na verdade excepcional em época tão propícia a meras construções teóricas.

“A primeira preocupação voltava-se para o problema político da unidade brasileira: era conveniente que se estabelecesse um governo

geral executivo no reino do Brasil, a cuja autoridade ficassem subordinados os governos provinciais, definidas as raia dessa subordinação. Esse interesse pela unidade do país significava a profundidade dos sentimentos brasileiros de José Bonifácio e de seus companheiros da Junta governativa de São Paulo. A unidade do Brasil passava por uma crise terrível, nem sempre bem percebida pelos que viviam o drama da independência nacional, e não faltava quem a pusesse em risco por afeições bairristas ou devaneios doutrinários.

“O unionismo de José Bonifácio não pretendia abafar o legítimo regionalismo tão rico em expressões de vida e tão humano em suas peculiaridades. As províncias, como entidades políticas e culturais, deviam subsistir, e, ao mesmo tempo que se recomendava a demarcação dos limites externos do Brasil, propunha-se que também elas tivessem seus territórios demarcados. Não queria José Bonifácio incidir num erro que se tornaria regra no século XIX e ainda hoje é tão comum: a legislação copiada, os códigos plagiados, as leis importadas e mal traduzidas. Nem tampouco as leis feitas sem sentido prático, em bloco, sem atenderem ‘à diversidade de circunstâncias de clima e ao estudo da povoação, composta no Brasil de classes de diversas cores e pessoas, umas livres e outras escravas’. Deviam os deputados paulistas evitar que isso acontecesse quando se tivesse de tratar dos códigos civil e criminal.

“Dois objetos da maior importância, como diziam as instruções, estavam a exigir ‘as providências mais sábias e enérgicas’: a catequese e civilização dos índios bravos, a sorte dos escravos. Ao enumerar José Bonifácio os pontos fundamentais do ‘pacto social’ que se ia elaborar, não se esquecia do índio brasileiro e com a maior atenção cuidava dos negros escravizados, para emancipá-los e transformá-los em ‘cidadãos ativos e virtuosos’.

“Quem se tornara homem e formara o espírito no tempo das luzes não havia de omitir a instrução pública, das escolas primárias às universidades. Convencido da inviabilidade do ‘governo constitucional’ sem a ‘maior instrução e moralidade do povo’, sugeriu que, ‘além de haver em todas as cidades, vilas e freguesias consideráveis, escolas de primeiras letras pelo método de Lancaster, com bons catecismos para leitura e ensino dos meninos’, se criasse também em cada província do Brasil um ginásio ou colégio em que ‘se ensinasse as ciências úteis’. Assim, nas capitais das províncias era necessário fundar cadeiras de medicina teórica e prática, de cirurgia e obstetrícia, de arte veterinária, de elementos de matemática, de física e química, de botânica e horticultura experimental e de zoologia e mineralogia. Além desses colégios, consideravam as instruções como de ‘absoluta necessidade para o reino do Brasil que se criasse desde já pelo menos uma universidade’, com quatro faculdades, a primeira, filosófica, composta de colégios de ciências naturais, de matemáticas puras e aplicadas e de filosofia especulativa e boas artes, a segunda, de medicina, a terceira, de jurisprudência, e a quarta, de economia, fazenda e governo”¹⁴.

Outro problema relevante abordavam as instruções paulistas: a fundação de uma cidade central que servisse de sede à futura Capital do Brasil. À sabedoria de José Bonifácio, mal impressionado com os aspectos de cosmopolitismo que lobrigara no Rio de Janeiro, repugnava que o governo geral ficasse em cidade marítima, exposta a ataques externos e sem maior influência sobre o resto do Brasil. Da cidade que seria erigida em lugar de clima temperado, na latitude aproximada de quinze graus, partiriam estradas para as diversas

14 Octávio Tarquínio de Sousa, *José Bonifácio*, págs. 112-115.

províncias e portos de mar, e da sua construção decorreriam o devassamento e a conquista do interior do país. E precisamente porque havia o plano de uma autocolonização do vasto território brasileiro, as instruções cogitavam de uma nova legislação sobre o regime de terras, de uma reforma agrária, que substituísse a exploração latifundiária por meio de sesmarias pela da pequena propriedade territorial.

De todo inútil seria o esforço do Governo Provisório de São Paulo ao formular tão lúcido e oportuno programa de ação e dele nenhum proveito tirariam os deputados paulistas em Lisboa. Às palavras, promessas e atos ostensivamente liberais das Cortes misturava-se o ressentimento dos anos de subalternidade econômica e política consequentes às invasões francesas e à mudança da Família Real para o Brasil. Sem dúvida o Soberano Congresso parecia decidido a reconhecer e garantir aos cidadãos daquém-mar os mesmos direitos e prerrogativas assegurados aos cidadãos de Portugal. A Constituição protegeria igualmente a todos. Mas o que os constituintes lusos cada vez menos admitiam era a nação que se formara na América, era o povo que com características próprias se firmara onde antes existiram terras de conquista, era o reino do Brasil. As instruções aos deputados paulistas foram aprovadas em reunião do governo a 3 de outubro de 1821. Pois bem: dias antes, a 1 e a 29 de setembro, as Cortes haviam deixado explícitas as suas intenções em face do Brasil, num desafio a que este para logo responderia. Tal significado têm os decretos, o primeiro reorganizando a Junta Provisória e o governo das Armas da província de Pernambuco e o segundo determinando a forma da administração política e militar das províncias do Brasil.

Extinguia-se de um golpe o governo geral ou central do reino americano, substituído por juntas provinciais desligadas umas das

outras, sendo que as matérias concernentes ao poder contencioso e judicial, à administração da Fazenda e ao governo das Armas ficavam na dependência direta de Lisboa e das Cortes. Realizava-se assim o plano aos poucos revelado de dividir o Brasil, de anulá-lo, de fragmentá-lo em meras províncias ultramarinas de Portugal. E, como corolário indiscutível, novo decreto das Cortes, de 29 de setembro, ordenava que D. Pedro regressasse “quanto antes” a Portugal e passasse a viajar incógnito pelas cortes e reinos de Espanha, França e Inglaterra, uma vez que regulada como fora “a forma do Governo e Administração Pública das províncias do Brasil”, a permanência do príncipe no Rio de Janeiro se tornava “não só desnecessária, mas até indecorosa à sua alta hierarquia”. Na verdade, que ficaria ele fazendo aqui, sem função, sem posição, sem ocupação, na simples capital de uma simples província ultramarina?

A reação do Governo Provisório de São Paulo, determinada pela atitude das Cortes, bem se pode dizer com rigor histórico que já se conhecia por antecipação. Da ata da 43ª sessão de 6 de outubro de 1821 (e os decretos antes comentados só foram conhecidos no Rio a 9 de dezembro), consta que ficou decidido mandar um ofício a D. Pedro “no qual o governo, julgando como uma calamidade pública sua ausência para Portugal, e reputando a sua existência no Brasil como um laço da maior precisão para a continuação da integridade e categoria deste reino, se lhe peça a sua conservação nele”¹⁵. Advertido pelos rumores que circulavam acerca da possível partida de D. Pedro – este mesmo, em face da confusão dos suces-

15 *Atas das Sessões do Governo Provisório de São Paulo, 1821-1822, vol. II, pág. 68.*

sos, em carta de 21 de setembro pedira ao pai que o dispensasse do “emprego” de regente –, e diante da política separatista de várias juntas, notadamente a da Bahia, decidira o governo paulista fazer um apelo ao príncipe e, tamanha importância dava ao mesmo, que encaminhou cópia a todas as províncias do Brasil. “A mão oculta de alguns homens, ou intrigantes, ou alucinados, ou ambiciosos, ou, finalmente, míopes em matéria política, trabalha por malograr os saudáveis frutos de nossa união, tentando arrancar a V.A.R. deste reino, e com a sua retirada – a maior das calamidades públicas – desmembrar ou retalhar o Brasil em províncias separadas”,¹⁶ dizia a D. Pedro o governo paulista, sem nenhuma ilusão mais a respeito dos desígnios dos dirigentes das Cortes e seus asseclas, que eram “desmembrar ou retalhar o Brasil em províncias separadas”.

Se assim já pensava em princípios de outubro de 1821 o governo de São Paulo, só poderia reafirmar seus propósitos e agir em consequência ao tomar conhecimento dos atos das Cortes acerca do sistema administrativo do Brasil e da ordem de regresso do príncipe regente. Com efeito, chegando à capital paulista o número da *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, de 11 de dezembro, em que vinham publicados os decretos, logo a 21 se reuniram em sessão especial os membros do governo e unanimemente acordaram que se escrevesse a D. Pedro rogando-lhe a não execução dos decretos até a ida ao Rio de uma delegação que lhe representaria a respeito¹⁷. Decidiram ainda que se oficiasse ao governo de Minas Gerais e a todos os outros do reino do Brasil para que procedessem da mesma

16 Alberto Sousa, *Os Andradas*, vol. II, pág. 367.

17 *Atas das Sessões do Governo Provisório*, vol. II, pág. 98.

maneira. A Câmara Municipal, em sessão de 19, já se antecipara em iniciativa idêntica, de sorte que na cidade de São Paulo, no círculo de seus dirigentes, não havia discrepância no tocante ao rumo a seguir em hora tão grave.

Mas não apenas aos paulistas ocorrera pedir ao príncipe que não cumprisse os decretos de 29 de setembro e ficasse no Brasil: no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, fosse porque já se vinham desenvolvendo trocas de impressões e pontos de vista entre fluminenses, mineiros e paulistas, fosse porque para os que queriam resguardar a unidade brasileira a presença de D. Pedro na regência logo se apresentara como um imperativo dessa política, o mesmo alvitre se impôs. É ponto histórico próprio para estimular competições provincianas, apurar e reivindicar primazia no movimento em prol da permanência do príncipe. Tão evidentes se mostravam as vantagens, para a defesa do Brasil unido, da continuação de um governo central no Rio, que a ideia deveria solicitar simultaneamente a atenção e o interesse de brasileiros vários em regiões diversas. No Rio de Janeiro logo se puseram em cena os frequentadores do Clube da Resistência, com sede na casa do mineiro José Joaquim da Rocha, buscando, por meio de familiares da Corte, sondar as intenções de D. Pedro. Este, já a 14 de dezembro de 1821, anuíra aos desejos dos que lhe pediam que ficasse, e a 15 estava escrita ou esboçada representação que lhe seria apresentada. Ao mesmo tempo cuidaram os patriotas do Rio de angariar o apoio de Minas Gerais e de São Paulo, para onde foram despachados emissários – Paulo Barbosa da Silva e Pedro Dias Pais Leme.

Ao chegar o último à capital paulista, a 23 de dezembro, já ali encontrou a Câmara Municipal e o Governo Provisório resolvidos desde os dias 19 e 21 a rogar a D. Pedro que não cumprisse os

decretos de 29 de setembro, não partisse e esperasse a deputação que São Paulo lhe mandaria. Resolvera mais o Governo que nesse sentido se oficiasse ao príncipe regente, cabendo a José Bonifácio a incumbência da redação do documento. O Andrada ilustre, que tinha como escopo primordial preservar a integridade do Brasil e, apegado a esse pensamento, usava do máximo de prudência em qualquer ato que a pudesse pôr em risco, estava doente, atacado de uma erisipela. Em Santana, na antiga casa jesuítica onde morava, procurou-o Pedro Dias Pais Leme, em noite chuvosa, narrando-lhe o que se passava no Rio, ao mesmo tempo que fazia entrega a Martim Francisco de uma carta de José Joaquim da Rocha.

Questão histórica que provavelmente jamais se elucidará é a de saber se José Bonifácio já escrevera o ofício a D. Pedro quando recebeu o emissário fluminense. A ata da reunião do governo do dia 23 deixa entrever qualquer discordância ou reserva de atitude da parte de Oyenhausen, suscitada talvez pelos termos do ofício ao regente. Seja como for, a solidariedade do Rio de Janeiro só terá tido o efeito de exaltar ainda mais o ânimo já de si exaltado do grande brasileiro e a carta que recebeu a data de 24 de dezembro saiu flamante e calorosa, ao mesmo tempo súplica e apóstrofe, apelo e anátema. Em tom de andradino furor, dizia: "apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto das Cortes acerca da organização dos governos das províncias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos nele exarado o sistema da anarquia e da escravidão (...) o segundo nada menos pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos e até deixar-nos em mísera orfandade (...)".

Percebendo de súbito o alcance das medidas votadas pelas Cortes, o intuito mal disfarçado de esfacelar o Brasil, continuava:

“como ousam desmembrá-lo em porções destacadas, isoladas, sem lhe deixarem um centro comum de força e de união?” E dirigindo-se diretamente a D. Pedro, com absoluta franqueza: “Sim, Augusto Senhor, é impossível que os habitantes do Brasil, que forem honrados e se prezarem de ser homens, e mormente os paulistas, possam jamais consentir em tais absurdos e despotismos; sim, Augusto Senhor, V. A. Real deve ficar no Brasil quaisquer que sejam os projetos das Cortes (...). Se V. A. Real estiver, o que não é crível, pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder perante o céu do rio de sangue que decerto vai correr pelo Brasil com sua ausência, pois seus povos, quais tigres raivosos, acordarão decerto do sono amadornado em que o velho despotismo os tinha sepultado (...) Nós rogamos, portanto, a V. A. Real (...) haja de suspender a sua volta para a Europa (...) nós lhe rogamos que se confie corajosamente no amor e na fidelidade dos seus brasileiros e ,mormente, dos seus paulistas (...).”

Palavras de tanto fogo não poderiam deixar de satisfazer os patriotas do Rio e de impressionar no mais fundo de sua natureza vibrátil o príncipe D. Pedro. E foi o que aconteceu. Mal regressou de São Paulo Pedro Dias Pais Leme e pôs o ofício do governo paulista em mãos de seu augusto destinatário, este entrou em crise de entusiasmo, a antever mais nitidamente o destino que o Brasil lhe reservava. As Cortes de Lisboa, na cegueira com que se conduziam, haviam nos dois decretos de 29 de setembro ferido de um só golpe a suscetibilidade patriótica dos brasileiros e o pundonor de homem do príncipe. Recebendo a inflamada mensagem paulista, D. Pedro quis, antes de mandar publicá-la, que todo o Rio de Janeiro

dela tivesse conhecimento, e por isso incumbiu o Intendente Geral de Polícia João Inácio da Cunha de fornecer uma cópia a Meneses Drummond. Pouco depois, na loja de livros de Manuel Joaquim da Silva Porto, na Rua da Quitanda, esquina da de São Pedro, centro das novidades políticas da cidade, apareceu Drummond, leu aos presentes o ofício do Governo de São Paulo, permitiu que fosse copiado, dirigindo-se depois ao quartel do 1º regimento de cavalaria e à Alfândega, sempre a exhibir o documento, a divulgá-lo com ar de quem desvendava um segredo.

Tão grande impressão causou em D. Pedro o apelo que lhe vinha da capital de São Paulo que logo no dia seguinte escrevia a D. Joao VI esta carta: "Rio de Janeiro, 2 de Janeiro de 1822. Meu Pai e meu Senhor. Ontem pelas oito horas da noite chegou de São Paulo um próprio, com ordem de entregar em mão própria o ofício que ora remeto incluso, para que Vossa Majestade conheça e faça conhecer ao Soberano Congresso quais são as firmes tenções dos paulistas, e por elas conhecer quais são as gerais do Brasil. Ouço dizer que as representações desta província são feitas no dia 9 do corrente; dizem mais que São Paulo escreveu para Minas; daqui sei que há quem tem escrito para todas as províncias, e dizem que tudo se há de fazer debaixo de ordem. Farei todas as diligências por bem para haver sossego e para ver se posso cumprir os decretos ns. 124 e 125, o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra por toda a parte". Dessa carta depreende-se, sem nenhuma dúvida, que D. Pedro já estava em confabulação com os patriotas e inclinado a desempenhar o papel que lhe tocou em nossa emancipação política. "Ouço dizer", "dizem mais", eram expressões não só de agrado pelas notícias que mandava ao pai como de mal dissimulada cumplicidade. O ofício de São Paulo anunciava a posição da grande

província, dissipando hesitações e dúvidas ainda subsistentes em espíritos mais timoratos.

A importância da comunicação do governo paulista, conhecida no Rio antes da de qualquer outro, pode ser avaliada por sua consequência mais direta: a entrega do ministério do Reino e dos Estrangeiros a José Bonifácio, no momento preciso em que D. Pedro, desobedecendo às cortes e identificando-se com o país de adoção, iniciava uma ação política cujo desfecho seria inevitavelmente a ruptura completa com Portugal, a emancipação total, postas de parte quaisquer ilusões acerca da manutenção do regime de reino unido, com o Brasil, livre e uno, em pé de igualdade com a antiga metrópole. O processo da independência brasileira ia sofrer mais intimamente o ascendente do paulista que, ao influir em sua província na organização do Governo Provisório de 23 de junho de 1821, dera a medida do seu gênio plástico, de sua visão oportunista, do seu dom de não sacrificar as necessidades e interesses permanentes às fórmulas e pregões da moda política. Quem tanto decantava o brio e o zelo de São Paulo entrava para o Ministério do Rio na decisão inapelável de servir à unidade do Brasil, de formar e constituir o vasto Império anunciado no seu discurso de despedida na Academia das Ciências de Lisboa. Ninguém mais brasileiro do que esse paulista. Ninguém mais patriota do que esse brasileiro que vivera fora do país trinta e sete anos.

De janeiro a setembro de 1822, em menos de oito meses, numa sucessão rápida, os acontecimentos políticos foram se encaminhando inevitavelmente para o desfecho da Independência. Para o ato inicial, que foi a permanência de D. Pedro no Brasil, consubstanciado no “Fico”, de 9 de janeiro, a colaboração paulista assumiu enorme

importância. O ofício de 24 de dezembro do Governo Provisório dera ao príncipe e aos patriotas do Rio a certeza de que não se aventuravam sozinhos à grande empresa, e, de tal maneira confiava D. Pedro na lealdade de São Paulo que, diante das ameaças da tropa portuguesa do Rio, sob o comando de Avilez, por causa do “Fico”, logo recorreu ao Governo Provisório, pedindo o envio “de uma força armada que, não desfalcando a província, ajude a do Rio de Janeiro”. Com a máxima diligência providenciou São Paulo, ficando o Governo Provisório em sessão permanente até o momento em que as tropas se puseram em marcha, respondendo ao príncipe regente que mandaria para o Rio um corpo de mil e cem praças de 1ª e 2ª linhas, composto de um batalhão de caçadores de 1ª linha, um de infantaria de 2ª e dois esquadrões de cavalaria, toda a força sob o comando do coronel Lázaro José Gonçalves, secretário da Guerra. Sem hesitações, sem perda de tempo, as medidas foram de pronto tomadas, como deixa claro a ata da sessão do governo¹⁸, deliberando-se também pedir ao governo de Minas que auxiliasse o Rio de Janeiro na proporção da ajuda paulista. Aos antigos títulos desses corpos de linha e milícia o governo de São Paulo juntou o de “Leais Paulistanos”, e dentre as dezenas de determinações tomadas na ocasião figuram a autorização ao coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo para alistar nas vilas do norte da província “aqueles cidadãos abastados que se oferecerem para a Guarda de Honra de Sua Alteza Real”.¹⁹

Dispunha-se São Paulo com a maior solicitude a defender o governo do Rio de Janeiro, no qual divisava a garantia do Brasil

18 *Atas das Sessões do Governo Provisório*, págs. 112-118.

19 *Idem*, pág. 117.

unido, e cavalheirescamente desde logo formava a Guarda de Honra do príncipe, aquela mesma que figuraria em dias próximos na cena do Ipiranga. Durante várias semanas, enquanto não embarcava para Portugal a Divisão Auxiliadora e D. Pedro lhe aturava “os desaforos e faltas de palavra”, o governo paulista cuidou apenas de preparativos militares. Se dessa decisão de socorrer o governo do Rio ninguém discordava, infelizmente não tardariam desinteligências e rivalidades em gente que durante algum tempo, ao menos aparentemente, vivera em harmonia. Com a ida de José Bonifácio para o Rio e seu ascendente no espírito do príncipe e na direção da política, surgiram em São Paulo, no governo e em alguns círculos, indisposições contra Martim Francisco e os amigos mais dedicados dos Andradas. Martim Francisco, orgulhoso, austero, rude e de um brasileiro agressivo, não parecia próprio para angariar simpatias e desfazer prevenções. De outra parte, o coronel Francisco Inácio, nascido em São Paulo, mas educado em Portugal, de feitio autoritário, comandante da força pública e comerciante de grandes cabedais, apoiado secretamente pelo presidente Oyenhausen e instigado pelo ouvidor José da Costa Carvalho, passou a combater Martim Francisco e a exercer ação contrária aos desígnios dos Andradas. Era uma competição a que faltavam, em hora tão grave, motivos superiores, e explicável em grande parte por mesquinhas rivalidades. Ao lado de Martim Francisco estavam velhos elementos paulistas, como o brigadeiro Jordão e o marechal Arouche, e entre os seus adversários figuravam elementos menos afeitos talvez ainda ao sentido que os sucessos iam tomando de rompimento completo com Portugal.

Daí a “bernarda de Francisco Inácio”, em 23 de maio de 1822, movimento que forçou a retirada de Martim Francisco e do brigadeiro Jordão do governo paulista. Essa subversão da ordem mereceu do

governo do príncipe regente formal condenação. Ciente dos manejos anteriores, José Bonifácio chamara Oyenhausem ao Rio desde 10 de maio e Costa Carvalho desde 21 do mesmo mês. A chefia do governo paulista iria ter às mãos de Martim Francisco e isso aumentaria o ódio de seus inimigos. Mas posto fora da província à guisa de castigo, receberia, apenas chegado ao Rio de Janeiro, a nomeação de ministro da Fazenda. Triunfavam os Andradas e os andradistas e bem se adivinha que a situação em São Paulo ia sofrer completa transformação. Mais do que nunca D. Pedro prestigiaria o seu ministro José Bonifácio, os seus ministros brasileiros e paulistas. Da escuridão de 1821, os acontecimentos no Brasil, em meados de 1822, já se apresentam numa meia-luz que não tardaria a transmudar-se em claridade de sol pleno. Do “Fico” e da formação do Conselho de Procuradores como centro de unidade, à concessão do título de Defensor Perpétuo, convocação da Assembleia Constituinte, aos manifestos de agosto, foram sucessivamente tomadas decisões irretratáveis e para o ato final da ruptura com Portugal quase nada faltava.

Extremamente feliz fora a viagem de D. Pedro a Minas Gerais, em abril, pacificando os ânimos e conquistando em definitivo a solidariedade da grande província. Menos feliz não seria o príncipe numa excursão a São Paulo, já que lhe sobravam simpatia e perspicácia, autoridade e astúcia. Desde fins de março, muito antes, pois, da chegada de Francisco Inácio, constava “com alguma certeza” na cidade de São Paulo que o príncipe se dispunha a visitá-la²⁰. E, depois dos distúrbios de 23 de maio, a Câmara Municipal, em reunião

20 *Atas das Sessões do Governo Provisório*, sessão de 1 de abril de 1822, pág. 127.

de 31 de julho, decidindo enviar ao Rio uma deputação, com várias incumbências, dava-lhe também a de “obter do príncipe regente a sua vinda à província quer para pessoalmente conhecer o quanto era benquisto nela e respeitadas as suas determinações, quer para poder avaliar quanto diversificavam da verdade as informações que tinha sobre a situação política da capital”.²¹ Por último, mais do que todos desejavam os Andradas que D. Pedro, com a sua presença, resolvesse a questão paulista, não lhes parecendo admissível sequer que pudesse adotar qualquer procedimento que os contrariasse. Oyenhausen e Costa Carvalho já haviam tomado o caminho do Rio desde 17 de julho, uma vez que não lhes seria mais possível tergi-versar, à vista da carta régia de 25 de junho, na qual o regente lhes ordenava a fiel e pronta obediência das portarias que os chamaram à Corte.

A 14 de agosto de 1822 partiu D. Pedro para a cidade de São Paulo, levando em sua companhia Luís de Saldanha da Gama, depois marquês de Taubaté, Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, o alferes Francisco de Castro Canto e Melo e os criados particulares João Carlota e João Carvalho. A essa exígua comitiva juntaram-se na Venda Grande o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo e o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, parente dos Andradas, e depois, em São João Marcos, Areias, Pindamonhangaba, diversas outras pessoas. Em Santa Cruz negou-se o príncipe a receber Oyenhausen e em Lorena mandou lavar por Saldanha da Gama, secretário político, decreto dissolvendo o governo provisório paulista, dispensando uma guarda de honra de trinta e duas praças organizada por Francisco

21 Machado de Oliveira, *op. cit.*, pág. 280.

Inácio. Atestou por esses atos sua disposição de ânimo, confirmada pela recusa em acolher, em Mogi das Cruzes, emissários do Governo e da Câmara de São Paulo. Mas decidido a não transigir com os que haviam se oposto às suas ordens “com manifesta desobediência e rebeldia”, como dissera na carta régia de 25 de junho, não se cercara de tropas e tinha certeza de que se imporá pelo prestígio pessoal e pelo da causa que encarnava.

À povoação da Penha chegou D. Pedro a 24 de agosto e lá dormiu, mandando antes a São Paulo Canto e Melo e Francisco Gomes da Silva a fim de sondarem o que se passava. Perfeita quietação, assim resumiram os dois mensageiros, de volta da missão, à meia-noite. No dia seguinte, ainda da Penha, onde assistiu missa, ditou ordens ao secretário Saldanha da Gama, uma sobre a hora em que a Câmara paulistana, escoimada dos elementos bernardistas e acrescida dos vereadores “transactos”, o deveria receber, e outra chamando o ouvidor de Itu, Jose de Medeiros Gomes, para servir na capital da província. Afinal entrou D. Pedro em São Paulo, acompanhado da Guarda de Honra e de pessoas do povo e, recebido debaixo de pátio, foi à Sé, onde se cantou o *Te Deum* e depois ao paço para o beija-mão. Na noite de 25 a Câmara e muitas casas particulares puseram luminárias, e a 26 os vereadores, cobertos com o real estandarte, saíram da Câmara a fim de irem ao beija-mão do príncipe, saudado por Manuel Joaquim de Ornelas, em detestável retórica, como o “astro luminoso que raiando do nosso horizonte, veio dissipar para sempre, com os seus brilhantes raios, as negras e espessas sombras que o cobriam”.

Cidade pequena e quase humilde era o São Paulo que hospedou D. Pedro em 1822. Em vinte e oito ruas, dez travessas, sete

pátios, seis becos, com 1.866 fogos, moravam 5.925 habitantes, ou 6.920, incluídos os dos arrabaldes, e bairros mais afastados. Nessa população na qual o elemento feminino ascendia a mais de 60%, contavam-se sete médicos e cirurgiões-mores, três boticários, dois advogados, três letrados, três professores de gramática, um de retórica, um de filosofia, um de teologia dogmática, três de aulas de primeiras letras, um tabelião, quatro requerentes, um solicitador, dois meirinhos, noventa e duas costureiras, quarenta e oito rendeiras, quarenta e seis negociantes de fazendas secas, um .de fazendas secas e molhadas, quarenta e cinco de molhados, um de fazendas secas e ferragens, um de ferragem, e quase todos os ofícios e profissões estavam representados – lavradores, tropeiros, carpinteiros, alfaiates ferreiros, ferradores, sapateiros, ourives, marceneiros, seleiros, pintores, pedreiros, músicos, padeiros, seringueiros, relojoeiros, latoeiros, etc.²². Um único barbeiro acumulava o ofício com o de sineiro da Sé.

Em São Paulo D. Pedro logo se pôs a trabalhar como era do seu feitio. Joaquin Floriano de Toledo, chamado para servir no gabinete do príncipe, informou que o serviço começava às oito horas da manhã, acabando muitas vezes a uma ou duas horas da noite²³. Conversando, ouvindo, decidindo questões urgentes, seus dias eram de intensa atividade. A Francisco Inácio de Sousa Queiroz e Miguel José de Sousa Pinto, que se apresentavam para beijar-lhe a mão, D. Pedro ordenou, esquivando-se à homenagem que seguissem sem demora para o Rio. Mas recebeu, simpático e cordial, as delegações

22 Afonso A. de Freitas, "São Paulo no Dia 7 de Setembro de 1822", *Rev. Inst. Hist. de São Paulo*, vol. 22, pág. 34.

23 *R. I. H. G. B.*, tomo 41, parte II, pág. 352.

que vinham saudá-lo de Itu, de Sorocaba, de Campinas, de Santos. Talvez tenha sido impiedoso com o capitão-mor ituano, o velho Vicente da Costa Taques Góis e Aranha, rindo-lhe nas bochechas pelo ridículo de sua incrível farda – “casacão cor de sangue, camisa de babados, bicorne preto galonado de oiro, cabeleira de massacrococos e rabicho, com um sovelão à cintura”²⁴.

Não seria possível na modesta cidade de então proporcionar ao príncipe hospedagem que o deslumbrasse. Aliás, sua vida no Rio estava longe de qualquer magnificência e, ao contrário, se tornara ainda mais simples depois do regresso de D. João VI. Não obstante, o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e o coronel Antônio da Silva Prado, paulistas abastados, souberam obsequiá-lo da melhor maneira. O importante era que a orientação política da província não colidisse com a do gabinete do Rio. E isto foi conseguido, embora a 29 de agosto, presente D. Pedro na cidade de São Paulo, ao se realizarem as eleições para o novo Governo Provisório, lograsse Oyenhausen vinte e três votos para presidente e figurassem entre os mais votados para secretário e deputados do governo alguns dos chefes do levante contra a predominância dos Andradas. Mas a direção da província, pela influência de homens como Paula Sousa e Arouche, coube a elementos favoráveis a José Bonifácio e Martim Francisco.

Nesse dia 29 de agosto, dia da eleição, D. Pedro iniciaria a mais séria e mais escandalosa de suas aventuras de amor. Em carta de 31 de agosto de 1828, diria ele à marquesa de Santos: “O dia vinte e nove deste mês em que começaram nossas desgraças e desgostos em consequência de nos ajuntarmos pela primeira vez (...)”. É verdade

24 Alberto Rangel, *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, pág. 35.

que em outra carta, de 27 de dezembro de 1825, aludira a data de 30 de agosto de 1822 como a do começo dessa ligação. Em São Paulo conheceria então a mulher que mais contaria em sua vida de grande erótico, e essa mulher iria influenciá-lo nas relações com os seus melhores amigos paulistas, com os seus amigos Andradas. Nada, porém, contra eles insinuou D. Domitila de Castro nos primeiros encontros com o príncipe, já que só depois, quando caso se tornou notório, a procurariam como instrumento de intrigas e rivalidades provincianas. E tão firmes eram os sentimentos do príncipe em relação a José Bonifácio, que antes de regressar ao Rio de Janeiro, indo, a 5 de setembro, inspecionar as fortalezas de Santos, não deixou de visitar lá a família do seu grande ministro.

Foi na volta de Santos, no lugar chamado Moinhos, que o alferes Francisco de Castro Canto e Melo, sabedor da chegada do correio especial da Corte com despachos e cartas, deu disso notícia a D. Pedro. Pôs-se este logo a galope, ao encontro do emissário do Rio, na besta baia gateada que montava, e no alto da colina próxima do Ipiranga avistou-se com Paulo Bregaro e Antônio Ramos Cordeiro, que lhe entregaram vários papéis – decisões das Cortes de Lisboa, cartas da princesa D. Leopoldina, de José Bonifácio, de Antônio Carlos e parece que também que de D. Joao VI e do cônsul britânico Chamberlain. A leitura dessa correspondência determinaria sem delongas o ato que vinculou definitivamente São Paulo à proclamação da independência do Brasil. De Lisboa era o príncipe notificado de que permaneceria temporariamente no Rio, não como regente autônomo do reino do Brasil, mas como mero delegado das Cortes e só nas províncias onde exercesse autoridade efetiva, ficando as demais subordinadas diretamente ao Soberano Congresso; seus ministros seriam nomeados em Lisboa; fora anulada a convocação do Conselho de Procuradores e

mandados submeter a processo todos quantos tivessem contrariado as ordens das Cortes.

Se essas comunicações não bastassem para suscitar a reação do príncipe, as cartas que recebeu a levariam ao auge. D. Leopoldina instigava-o a uma definição iniludível e José Bonifácio clamava: “Senhor, o dado está lançado e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha V.A. quanto antes, e decida-se, porque irresolução e medidas de água morna à vista desse contrário que não nos poupa, para nada servem, e um momento perdido é uma desgraça”. Instava o grande Andrada pelo regresso imediato de D. Pedro ao Rio, mas ponderava-lhe que um momento perdido poderia sacrificar tudo. Nada de extraordinário, pois, que, lendo os papéis e após “um momento de reflexão”, como assevera o alferes Canto e Melo, dissesse logo: “É tempo! Independência ou morte! Estamos separados de Portugal!”²⁵. Salvava o momento cuja perda constituiria uma desgraça. Segundo a versão do padre Belchior Pinheiro, testemunha e comparsa, pediu-lhe o príncipe que lesse os papéis e, ouvida a leitura, arrebatou-lhos das mãos, amarrotou-os e pisou-os, em transe de violenta cólera. Mas depressa se dominou, quis conselhos, procurou refletir. E o padre: “Se V. Alteza não se faz rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação. D. Pedro caminhou alguns passos silenciosamente (...) de repente estacou-se já no meio da estrada e prorrompeu: “eles o querem, terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de ‘Rapazinho’ e de ‘Brasileiro’. Pois verão agora quanto vale o ‘Rapazinho’. De hoje

25 Melo Morais, *Brasil-Reino e Brasil-Império*, pág. 382.

em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal”. E indo ao encontro dos dragões da Guarda de Honra repetiu a proclamação.

Estava concluída a independência do Brasil, junto do Ipiranga. Como remate indispensável D. Pedro arrancou do chapéu o laço azul e branco, jogou-o ao chão e gritando “Laço fora, soldados!”, desembainhou a espada e jurou pelo seu sangue, pela sua honra, por seu Deus, fazer a liberdade do Brasil. Ipiranga, ou “Piranga”, como então se grafava, não era, em 1822, no perímetro da cidade de São Paulo, mas não ficava longe, e para ela se dirigiu alvoroçado o príncipe. Não tardou que logo se espalhasse o que acontecera. Os paulistanos sentiram-se no dever de comemorar sem demora o feito por que todos ansiavam e logo se projetou uma festa no teatro, à noite. D. Pedro desenhou incontinenti o molde da legenda “Independência ou Morte”, fundido em ouro pelo ourives Lessa, da Rua da Boa Vista, e compôs um hino. Outro poeta, sincero e canhestro como ele, o alferes Tomás de Aquino e Castro, preparou versos gratulatórios.

No teatro o entusiasmo atingiu ao paroxismo ao aparecer o príncipe que se fizera brasileiro. O grupo que estava no camarote nº 11, composto do padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, padre Ildefonso Xavier Ferreira, padre José Antônio dos Reis, padre Vicente Pires da Mota, Antônio Mariano de Azevedo Marques, José Inocêncio Alves Alvim e José Antônio Pimenta Bueno, foi dos mais calorosos, gritando padre Ildefonso “Independência ou Morte!” e dando um viva ao primeiro rei do Brasil ou primeiro rei brasileiro. Aquino e Castro, que também gritou “Independência ou Morte!”, deu vivas ao rei do Brasil e recitou um soneto que assim terminava:

*"Será logo o Brasil mais que foi Roma
Sendo Pedro seu primeiro imperador".*

Representou-se a peça *O Convidado de Pedra*, tão em voga, então, e durante os intervalos a plateia cantava o hino da autoria de D. Pedro:

*"Por vós, pela Pátria
O sangue daremos.
Por glória só livres
Vencer ou morrer".*

À musa do príncipe atribuíra também uma décima, glosando o mote "Independência ou Morte", cujos versos finais eram:

*"Todo o brasileiro é forte;
Agora venha do Norte
Quem nos pretende atacar
Independência ou morte!".*

E nós lhe faremos bradar

Mas a alegria dos paulistanos misturava-se de inquietação. Não se tinha certeza da unanimidade do sentimento do Brasil e José Bonifácio em sua carta aludira ao preparo em Portugal de um exército de 7.500 homens, que se reuniria ao que estava na Bahia. A gente que aplaudira D. Pedro, no teatro, vinha tratando de organizar um “corpo cívico” para “fazer frente aos desorganizadores europeus externos e internos”, quando foi surpreendida com o “grito de independência absoluta do Brasil” e quis então formar o “Corpo da Independência”, para o que pediu a anuência do príncipe. Este, em sua resposta de 9 de setembro, agradecendo a “lembrança patriótica” do povo da capital de São Paulo, concordou, mandando, entretanto, que o corpo se denominasse “Sustentáculo da Independência Brasileira”. À frente desse corpo estava o coronel Anastácio de Freitas Trancoso, auxiliado pelos Dr. Justiniano de Melo Franco, capitão Antônio Xavier Ferreira e cirurgião-mor José Gonçalves Gomide. São Paulo, que se antecipara na defesa da unidade nacional, que previra o alcance da permanência de D. Pedro no Brasil, dispunha-se a sustentar a obra para que tão decisivamente concorrera. E como primeiro testemunho do que o Brasil ficaria a dever a São Paulo, o príncipe escreveu na sua despedida aos “Honrados paulistanos” estas palavras que a História não deixará que se apaguem: “Eu vos asseguro que coisa nenhuma me poderia ser mais sensível do que o golpe que minha alma sofre, separando-me dos meus amigos paulistanos, a quem o Brasil e eu devemos os bens que gozamos e esperamos gozar de uma constituição liberal e judiciosa (...)”.

Os ingleses e o tráfico de escravos

Nos últimos anos do século XVIII os ingleses ainda dominavam mais de metade do comércio de escravos. Tiranizar negros, transportá-los na promiscuidade de imundas embarcações, vendê-los para serem submetidos a ignóbil cativeiro não arrepiava os melindres desses e outros povos cristãos. Para o Brasil cedo afluíram os negros e, mãos e pés dos seus senhores, eram a bem dizer a única expressão organizada do trabalho. No começo do século XIX, entretanto, tendo abolido (1807) o tráfico de escravos nas suas colônias, passaram os ingleses a mover-lhe por toda parte uma guerra tenaz, alternando com as imposições mal disfarçadas dos tratados diplomáticos a ação direta nos mares pelo apresamento dos navios negreiros.

Base de todas as atividades econômicas do Brasil colonial, a escravidão, alimentada pelo tráfico, iria constituir o mais difícil problema a ser resolvido por ocasião da Independência. Intervindo nele, chegando a querer ditar-lhe solução imediata, o governo britânico dilatou a tutela exercida havia tanto tempo sobre Portugal ao novo país que se fundava na América. Os primeiros tempos da estada de D. João no Brasil foram de influência inglesa exclusiva e indisfarçável. Ao lado do poder do governo que aqui se estabeleceu, como que se instalou outro poder, aquele que em franca expansão de sua economia capitalista dominava os mares e disputava a primazia no comércio mundial. A Inglaterra atuava no mundo inteiro a serviço de sua indústria já florescente e do seu "corpo mercantil" a cuja "ditadura" era justamente acusada de dobrar-se. As grandes

medidas tomadas de início pelo príncipe regente, dentre as quais nenhuma excedeu de alcance a abertura dos portos, aproveitaram principalmente aos ingleses. E estes não demoraram a consolidar as vantagens obtidas em consequência de atos de natureza geral, forçando a celebração de dois tratados, um de amizade e aliança, outro de comércio e navegação.

Não será necessário analisar com minúcia os tratados de 1810, que Lord Strangford negociou num espírito de quem se dispusera a arrancar do mais fraco o máximo possível, para verificar que o Brasil se tornava, como já fora e continuaria a ser Portugal, em outra “vinha do Inglês”. Apenas assinados os tratados, não faltou quem lhes apontasse os excessos a favor da Inglaterra. Hipólito da Costa, por exemplo, de Londres, pelo *Correio Brasiliense*, discerniu o que havia de inconveniente e nocivo nos pactos extorquidos ao governo do Rio de Janeiro. Não existia reciprocidade nas estipulações firmadas; alguns gêneros brasileiros, como o açúcar e o café, que concorriam com as produções das colônias inglesas, se viam automaticamente excluídos do mercado britânico; a Inglaterra obtinha uma tarifa preferencial de 15% para as suas mercadorias, enquanto que as de Portugal ou transportadas em navios portugueses pagavam 16% e as de outros países, vindas em barcos estrangeiros, estavam sujeitas a taxação de 24% *ad valorem*. No tratado de amizade e aliança dava-se à Inglaterra o privilégio de cortar madeiras para a construção de seus navios de guerra, nos bosques, florestas e matas do Brasil, e ainda a permissão de construir, prover e reparar os mesmos navios nos portos e baías brasileiros.

Sem dúvida houve incontestáveis vantagens para os habitantes do Brasil com a importação de produtos britânicos, e alguns dos

hábitos e estilos de vida adotados ao contágio da nova influência lhe devem ser levados a crédito. Thomas Sunter, ministro dos Estados Unidos junto a Corte do Rio, acabou por considerar os tratados de 1810 benéficos aos nossos interesses, uma vez que os portos brasileiros foram inundados de mercadorias britânicas vendidas muito barato e os nossos produtos alcançavam preços mais elevados do que devia permitir a tarifa em vigor. Dada a tendência para a baixa, dominante nos centros fabris da Inglaterra, e marcando a pauta de importação taxas fixas para certos produtos cujos preços variavam, havia artigos que em vez de 15% pagavam efetivamente 25 e 30%.

Mas o certo é que os ingleses passaram a ser malquistos e a sua impopularidade só fez crescer. A justiça especial e privativa personificada no “Juiz Conservador da Nação Inglesa”, muito antiga em Portugal e aqui criada desde 4 de maio de 1808, dava origem às mais fundadas suscetibilidades. Era um Estado no Estado. Além disso, os prejuízos causados aos comerciantes portugueses pela concorrência esmagadora dos ingleses, suscitavam ódios e ressentimentos. À conta do comércio português no Brasil e na metrópole deveria correr em grande parte a campanha hostil aos britânicos. O conceito de um grande armador e negociante luso – “são uma aranha por toda parte; qualquer nação deve temer mais um escritório inglês do que todas as peças de artilharia inglesas” – refletia a posição de quase todos os comerciantes portugueses da época.

Malquistos porque se assenhorearam do comércio brasileiro, outro motivo de malquerença adviria para os ingleses de sua política contrária ao tráfico de escravos. Invocavam os britânicos motivos os mais nobres e desinteressados em apoio da atitude que assumiam. Henry Koster, o inglês tão simpático que viveu em Pernambuco,

viajou pelo Nordeste e escreveu *Travels in Brazil*, alude “às fontes puras que fizeram nascer o zelo pela proibição do tráfico”, entoando um hino a Clarkson e Wilberforce, apóstolos abnegados da grande causa. Reconhecendo ou não a generosidade desses e outros antiescravistas britânicos, a opinião corrente no Brasil dava pequeno crédito a móveis angelicais na política inglesa e o que em geral se dizia era que a Grã-Bretanha combatia o tráfico em vista da concorrência dos países onde o trabalho escravo, mais barato, deixava em situação de inferioridade o de suas colônias.

Já no tratado de amizade e aliança de 1810 se introduzira cláusula relativa ao tráfico: “uma abolição gradual do tráfico de escravos é prometida por parte do regente de Portugal e os limites do mesmo tráfico, ao longo da costa d’África, serão determinados”. Ficou entendido que os traficantes portugueses só poderiam realizar o seu infame comércio nos territórios africanos sob o domínio de Portugal; mas, como estes eram mais que suficientes para suprir as necessidades do mercado brasileiro de escravos, o tráfico prosseguiu. Acontece, porém que o artigo 10 do tratado de amizade dava ao governo britânico uma base para iniciar a sua guerra infatigável ao tráfico de negros; e não tardou a perseguição em alto mar dos navios negreiros, sem maior investigação acerca de sua procedência – se das zonas onde ainda se tolerava o comércio de escravos, ou de outras. Reclamações surgiram sem que a polícia marítima dos ingleses esmorecesse nem que os traficantes se intimidassem. Em Viena, quando se buscou reordenar a Europa pós-napoleônica, obtiveram os ingleses a abolição do tráfico ao norte do equador, abrangidas desta maneira possessões portuguesas da África das que mais proviam o comércio escravista. Em 1817 conseguiram os ingleses nova convenção, vivificando a de 1815, e outorgando-lhes por

quinze anos, a contar da extinção completa do tráfico, que Portugal se obrigava a decretar o mais depressa possível, o direito da visita em alto mar a navios suspeitos.

Eram vitórias sobre vitórias, mas o inimigo tinha fôlego longo e só capitularia definitivamente nos primeiros anos da segunda metade do século XIX. Por uma fatalidade do seu desenvolvimento histórico, o Brasil ficara vinculado mais do que qualquer outro país à horripilante instituição. Se os seus homens mais esclarecidos cedo se convenceram da necessidade da abolição do tráfico e da extinção do trabalho servil, a opinião geral acreditava que, sem negro escravo, a economia brasileira, exclusivamente agrária, entraria em colapso. Os proprietários rurais em favor de cujos interesses se processava acima de tudo a emancipação política brasileira eram franca ou disfarçadamente, conforme as ocasiões, partidários da manutenção do tráfico. De outro lado, o comércio de escravos africanos envolvia excelente negócio de que não queriam abrir mão os beneficiários imediatos. E, por último, paradoxalmente, a própria Inglaterra estimulava de maneira indireta o tráfico, já que relegava o Brasil, com as tarifas que lhe impusera, ao papel de produtor de artigos coloniais e mercado para as manufaturas inglesas.

Quando a independência brasileira se consumou, os ingleses multiplicaram esforços para fazer da cessação do tráfico o eixo das negociações conducentes ao seu reconhecimento. Embora procurando resguardar os melindres da monarquia portuguesa – e nesse terreno não era difícil encontrar a fórmula que afinal prevaleceu – a grande questão para a Inglaterra era o tráfico. Sobram as provas documentais em tal sentido. A correspondência entre Canning e os agentes britânicos acreditados no Brasil não deixa dúvida a respeito.

Bastaria mencionar a nota secreta de 15 de fevereiro de 1823, de Canning a Henry Chamberlain: "Que o governo brasileiro nos comunique sua renúncia [ao tráfico africano] e o sr. Andrada pode estar seguro de que essa só e única condição decidirá a vontade deste país [a Inglaterra] e facilitará enormemente o estabelecimento da amizade e de cordiais relações entre a Grã- Bretanha e o Brasil". Ainda na mesma nota: "o melhor caminho para lograr [o reconhecimento do novo Império] é a declaração por parte do Brasil de que renuncia ao comércio de escravos". Poucos dias antes, a 10 de fevereiro de 1823, José Bonifácio dissera, no Rio, a Chamberlain, que o seu maior desejo era a abolição o mais depressa possível não só do tráfico como da própria escravidão. Em nota de 2 de abril seguinte, Chamberlain transmitia nova conversa que tivera com José Bonifácio, na qual o ministro dos Estrangeiros do Brasil lhe reiterara o horror que nutria ao tráfico e o propósito em que estava de submeter sem demora à Assembleia Constituinte a inaugurar-se um projeto sobre o assunto. O plano tão conhecido de José Bonifácio não admite que se duvide da sinceridade de suas palavras. Mas ele não ignorava os obstáculos que se lhe oporiam para levar a cabo o que tanto almejava.

Crises políticas da maior gravidade acarretaram a queda de José Bonifácio do governo. Os grandes traficantes de negros conluídos com os proprietários rurais prepararam a proscricção do estadista de tão larga visão. Segundo o testemunho de um amigo dos Andradas, teve parte destacada na empresa Fernando Carneiro Leão, um dos homens mais poderosos no tempo pela riqueza e influência de família. Tocou a José Bonifácio um longo exílio, embora transigisse em que o tráfico durasse ainda de dois a seis anos e a abolição da escravidão se processasse paulatinamente. Traficantes e fazendeiros nem a isso aquiesciam: tráfico e escravidão constituíam o cerne de

seus interesses. Canning afirmara, em memorando para o Gabinete Britânico, que não existia perspectiva de salvação para as colônias das Índias Ocidentais sem a abolição geral do comércio de escravos e que tal só se conseguiria extinguindo o tráfico para o Brasil. A resistência oposta pelo Governo Brasileiro venceu no momento a tenaz disposição da Inglaterra: nossa independência foi reconhecida sem a cessação do tráfico. Tratados e leis sucederam-se em vão e só depois de atritos e humilhações de toda sorte terminou o tráfico na década de 1850, perdurando a escravidão até quase o fim do século XIX.

Ideias e interesses

JOAQUIM NABUCO afirmou que pelas alturas de 1866, isto é, já na segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira tinha tanta consciência da “anomalia da escravidão como do movimento da Terra”. De tal maneira aquela condicionara a formação do país, estivera na raiz de todas as suas atividades econômicas e lhe marcara os mais profundos aspectos da vida social – que a sua monstruosidade se disfarçara a ponto de quase passar despercebida. Não ter escravos no Brasil era não ter braços nem pernas; não ter escravos equivalia a não ser servido. Por isso, possuíam-nos as pessoas de condição mais diversa, padres e ordens religiosas, oficiais mecânicos e simples donos de pequenas boticas.

Mas houve em diferentes ocasiões quem encarasse a escravidão como uma anomalia, como um crime, como um pecado e até como um erro político e econômico. Em 1794, D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia, comunicava para Lisboa, ao ministro Martinho de Melo e Castro, grave ocorrência: um frade capuchinho, frei José de Bolonha, “tivera o desacordo e indiscrição” de seguir a respeito de escravos opinião capaz de inquietar a consciência dos habitantes da capitania, acarretando do mesmo passo “consequências funestas a conservação e subsistência” do sistema colonial. Posto que “homem virtuoso e zeloso do serviço de Deus”, frei José de Bolonha se persuadira de que a escravidão era ilegítima e contrária à religião, ou ao menos só legítima se os escravos haviam sido tomados em guerra justa. E tão convencido estava de sua opinião

que, confessando pela festa do Espírito Santo vários senhores de engenho, os obrigou a entrar nessa indagação, ao parecer do futuro marquês de Aguiar impossível de ser averiguada. Quem compra escravos, assevera ele, compra-os “a pessoas autorizadas para os venderem, debaixo dos olhos e consentimento do Príncipe”, e “exigir de um particular, quando compra qualquer mercadoria”, que se informe antes donde ela provém, seria “aniquilar toda e qualquer espécie de comércio”.

Aí está o escravo como simples mercadoria e a sua compra tida como uma forma de comércio tão regular como qualquer outra. A gravidade da falta cometida por frei José de Bolonha determinou a sua expulsão da Bahia. Embarcado para Lisboa, com proibição de saltar em terra sem ordem expressa do governo da metrópole, já antes o arcebispo o proibira de confessar e, apurando-se que o pobre frade aprendera doutrinas tão erradas e perigosas na convivência de padres italianos, vindos de Goa pela nau “Belém”, e hospedados no hospício da Palma, ordenou D. Fernando José de Portugal que os mesmos missionários voltassem para bordo da nau surta no porto e dela não saíssem sem autorização positiva. Eis os vexames a que se submeteu frei José de Bolonha por ter percebido a “anomalia da escravidão”. Não lhe faltava, como notou o governador, “consciência sumamente escrupulosa”, mingando-lhe, porém, “maiores talentos e conhecimentos teológicos”.

Talentos, conhecimentos, consciência escrupulosa concorriam na pessoa do padre Manuel Ribeiro Rocha, “lisbonense, domiciliário da cidade da Bahia e nela advogado”. Em 1758, trinta e seis anos antes de ter o humilde capuchinho, com tão simpática leviandade, aflorado a matéria melindrosa, padre Rocha a examinara com toda

a sutileza de um verdadeiro doutor. Seu livro intitulado *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado* constitui "discurso teológico-jurídico" no qual se estabelece o modo de comerciar, haver e possuir validamente os pretos cativos africanos e as obrigações que correm a quem deles se servir. Bastante prudente para lograr as licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço, nem por isso manifesta menos o seu horror à abominável instituição e perde o lugar a que faz jus de um dos maiores precursores da libertação dos escravos. No "argumento e razão da obra", espécie de prólogo ou prefácio, diz de partida que não há maior infelicidade do que ser escravo, nela reunidas "todas aquelas misérias e todos aqueles incômodos que são contrários e repugnantes à natureza e condição do homem: (...) tanto desce que fica sendo pouco mais do que o bruto (...) trabalha sem descanso, lida sem sossego, e fatiga-se sem lucro, sendo o seu sustento o mais vil, o seu vestido o mais grosseiro, e o seu repouso sobre alguma tábua dura quando não é sobre a mesma terra fria (...) no serviço o quer seu senhor ligeiro como o cervo, robusto como o boi, sofrido como o jumento (...) nada para o descanso, tudo para o trabalho (...) nada para os misteres e uso próprio, tudo para os lucros e interesse alheio".

Ao tempo em que o padre Rocha exercia a profissão de advogado na Bahia, muito padeciam os pretos escravos. Conta-nos ele que em fazendas, engenhos e lavras minerais havia senhores tão inumanos que a primeira hospedagem que lhes faziam era o açoite "sem mais causa que a vontade própria". Surras preventivas, como advertência a negros menos submissos. A isto chama pitorescamente o autor de *O Etíope Resgatado* de "teologia rural" e, apoiado em Sêneca, lembra que os escravos são também homens, são companheiros e amigos, visto que "nasceram da mesma sorte

que os senhores, gozam do mesmo céu, da mesma respiração e da mesma vida". Só faltou ao gentio Sêneca, adianta Rocha, dizer "que têm o mesmo Pai no céu e tiveram o mesmo Redentor na terra e com o preço do mesmo sangue de Jesus Cristo foram libertados da infame escravidão de Satanás". Contra os castigos aviltantes, contra a prática de picar as nádegas dos escravos, apostrofa o padre-advogado: "transformados já em lobos e ursos estão no meio desses matos, por essas fazendas, engenhos e lavras minerais os homens ou não-homens que tal fazem (...) este furor, esta braveza, esta sanha e esta crueldade degenera de humana e passa já a ser ferina (...)". Homens não, feras, brutos, que depois de açoitarem os negros cauterizavam as feridas com pingos de lacre derretido, martirizando o escravo, "que é nosso irmão e nosso próximo".

É certo que nem todos os senhores procediam assim com os escravos. Muitos, na Bahia e em outros lugares, eram compassivos ou menos duros. Mas esse discurso teológico-jurídico do padre Rocha, a lhes lembrar que os negros cativos eram seus irmãos e seus próximos, assumiria tons de pregação subversiva. Considerando o escravo propriedade como qualquer outra, não mudariam de opinião fazendeiros e senhores de engenho quando lhes começaram a contrariar os interesses não mais em nome de princípios evangélicos e religiosos, mas de doutrinas filosóficas e econômicas. Vale a pena recordar o que aconteceu durante o movimento republicano de 1817, em Pernambuco. Em meio de grandes reivindicações liberais, nada se decidira acerca da libertação dos escravos, o que não impediu a circulação de boatos em tal sentido. E logo veio uma esclarecedora proclamação do governo republicano: "A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta

dos homens de cor e escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade: mas está igualmente convencido que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade (...) Patriotas, vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas”.

Por muito que possa escandalizar hoje a posição assumida pelo governo republicano de 1817, o certo é que ela decorria do próprio fundamento da revolução pernambucana – revolução de alguns idealistas do feitio dos padres João Ribeiro e Tenório, de elementos mais tipicamente burgueses e citadinos como Domingos José Martins, mas acima de tudo revolução dos grandes proprietários territoriais do Nordeste brasileiro, ávidos de se libertarem do monopólio da metrópole.

Ao tempo da Independência, os problemas da extinção do tráfico e da abolição da escravidão voltariam de novo a debate, provocados em grande parte pela campanha movida em toda parte pelos ingleses. Alguns dos homens mais esclarecidos de então, de maneira explícita e por motivos mais ou menos generosos, já se tinham convencido da necessidade de medidas a respeito: José da Silva Lisboa, Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, Martim Francisco, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, José Bonifácio. Martim Francisco, em memória sobre uma viagem científica feita em 1803, espantava-se com os castigos e mau-trato infligidos à “desgraçada raça africana”, aludindo à “injustiça de um tráfico tão vergonhoso para a humanidade”; Veloso de Oliveira em 1814, quando chanceler da Relação do Maranhão, estudando a agricultura e a colonização

do Brasil, defendera planos de extinção do tráfico e da escravidão; Silva Lisboa, na *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, em 1818, embora com laivos racistas, também se manifestara contra o tráfico.

Mas ninguém, como José Bonifácio, tomou posição em documento da importância de sua *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império Sobre a Escravatura*. Há um acento ao mesmo tempo simples e grave nas palavras andradinas. Nelas estão sem dúvida os motivos de piedade religiosa e convicção filosófica que outros já haviam invocado; a infâmia do tráfico surge em toda a sua crueza e os malefícios da escravidão em impressionante sequência: a degradação dos costumes públicos e privados, o luxo e a corrupção no lugar da civilização e da indústria, o atraso da agricultura, os imensos cabedais malbaratados na compra de negros, as perdas consideráveis com os escravos doentes ou mortos. “Como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutos e inimigos?” – interroga José Bonifácio. E não temendo “os urros do sórdido interesse”, propõe que se dê à “grande obra” da abolição da escravatura um sentido de “expição de crimes e pecados velhos”. Uma novidade, porém, palpita na *Representação* – o clamor em nome da “justiça social”. Não mais a caridade apenas; não mais a justiça segundo o conceito tradicional, mas a justiça social, base e fundamento da convivência entre homens livres. Muito mais avançado ou coerente do que os republicanos de 1817, proclama sem temor: “... dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para bem de todos (...) Não é o direito de propriedade que querem defender, é o direito da força (...) se a lei deve defender

a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não podem ser propriedade de ninguém...”

Como o piedoso autor do *Etíope Resgatado*, José Bonifácio lembrava que “os negros são homens como nós”. Perigosa opinião num momento em que a economia brasileira descansava em cheio no trabalho escravo; e tão subversivo era o ilustre Andrada como o humilde capuchinho frei José de Bolonha. Um e outro contrariavam os interesses mais imediatos da classe em cujo benefício precipuamente se processava a emancipação política do Brasil – a dos proprietários rurais, classe dirigente durante todo o Império e larga parte do período republicano. Frei José de Bolonha fora expulso do Brasil e enviado para Lisboa. A José Bonifácio tocaria destino semelhante: um longo e duro exílio, o afastamento para sempre do exercício de funções públicas. O Primeiro Reinado, a despeito das imposições britânicas, paralisou o movimento em favor do trabalho livre, mantendo o tráfico de africanos e fortalecendo a escravidão. Não haveria grandes mudanças com a chamada república provisória ou experiência republicana da Regência. Não obstante a lei de 7 de novembro de 1831, que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império e impunha penas aos seus importadores, a Regência nada pôde fazer contra a escravidão. Homens como Feijó e Evaristo puseram em pura perda todo o coração nos compromissos assumidos nesse particular. Só havia entre nós efetivamente organizado e de longa data o trabalho servil e, salvo alguns espíritos mais lúcidos, a opinião geral ligava à abolição da escravidão a ruína do país. As tentativas de imigração europeia, difíceis sob vários aspectos e mal conduzidas, não seduziam os homens práticos. O trabalhador que se adaptara às condições do Brasil era o negro, o escravo africano. Se assim pensavam os fazendeiros e senhores de engenho, bem se

imagina o ponto de vista dos indivíduos que faziam o comércio de pretos, os famosos negreiros.

Sob a aparência de disputa de ideias e princípios políticos, muitas das lutas da era regencial não passaram de manobras dos senhores de escravos e dos traficantes, seus associados. Nada conseguiu Feijó quando regente, na campanha que pretendeu desenvolver contra aqueles que o seu ministro José Inácio Borges chamou de "infames contrabandistas de escravos". Os elementos mais poderosos que iriam constituir a oligarquia conservadora ou partido "saquarema", acobertavam os comerciantes de gado humano e levavam a ridículo os planos de colonização branca, tachando de "liberalão", "republicano" e de "comunista" quem quer que se batesse pela repressão ao tráfico. Considerável deve ter sido a parte dos contrabandistas de africanos e seus protetores políticos no malogro da regência de Feijó. Na grande lavoura encontraria o seu maior apoio o partido do "regresso", vitorioso em 1837, com a queda do padre paulista. Entre 1830 e 1839 entrariam no Brasil mais de quatrocentos mil escravos. O tráfico só terminaria na década de 1850, depois de todas as humilhações que os britânicos nos impuseram, e a escravidão, por doze anos apenas, não enveredou pelo século XX adentro. Muito custaram a triunfar o padre Rocha, frei Bolonha, José Bonifácio e outros sonhadores dessa marca.

Crimes de conversa

Um estudo dos mais interessantes a se fazer entre nós seria determinar a influência mais ou menos próxima, mais ou menos retardada, dos movimentos de ideias e dos sucessos políticos e sociais da Europa e da América no pensamento e na ação de brasileiros de várias épocas, de preferência a partir da emancipação norte-americana e da Revolução Francesa. Desta última, a primeira repercussão melhor caracterizada que se conhece estará nos autos da devassa efetuada de dezembro de 1794 a fevereiro de 1795, no Rio de Janeiro, por ordem do vice-rei conde de Resende.

A fundação, em 1771, da Academia Científica do Rio de Janeiro, é indício seguro de que haviam chegado ao Brasil colonial ecos da filosofia da Ilustração. A academia fluminense tinha por objeto assuntos de História Natural, Física, Química, Agricultura, Medicina, Cirurgia e Farmácia, e procurou abrir um horto botânico, estudar a propagação do bicho-da-seda, fomentar a cultura do anil e a indústria da cochonilha. Não foram consideráveis os resultados obtidos nos sete anos de vida dessa agremiação, mas a sua existência constituiu pelo menos uma prova de curiosidade científica em terra que o ciúme da metrópole procurava manter o mais possível isolada.

Alguns anos mais tarde, em 6 de junho de 1786, tomava o lugar da Academia Científica a Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Se aquela dependera da boa vontade do vice-rei marquês de Lavradio, esta se organizava sob os auspícios do seu sucessor, Luís de Vasconcelos e Sousa. Os sócios de uma e de outra não dispunham

de grande liberdade, vigiados com extremo rigor pelo lealismo dos vice-reis. Ainda assim a Sociedade Literária trabalhou com alguma regularidade e discutiu memórias acerca do fogo central, do calor da terra fisicamente considerado, do eclipse total da lua observado no Rio a 3 de fevereiro de 1787, do processo de fazer tinta de urucu, do álcali tirado dos engastes das bananas, da aguardente da raiz do sapé, dos danos e proveitos do uso da aguardente e licores espirituosos pelos habitantes da cidade. Menos do que a sua predecessora – de 1786 a 1790 – durou nessa primeira fase a Sociedade Literária. Ao vice-rei Luís de Vasconcelos sucedera o conde de Resende, a quem não minguavam razões para temer reuniões de intelectuais. Estava fresco o exemplo dos conjurados mineiros: por outro lado, a revolução da França tomava vulto e ameaçava a Europa e outros continentes. Mas o próprio vice-rei, cuja chegada como que inibira a Sociedade Literária, foi quem pareceu interessar-se por ela, inquirindo a respeito um dos seus maiores, o poeta, advogado e professor régio de retórica Manuel Inácio da Silva Alvarenga. E a Sociedade recomeçou a funcionar.

Dispostos a ações subversivas não estariam por certo Alvarenga e seus companheiros, o professor de grego João Marques Pinto, o professor de gramática latina João Manso Pereira, os médicos Vicente Gomes e Jacinto José da Silva, embora todos eles, com maior ou menor intensidade, simpatizassem com as novas ideias e vivessem atraídos pelos lances do drama imenso que na França se representava. É evidente que no recinto mesmo da Sociedade, no primeiro andar da Rua do Cano nº 78 (hoje Sete de Setembro), não se expandiriam, tratando abertamente da Revolução Francesa; mas, no segundo andar da mesma casa, residência de Silva Alvarenga, sem desprezar cautelas, haveriam de sonhar com a vitória dos princípios

que aquela revolução defendia. Dessas tertúlias, desses conventículos chegaram rumores ao desconfiado vice-rei. Mais do que rumores: denúncia do guardião dos franciscanos, talvez o mesmo frade que ouvira em confissão os conjurados mineiros e se lembrara do Dom Quixote a propósito de Tiradentes; denúncia de um miserável rábula, José Bernardo da Silveira Frade, malquisto de todos, inimigo de Alvarenga, que durante algum tempo lhe assinara papéis forenses.

A devassa ordenada pelo conde de Resende não apurou resquício de prova de qualquer plano atentatório da ordem estabelecida, nenhuma conjura, nenhuma sedição: compendiou apenas mexericos, conversas, diz-que-diz-que, todos tendentes a deixar claro que os acusados eram “apaixonados dos franceses”. Ninguém afinal os defendeu melhor do que o Desembargador Antônio Dinis da Cruz e Silva, que julgara em alçada os inconfidentes de Minas: “Contra nenhum dos presos se diz ou se prova que eles entrassem no projeto de conspiração, sendo toda a culpa que se lhes imputa, e que contra alguns se prova, a de sustentarem em conversações ou particulares ou públicas que o governo das repúblicas deve ser preferido ao das monarquias, que os reis são uns tiranos opressores dos vassallos (...) que o governo democrático era melhor do que o monárquico, que louvavam e aprovavam a instituição da República Francesa (...)”.

Assim se manifestava o magistrado que era também poeta, autor do *Hissope*, em informação prestada num ofício a D. Rodrigo de Sousa Coutinho a respeito de queixas que dirigira a Lisboa um dos implicados, o jovem Mariano José Pereira da Fonseca, recém-formado em Coimbra, conhecido no Rio pela alcunha paterna – o Biscoito ou Biscoitinho – depois marquês de Maricá, autor de máximas e pensamentos de escassa sabedoria. Criminosos de ideias,

criminosos por conversar eram afinal os frequentadores da casa de Silva Alvarenga, o que não os impediu de sofrer prisão preventiva por mais de dois anos, carregados de ferros. Indubitável é, entretanto, que o Rio de Janeiro e outros lugares do Brasil dos fins do século XVIII já se tinham tornado permeáveis à influência das ideias que transformavam a Europa; e que havia aqui muita gente que acompanhava o desenvolvimento da Revolução Francesa com interesse e com paixão. Esse estado de espírito não era restrito aos círculos da Sociedade Literária, aos poetas, advogados, médicos e professores do Rio de então: no rol dos acusados foram incluídos um marceneiro, um entalhador, um sapateiro, um ourives, e no processo figuraram, como testemunhas, profissionais de vários outros ofícios – gravadores, alfaiates, torneiros.

A devassa, tendo por objeto apurar opiniões, ditos, cochichos, deixou fora de dúvida que o Rio de Janeiro do tempo do conde de Resende, sem jornais, sem telégrafo, sem rádio, seguia atentamente os acontecimentos que convulsionavam a Europa. É o que revelam as conversas nas escadas e nos adros das igrejas, no interior ou na porta das boticas da rua do Ouvidor, da rua do Cano, da rua Succussará, de numerosas pessoas de várias classes, todas, ou quase todas com noção da importância do assunto, algumas mais displicentes ou mais tímidas, outras apaixonadas, indiscretas, linguarudas, como o entalhador Francisco Antônio ou o ourives Antônio Gonçalves dos Santos, conhecido pelo apelido de “Passageiro Bonito”. Evidentemente os intelectuais do Rio dirigiam a formação desse espírito político, na esperança de que mais cedo ou mais tarde o triunfo da Revolução Francesa acarretasse transformações benéficas na vida dos brasileiros. Em tipo como Silva Alvarenga o espírito nativista já se consolidara em verdadeiro espírito nacional; era um

patriota; era um brasileiro e do mesmo passo um homem do seu tempo, contagiado pelas ideias nele dominantes. Esses professores, advogados e médicos “apaixonados dos franceses” por causa dos princípios da grande revolução, liam, além dos livros dos infalíveis Mably e Raynal, gazetas e papéis vindos da França, engolfavam-se em discursos sobre a Liberdade, sustentavam a superioridade do governo republicano, previam o fim inevitável de todas as monarquias, reputavam justa a condenação à morte de Luís XVI, mostravam-se cépticos ou irreverentes em matéria de religião. Nos momentos de ira, avançavam que “os reis da Europa eram uns ladrões” e também “os fidalgos de Portugal”, louvando “a Nação Francesa (...) a única que tinha conhecido os meios por que os povos podiam chegar a uma completa felicidade (...)”.

O novo credo apresentava iniciados mais simplórios, como o pardo Veloso, agente de causas, que na porta da botica de Vitorino José de Sousa exclamou um dia – “tomara já ver-me em França para gozar da minha liberdade”, – ao que outro pardo, criado de alto serventuário, retrucou chamando-o de tolo. Mas o certo é que, embora sem a feição de movimento subversivo, “os abomináveis princípios franceses” não ganhavam adeptos apenas na capital fluminense. O pernambucano Inácio Martins, seleiro em Cachoeiras de Macacu, na capitania do Rio de Janeiro, declarou que o padre Francisco de Sousa Pinto, assistente da mesma localidade, achava que “o governo atual da França era melhor que o de Portugal e que as suas leis eram boas e melhores que as nossas, pois que conforme elas os padres podiam casar”. Talvez padre Pinto, desejoso de contrair núpcias, só fosse “francês” por esse motivo. Mas o licenciado Gervásio Ferreira, morador em Itaboraí, também depositava suas simpatias nos “franceses”, provavelmente por sugestão de seu primo, o médico Jacinto

José da Silva, formado em Montpellier e partidário extremado da nova situação política da França. De Jacinto a Gervásio há na devassa uma carta misteriosa em que alude a “franceses” e trata de goiabada, aliás, “a boa vontade da guayabada”.

O Rio de Janeiro era naturalmente o lugar de maior inquietação política, o centro que congregava o maior número de aderentes às ideias da Revolução Francesa. Alguns dos implicados na devassa, tidos por mais perigosos, foram interrogados repetidas vezes, com excessiva minúcia; deviam explicar o sentido de suas palavras, o fundamento de suas profecias. Silva Alvarenga, por exemplo, levou dias e dias provando a inocência do seguinte artigo de um esboço de estatutos da Sociedade Literária encontrado entre os seus papéis: “Não deve haver superioridade alguma nesta Sociedade e será igualmente dirigida por modo democrático”. Pretender dirigir uma sociedade por modo democrático! Que heresia “francesa”!

Oportunismo político

Na sua *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, escrita em 1818, o futuro visconde de Cairu afirmava: “o sistema colonial cessou com a lei de união do Brasil ao original patrimônio da monarquia, corrigindo-se assim radicalmente as anomalias que antes por extremo desigualavam a sorte dos filhos a respeito dos pais nascidos na metrópole”; e tão contente se mostrava com as transformações operadas entre nós desde a chegada de D. João VI que, receoso de atitude mais radical, ousava classificar a independência norte-americana de “horrído parricídio nacional de infíeis vassallos e filhos desnaturados”.

Não se leve apenas à conta dos pendores de áulico de José da Silva Lisboa essa posição conformista: era o resultado de uma convicção sincera, o modo de ver e de sentir de um grande número de contemporâneos. Varnhagen chegou a dizer que nessa corrente estiveram “todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários como escritores ou simples pensadores” (sic). Em verdade, quando chegou aqui a notícia da revolução constitucionalista do Porto, ao regime de reino unido deram a sua adesão todos quantos no Brasil tinham opinião política ou sofriam a influência das novas ideias. A lista é realmente impressionante e nela se arrolam alguns dos maiores nomes de então.

Sem falar de José Bonifácio, cuja longa estada em Portugal poderia à primeira vista explicar a preferência por essa solução, nem de políticos nascidos na antiga metrópole ou nela formados, vale

a pena recordar outros, de indiscutível cunho nativista, alguns até caboclos ou mulatos, vários deles com um passado revolucionário de lutas pela emancipação e pela República. Desse estado de espírito nenhuma prova mais convincente se apontará do que a aceitação do mandato de deputado às Cortes de Lisboa. Viajar para Portugal e tomar assento no Soberano Congresso, como pomposamente se chamava a assembleia constituinte portuguesa, implicava sem dúvida alguma a aceitação do regime da monarquia luso-brasileira, do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, adormecidas intransigências nativistas ou exaltações republicanas.

Sendo sob certos aspectos homens mais de seu tempo do que do seu país, deixaram-se empolgar pelo movimento constitucionalista português, expressão atenuada e retardada das ideias revolucionárias culminantes na Revolução Francesa e na independência americana, brasileiros de várias regiões, nortistas, nordestinos, sulistas, paraenses, cearenses, paraibanos, pernambucanos, baianos, fluminenses, paulistas. Por motivos especiais, cuja explicação exigiria maior desenvolvimento, só os mineiros adiaram a ida para Portugal e acabaram não partindo. Tomaram assento, nas Cortes lisboetas, republicanos de 1817 como José Martiniano de Alencar e o vigário Virgínio Rodrigues Campelo, aquele deputado pelo Ceará e este pela Paraíba; monsenhor Francisco Muniz Tavares, também revolucionário de 1817 e mais tarde historiador da malograda insurreição; Antônio Carlos, mal saído dos cárceres da Bahia, onde penara pelo crime de rebeldia contra o poder real. Para Lisboa seguiram igualmente Cipriano Barata, agitador contumaz, e o padre Agostinho Gomes, envolvidos ou suspeitos de cumplicidade na inconfidência baiana de 1798, e os paulistas, bem paulistas, padre Diogo Antônio Feijó, Antônio Manuel da Silva Bueno e Antônio Pais de Barros.

O ano de 1821 foi denominado com acerto em nossa história política como o do constitucionalismo português. Houvesse embora nos dirigentes da revolução liberal do Porto indisfarçáveis ressentimentos contra o Brasil, nem assim deixou ela de ter aqui as repercussões mais simpáticas. De tal maneira atuara favoravelmente a mutação política consequente à vinda da família real que ninguém atinou com a exata significação daquele movimento. Acreditou-se que, sem a ruptura dos vínculos que ligavam os dois reinos, iria inaugurar-se uma era de liberdade, de governo representativo, de franquias constitucionais nos dois lados do Atlântico. Homens da mais diversa condição se deixaram arrastar, desde o experiente e maduro José Bonifácio até Evaristo da Veiga, moço então de pouco mais de vinte anos, caixeiro de livraria e poeta nas horas vagas.

Só quando as Cortes de Lisboa, traíndo os verdadeiros móveis da revolução constitucionalista, entraram a demonstrar inequivocamente nas medidas colonizadoras a reação contra a primazia brasileira e a tutela britânica, os sucessos políticos se tingiram entre nós de uma coloração nativista e separatista, cujo desfecho, com base no "Fico" do príncipe D. Pedro, em janeiro de 1822, seria a independência em setembro do mesmo ano, abolida qualquer ligação com a ex-metrópole.

Bastante diferente do nosso foi o processo da emancipação norte-americana. Mas na América Inglesa também houve muita gente, e da melhor, que cuidou possível a continuação dos laços com a Inglaterra. O primeiro nome que ocorre é o do grande Benjamin Franklin. Como muitos dos nossos homens políticos do período pré-independente, partidários do regime do reino unido, Franklin supôs possível uma federação em que entrassem as antigas colônias



Vista de são Paulo, tomada da estrada para o Rio de Janeiro.
Aquarela de Tomás Ender

inglesas, um grande império com o seu parlamento geral e as suas câmaras nacionais. Dessa ideia só se desiluiu quando verificou que com o governo da metrópole não haveria relações sem a marca de uma sujeição ultrajante e nociva. Até então queria que tanto os ingleses da América como os da Europa tudo fizessem “com zelo sincero e incansável, a fim de impedir que se quebrasse o nobre vaso de cristal que era o Império Britânico”. Os mais argutos estudiosos de sua vida e de sua ação política testemunham que foi cheio de tristeza que escolheu o caminho da separação.

Outro também que muito se esforçou para defender a manutenção da unidade imperial foi John Dickson, encarnação do *whig* americano. A esse advogado de Filadélfia sorria como um grande ideal a América dentro do Império Britânico, e só a crueza do imperialismo do mesmo nome fez arrefecer o seu entusiasmo. À mesma corrente se filiou durante algum tempo Samuel Adams, pioneiro da independência e democrata sincero pretendendo preservar os interesses americanos à sombra da Constituição e da liberdade inglesas. Na mesma posição não se colocou propriamente Thomas Paine, o Tom Paine que John Adams, num arremesso de paixão, chamou de asqueroso; mas, abafando qualquer pendor idealista ou sentimental, examinou o problema da emancipação sob o ângulo da conveniência ou das vantagens econômicas. Que seria mais útil? Continuar a união com a Inglaterra ou estabelecer um governo autônomo? Embora inglês de nascimento, proclamava que o mundo era sua pátria e o bem-fazer a sua religião. Perseguido pelos *tories* de Londres, em cujos clubes se via tratado como um réprobo proscrito, desterrado, com os livros lançados ao fogo, pouco mais de um ano depois de chegado à América do Norte se impunha com o *Common Sense*, trabalho que logrou imensa notoriedade, posto que seu livro mais

importante seja *The Right of Man*, refutação magistral das opiniões de Burke.

Afinal, lá como aqui, na América do Norte como no Brasil, os homens não se moveram só por belos princípios e questões abstratas e, sob a aparência de ideias e doutrinas, foram influenciados pelos interesses de sua classe e da comunidade a que pertenciam. Sua grandeza terá consistido em saber discernir, ao cabo de hesitações e dúvidas, o rumo verdadeiro dos acontecimentos. Oportunismo, sim. Oportunismo, entenda-se, no sentido de ajustamento à oportunidade histórica, numa visão lúcida e realista das necessidades do tempo.

Franceses na Bahia

Não será difícil descobrir influências de filósofos e pensadores políticos franceses em algumas das figuras mais ilustres da Inconfidência Mineira, bastando uma vista d'olhos no catálogo dos livros sequestrados ao cônego Luís Vieira da Silva, onde figuram Condillac e Montesquieu, a *Enciclopédia*, o indefectível Mably e numerosas obras de ciências naturais, história, geografia, viagens etc., todas em língua francesa. Mas o que acendeu mais diretamente nesses homens de Minas Gerais o desejo e o plano de uma conspiração para estabelecer um governo republicano foi o exemplo então "fresco" da América Inglesa, como disse Tiradentes ao tenente José Antônio de Melo. Frequentes são as referências à emancipação dos Estados Unidos nos depoimentos da devassa mineira e para o alferes Joaquim José esse sucesso passou a ser quase uma obsessão. Transformado em corta-vento, segundo a imagem do tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro de Lago, nas suas viagens e nas conversas em tabernas, quartéis e casas particulares, Tiradentes não perdia ensejo de invocá-lo. Precursor do "ufanismo" brasileiro, asseverando que "o País de Minas Gerais era o melhor do mundo", queria "uma república livre e florente", como a que tinham feito os "americanos ingleses".

Francisco Xavier Machado, porta-estandarte do regimento de cavalaria da guarnição de Vila Rica, que servira em Jacobina, na Bahia, e voltara por mar, via Rio de Janeiro, encontrando-se nessa cidade com Tiradentes, dele ouviu que Minas Gerais "podia bem ficar independente assim como fez a América Inglesa"; dias depois o

mesmo alferes Joaquim José da Silva Xavier o procurou com um livro escrito em francês – *Coleção das Leis Constitutivas dos Estados Unidos da América* – pedindo-lhe que traduzisse um capítulo. Também ao sargento-mor Simão Pires Sardinha recorreu Tiradentes para que lhe traduzisse certas passagens de livros ingleses “que diziam respeito a coisas da América”. E isso constituía um estado de espírito generalizado entre mineiros, conforme acentuaram em seus depoimentos o capitão Vicente Vieira da Mota e o mencionado Brito Malheiro.

Sem perderem nunca prestígio no Brasil, os acontecimentos da América do Norte foram relegados a segundo plano depois da Revolução Francesa. Todos os implicados na devassa mandada proceder no Rio de Janeiro, em 1794, pelo conde de Resende, estavam voltados de preferência para os sucessos da França, o mesmo se verificando com os que tomaram parte no malogrado levante baiano do ano de 1798. A esse movimento, tão larvado ou frustrado como o de Minas Gerais, já se pretendeu chamar com evidente exagero de “primeira revolução social brasileira”, “revolução proletária”, feita ou tentada por “massas doutrinadas e conscientes”. Bem mais modestas proporções teve ele, muito embora não deva ser esquecido o seu caráter popular, dada a participação de tantos trabalhadores manuais e simples soldados. O que não pode, porém, ser posto em dúvida é a influência, no gorado surto revolucionário baiano, dos “abomináveis princípios franceses”, como os tachou D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O governo da metrópole vigiava a fim de impedir a disseminação, no Brasil, das ideias que tanto o alarmavam. Em 1792, uma carta régia recomendava muito cuidado com o navio “Le Diligent”, mandado para cá sob a alegação de procurar nos mares do sul o

explorador La Perouse. Isso era “um pretexto para introduzir nas colônias estrangeiras o mesmo espírito de liberdade que reina neste país” (França), dizia a ordem régia, acrescentando que a Constituição Francesa já estava traduzida em português e espanhol. Não obstante, as notícias da Grande Revolução chegavam à Bahia, como chegavam ao Rio, a Pernambuco e a outros lugares do Brasil. Papéis públicos e livros atravessavam o mar e com eles ideias e doutrinas. Havia na Bahia gente interessada no desenvolvimento da política europeia, gente que lia gazetas inglesas, correios da Europa, curiosa de novidades. Lembre-se, por exemplo, o padre Francisco Agostinho Gomes, letrado no melhor sentido, forte em estudos filosóficos e científicos, conhecedor de várias línguas e tão modesto e tímido que, defendendo-o da acusação de ter dado um banquete de carne em sexta-feira da Paixão e de ser sectário dos princípios jacobinos, D. Fernando José de Portugal mandava dizer para Lisboa que era “excessivamente atado, incapaz de qualquer empresa que requeresse resolução e desembaraço”, ou então Cipriano Barata, o “Baratinha”, médico generoso, revolucionário por temperamento e vocação, futuro jornalista das sucessivas *Sentinelas*, que por amor de suas convicções começaria a conhecer as prisões do Brasil nos fins do século XVIII e continuaria a frequentá-las por longas temporadas até os dias da Regência. Baiano também era José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu, homem de estudos sérios, apontado por um estudioso do assunto como mentor do levante de 1798, o que não parece ter qualquer fundamento, pois, ainda que fosse certa a sua estada na Bahia no ano da tentativa frustra – o que deve ser averiguado – não animaria jamais tal movimento, julgando, como julgava, os revolucionários da França “novos canibais” e “parricidas”,

e horrorizado sempre com “a desenfreada libertinagem e sanguinária carreira da nação francesa”.

Como quer que seja, os aspectos mais curiosos da conjuração baiana são realmente a participação de um grande número de homens do povo, inclusive escravos, e a inegável influência dos acontecimentos da Revolução Francesa. Os boletins e cartazes espalhados pela cidade do Salvador não permitem dúvidas: “Animai-vos povo baianense [sic] que está para chegar o tempo feliz de nossa liberdade, o tempo em que todos seremos iguais”. Ou então: “A Liberdade consiste no estado feliz, no estado livre de abatimento (...)”. Os adeptos da conjura queriam ser “franceses”. Conversando com Joaquim José da Veiga, denunciante do movimento, João de Deus do Nascimento, pardo livre, alfaiate, cabo do regimento de milícia, disse que “convinha que todos se fizessem franceses para viverem em igualdade e abundância”, e até parece que procurava vestir-se segundo a moda da França. É o que se conclui do depoimento de Francisco Xavier de Almeida, nos autos da devassa: “porque o dito João de Deus trazia calçados uns chinelins com bico muito comprido e a entrada muito baixa, e calções tão apertados que vinha muito descomposto, lho estranhou a testemunha, ao que respondeu: – “cale a boca, este trajar é francês; muito brevemente verá vossa mercê tudo francês”. O mesmo pardo João de Deus amava Ana Romana Lopes do Nascimento – os autos falam de “amizade ilícita” – mulatinha de dezessete anos, que fora escrava do padre João Lopes da Silva, em cuja casa assistia. Quando o namorado foi preso, Ana Romana quis saber o motivo e apenas lhe disseram que “por estar metido em histórias de Francia”. “Francês” o pobre João de Deus, condenado à forca, posta à sua “cabeça defronte da casa” que lhe servia de morada e os quartos nos cais de maior frequência e comércio desta cidade

até que uma e outros sejam consumidos pelo tempo para ser assim patente a todos a enormidade de seu delito (...)” – sentenciou na sua crueldade a Justiça Real. Delito de “francesia”, de querer ser um homem livre. E de ser “petulante, altivo, soberbo e orgulhoso” – como se disse na devassa, acumulando os qualificativos. Mulato que ficava sentado diante de brancos poderosos, conforme aconteceu com o tenente-coronel Caetano Maurício Machado: “não se levantava do assento em que estava e muitas vezes sem estar trabalhando falava assim às pessoas”, testemunhou o seu colega alfaiate Antônio Inácio Ramos, homem branco. Mulato que desafiava outros mulatos presumidos, da espécie de Antônio Joaquim de Oliveira que, “vindo em uma cadeira de arruar por causa da chuva e parando os pretos na porta da loja do dito João de Deus”, disse este: “Vossa mercê não tem medo ao tempo e porque é rico não quer molhar os pés (...) tempo virá em que possa ser eu que ande de cadeira e vossa mercê de pé”.

Esse tempo seria depois que se reduzisse “o continente do Brasil a um governo de igualdade, entrando nele brancos, pardos e pretos sem distinção de cores, somente de capacidade para mandar e governar”; governo de igualdade à semelhança do que se instalara na França. A França e o que lá ocorria eram a preocupação absorvente, o estímulo imediato desses esquecidos precursores do liberalismo brasileiro. Livros franceses, no original ou traduzidos em cópias manuscritas, discursos das assembleias revolucionárias – de Boissy d’Anglas sobretudo – circulavam entre os iniciados. O sequestro dos bens de Cipriano Barata esteve longe de revelar uma biblioteca comparável à do cônego Luís Vieira da Silva lá em Minas Gerais. Talvez Barata tenha podido esconder ou queimar alguma coisa, como fez o cirurgião José de Freitas Sacoto, mas ainda assim o meirinho apreendeu setenta e quatro livros, entre os quais obras

de medicina, matemática, filosofia e história, na maioria em francês, Condillac e uma *Arte de Tratar a Si Mesmo nas Enfermidades Venéreas*. Longe estava também a casa de Barata de revelar a relativa opulência de alguns revolucionários mineiros, como Inácio José de Alvarenga Peixoto, com os seus cinquenta e sete escravos e os seus serviços de prata, ou o citado cônego Luís Vieira, possuidor de cadeiras e poltronas de jacarandá, de tamboretos torneados, de tigelas de louça fina, de bules da Índia; o revolucionário baiano possuía apenas cinco escravos e, como mobiliário, uma banca, meia dúzia de cadeiras, uma tina, um leito velho, dois baús, uma estante para livros e três camas de pretos. Mas confiava na vitória das novas ideias, certo de que “os franceses, os quais andavam nessa mesma diligência pela Europa, cá chegariam”; pretendia, como muitos outros baianos brancos, pardos e negros, o estabelecimento de “uma república democrática”, de “uma democracia rasa e independente”, ou de “um aéreo governo de igualdade”, segundo a definição entre displicente e inquieta dos desembargadores da Bahia.

Dicionário e revolução

A revolução pernambucana de 1817 atraiu ou arrastou os homens mais inteligentes e generosos do Nordeste brasileiro. Senhores de engenho, entre os quais diversos Cavalcântis, magistrados, como o paulista Antônio Carlos, ouvidor de Olinda, negociantes do tipo de Domingos José Martins, tão representativo da burguesia citadina e do comércio liberal, mulatos do feitio de Antônio Gonçalves da Cruz, o “Cabugá”, em plena ascensão social, militares, eclesiásticos contagiados pelas ideias novas e embebidos das doutrinas dos enciclopedistas, como o padre José Inácio de Abreu Lima, o padre João Ribeiro de Melo Montenegro, o padre Miguelinho, o padre Tenório, e freis Francisco de Santana, Francisco de São Pedro e Amor Divino Caneca – deram a sua adesão entusiástica à insurreição de 6 de março. Numa exceção à primeira vista impressionante, um homem, sob muitos aspectos de formação intelectual mais sólida do que a desses patriotas influenciados pela Revolução Francesa, recusou-se a participar do movimento emancipador e a figurar nos quadros do governo provisório então instituído: Antônio de Morais Silva.

Não faltavam ao autor do *Dicionário da Língua Portuguesa* inteligência e conhecimento das transformações políticas operadas no seu tempo. Ao contrário de muitos dos seus contemporâneos, apenas lambusados das novidades do século, era Morais um espírito perfeitamente amadurecido e senhor de um saber que se arrimava em longa experiência e pacientes estudos. Nos dias da mocidade, por pensar e agir sem rebuços, sofrera a ameaça dos vexames que

a intolerância da época não deixaria de infligir-lhe; e teve que optar por um forçado exílio para eximir-se à perseguição do Santo Ofício. E tudo porque na companhia de colegas mais próximos pela amizade, comemorava a terminação do curso de leis, na Universidade de Coimbra, com uma copiosa ceia realizada advertida ou inadvertidamente não se sabe, em dia de jejum.

Antônio de Morais Silva, nascido no Rio de Janeiro em 1755, matriculou-se em Coimbra a 28 de dezembro de 1774 e formara-se a 16 de junho de 1779. Escapando de Portugal e sendo provavelmente rapaz rico, viajou com vagar pela Europa até 1787, demorando-se na Inglaterra e na França, ocupado sempre em ler e estudar, para o que de muito lhe valeu a biblioteca de Luís Pinto de Sousa, visconde de Balsemão e embaixador português em Londres, a quem serviu de secretário particular. Fácil lhe foi descobrir o livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, que começou a traduzir para o português, o mesmo lhe merecendo a *História de Portugal*, escrita em inglês por uma "sociedade de literatos", e as *Recreações do Homem de Senso*, de Arnaud. Mais ainda do que transladar para a língua materna tais obras, interessava-o empresa de maior vulto: a elaboração de um dicionário português, esse mesmo que tornou o seu nome até hoje falado e conhecido.

Conta-se que os pendores filológicos de Morais foram espicados pelos motejos que em Portugal suscitavam a sua linguagem e o seu sotaque brasileiro. Ter-se-ia tornado, pois, um dicionarista famoso por uma espécie de reação nativista ou oposição ao meio português, o que deveria fazê-lo mais simpático e permeável às reivindicações políticas dos patriotas de 1817. Venceu-o, entretanto, o gosto dos clássicos, incrustando-o no passado.

Por isso Antônio de Morais Silva, instado pela revolução vitoriosa a tomar parte no Conselho do novo governo, juntamente com Antônio Carlos, Gervásio Pires Ferreira, o deão de Olinda Bernardo Luís Ferreira e Manuel José Pereira Caldas, escusou-se à honra e fez quanto estava em suas forças para não aceitá-la. Pouco vaidoso, não o seduziram os termos do convite: – “braços abertos e ansiosos” para o acolherem. Queriam os revolucionários que o lexicólogo lhes escrevesse a “legislação”. João Lopes Cardoso Machado, pai do visconde de Maranguape e de Lopes Gama, o satírico do *Carapuceiro*, num depoimento pouco simpático aos republicanos de 1817, afirmou que Morais respondera desdenhoso ao apelo, tachando o movimento patriótico de “borracheira e atrevimento grande que havia de causar muita lágrima”.

A versão do próprio dicionarista, em documento de seu punho, não coincide com as afirmativas de Cardoso Machado. Recorde-se antes que Morais, ao cabo de oito anos de viagem, vovera a Lisboa e ali morara até 1794, publicando em 1789 a primeira edição de seu dicionário. Pereira Costa, o biógrafo mais verídico do filólogo fluminense, assevera que ele se casara com uma filha do então tenente-coronel português José Roberto Pereira da Silva e acompanhara o sogro ao ser este designado para o comando de um dos regimentos da capitania de Pernambuco. Destarte, ter-se-ia o casamento celebrado em Portugal. Mas Laurênio Lago, em *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*, dá José Roberto como servindo na guarnição de Pernambuco desde 1787, o que suscita a hipótese de Morais haver tomado estado no Recife e não em Lisboa, e de ser outro o motivo de sua ida para Pernambuco.

Seja como for, quando estourou a revolução, o autor do

Dicionário já voltara ao Brasil havia mais de vinte anos, estava casado, vivia no seu Engenho Novo de Muribeca e exercia o cargo de capitão-mor de Santo Antônio do Recife, tendo antes, por curto período, servido no de juiz de fora e provedor de ausentes da Bahia. Vitorioso o levante de 6 de março, os homens que assumiram o governo lembraram-se do dicionarista Moraes. Quem melhor do que ele para redigir em boa forma os atos da nova república? E incontinenti despacharam para Muribeca um “mulato do capitão Luís José de Lins, sogro do morgado do Cabo”, com o mais polido dos convites. Mas o senhor de Muribeca recebeu o emissário do governo provisório tão hostilmente que, apenas lidas as “primeiras regras”, o prendeu. A lembrança do seu nome pareceu a Moraes uma insolência. Os acontecimentos, entretanto, não lhe permitiram sustentar essa atitude desassombrada. Logo depois soube que o capitão-general Caetano Pinto de Miranda Montenegro estava trancafiado na fortaleza do Brum e isso o induziu a ser mais prudente; soltou o portador e procurou desculpar-se perante o mesmo com as suas doenças – “quase cegueira, dores de pedra e angúrria amiudadas, frequentes erisipelas” –, ao que lhe teriam respondido os patriotas de 1817 (fala Moraes): “que não queriam lá as minhas pernas, mas a minha cabeça, que ‘me’ ou ‘ma’ mandariam buscar a seu tempo”.

Começaram a correr boatos de que o filólogo renitente não se livraria da prisão, pois fora o único capitão-mor a não acudir em auxílio da revolução. Mais que prudente, talvez medroso, Moraes resolveu ir sem demora ao Recife expor ao governo provisório a sua “caducidade, falta de vista e doenças...” Evitando a função de redator da literatura política e de conselheiro do governo, é intuitivo que menos ainda desejava o lexicógrafo ficar no exercício do posto de capitão-mor. E poucos dias depois ei-lo a pedir demissão, que lhe foi

concedida com a ordem de não abandonar a praça. O medo que se apoderara de Morais transformou-se quase em pânico e o que lhe ocorreu foi meter-se na cama e reduzir ao mínimo a alimentação: "tomei a resolução de me prender na minha cama, acrescentando às doenças de que padeço, a da fome, comendo só para viver, o que me faria cair em hidropisia porque o meu sangue já era mais soro que sangue..." Assim não se acumpliciaria com "os infames tiranos" que lhe pareciam ser os simpáticos e por vezes simplórios revolucionários, já que nada esperava de "fórmulas republicanas" incapazes de impedir, por muito "especiosas", como as "publicadas em França desde 1793", o "tirânico despotismo de Bonaparte".

A revolução estava fadada ao malogro, o que na verdade pouco depois se verificou. Os implicados no movimento não eram de maneira alguma os "infames rebeldes", os "infames tiranos" das objurgatórias de Morais; ao revés disso, muitos deles se distinguiam pela inteligência, pelas aspirações generosas, pelo coração puro, e souberam morrer como heróis. O impulso que os levara à rebeldia, malgrado a adesão de vários senhores de engenho, suscita a reação dos interesses todo-poderosos de grande propriedade territorial baseada no trabalho servil. O governo provisório fora forçado a lançar uma proclamação desmentindo a suspeita que se insinuara "nos proprietários rurais" acerca da "emancipação indistinta dos homens de cor e escravos". Embora convencidos de que os homens "por mais ou menos tostados" não deixavam de ser iguais, os dirigentes da revolução afirmavam que "a base de toda sociedade regular era a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade"; e, para garantir esse sacratíssimo direito, o governo de D. João enviara a força militar necessária.

Morais, senhor do Engenho Novo de Muribeca, temia que os seus negros desertassem as senzalas, e os canaviais e o açúcar e a aguardente ficassem ao desamparo. Sem embargo de ser homem de espírito, homem culto e viajado, fechava-se na cidadela de sua classe, defendendo-a e defendendo-se. Além disso, é preciso pensar no complexo que provavelmente lhe criara a perseguição do Santo Ofício, não esquecer que sua mulher era portuguesa e que seu sogro, o marechal José Roberto, ocupando em 1817 o lugar de inspetor-geral dos corpos de milícias da capitania de Pernambuco, se encontrava entre os prisioneiros da nova república. Acrescente-se, em abono do dicionarista, a péssima saúde, que lhe fazia da vida, segundo expressão sua, “um gemido surdo e quase contínuo”. E, por último, note-se que ao seu temperamento de lexicólogo não se ajustaria a flama de revolucionário. Talvez como Machado de Assis, na revolta de 1893, se não fosse a irritação do interesse econômico ameaçado, lhe agradasse de preferência ao ouvir os tiros das armas revolucionárias, deter-se em sugestões léxicas, “gramaticar”, exprimir a sua antipatia por certas palavras, como o romancista brasileiro pelo verbo “explodir” que, embora chegado do latim por via da França, não lhe soava bem. Dicionário e revolução, aventura e gramática, são termos que dificilmente se ajustam.

A diplomacia inglesa e a Independência

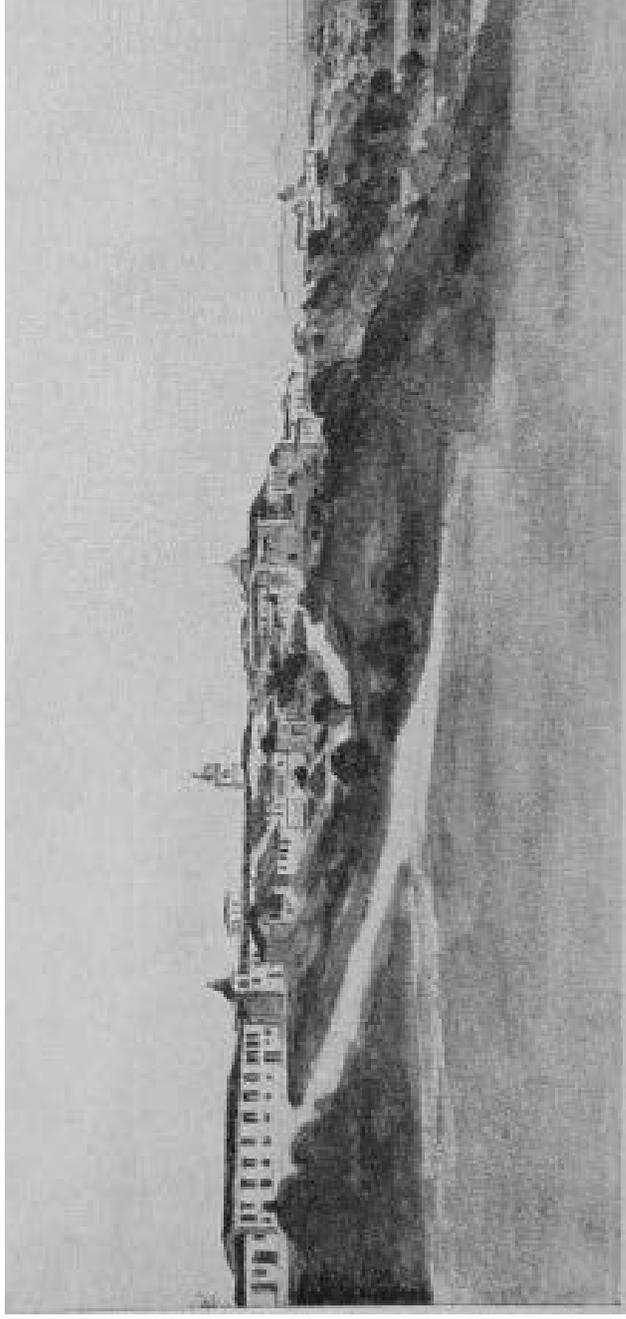
Poucos livros serão mais atraentes do que os que recolhem cartas, sobretudo se escritas no abandono da intimidade. Embora ainda diante de amigos o pudor ou a vaidade componham muitas vezes atitudes e dissimulem o fundo secreto do coração, é na correspondência particular que as naturezas podem ser surpreendidas, muito mais do que nos livros de memórias e confidências, feitos pode-se dizer sob a presença antecipada e inibitória dos leitores, com as precauções que visam à sua censura. Ler velhas cartas íntimas, por triviais que sejam, é entrar em contato com criaturas falíveis e sofredoras, senti-las nos tranSES de sua vida.

Esse caráter não tem o epistolário diplomático, em que de ordinário se busca o mínimo de compromisso e o máximo de vago e impreciso, na arte de sugerir mais do que afirmar, de morder e soprar, de deixar sempre abertos os caminhos de volta. Mas os ofícios e as notas, de caráter reservado, do *Foreign Office* aos agentes britânicos na América e na Europa, e as respostas destes, tudo acerca de um único assunto – a independência do Brasil e das colônias espanholas – oferecem por vezes o maior interesse. Em tais papéis não prevalece o tom burocrático e evasivo de diplomatas mais ou menos sutis, mais ou menos simplórios. Castlereagh e Strangford, Canning e Chamberlain, Thornton e Stuart, Ponsonby e Gordon, cautelosos ainda quando escrevem com a ressalva de “muito secreto e confidencial”, deixam transparecer o seu pensamento, dão opiniões e sustentam pontos de vista. Quem quiser fixar as diretrizes da política britânica em relação à América Latina, nas primeiras décadas do século XIX,

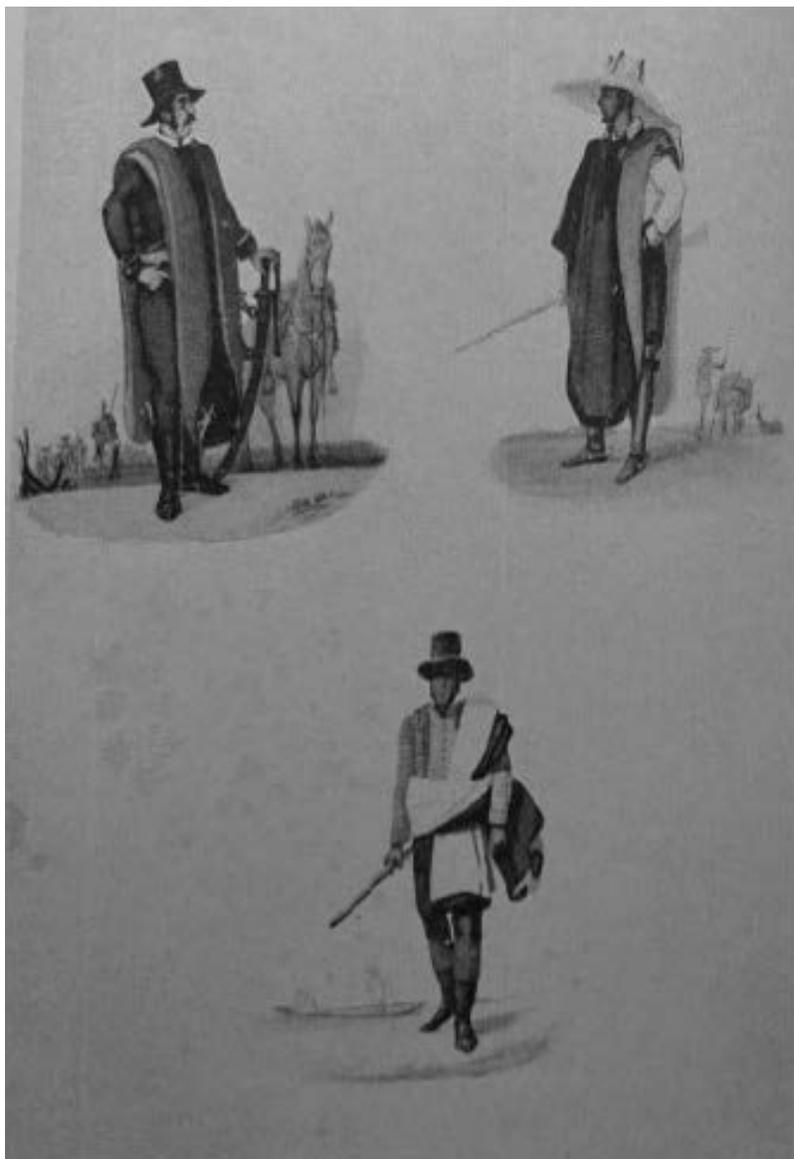
encontrará nessa correspondência elementos de grande significação.

Uma primeira observação será a simpatia com que os ingleses acompanharam a emancipação dos povos latino-americanos. Certo, essa simpatia não foi desinteressada, já que à Grã-Bretanha, em pleno desenvolvimento de sua revolução industrial, não animava um espírito parecido com o do Exército de Salvação. Os ingleses queriam mercados, queriam facilidades para o seu comércio e até mais um pouco do que facilidades – queriam privilégios. Porque agia ao impulso dos interesses dos industriais e mercadores da Ilha, o governo britânico não se colocou a serviço das metrópoles espanhola e portuguesa e assumiu o papel de mediador, senão de árbitro nos conflitos entre aquelas e as jovens nações americanas.

A despeito de sua imensa superioridade marítima, os ingleses não estavam sós em campo. Sem falar do que a Espanha e Portugal ainda pudessem tentar, havia a Áustria de Metternich, as ambições da França, os arreganhos da Rússia, o poderio nascente dos Estados Unidos, na tomada de consciência de sua política continental. Imbuídos de uma mentalidade de bons comerciantes, que se julgavam do mesmo passo bons cristãos, os ingleses adotaram uma política prudente e firme, buscando consolidar os mercados da América do Sul que a extinção do monopólio das metrópoles ibéricas lhes propiciara. A correspondência ativa e passiva do *Foreign Office* demonstra que a Grã-Bretanha não tinha dúvidas a respeito da inevitabilidade da independência dos povos da América Latina. Mas, conciliatória na forma, estimulava uma solução que lhe parecia mais simpática e mais do agrado da Europa da Santa Aliança: independência à sombra de instituições monárquicas. Convém salientar que, se no Brasil as circunstâncias favoreceram essa fórmula, não a desejaram menos



São Paulo, visto do Convento dos Carmelitas.
Aquarela de Tomás Ender



Um rio-grandese, um catarinense e um paulista.
Aquarela de J. B. Debret

em outros países latino-americanos algumas de suas mais ilustres figuras. Vários foram os planos e as tentativas, cogitando-se ora de escolher os imperantes entre os membros da família real espanhola, ora entre príncipes de sangue de outras casas da Europa, ora de elevar à realeza personagens nascidas nas próprias colônias. Da última espécie foi Agustín de Iturbide, no México, e seria Bolívar, se tivesse levado adiante projetos defendidos por alguns dos seus adeptos. San Martín quis ardentemente a monarquia com um rei vindo da Europa, e O'Higgins não esteve longe, em certo momento, de igual solução. Sem falar nos príncipes da casa reinante na Espanha, foram lembrados o duque de Orléans, o príncipe de Luca, os príncipes da casa de Bourbon depois da restauração na França, o príncipe Leopoldo de Saxe-Coburgo. Obstáculos insuperáveis, a despeito de predileções mais íntimas de Castlereagh e Canning, não permitiram que se consumasse essa proliferação de monarquia na América. Só no Brasil, o galho que aqui ficara pegou e floresceu em dois reinados. Mas vingou por excepcionais cuidados de uma política oportunista, durando apenas o tempo necessário para produzir os seus efeitos ortopédicos de mero agente consolidador da unidade nacional.

Com monarquias constitucionais preferiam comerciar os ingleses, embora não sentissem escrúpulos excessivos em fazê-lo com repúblicas de laivos jacobinos. Em última análise, uma única condição impunham para o estabelecimento de boas relações e o reconhecimento da independência: a abolição do tráfico e da escravidão. Não tem faltado quem negue qualquer fundo generoso a essa exigência da Grã-Bretanha, empenhada em que as suas colônias não ficassem em situação de inferioridade no tocante ao custo da mão-de-obra. Por puro interesse ou por interesse e espírito liberal misturados, o certo é que a Inglaterra não transigiu.

O problema da escravidão foi resolvido facilmente na América espanhola, tornando-se, entretanto, para o Brasil, um dos casos mais tristes e difíceis de sua política interna e externa. E o Brasil preocupava sobretudo os ingleses, uma vez que o seu comércio conosco excedeu a princípio o mantido com todo o resto da América Latina e nunca lhe foi inferior. Entre 1808 e 1813 a Grã-Bretanha exerceu influência decisiva e quase vexatória no governo de D. João; Strangford metia o bedelho em tudo com mais menos tato, como uma espécie de lorde protetor. Por essa época foi considerável a impopularidade inglesa no Brasil. José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, apologista irrestrito da Inglaterra, na qual chegou a ver "adorável, instrumento da Providência", e no seu governo a "potestade tutelar da Sociedade e Civilização", deixa fora de dúvida como, pouco depois de celebrados, já os tratados de 1810 suscitavam a maior animosidade. Empregou-se "extraordinária sagacidade", dizia Cairu na *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, escrita em 1818, "em desacreditar o nosso tratado, como sendo golpe de graça da indústria de Portugal, aniquilação do comércio do Brasil, e odioso monopólio extorquido por um governo que sofre a ditadura do corpo mercantil do país e se prevalece de circunstâncias favoráveis para surpreender a boa-fé de cândidos negociadores".

No tratado de comércio de 1810 as mercadorias da Inglaterra obtiveram proteção especial, e aos comerciantes ingleses, estabelecidos no Brasil, foram conferidos praticamente direitos extraterritoriais com a sua justiça própria. A acreditar-se num dos biógrafos de Canning, ninguém teria sido mais severo, na apreciação desse tratado, do que o grande ministro inglês, ao qualificá-lo de "odioso e impolítico". No tratado de aliança e amizade do mesmo ano de 1810 ficou pactuada a gradual abolição do tráfico africano. Mas a

resistência oposta a essa medida continuou fortíssima e o tráfico não se interrompeu.

Quando os acontecimentos culminaram nos sucessos da independência do Brasil, com a ruptura de quaisquer laços com Portugal, a diplomacia inglesa redobrou esforços a fim de impor a terminação definitiva do comércio de negros e a extinção da escravidão. As conversas de Canning em Londres com o futuro marquês de Barbacena, a missão de Lord Amherst no Rio de Janeiro, as instruções formais dadas a Henry Chamberlain, e todas as negociações entre os governos britânicos e brasileiro sobre o reconhecimento da independência do Brasil, colocaram esse assunto em primeiro plano. Nada, afinal, conseguiu de positivo na época de nossa emancipação nacional a diplomacia inglesa. De nada valeu que nesses dias estivesse à frente do ministério de Estrangeiros do Brasil um homem como José Bonifácio, inimigo, desde os dias de estudante em Coimbra, do trabalho servil. Toda a economia brasileira repousava na escravidão, vivia por assim dizer exclusivamente da escravidão. O velho Andrada pagou com o exílio de cinco anos e a proscricção da vida pública as suas temerárias ideias abolicionistas. O tráfico encheu o Primeiro Reinado, avultou na Regência, malgrado o seu espírito republicano e a lei de 7 de novembro de 1831, avançou por toda década do Segundo Reinado e, para vergonha nossa, só acabou depois de 1850, por força de humilhantes intervenções inglesas na política interna do Brasil. E a escravidão quase atingiu o século XX, na Terra de Santa Cruz.

Explica-se o pessimismo do agente diplomático britânico Henry Chamberlain, tão ligado aos episódios da fase da independência brasileira, ao afirmar a Canning, numa comunicação secreta de 31 de dezembro de 1823: "Quando chegar o feliz momento da abolição,

não será devido nunca à inclinação sincera do povo ou do governo, a menos que venham a sofrer grande mudança. Pois quase me aventuraria a dizer que não há dez pessoas em todo o Império que considerem esse comércio como um crime ou o encarem sob outro aspecto que não seja o de ganho e perda, de simples especulação mercantil, que deve continuar ou cessar conforme for vantajoso ou não. Acostumados a não fazer nada, a ver só os negros trabalharem, os brasileiros em geral estão convencidos de que os escravos são necessários como animais de carga, sem os quais os brancos não, poderiam viver (...)."

Na dureza do seu julgamento, o diplomata inglês não cuidou de tecer frases dúbias para disfarçar a verdade: falou como um observador implacável e frio da sociedade brasileira de senhores e escravos.

Um comerciante do tempo da Independência

Há nos *Anais da Biblioteca Nacional*²⁶, subscrito por Francisco de Sierra y Mariscal, um curioso estudo intitulado *Ideias Gerais Sobre a Revolução do Brasil e Suas Consequências*, espécie de memória ou relatório datado de Lisboa, 10 de novembro de 1823, e no qual, de par com apreciações judiciosas e penetrantes acerca da situação social, econômica e política do Brasil, mal se disfarça o propósito de sugerir planos e meios tendentes a restabelecer a integridade da monarquia lusa desfalcada em 1822 da sua parte americana.

Quem seria esse Francisco de Sierra y Mariscal? Negociante rico, armador, dono de navios que faziam comércio entre as praças de Lisboa, Bahia, Rio e Montevideu – é o que se poderia concluir sem temeridade de certos trechos do seu escrito. Português, ou espanhol cujos interesses se identificaram com os de Portugal? Mais não permite sugerir a publicação dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Outros elementos, entretanto, fornecem alguns dados sobre essa estranha personagem. A *Astréa*, nº 186, de 15 de setembro de 1827, inseriu uma carta assinada “Um Alerta”, onde se diz: “Na parte do Telégrafo do dia 8 do corrente, publicada no *Diário Mercantil*, li que entre os passageiros do paquete inglês ‘Nocton’ vem um espanhol; e depois ouvi dizer que se chama D. Francisco Sierra y Mariscal. Acaso será esse espanhol aquele mesmo que inimigo declarado da independência do Brasil tanto dano nos fez durante a ocupação do célebre

26 Vol. XLIII-IV.

Madeira? Virá esse espanhol pretender algum emprego ou pensão? Virá incumbido de alguma missão secreta apostólica fernandina?" E o missivista invoca a vigilância da polícia.

Na verdade, Mariscal chegara ao Rio pelo "Nocton" e já a 10 de setembro de 1827 escrevera uma carta a Francisco Gomes da Silva²⁷, da "rua Direita nº 126, passada a rua das Biolas [sic], lado esquerdo [sic] principal andar, casa de Feliciano Alexandre Gomes", onde se hospedara, dizendo que o Encarregado de Negócios de Portugal, instado pelo padre Braga, lhe insinuava que se entendesse com o Chalaça. A 16 do mesmo mês e ano, à vista do que publicou a *Astréa*, novamente Mariscal se dirigiu a Francisco Gomes da Silva procurando rebater as acusações que lhe faziam, receoso de "qualquer tropelia". Certo da proteção do secretário de D. Pedro I, explicava-se: "Minha conduta na Bahia foi puramente moral e a nada mais se estendeu que a socorrer com especialidade, 1.100 doentes militares súditos del [sic] Sr. D. Pedro IV. Também socorri centos de famílias portuguesas e brasileiras, e obstei com os meus fundos que os monopolistas não abusassem da pública miséria (...) Estes foram os danos que eu fiz aos brasileiros no infeliz cerco da Bahia e a oposição à independência do Brasil. Verdade que segui em tudo a sorte dos portugueses, embarcando-me na esquadra, não por medo de culpas, mas sim por conhecer a espécie de gente que ia a entrar triunfante e a espécie de patriotismo em que ardiam".

No final da carta de 16, Mariscal rogava a Chalaça que lhe mandasse dizer se podia considerar-se seguro, pois do contrário partiria sem demora. Viera ao Brasil porque tinha "afeição a meu soberano o

27 Arq. do cast. d'Eu – maço LXX – doc. 3351.

Sr. D. Pedro IV". Tratava-se, pois, de um português, disposto então, ao que parece, a servir à causa que em Portugal defendia o imperador do Brasil. Isso mesmo se colige de novas cartas escritas a Gomes da Silva²⁸, a 20 de setembro e 26 de outubro, na última já de partida para a Europa. Mais interessante, todavia, será examinar as ideias desse comerciante no tocante ao Brasil e aos brasileiros.

É de alcance meramente acadêmico apurar se os alvites de Mariscal poderiam ou não modificar de qualquer maneira o rumo dos sucessos de nossa independência. Movido por interesses sacrificados, é natural que acreditasse no bom êxito de tais projetos. Por outro lado, ao tempo em que os formulava, o tendencioso liberalismo português entrara em colapso com a dissolução das Cortes e não faltaria em Portugal quem tivesse confiança na viabilidade de expedições militares contra o Brasil ou na eficácia de negociações mais ou menos cavilosas. Mariscal estava nesse número e propunha medidas concretas, entre as quais suprimentos às tropas e navios que se encontravam ainda em Montevideu, fornecimentos de embarcações, etc.

Muito mais interessante, porém, do que os planos do mercador despeitado serão as suas opiniões acerca da sociedade brasileira na época, e as causas, por ele vislumbradas, determinantes de nossa emancipação. O que Mariscal um tanto enfaticamente chama de ideias gerais sobre a revolução do Brasil tem o sabor da observação pessoal e direta de quem, contemplando a vida brasileira, soube discernir alguns dos seus traços mais característicos, de preferência as mazelas do trabalho servil. Estudando a educação dos brasileiros, afirma que havia perfeita igualdade entre ricos e pobres quanto à

28 Arq. do Cast. d'Eu – maço LXX – docs. 3356 e 3391.

maneira de tratar as crianças. Amolecidos pela extrema sensibilidade das mães, os filhos dos ricos, apenas saídos da infância, se depravam, começando uma existência de ociosidade e dissipação. De sua parte, os filhos dos pobres, criados também ao influxo de uma ternura viscosa, não aprendiam geralmente ofício algum e passavam a viver como cortesãos e parasitas dos mais abastados. Já se vê que, ao falar de brasileiros pobres, Mariscal não incluía os escravos, nascidos para o trabalho como bestas de carga.

Os brasileiros pobres não amavam os ofícios mecânicos, ocupação própria do escravo negro e do português desamparado. Vários são na verdade os depoimentos em tal sentido de viajantes estrangeiros, espantados ao notarem que o brasileiro de origem humilde, inclusive o antigo escravo, se exercia ofício mecânico, dava-se ao luxo de possuir também ele um escravo para lhe carregar as ferramentas. Havia nos centros urbanos, em princípios do século XIX, numerosas pessoas sem profissão definida, em grande parte mulatos, nos quais a turbulência rivalizava com a exaltação nativista. Em contraste, os portugueses de condição modesta sujeitavam-se a qualquer trabalho e Mariscal entoava um hino ao arrojo e à tenacidade desses seus patrícios. Desembarcados aqui sem vintém, dormindo as primeiras noites nas portas das igrejas, buscavam avidamente emprego e, à custa de economias forçadas, conseguiam reunir grandes cabedais, granjear consideração e até casar em famílias ricas e de nome. Chegavam de mãos abanando e acabavam opulentos. Era tudo, porque, como sublinha o judicioso mercador, só havia no Brasil uma categoria – a do dinheiro. E esses portugueses endinheirados passavam a ser alvo do ódio dos brasileiros remissos e com fumos de fidalguia, que, não querendo trabalhar, descobriam um meio fácil de ficar ricos: o “transtorno geral”, isto é, a revolução, para “despojar os europeus de suas riquezas”.

Malgrado a forma simplista, Mariscal não deixou de entrever algumas das causas econômicas e sociais do movimento emancipador brasileiro. Bem se percebe no seu aranzel o eco dos conflitos de interesses entre os naturais da terra, na parte que se compunha de gente ainda socialmente indefinida, de posição instável, egressos da escravidão, indivíduos desocupados das cidades ou dos clãs rurais e os portugueses do comércio, detentores da riqueza. Maiores, entretanto, eram os choques entre esse elemento reinol e os proprietários rurais, campando de aristocratas, onerados de dívidas, já com um sentimento nacional formado e permeáveis a influências da ideologia revolucionária de 1789. Mariscal pressentiu também esse aspecto capital do processo de nossa emancipação, mostrando-nos o Brasil de 1822 dividido em três partidos – o europeu, o aristocrata e o democrata. O primeiro era o dos portugueses do comércio e da alta administração; o segundo, o dos senhores de engenho e de alguns empregados públicos e eclesiásticos; o terceiro, o “do povo em geral”, da gente “que nada tinha a perder”, presa fácil de revoluções. Como essa gente que nada tinha a perder, os senhores de engenho detestavam os homens ricos e poderosos do partido europeu ou português e juntavam aos anseios de melhores dias e ao ardor patriótico dos democratas a sua exasperação de devedores frequentemente insolváveis. Por isso, na hora decisiva, os proprietários territoriais fizeram causa comum com o povo e dele se serviram para atingir seus objetivos. Mariscal expõe como exemplo a situação dos “aristocratas” da Bahia às vésperas da Independência. De cerca de quinhentos engenhos lá existentes, segundo o seu cálculo, poucos não deveriam aos portugueses do comércio a quem hipotecavam as safras. Era situação análoga à que determinara havia mais de um século, em Pernambuco, o choque entre Olinda e Recife, entre a lavoura devedora e o comércio credor.

Grande inimigo do tratado de comércio de 1810 com a Grã-Bretanha, Mariscal arrola-o também como uma das causas da revolução do Brasil, imputando-lhe calamitosos efeitos: “depois deste tratado eu tenho visto nas vizinhanças do Rio de Janeiro vilas reduzidas a ruínas e desertas; o mesmo acontece no Recôncavo da Bahia. Este tratado deu a morte ao Brasil e a Portugal”. Grandes devem ter sido os prejuízos do armador Mariscal para avançar tais asserções. O Brasil e Portugal não morreram, mas os tratados de 1810, continuando a ininterrupta tradição da política expansionista inglesa em detrimento de Portugal, compendiaram exclusivamente os interesses comerciais da Grã-Bretanha. A despeito disso, nem tudo correu como imaginava Strangford ao impor ao príncipe D. João e seus ministros os atos tachados de “monstruosos”; nem só desvantagens tivemos.

Não se afasta muito da verdade o retrato psicológico dos ingleses, no seu então viçoso imperialismo, esboçado por Mariscal: “os ingleses não são como os outros homens do continente europeu; ainda que vão de mama não amam outro país que a Inglaterra. Não se casam; não comem nem bebem senão o que é inglês. São uma aranha por toda parte; qualquer nação deve temer mais um escritório inglês que todas as peças de artilharia inglesas. Eu conheço ingleses no Rio de Janeiro que mandam lavar e engomar a roupa na Inglaterra”. Devorando o dinheiro brasileiro, desembarcando aqui sapatos, roupas, móveis e até caixões de defunto, introduziram “o luxo, o falso luxo que encobre a miséria geral”. É observação que coincide com a de José Bonifácio, ao regressar em 1819, depois de longa ausência: “No Brasil há um luxo grosseiro a par de infinitas privações de cousas necessárias”.

Menos destituídas de agudeza não parecem as anotações de Sierra y Mariscal sobre o movimento propriamente político da

Independência e a repercussão de acontecimentos estrangeiros. Para ele “as revoluções se pegam como a sarna”. No Brasil o espírito revolucionário se instalou na segunda metade do século XVIII, manifestando-se mais claramente na conjuração mineira de 1789, na baiana de 1798 (Mariscal chama-a “Francesia da Bahia”) e no surto pernambucano de 1817. Mas a transladação da família real portuguesa conseguiu modificar a face dos sucessos, antecipando por atos do governo muitas das latentes reivindicações revolucionárias. Erro profundo, que o nosso armador denomina de quixotismo político, foi a conquista da Banda Oriental; com isso o Brasil trouxe a revolução para dentro de casa. O contato com a turbulência platina só poderia ter conseqüências desastrosas. Aliás, no seu entender, o povo paulista se parecia muito com o rio-grandense e ambos com o do Rio da Prata. Bastante céptico quanto à subsistência da unidade brasileira, caso Portugal perdesse aqui o predomínio, notava Mariscal ser no Brasil o “espírito de provincialismo mais forte que em parte alguma do mundo”. Entendendo que se devia conservar tudo quanto de bom tivesse feito a revolução, “que não procedia de pessoas, mas sim de cousas”, queria a imprensa “dirigida”, naturalmente para cercear a ação dos “propagadores das teorias abstratas da soberania do povo”.

Homem de negócios acima de tudo, sustentando não ser “o Estado outra coisa que uma grande casa de comércio”, meditara bastante sobre assuntos políticos e não se esquecia de sugerir os pontos básicos de um largo programa para quando o Brasil volvesse à união com Portugal. Um dos primeiros era a extinção das ordens monásticas, aproveitado o patrimônio delas em obras de educação moral e científica. O exemplo de tantos frades libertários e de costumes pouco austeros levava-o a considerar os conventos lugares

de “desmoralização e revoluções”. As transformações que o Brasil sofrera depois da chegada da Família Real não agradavam positivamente a Sierra y Mariscal: as comunicações com o resto do mundo, a terminação do monopólio do comércio português, a influência inglesa e o afluxo de negociantes das várias nacionalidades – tudo isso atentava contra a sua ortodoxia de mercador luso. Para começar vida nova ou voltar à antiga era preciso “acabar com o tratado de 1810 e não fazer mais tratados com nenhuma nação”. Mariscal julgava que só se devia permitir a estrangeiro abrir loja depois de dez anos de domicílio ou de casado no país. Em hipótese alguma, porém, “casas de consignação nem escritório público”. Mais radical ainda, queria a expulsão dos estrangeiros “sem capital próprio ou indústria útil”, particularmente ingleses e franceses, que eram revolucionários por excelência.

Negociante possivelmente interessado no tráfico de negros, não alimentava Mariscal qualquer ideia mais ou menos humanitária acerca da abolição do infame comércio e sugeria apenas uma importação selecionada de escravos. Numa posição antípoda à de José Bonifácio, que considerava os negros “homens como nós”, batia-se pela exclusão dos escravos de qualquer ofício, para não aviltar as artes.

Impressionante, mas corroborando outros documentos sobre a administração da Justiça nos tempos coloniais e bem mais tarde, é o que diz Mariscal sobre “os crimes da magistratura no Brasil, capazes por si só de revolucionar o inferno”. Tirania judiciária, labirinto do foro e das ações, bizantinismo das leis, ao lado da mais desbragada corrupção – eis o pavoroso quadro. Na Bahia, por exemplo, os juízes tinham um agente notório, conhecido por “canal dos Ministros”, que tratava e vendia as sentenças. A sociedade brasileira da época parecia

ao comerciante moralista de nível muito baixo e as revoluções encontravam incentivo na ignorância, pobreza e aviltamento gerais. Absolutista, corcunda ou pé-de-chumbo, como se dizia então, tendo os brasileiros em sua grande maioria na conta de frívolos, preguiçosos, inconstantes e imorais, preconizava um governo "concentrado, ilustrado e vigoroso", um despotismo ilustrado como o pombalino. "Em virtude da escravatura, educação, clima e posição topográfica", não convinha o sistema constitucional, causador de alarme entre os "proprietários do Brasil".

Cumprir acentuar que os proprietários alarmados com a revolução liberal não foram os endividados senhores de engenho, muitos deles seduzidos pelas divulgações de Mably e Raynal: foram os portugueses do comércio. O sistema constitucional na sua essência já animara o sonho dos mineiros de 1789, dos baianos de 1798 e dos pernambucanos de 1817, e todos eles ostentavam um inconfundível cunho nativista e mesmo nacional. O próprio Mariscal confessa em termos iniludíveis: "o que tenha viajado o Brasil e estudado os seus habitantes conhecerá como eu que poucos brasileiros há que não amem a independência e odeiem e detestem os europeus portugueses a um grau tal que toca o fanatismo". E isso a despeito de ser a sua população "um mistifório de castas". Inúteis e ociosos, pois, os planos, conselhos e divagações de Francisco de Sierra Mariscal. O Brasil não voltaria mais à sujeição de Portugal. Sua liberdade se tornara irrevogável em 1822, passando o poder político para as mãos dos proprietários territoriais até o fim do Império liberal e escravocrata que fundaram. Até a abolição da escravidão, até dias bem próximos de nós.

Ditador de um dia

Dentre os vários episódios verificados no Rio de Janeiro, no ano de 1821, em consequência da revolução constitucionalista portuguesa do ano anterior, nenhum se tingiu mais de tons demagógicos do que o da Praça do Comércio, na tarde e na noite de sábado da Aleluia, 21 de abril, e nenhum revelou maior desenvoltura por parte de agitadores, com suficiente audácia para, uma vez desencadeados ímpetos primários de uma multidão inculta, imporem, pelo terror, quanto lhes inspirava um pensamento político simplista e imaturo. Desde as primeiras notícias do movimento revolucionário português o ambiente no Rio traía uma efervescência que contrastava com a placidez anterior do reinado americano de D. João VI. Certo, haveria em muitos espíritos o desejo de uma reforma política marcada pelas novas ideias, e os libertinos surpreendidos pela devassa do conde de Resende, na última década setecentista, teriam seguidores prudentemente embuçados, de preferência entre os frequentadores de lojas maçônicas. Mas o Rio de Janeiro, improvisado em Corte, aparentava grande calma e até fervente lealismo, como se demonstrou por ocasião do levante republicano de Pernambuco, em 1817.

Pois mal repercutiram aqui os acontecimentos de Portugal, operou-se súbita transformação. Os que tomaram a dianteira eram em imensa maioria portugueses, militares e caixeiros do comércio, todos voltados para o que se fazia em Portugal e para a obra das Cortes lá reunidas. Pôde por isso Oliveira Lima afirmar com irrecusável acerto que 1821 foi no Brasil o ano do constitucionalismo português e que só 1822 seria o do constitucionalismo brasileiro. As

mudanças políticas realizadas no Pará e na Bahia visavam antes de tudo a acompanhar a revolução portuguesa e nada prova melhor do que a organização de Juntas Governativas obedientes às Cortes. O pronunciamento de 26 de fevereiro, no Largo do Rocio, não tinha outro fim: jurar previamente a Constituição a ser feita em Lisboa e estabelecer também uma Junta que, prescindindo da autoridade do rei, seria o instrumento do Soberano Congresso. A presença da família real no Rio e a intervenção pessoal do príncipe D. Pedro nos sucessos frustraram os propósitos da instalação da Junta e preservaram, embora fundamente atingido, o poder de D. João VI. Não se deram, porém, por vencidos os elementos que não lograram atingir todos os seus objetivos a 26 de fevereiro e, menos de dois meses depois, tornaram à ação direta, na reunião dos eleitores paroquiais, a 21 de abril, na Praça do Comércio.

Ao cabo de um lento e tortuoso processo de dúvidas e proteções, D. João VI parecia resolvido a deixar o Brasil. Não era sem mágoa que o fazia. Aqui vivera os mais felizes dias de sua vida, aqui fora rei de verdade. Mas todos os seus conselheiros, menos Silvestre Pinheiro Ferreira, opinavam pela volta a Lisboa. Ficaria como regente do reino do Brasil o príncipe herdeiro e isso já fora anunciado em decreto de 7 de março. Era necessário firmar as instruções que regulariam o governo de D. Pedro e escolher-lhe os ministros. No intuito de obviar perturbações da ordem que se lhe afiguravam iminentes, sugeriu Silvestre Pinheiro a convocação dos eleitos paroquiais (a quem incumbiria a eleição dos deputados às Cortes), para que, como pessoas com presunção de representar a opinião pública, dessem parecer acerca das instruções da regência e dos nomes dos futuros ministros de Estado. Procedimento ultraliberal, mas excelente pretexto para reivindicações demagógicas.

Tão depressa se soube que iriam reunir-se os eleitores paroquiais, entraram em ação os agitadores. O ministro Silvestre Pinheiro cuidava que o local mais indicado para a cerimônia seria o consistorio da Igreja de S. Francisco de Paula, com a presença apenas dos eleitores. Não o atenderam, porém; foi escolhido o edifício da Praça do Comércio e, com anuência do ouvidor Joaquim José de Queirós, sob cuja presidência se realizaria a sessão, construíram-se rapidamente arquibancadas destinadas ao público. Nessa plateia, dentre os assistentes, estariam os agitadores decididos a impor fosse como fosse a sua vontade. E assim aconteceu. Alinhavam-se no recinto preparado para o corpo eleitoral magistrados, militares de graduação superior, funcionários, comerciantes, proprietários, muitos deles fadados a exercer altos cargos depois da Independência. Lá estavam Manuel Jacinto Nogueira da Gama, então conselheiro da Real Fazenda e mais tarde deputado à Constituinte, ministro de Estado, senador e marquês de Baependi; Mariano José Pereira da Fonseca, então deputado do Tribunal da Junta do Comércio e depois senador ministro de Estado e marquês de Maricá; o futuro visconde de Cairu; os desembargadores José Albano Fragoso, Veloso de Oliveira, Duque Estrada e Tinoco da Silva; o tenente-general Joaquim Xavier Curado; o brigadeiro Domingos José Ferreira; o coronel e futuro general José Manuel de Moraes e numerosas outras pessoas de responsabilidade.

Ao chegarem os eleitores já encontraram a Praça do Comércio superlotada de povo, transbordando para as estradas, e difícil lhes foi o acesso. Iniciada a reunião com a leitura das instruções para a Regência, procedida pelo ouvidor, ouviram-se fortes gritos da assistência reclamando nova leitura, em voz mais alta. Prontificou-se a fazê-la o coronel Moraes, que estava fardado e possuía um vozeirão. Para isso exigiu o povo que se afastasse da mesa do

ouvidor e viesse para mais perto. Satisfeita a imposição, gritos mais estridentes ecoaram: o que o povo queria, e logo, era o juramento da Constituição espanhola e a escolha de um governo provisório, e não ministros nomeados pelo rei. Em vão tentou o ouvidor acalmar os manifestantes. Deslocara-se dos eleitores paroquiais para a massa comandada pelos agitadores toda e qualquer iniciativa. A gritaria não cessava. Salvo poucos dentre os que compunham o corpo eleitoral, como Nogueira da Gama e os desembargadores Tinoco e Fragoso, os demais se deixaram tomar de pânico, "atônitos e aterrados", segundo confissão de José da Silva Lisboa. As ameaças aumentavam. Berrava-se que ninguém sairia dali sem que se cumprisse a vontade popular. Não havia senão obedecer. Os mentores do momento eram Luís Duprat, rapaz de vinte anos, de óculos, natural de Lisboa, filho de um alfaiate francês lá domiciliado; o padre Macamboa, célebre pela atuação no pronunciamento de 26 de fevereiro; o comerciante José Nogueira Soares, dono do navio "Maria Primeira" e o cirurgião João Pereira Ramos, por alcunha o "Cavaquinho", todos portugueses. Macamboa, proclamando-se "procurador do Povo", e Duprat, falando francamente em revolução, invadiram o recinto dos eleitores. Vitória rápida. Sem maiores delongas deu-se começo à lavratura do termo de juramento da Constituição espanhola, nomeando o ouvidor, sem audiência do corpo eleitoral, José Clemente Pereira para servir de secretário. Na assistência estrondou um grito para que se mandasse uma comissão ao rei a fim de participar-lhe o ocorrido, o que logo se cumpriu, aceitando o encargo o desembargador Veloso de Oliveira, o conselheiro Faria Lemos, o doutor Aires Gama, o sargento-mor Antônio José do Amaral e o negociante Francisco José da Rocha. O povo vetou o nome de José da Silva Lisboa, e o desembargador Tinoco, escolhido, recusou a missão.

D. João VI, que já jurara a 26 de fevereiro a futura Constituição portuguesa, baixou rapidamente decreto adotando a Constituição espanhola. Aceitaria a chinesa, se houvesse, e lha reclamassem. Não só ele era presa do medo. O medo se estendera da Praça do Comércio ao Paço de São Cristóvão, dos eleitores paroquiais aos comandantes de tropa e aos membros do governo. Os eleitores que tinham jurado a Constituição espanhola, em cujo texto era concedida ao rei a atribuição de escolher e nomear os ministros de Estado, embora advertidos pelo futuro marquês de Baependi, começaram a votar em nomes para aqueles cargos. Faziam-no coactos, apavorados. Menos intimidado não ficou, por exemplo, o general Caula, governador das Armas, quando, comparecendo à Praça do Comércio, se comprometeu a dar ordens às fortalezas da barra para que não deixassem sair nenhum navio. O jovem Duprat, que uma das testemunhas apresentou como “endemoniado” e outra como dispendo do “poder de Robespierre”, mandava e desmandava “em nome do Povo”. Ele e Macamboa foram os incitadores máximos do golpe de 21 de abril, dominando não só a assembleia da Praça do Comércio como quase a cidade toda. Macamboa já tinha a experiência da jornada do Largo do Rocio, mas Duprat fez então uma admirável estreia de demagogo. Coragem, arrogância, dons oratórios não lhe faltavam.

Mas a sua ação arrojada não teria seguimento e em nossa história política bem lhe pode caber o epíteto de ditador de um dia, ou melhor, de uma noite. A tropa que tivera parte decisiva nos acontecimentos de 26 de fevereiro, pouco se imiscuía nos de 21 de abril. Na primeira data verificara-se o consórcio dos demagogos com os militares; na segunda, a demagogia não teve por si a tropa e acabou vencida. Discursos, gritos e ameaças encheram a tarde e a noite de 21 de abril. Os agitadores embriagaram-se de palavras e muitos

deles também, sem metáfora, do bom vinho que lhes fornecera um taverneiro amigo. Enquanto isso, o combalido governo de D. João VI foi cobrando ânimo e, ao que parece, com a intervenção decisiva do príncipe herdeiro e a prática de algumas violências escusadas, pôde dominar os agitadores da Praça do Comércio. A 22 de abril, D. João VI baixava novo decreto revogando o do dia anterior em que aprovara o juramento da Constituição espanhola e a 26 partia para Portugal. O diplomata austríaco Stürmer disse que por um triz não foi derrubada a monarquia portuguesa pelo filho de um alfaiate francês, o “rapazinho de óculos” a quem se referiu o desembargador Duque Estrada. Mas “constitucional” verdadeiro, doador de Constituições seria outro “rapazinho”, o dos remoques das Cortes de Lisboa, D. Pedro, e não Duprat, poucos anos depois adepto entusiástico do absolutismo miguelista.

Um brasileiro adotivo

Raros franceses terão manifestado maior curiosidade e entusiasmo pelo Brasil do que Eugène de Monglave, ou para dar-lhe por extenso o nome – François Eugène Garay de Monglave. Certo, não se trata de nenhum Saint-Hilaire, para quem o conhecimento da natureza e dos costumes de nossa terra, demonstrado numa obra sem igual no gênero, constituiu um dos grandes objetivos de sua vida de homem de ciência. Eugène de Monglave pouco se pareceria com o sábio que procurou ver-nos não só em extensão como em profundidade, a não ser na simpatia com que se sentiu atraído pelo Brasil, no gosto de viver entre nós, no interesse em estudar homens e acontecimentos deste então remoto pedaço do mundo.

Escassas são as informações a respeito de Eugène de Monglave, especialmente quanto à sua estada no Brasil. No velho livro de J. M. Quérard, *La France Littéraire* ou *Dictionnaire Bibliographique* (Paris, 1834), aparece como antigo oficial superior, primeiro a serviço do Brasil e depois de Portugal. Carece de veracidade a informação. Pelo menos no Brasil jamais Monglave exerceu função militar ou prestou serviço de tal natureza. Talvez, tenha havido confusão ou se trate de gabolice, uma vez que o livro de Quérard, publicado quando Eugène de Monglave era ainda muito moço, provavelmente se baseou em dados bibliográficos fornecidos pelo próprio interessado. Em 1834, ao aparecer *La France Littéraire*, datavam de pouco as revoluções emancipadoras na América Latina e os movimentos liberais em vários países da Europa e, para temperamento ávido de vanglória, seria lisonjeiro atribuir-se a qualidade de oficial superior.

Tal graduação não teve Monglave tampouco em França. É o que se depreende de um documento de seu próprio punho, que se acha no Museu Imperial de Petrópolis, entre os papéis do arquivo do Castelo d'Eu. Trata-se de uma longa carta em português, dirigida de Paris, em 22 de outubro de 1828, a D. Pedro I,²⁹ que vem esclarecer e retificar o pouco que se sabia da vida de Eugène de Monglave no Brasil. Palavras textuais suas: "Lançado quase ao sair do berço naqueles liceus de Napoleão que foram sem dúvida o viveiro a que a França deveu tantos heróis, eu marchei na tenra idade de quinze anos com estes velhos guerreiros que tinham banhado com seu sangue a Península, e, a seu exemplo, eu disputei a pé firme a França a um inimigo irritado justamente de nossas vitórias: mas, ai de mim! Esta carreira teve curta duração". Na verdade, diz logo depois que a encerrou com a derrota final de Napoleão. Destarte, nascido em 1798, teria apenas dezessete anos e não passaria de soldado.

À Revolução e ao Império sucederam na França um profundo cansaço, um indisfarçável desejo de tranquilidade e, de volta ao cotidiano, uma pausa nas inquietações do perigo e da glória. O pai de Monglave, fidalgo de província, quis encaminhá-lo para o comércio: não tardaria o *enrichissez-vous* do tempo do rei burguês. Mas ao jovem repugnava a ideia de especulação e de lucro. "Vim para Paris lançar-me nos braços das Musas", diz-nos ele, acrescentando: "Minha escolha parece havê-las lisonjeado". Algum tempo depois Eugène de Monglave publicava dois livros – *Le Momus Libéral*, *Étrennes Lyriques*, e *Histoire des Missionnaires dans le Midi de la France*, ambos de 1819 e depressa esgotados. Não o satisfez, porém, o favor

29 Arq. do Cast. d'Eu – maço LXXXI – doc. 3718.

das Musas, se é que este foi mais do que uma ilusão da vaidade. A atração das longas viagens entrou a atormentá-lo, e os exemplos de Camões, náufrago na Ásia, de Regnard, escravo na África, e o de Chateaubriand, visitando a Terra Santa e tomando contato com a América do Norte, decidiram-no a conhecer o Brasil.

Eis Eugène de Monglave no Rio de Janeiro. Sua descrição da chegada aqui tem o valor do trivial romântico: "A emoção que me causou o primeiro golpe de vista desta terra favorecida do céu, eu a pude sentir, mas não a posso descrever. A aurora trazia ao meu navio todos os aromas de que abunda esta terra embalsamada; uma verdura brilhante e eterna coroava o cimo das montanhas, e o sol, para nos receber, se tinha revestido de um esplendor que ele não tem na velha Europa. Oh! que sentimentos se não sucediam num mesmo momento em meu coração transpassado de alegria! Eu jurei, Senhor, que este abençoado clima seria para o futuro minha única pátria". Mas o Rio "cheirava muito a civilização europeia", e o desejo em que ardia a sua imaginação era embrenhar-se na floresta tropical, pesquisar as plantas e os metais, conhecer os "homens do Novo Mundo". E partiu. Por onde terá andado Monglave? Arredores da Corte, províncias do Rio, São Paulo, Minas Gerais. "Meu espírito se inflamou de novo; a vida brasileira, com suas saudosas canções, me encantou de tal maneira que, regressando ao Rio de Janeiro, eu estava mais rico de modinhas que de flores e de pedras preciosas". Ao amigo das Musas tinham interessado sobretudo as canções populares. Entretanto, o Brasil no momento não era propício à poesia: chegava a hora da ação, da definição política, da tomada de atitudes. Eugène de Monglave foi testemunha "ocular", no Rio, dos acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821, início do movimento liberal,

ainda de timbre português, com o juramento da Constituição tal qual a fizessem as Cortes de Lisboa.

Atento embora aos sucessos políticos, ansiava o moço francês por visitar outras regiões do Brasil. Do Rio seguiu para a Bahia, que encontrou “presa de horríveis convulsões”. Sem embargo, lá se lhe deparou “o mesmo belo céu, a mesma hospitalidade e o mesmo gosto pelas ternas e saudosas modinhas”. Era mister continuar a viagem. E chegou a Pernambuco. Mas o que Monglave no fundo buscava era o mistério da selva, a mata virgem, a vida primitiva, a América lendária, o homem da bondade natural – e não cidades como Salvador e Recife, a sofrerem nessas décadas iniciais do século XIX influências inglesas e francesas modificadoras de alguns dos traços fundamentais de sua formação. Também nelas sentiria para logo o cheiro de civilização europeia que notara no Rio. Internando-se, conseguiu encontrar índios, observá-los, conviver com eles. Eis o que nos conta a propósito: “Sem outra companhia mais que a de um negro fiel, eu me aventurei a ir participar de suas comidas selvagens, sem experimentar da parte deles a menor injúria. E por que motivo se teriam eles excitado contra um viajante que os não ofendia, e que lhes não pedia mais que a faculdade de colocar sua rede, de participar de sua cabaça, e de colher algumas flores?”

Eugène de Monglave, no seu português bastante aceitável para quem passou poucos anos no Brasil, não dá indicações precisas acerca dos lugares onde conheceu índios, nem os descreve. Estaria fantasiando, vencido pela tentação de mentira a que sucumbem tantos viajantes? Talvez não. O documento a que se tem recorrido neste estudo não é livro, relatório ou trabalho que imponha pormenores e esclarecimentos: é uma simples carta. Logo em seguida,

ele acrescenta que, obrigado pela fome, voltou “a Açu, a Goiana e ao Rio Grande do Norte”. Já agora são mencionados os nomes de lugares. Açu é velha freguesia do Rio Grande do Norte, que data de 1726, transformada em município em 1766, com o nome de Vila Nova da Princesa, depois elevada a cidade de Açu pela lei provincial de 16 de outubro de 1845. E Goiana? Não seria Goiana, da província de Pernambuco, mas Goianinha, do Rio Grande do Norte, freguesia criada parece que em 1750 e feita município em 1832. Rio Grande do Norte na carta de Monglave será antes Natal, cuja comarca compreendeu a princípio toda a capitania, e nasceu em 1599, quando se inaugurou o seu pelourinho ou a sua igreja matriz. Aí o antigo soldado de Napoleão se demorou e foi “acolhido como um irmão por seus principais habitantes que se disputavam a preferência” de o receberem em suas casas. Acolhido por quem? Pelos “excelentes patriotas” que faziam “gloriosos esforços” para “acelerarem a obra da regeneração e da independência brasileira”. Estava-se no começo de 1822 e esses patriotas “entretinham uma correspondência seguida com o Rio de Janeiro e as províncias do Sul”.

Eugène de Monglave conta que descobriu logo o que tramavam, e, vencida a desconfiança inicial, tomou parte em todos os conciliábulos e deliberações. Doente, sofrendo de “mortíferas sezões”, era muitas vezes no seu quarto que se reuniam alguns dos principais promotores do movimento emancipador: “os senhores padre Pinto, Brás, administrador da alfândega, Sales Pacheco, contador do erário”. Dois dos três podem ser identificados sem dificuldade: “padre Pinto” é o padre o Manuel Pinto de Castro, presidente da Junta do Governo Provisório, eleito a 18 de março de 1822 e que durou até 24 de janeiro de 1824, membro de uma família que representou papel de suma importância nos sucessos políticos da época, irmão

do padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro – o padre Miguelinho da revolução republicana de 1817 em Pernambuco –, do padre Inácio Pinto de Almeida e Castro, deputado por Pernambuco às Cortes de Lisboa e depois à primeira legislatura do Império, de Joaquim Felício de Almeida e Castro, implicado na Confederação do Equador em 1824, e “Brás” é Brás Marcolino de Andrade Melo. Padre Pinto era também irmão de D. Clara Joaquina de Almeida e Castro. Esta admirável mulher, tão dedicada se mostrou a seu irmão Miguelinho, em cuja companhia morava em Olinda, que foi recolhida à prisão, por longo tempo. Coragem não lhe faltou nunca: saindo do cárcere, pretendeu casar-se com um sobrinho, mas não obteve a indispensável licença do bispo. Nem por isso deixou de consumir a união. Certo dia, à hora da missa conventual, quando o celebrante elevava o cálice depois de consagrada a hóstia, ergueu-se juntamente com o noivo, declarando diante de Deus e dos homens que se considerava casada. E a licença veio. Brás Marcolino de Andrade Melo seria o chefe de uma família cujos descendentes exerceriam influência política na província.

Testemunha e participante dos acontecimentos da Independência no Rio Grande do Norte, Eugène de Monglave, por não melhorar da febre palustre que o acometera, teve de deixar Natal, receoso de morrer, como o jovem inglês Bohem, seu companheiro de viagem. Em Pernambuco, os médicos aconselharam-no a voltar para a Europa. “Eu parti, pois, conservando sempre a mais doce recordação do magnífico Brasil”, diz num tom que parece inteiramente sincero. De regresso a Paris e uma vez restabelecido, de novo se entregou à fervilhante atividade literária e jornalística. Em 1823, fundou *Le Diable Boiteux*, jornal satírico de cunho liberal, e, em sucessivas publicações, alternou o estudo histórico com o assunto do dia, o romance com

a obra didática. Afrontando destemeroso os governos da Restauração, não lhe faltaram oportunidades de pagar multas, de ter os seus escritos apreendidos e até de ser preso. No mesmo ano publicou *Le Siège de Cadix par l'Armée Française en 1800*; em 1824, *Le Faubourg Saint-Honoré et le Faubourg Saint-Antoine (correspondance politique de deux jeunes personnes)*, *Lettre à Mgr. l'Archevêque de Paris à Propos de son Mandement sur les Elections*, *Lettre de Lord Byron au Grand Turc*, *Épître à M. Casimir Delavigne sur les Choix Académiques*, *Mon Parrain Nicolas*, *Histoire Abregée de Paris*; em 1825, *Le Ministre des Finances, roman de moeurs imité de l'allemand. Octavie ou la Maîtresse d'un Prince*, *Les Parchemins et la Livrée*, *Histoire de l'Espagne*, *Histoire des Conspirations des Jésuites Contre la Maison de Bourbon en France*, *Résumé de l'Histoire du Mexique* (traduzido por ele mesmo para o espanhol); em 1826, *De la Pairie et des Pairs* (processo e prisão por causa deste livro), *Biographie Pittoresque des Pairs de France* (novamente processo e prisão), *Biographie Pittoresque des 40 de l'Académie Française par le Portier de la Maison*, *Histoire de l'Amérique Méridionale*, *Histoire de Turquie*, *Histoire des Etats-Unis d'Amérique*; em 1827, *Histoire de la Garde Nationale Parisienne e Correspondance de Don Pedre Premier, Empereur Constitutionnel du Brésil, Avec le Feu Roi du Portugal Don Jean VI, son Père, Durant les Troubles du Brésil*. Nessa torrente de papel impresso continuaria durante alguns anos, publicando livros e mais livros, para depois retirar-se e condenar-se ao silêncio.

Nenhuma ou quase nenhuma das obras de Monglave é lida hoje. Não havia nelas, nem nas que escreveu sozinho nem nas feitas em colaboração com Marie Aycard, P. Chalas e outros, qualidades superiores que lhes assegurassem duração. Trabalhos efêmeros, mais jornalísticos do que propriamente literários ou históricos, depressa

ficaram esquecidos. Mas há um livro seu que continua a ter interesse ao menos para o Brasil: a *Correspondance de Don Pedro Premier*. É um volume de trezentas e sessenta páginas, no qual estão reunidas trinta e duas cartas de D. Pedro a D. João VI, de 8 de junho de 1821 a 4 de agosto de 1822, e mais proclamações, manifestos, decretos, discursos, representações, enfim quase todos os principais documentos relativos à independência brasileira, traduzidos para o francês e anotados por Monglave, além de uma biografia de D. Pedro I, talvez a primeira publicada. As anotações e o esboço biográfico deixam patente que Eugène de Monglave, durante o tempo em que permaneceu no Brasil, foi um observador curioso e atento, que procurou documentar-se, ver os homens e os acontecimentos com simpatia, compreendê-los e explicá-los. A *Correspondance de Don Pedro Premier* apareceu em 1827 (Tenon, libraire éditeur, Paris). Nesse momento estavam ainda na França vários brasileiros exilados por ocasião do golpe que dissolveu a Constituinte – os três irmãos Andrada, José Joaquim da Rocha e filhos, padre Belchior Pinheiro, Montezuma, Meneses Drummond. Com esses e outros brasileiros, o marquês de Barbacena por exemplo, Monglave manteve contatos e deles recebeu certamente boa parte dos papéis e informações que enfeixou no livro. Meneses Drummond, de quem era compadre, afirma que colaborou na *Histoire des Conspirations des Jésuites*, “volume de quinhentas páginas, oitavo grande, obra projetada, escrita, impressa e publicada no espaço de um mês”. Não teria colaborado também na *Correspondance*?

Monglave guardara a melhor lembrança dos dias vividos no Brasil e era grande admirador de D. Pedro I. A biografia que dele escreveu roça pelo panegírico “ao príncipe que vingara na América a dignidade do homem, ao príncipe entusiasta da liberdade”; mas, não se limitando a declamações, procurou dar relevo a sucessos ainda

recentes e importância a documentos a que pouca gente emprestaria então maior valor, embora sejam fundamentais para o estudo da emancipação brasileira.

Não é a *Correspondance de Don Pedre Premier* a única obra de Monglave que interessa de maneira especial ao Brasil. Além de um livro inédito, *Souvenirs du Brésil* (onde estão os originais, se acaso ainda existem?), traduziu para o francês *Marília*, de Tomás Antônio Gonzaga, e *Caramuru*, de Santa Rita Durão. Terá publicado o último? Do poema de Gonzaga, fez ao que parece duas edições, sendo que a primeira, em 1825, de parceria com P. Chalas, foi publicada por C. L. F. Panckoucke, Paris, num livro pequeno e gracioso de que possui mais de um exemplar a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No prefácio, ao lado de uma notícia da literatura portuguesa, de um juízo crítico sobre *Marília* e de um ligeiro resumo histórico da Conjunção Mineira, afirma que, percorrendo os lugares que testemunharam os amores do poeta-desembargador, ouviu cantar ao som da guitarra as liras gonzaguianas e pôde recolher nos ecos de Vila Rica o nome de Marília. A tradução, bastante fiel, não magoaria o infeliz poeta. Extraordinário é, porém, que, geralmente tão bem informado, Monglave nos dê Tiradentes como se chamando *Joachim José Ferreira*.

Em 1861, escrevia Meneses Drummond: "(...) meu amigo e compadre Monglave, infatigável trabalhador, não sei que fim levou; consta-me que ainda vive, mas ninguém me diz onde se acha. Paris é tão grande, que não é coisa fácil ir atinar com o ninho de um escritor de segunda ordem, já fora da moda". O infatigável trabalhador parece que desanimara. Depois de tantos panfletos e de tamanha atividade política, mais não fazia do que ensinar no Instituto de Surdos-Mudos e cuidar de um Instituto Histórico de que tivera a iniciativa na França.

Ao fundar-se, em 1838, o atual Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi eleito membro honorário e sugeriu os nomes de vários compatriotas seus para que recebessem igual título. Essa foi a última oportunidade em que se ocupou com o Brasil, "pátria adotiva", como o chamou mais de uma vez, embora só viesse a morrer em 21 de janeiro de 1873. Esqueceu-se do Brasil ou este o esqueceu?

Em 1828, entretanto, muito moço ainda, com a forte impressão que aqui recebera, quisera servir ao Império recém-fundado, aspirara à honra de naturalizar-se brasileiro. Em carta de 22 de outubro desse ano, dirigida a D. Pedro I, dizia: "Eu peço ser naturalizado brasileiro com toda minha família". Mas pretendia continuar na França, com um emprego na legação ou no consulado, parece que como ministro ou cônsul do Brasil. Proclamando-se "fiel historiógrafo" de D. Pedro I, acrescentava que votara a sua pena à causa da América "e com especialidade do Brasil". Se no momento necessitava permanecer na França para não prejudicar sua atividade literária, tinha como certo vir morrer aqui, abrindo a sepultura "nos bosques do Catete" ou "nas margens de Niterói", onde os netos brincariam felizes. Tudo isso dizia Monglave a D. Pedro I, em carta de que foi portador Luís de Meneses Drummond, e reiterava em outra, trazida por José Martins da Cruz Jobim, formado em medicina havia pouco, em Paris.

A primeira carta talvez não tenha sido entregue, pois não consta dos arquivos do Castelo d'Eu, hoje recolhidos ao Museu Imperial de Petrópolis. A segunda, porém, foi seguramente lida por D. Pedro I, que não deferiu o pedido nela contido. Não terá sido o elogio aos Andradas na *Correspondance de Don Pedre Premier*, como temeu Monglave, o motivo que levou o monarca a nada fazer por seu "fiel historiógrafo"? Fora realmente absurdo naturalizar um francês

e colocá-lo à frente da legação ou do consulado em Paris: havia no Brasil um regime legal e o imperador era, malgrado alguns desfalecimentos, constitucional.

Depois da abdicação, quando D. Pedro estava em Paris, empenhado no preparo da expedição para colocar sua filha D. Maria II no trono de Portugal, Monglave escreveu-lhe a seguinte carta: *“Sire! Un homme riche et constitutionnel vient me trouver et me charge d’offrir à Votre Magesté plusieurs millions de francs. Si Votre Magesté daigne m’accorder une audience nous pourrons terminer promptement cette affaire. J’attends ses ordres. Fort occupé et quelque peu malade, je n’ai pu aller presenter, de nouveau, mes hommages à Votre Magesté, depuis son retour en France. Je serais trop heureux d’en trouver l’occasion et de déposer en même temps tous mes respects aux pieds de Leurs Magestés la Duchesse de Bragance et la Reine du Portugal. Que Votre Magesté daigne me faire honorer d’un mot de réponse, et je lui prouverai, ce qu’elle sait déjà, qu’elle n’a jamais eu et qu’elle n’aura jamais”*. Falta sentido, pelo lapso de alguma palavra, ao último período dessa carta, e não deixa de ser estranhável que Monglave a escrevesse em francês, quando é certo que manejava o português com desembaraço. As dificuldades financeiras constituíram uma das maiores preocupações de D. Pedro, ao deliberar a reconquista do trono português para sua filha, mas bem se percebe que ele não acreditou nos fabulosos milhões com que lhe acenava o missivista. Não que se tratasse de um embusteiro ou mentiroso vulgar, mas estaria em cena um imaginativo, à cata de um papel na aventura a que se ia lançar o ex-imperador do Brasil.

Eugène de Monglave não prestou ao Brasil e a D. Pedro os serviços diplomáticos e militares com que sonhou, jamais teve posto

algun no exército entre nós, não conseguiu qualquer lugar na legação ou no consulado em Paris. Mas é um francês que merece ser lembrado pela simpatia que manifestou pelo Brasil e pela fé no seu destino. Um francês que percorreu mais a nossa terra que muitos brasileiros de todos os tempos. Um brasileiro adotivo, que talvez não tenhamos sabido fixar para sempre aqui.

O primeiro empréstimo externo brasileiro

O estado da Fazenda Pública, por ocasião da Independência, era dos mais precários. O descalabro financeiro, legado por D. João VI, agravava-se em virtude das despesas extraordinárias que a nova situação política acarretava. Na pasta da Fazenda, Martim Francisco procurou vencer as dificuldades, revelando-se administrador lúcido e probo. Reduzido o Tesouro Público à renda da província do Rio de Janeiro, visto que das outras, ainda mal unidas ao centro, nada ou quase nada chegava, fez o Andrada austero finca-pé numa rigorosa arrecadação, o que lhe valeu sem demora ódios e malquerenças. Compreende-se: os maiores sonegadores de impostos eram alguns dos mais poderosos da terra, habituados a não pagarem ou só pagarem os seus débitos tardia e fraudulentamente. Mas não bastava cobrar impostos. As necessidades do Estado recém-fundado se tornavam cada dia mais prementes e pedir emprestado foi expediente que se impôs. Martim Francisco apelou para um empréstimo interno, coberto com pleno êxito; de empréstimo externo, entretanto, não quis jamais saber e repeliu com aspereza sugestões e propostas em tal sentido.

Os empréstimos feitos no estrangeiro não constituíam nenhuma novidade e não faltou quem em reunião do Ministério aconselhasse ao primeiro titular da Fazenda do Brasil a lançar mão desse recurso. Em carta de 12 de setembro de 1824, escrita já do exílio, Martim Francisco conta como conseguiu “com argumentos sem réplica estorvar medida tão perniciosa”, embora lhe oferecessem empréstimo em condições que julgava muito boas – “prêmio de 5 por cem e os juros de 5 por cem, peso metálico por peso metálico”. O exemplo dado

quotidianamente por “Estados novos e velhos” não o convencia, e a sua oposição, apoiada em vários argumentos mais ou menos ponderosos, tinha aspectos de um exclusivismo de timbre bem andradino.

A queda dos Andradas e a marcha das negociações para o reconhecimento da independência facilitaram o ensejo da realização do primeiro da longa série de ruinosos empréstimos externos brasileiros. Na mesma carta de 12 de setembro de 1824, Martim Francisco dizia que já no tempo em que estava no governo, Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro marquês de Barbacena, então encarregado de negócios na Grã-Bretanha, “sem ter ordem, escrevia ao Ministério fazendo ver a necessidade de um empréstimo, entendia-se com os capitalistas de Londres (...)” Chegava afinal a ocasião azada. Para negociar a operação foram nomeados o mesmo Caldeira Brant e Gameiro Pessoa, mais tarde visconde de Itabaiana. Martim Francisco omitiu o nome de quem lhe oferecera o empréstimo que recusou, mas fora certamente o inglês Eduardo Oxenford, representado por John Brickwood. Os ingleses, que tinham feito de Portugal um vinhedo britânico, estavam desde os tratados de 1810 como quase senhores do Brasil. Ingleses comerciando no Rio, no Recife, na Bahia, ingleses pouco líricos que cuidavam sobretudo de pecúnia. Um Fernando Oxenford era estabelecido na Corte, na Rua da Alfândega nº 49, segundo o *Almanaque dos Comerciantes* para o ano de 1827. Parente de Eduardo Oxenford, autor da proposta de empréstimo repelida por Martim Francisco e estudada pouco depois por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, quando assumiu a pasta da Fazenda, na segunda quinzena de julho de 1823.

Com a dissolução da Constituinte a 12 de novembro seguinte desaparecia um dos grandes obstáculos aos bons negócios que

representariam os empréstimos no estrangeiro. Dizer estrangeiro no momento equivalia a dizer Londres. Por escrúpulos ou esperança de obter melhores condições, decidiu o governo, depois de ouvido o Conselho de Estado improvisado por decreto do dia seguinte ao do golpe de força contra a Assembleia Constituinte, mandar contrair na Europa um empréstimo de £ 3.000.000. Nogueira da Gama gerira o Ministério da Fazenda durante apenas quatro meses incompletos e fora substituído por Mariano José Pereira da Fonseca, encarcerado pelo conde de Resende por crime de ideias francesas, e agora disposto a servir docilmente ao monarca que fechara *manu militari* a Assembleia, a fazer carreira, a ser marquês de Maricá e autor de pensamentos e máximas de um bom-senso mais à Mr. de La Palice do que à marquês de La Rochefoucauld. As instruções a Brant e Gameiro, subscritas por Mariano da Fonseca, prescreviam o tipo mínimo de 80, a taxa de juros de 6% e a criação de um fundo de amortização correspondente a 4% da prestação anual, mais ou menos nos termos da proposta de Oxenford, salvo a emenda quanto à amortização, de iniciativa de Nogueira da Gama.

Brant, homem inteligente, militar com dons de diplomata, possuía boas relações em Londres, para onde o mandara José Bonifácio em 1822. Em novembro de 1823, funcionando ainda a Constituinte, resolvera o ministro de Estrangeiros Carneiro de Campos, futuro marquês de Caravelas, enviá-lo de novo à capital inglesa. Na Assembleia, fora grande a discussão a respeito, uma vez que se fazia mister licença especial por ser Brant deputado pela Bahia e haver lei recente vedando aos membros da Constituinte o exercício de empregos ou comissões. Entre os que se opuseram à dispensa na lei, a fim de que o depois marquês de Barbacena pudesse partir, não faltou quem, na ignorância do falecimento do grande jornalista do *Correio Brasiliense*,

a 11 de setembro de 1823, sugerisse o nome de Hipólito da Costa, cujo prestígio abrisse caminho a Brant na sua primeira missão.

Fosse pela falta da ajuda de Hipólito ou porque na verdade não era fácil a incumbência, o certo é que Brant e Gameiro defrontaram enormes obstáculos na capital britânica. Adotando processo novo, pretenderam os negociadores brasileiros realizar a operação mediante concorrência e subscrição por conta do Tesouro imperial. Portugal, que ainda não reconhecera a nossa emancipação, protestou logo contra o empréstimo. Eduardo Oxenford, que regressara a seu país depois de ter trabalhado aqui para ser o intermediário na transação, lavrou também solene protesto, de que fez intimar Brant e Gameiro, alegando que lhe fora outorgada preferência pelo governo do Brasil e que já organizara uma sociedade com Baily e Goldsmith com o fim de levar a termo o almejado empréstimo. Oxenford carecia de razão, pelo menos em face das instruções dadas a Brant e Gameiro, visto como nelas se declarava formalmente que deveriam aceitar sua proposta – “não achando melhores condições em outras casas ou com outros agentes”. Por último, houve quem espalhasse insistentes boatos em Londres acerca de uma forte esquadra francesa que chegara ao Rio para ajudar D. Pedro a restabelecer a união do Brasil com Portugal.

No dia da abertura das propostas verificou-se que não haviam concorrido as mais acreditadas casas bancárias de Londres e as que tinham acudido formulavam condições inaceitáveis. Anulada a concorrência, como era urgente levantar sem maiores delongas algum dinheiro, obtiveram os negociadores um adiantamento de £ 300.000 no Banco de Inglaterra. Afinal o empréstimo de £ 3.000.000 foi efetuado em duas etapas, ou melhor, desdobrado em dois – um de um milhão de esterlinos, firmado a 20 de agosto de 1824, com Bazeth

Farquhar, Grawford & Co., Fletcher Alexander & Co. e Thomas Wilson & Co., tipo 75, juros de 5%, amortização de 1%, prazo de trinta anos, tendo como garantia a renda das alfândegas do Império, e outro de dois milhões, celebrado a 12 de janeiro de 1825, com Natahan Meyer Rothschild, ao tipo mais favorável de 85 e demais condições idênticas ao primeiro.

Assim inaugurou o Brasil, mal desperto para a vida independente, a sua detestável política financeira de tomar dinheiro emprestado antes para pagar dívidas e cobrir déficits orçamentários do que para estimular a produção e criar riqueza. Já nesse remoto ano de 1824 travava o Tesouro brasileiro relações íntimas com o ramo inglês da família Rothschild, relações mantidas por mais de um século e que ainda subsistem, agora mais frias, apenas para liquidar sem pressa antigos negócios.

Não faltaram contemporaneamente críticas bastante ásperas às operações efetuadas por Brant e Gameiro. Provavelmente, dadas as circunstâncias da hora, não lograriam os negociadores brasileiros melhores condições. Em 1826, com a abertura das Câmaras e maior liberdade de imprensa, os ataques cresceram de diapasão e não só Brant, como Gameiro, se julgaram obrigados a uma explicação pública. Gameiro, que continuava na Europa, publicou sua defesa em Londres; Brant, já no Brasil, fez uma narrativa em regra “aos compatriotas”, expondo todos os passos da transação. Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Fazenda foi severa na apreciação dos atos de Gameiro e Brant, de tal maneira que este tachou o parecer à respeito de “libelo famoso”.

Entre várias restrições e censuras, houve uma que feriu particularmente os negociadores: o recebimento da comissão de 2%,

ou seja, a importância de £ 59.998.10. Entendiam os deputados que nada havia a objetar sobre a comissão de igual quantia paga aos banqueiros ou negociantes ingleses, "mas que os agentes brasileiros, grandes funcionários da nação, por ela pagos, remunerados e honrados, exigissem uma comissão pelo serviço em que os empregou a nação, que os pagava e honrava, parecia extraordinário e impatriótico". O então visconde de Barbacena defendeu-se alegando que nada havia de notável em conceder comissões aos negociadores de qualquer empréstimo, salvo quando se tratasse do ministro da Fazenda em pessoa e no próprio País; que todos os governos da América e muitos da Europa tinham contraído empréstimos em Londres e nenhum pagara menos de 4%; que o México dera até 5% e mais 1% pelo pagamento de juro e outro pela amortização; que as instruções do visconde, depois marquês de Maricá, autorizavam comissões segundo os usos e estilos em vigor; que no Brasil os magistrados venciam comissões pelas cobranças e arrecadações.

Sem dúvida, entre banqueiros e homens de negócio, a comissão, desde que fixada na taxa corrente nas transações do gênero, é a remuneração de um serviço prestado, é um pagamento justo. Mas se o negociador é um diplomata, um funcionário do Estado, outra é a situação. Barbacena mesmo admitiu que "talvez haja um outro exemplo de algum negociador que prescindisse da comissão nos empréstimos". Exemplo que não seguiu, embora fosse homem de fortuna, ou talvez por isso. Manda a verdade, entretanto, que se diga em seu abono que as instruções do governo o autorizavam, juntamente com Gameiro, a receber a comissão.

O pior é que esse primeiro empréstimo contraído pelo Brasil foi aplicado, à mingua de um critério econômico, sem visar a fins

reprodutivos, mais da metade para cobrir déficits orçamentários, pagar comissões e juros, solver despesas ordinárias, comprar armamentos, chegando o desperdício, segundo um cronista bem informado, à aquisição de fardas para os nossos soldados pela medida dos ingleses, o que obrigou a desmanchar e refazer quase todas, e à compra de um gabinete de mineralogia, cujas pedras serviram depois para ladrilhar a Alfândega do Rio de Janeiro. O empréstimo feito por Barbacena e Itabaiana, em 1824-25, montou, no seu total, ao câmbio médio da época, a pouco mais de 12.000:000\$000. Pois bem: em 1863, passados quase quarenta anos, o Brasil tinha resgatado apenas £ 1.327.000 ou aproximadamente 5.000:000\$000 e já tinha despendido com o serviço do seu primeiro empréstimo – 60.348:179\$393, ou cinco vezes a importância recebida! Mais ruinoso será o segundo empréstimo, contraído em 1829.

Colonos e mercenários

Não foi sem grande relutância que se cogitou de trabalho livre e colonização branca no Brasil. Salvo as tentativas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com açorianos e madeirenses, e no Pará com os refugiados de Mazagão, até a vinda da família real portuguesa, ninguém queria saber senão de negros escravos, “as mãos e os pés dos senhores de engenho”, e dos proprietários rurais em geral. Mas uma permeabilidade maior às ideias liberais que ganhavam terreno e, sobretudo, a pressão da política britânica de restrições ao tráfico de africanos, deram ensejo a uma nova orientação.

No mesmo ano de sua chegada, o príncipe D. João baixou o ato que permitia a concessão de terras a estrangeiros (decreto de 25 de novembro de 1808), e em 1811 ordenava a D. Diogo de Sousa, governador da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, que outorgasse dez e meia léguas quadradas, em sítio junto de algum rio navegável até o mar, ao irlandês Quan e seus três filhos “para que viessem estabelecer-se com uma colônia de irlandeses industriosos e agricultores”. Foi, porém, em 1818 que se tomou a primeira iniciativa séria no tocante à imigração. Sebastião Nicolao Gachet, suíço que se fizera compadre de D. João VI, convidando o rei para padrinho de sua filha Maria, propôs-se, como agente do cantão de Friburgo, a encaminhar para cá cem famílias. Aceita a oferta, tratou o Governo de desapropriar a fazenda de Morro Queimado, no distrito de Cantagalo, pertencente a monsenhor Almeida. Note-se, de passagem, que os eclesiásticos sabiam escolher bons lugares: monsenhor Almeida em Morro Queimado, o padre Correia nos arredores da futura Petrópolis.

Em Morro Queimado fundou-se a colônia de Nova Friburgo, cuja organização foi regulada pelo decreto de 6 de maio de 1818, a que se seguiu a carta régia de nomeação de monsenhor Pedro Machado Miranda Malheiros para inspetor. Na Suíça, para alcançar o total de cem famílias, abriram-se inscrições em vários cantões, lançando seus nomes nas listas oficiais, logo de início, 2.125 pessoas de ambos os sexos, número que subiria depois a cerca de 5.000. Dos inscritos chegaram ao Rio de Janeiro 2.003 imigrantes, sendo que nesse total havia 120 crianças menores de três anos. Primitivamente, fixara-se como porto de embarque na Europa o de Marselha. Mas contratemplos, desídia ou má direção fizeram com que os suíços fossem até os Países Baixos, onde sofreram durante mais de dois meses, até poderem embarcar, toda sorte de privações. No trajeto da Suíça ao navio morreram 43 pessoas, no mar 311, e, aqui no Brasil, 31 em Macacu e 146 em Nova Friburgo, nos primeiros nove meses de estada, num total de 531 imigrantes. Foram, como se vê, bastante altas as perdas, o que descoroçoou muitos dos que se tinham animado com a ideia de atravessar o Atlântico e começar vida nova no Brasil. Evidentemente, não se fizeram os preparativos adequados ao estabelecimento de gente de sistema de alimentação, hábitos e costumes tão diferentes, sobrando, porém, medidas inúteis, pomposas, de pura fachada.

Como quer que seja, não se malogrou de todo a iniciativa. A colônia de Nova Friburgo subsistiu, e dela partiram, alguns anos depois, atraídos pelo café então em pleno surto na província do Rio de Janeiro, alguns dos futuros fazendeiros cujos nomes já são hoje de brasileiros velhos, os Van Erven, os Lengruber, os Monnerat, os Lutterbach, com inúmeros representantes nas profissões liberais, na política e na magistratura. Política imigratória em bases seguras

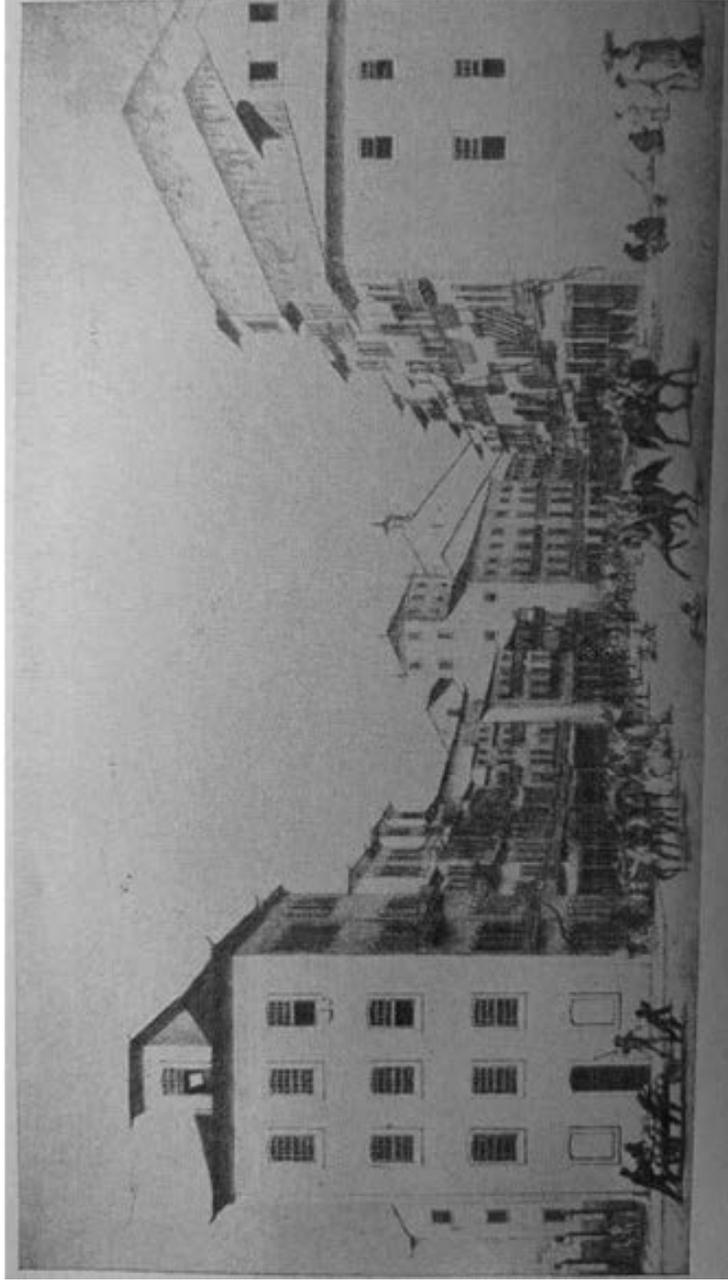
não tivemos ao tempo de D. João VI, nem poderíamos ter nos anos que se seguiram. A escravidão negra, nos seus múltiplos aspectos, marcara profundamente a sociedade brasileira. Substituir o trabalho servil pelo livre não agradava ao realismo cru e à rotina dos nossos proprietários territoriais e dos políticos enfeudados, conscientemente ou não, aos seus interesses. E estes eram poderosíssimos. Daí a resistência surda ou declarada à cessação do tráfico de africanos até 1850, a despeito de proibido por lei desde 1831. Os comerciantes de gado humano faziam também tudo, por seu lado, para que não se extinguisse um negócio que lhes proporcionava imensos benefícios. Em certo período, afiguravam-se tão grandes as dificuldades para estabelecer a imigração regular de trabalhadores livres, de acordo com as necessidades da lavoura do café sempre em ascensão, que homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos não temeram pleitear abertamente a entrada de mais negros. "A África civiliza o Brasil", disse e repetiu o estadista mineiro.

A partir de 1824, em ritmo lento nos vinte ou trinta anos seguintes, teve início a colonização alemã. Na instabilidade política e administrativa do Primeiro Reinado e da Regência não seria possível cuidar a sério de imigração. Só havia realmente organizado, e desde época remota, o tráfico de negros. D. Pedro I, dissolvendo a Constituinte, criara uma situação de insegurança imprópria à adoção de iniciativas e providências de maior alcance. O governo se colocava numa posição de defesa da ordem material, atento aos possíveis movimentos de rebeldia em regiões do país menos dóceis à autoridade imperial, como Pernambuco e outras províncias do Nordeste. A guerra do Sul, de sua parte, determinou a necessidade de força de terra e mar de vulto muito acima dos recursos financeiros existentes. Recorde-se que no orçamento para 1828 os ministérios militares

consumiram mais de metade do total da despesa pública. Empe-
nhou-se o Primeiro Reinado em incentivar a entrada em nossa terra
de homens livres, mas destinados ao exército e não aos trabalhos
do campo.

Eis um capítulo da história da imigração no Brasil que não pode
ser lembrado sem constrangimento e censura. Na ânsia de ter um
exército forte e aguerrido, tratou o governo de angariar elementos
na Europa. Vieram alemães, vieram irlandeses. Que diferença, porém,
entre a gente então recrutada e os excelentes chefes que as lutas
da Independência nos tinham dado com os ingleses e franceses da
marca de Cochrane, Taylor, Jewett, Greenfell, Norton, Parker, Labatut,
Beaurepaire! Vieram os soldados mercenários, mais ou menos en-
ganados pelas propostas miríficas de agentes do estofa de Schäffer
e Cotter. Jorge Antônio Schäffer conquistara a confiança da impe-
ratriz Leopoldina, prestando-lhe serviços pessoais, arranjando-lhe
empréstimos para atender a dificuldades monetárias em que se via
envolvida. E o “excelente Schäffer”, como o tratava a infeliz princesa
austriaca, foi mandado à Alemanha na qualidade de encarregado de
negócios do Brasil junto às cidades hanseáticas, com a missão de
conseguir soldados para o novo Império. “Meu Schäffer”, chama-
va-o também o imperador. E pedia-lhe insistentemente soldados:
“Mande, mande e mande, pois lhe ordena quem o há de desculpar e
premiar, pois é seu Imperador”. Mandasse soldados, desatendendo
às recomendações do ministro de Estrangeiros.

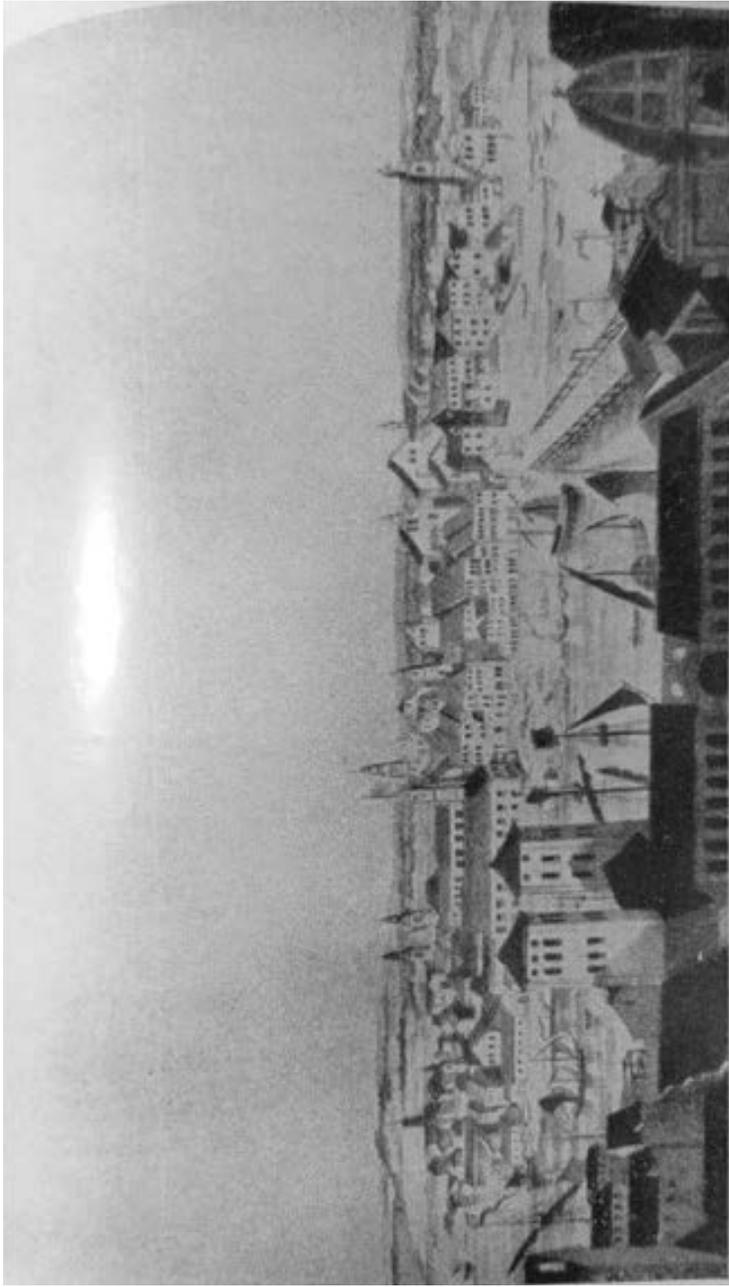
Schäffer desempenhou-se da incumbência. Dão-nos uma ideia
de como procedeu os livros que escreveram mais tarde algumas
das vítimas dos seus engodos. Não que os relatos mereçam inteiro
crédito ou que seus autores fossem criaturas impecáveis. Mas na



Recife. Rua da Cruz.

Desenho de Emilio Bachar. Lit. de F. Kaus.

Época: 1852, aproximadamente, Coleção D. Pedro Gastão.



Recife.

Lit. da parte central do grande panorama de R. Schmidt.

Coleção Gilberto Ferrez

literatura que compuseram, entre patranhas e exageros, haverá muito de verdade. Schäffer, em anúncios nos jornais alemães, prometeu em nome do Governo brasileiro excepcionais vantagens: a) viagem paga; b) concessão gratuita de quatrocentas braças de terra em quadro; c) subsídio diário de cento e sessenta réis no primeiro ano e da metade no segundo; d) cavalos, bois, ovelhas etc., na proporção do número de pessoas de cada família; e) concessão imediata da cidadania brasileira, liberdade de culto religioso e isenção de impostos por dez anos.

Tudo isso era ilusão. D. Pedro I queria no momento soldados, acima de tudo, e Schäffer tinha a esse respeito instruções cabais. Ao apelo tentador acorreu muita gente, a despeito da desconfiança causada pela má fama do agente do Brasil. Gente vária, homens moços sonhando com um paraíso no fabuloso país da América, aventureiros no mau e no bom sentido, criaturas que não passavam do rebotalho humano que as guerras da Europa tinham deixado. Segundo a narrativa de Eduardo Teodoro Bösche, um dos engajados para o serviço do Exército Brasileiro, no navio que o transportou havia colonos, mas o número de soldados era muito maior. E soldados solteiros, já que o compartimento destinado aos soldados casados e aos colonos tinha menores proporções do que o reservado aos primeiros. Bösche encheu-se de horror ao avistar muitos dos companheiros andrajosos e bêbedos, alguns ladrões e assassinos chegados a bordo acorrentados. Bêbedo contumaz era também o agente Schäffer, emérito no jogo de esvaziar garrafas.

Não constituem privilégio de nossos dias a falta de espírito de organização, a imprevidência, o desleixo. Foram chegando os alemães arrebanhados por Schäffer e na verdade pouco se fizera para

recebê-los. Os colonos propriamente ditos esperaram vários meses até serem encaminhados para São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; quanto aos demais, uma vez considerados aptos para o serviço militar, foram mandados para o mosteiro de São Bento, transformado provisoriamente em quartel, alojando-se os oficiais e inferiores nas celas dos monges e os soldados nas grandes salas e corredores. A leva de alemães de que fez parte Bösche nada tinha de superior às que a haviam precedido, igualmente constituídas de elementos inclinados à bebida e à turbulência, reprimidas por violentos castigos corporais. Alguns desses mercenários eram, entretanto, bons soldados e prestaram serviços nem sempre devidamente recompensados.

A exemplo de Schäffer, foi o coronel Cotter, oficial irlandês a serviço do Império, enviado à sua terra para trazer colonos que deveriam afinal ser alistados no Exército. Cotter não primava pela retidão moral e enganou os compatriotas que conseguiu aliciar – cerca de três mil – com a mesma desfaçatez de Schäffer. O desembarque dos irlandeses representou um doloroso espetáculo. Vinham seminus homens, mulheres e crianças, e o povo nas ruas – sobretudo a população preta – os vaiou, chamando-os de “escravos brancos”. Tudo quanto Cotter lhes prometera foi recusado e só lhes restou assentar praça. O governo não desejava colonos: queria soldados. Muitos se submeteram, outros passaram a viver mendigando nas ruas e habitualmente embriagados. Bem se pode imaginar como se conseguiria disciplina em soldados de tal espécie: à força de chibata, o mesmo castigo aplicado aos imigrados alemães. Um dia, em 1828, por uma pequena falta disciplinar, foi um soldado alemão condenado a apanhar inúmeras chibatadas. Seus companheiros, antes que o castigo chegasse ao fim, rebelaram-se e libertaram o miserável. Um grupo de soldados irlandeses declarou-se solidário, correndo

em auxílio dos alemães. Seguiu-se o que é comum em casos tais: foram saqueadas algumas vendas e pilhados alojamentos de oficiais; houve o assassinio de um oficial. Para dominar o motim fez-se mister mobilizar a tropa nacional contra os batalhões estrangeiros, e a capital do Império presenciou cenas macabras, saciada a volúpia de alguns sádicos. Do lado brasileiro morreram mais de quarenta homens; cerca de cento e vinte, do outro. Por muitas culpas que tivessem esses soldados alemães e irlandeses – e havia também entre eles franceses e suíços – forçoso é convir que o governo brasileiro os ludibriara, acenando-lhes com as promessas de uma existência feliz e pacífica e lhes impusera em vez disso a dura vida de mercenários, olhados com desprezo, esquecidos e maltratados. Em lugar de terras para cultivar, de bois, cavalos e ovelhas, a servidão militar da chibata.

A Família Real na Bahia

A rainha de Portugal D. Maria I viveu no Rio de Janeiro de 1808 a 1816. Alienada desde fins de 1791 ou princípios de 1792, parece que a transferência para o Brasil em nada lhe agravou a insânia. A crer-se em Luís Joaquim dos Santos Marrocos, antes melhorou, senão recobrou de todo o equilíbrio mental. Em carta para casa, narrava o contumaz epistológrafo: “A Rainha Nossa Senhora está em um prodigioso estado de saúde, coisa digna de notar-se, abstraindo da moléstia natural de seus anos; mas nesta idade avançada é sumamente respeitável pela majestade de Sua Pessoa e concerto de suas ideias, produzindo a cada passo máximas de muita instrução e delicadeza política”. Acontece, porém, que esse bibliotecário má-língua, sempre pronto a recolher o mais torpe mexerico acerca de ministros e fidalgos, era de extrema benevolência em relação aos membros da família real. Do contrário, seria o caso de perguntar-se por que, tão lúcida, tão sensata, tão sábia, não retomava o cetro a velha rainha.

A verdade é que D. Maria I só veio a morrer com 81 anos, a 20 de março de 1816, e nos seus domínios americanos lograra passar dias tranquilos, dando a impressão de que sofria apenas da moléstia natural de seus anos, como disse o missivista Marrocos. Morando no Convento do Carmo, anexado ao antigo palácio dos vice-reis que se transformara em residência real, a rainha demente, sempre que o tempo permitia, tomava a sua carruagem para fazer um bom passeio. No começo, o veículo era uma pequena sege puxada por duas mulas vulgaríssimas e conduzida por um cocheiro a envergar

libré desbotada e puída. Acompanhavam-na uma dama de honra na mesma sege, soldados à frente e um oficial com outros soldados de escolta, um único clarim e um laçao particular. John Luccock, que descreve o coche da rainha, acrescenta que os militares iam com túnicas surradas ou remendadas, botas velhas e cambadas, sem colete, luvas ou meias, e os cavalos eram mancos, caolhos e sarnentos. Mais afortunado não parecia o regente D. João com os seus carros, segundo o mesmo Luccock. Depois, certamente, as coisas melhoraram e as pessoas reais começaram a locomover-se com mais decência, em transportes que não escandalizariam mais ingleses zelosos do decoro da realeza.

Terá sido o Rio de Janeiro o único trecho do chão do Brasil pisado pela rainha enfêrma? Desembarcou ela na Bahia? Houve quem levantasse dúvida sobre esse desembarque. Dúvida inteiramente infundada, como será muito fácil demonstrar. Em *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de Inácio Acióli de Cerqueira e Silva, edição anotada por Brás do Amaral, lê-se no volume terceiro, pág. 48, a propósito da chegada da família real à Bahia: "Fundeu a sobredita esquadra pouco depois do meio-dia do já mencionado 22 de janeiro, e no dia seguinte desembarcaram as pessoas reais entre alas de toda a tropa da guarnição da cidade e numeroso concurso de povo de todas as classes". Fala-se aí em "pessoas reais", sem distinção, a indicar que desembarcaram todas as que estavam a bordo dos navios recém-chegados. Dir-se-á, entretanto, que a expressão é vaga, genérica, e não prova que D. Maria I tenha descido na Bahia. Deixemos, pois, Acióli e vejamos outro historiador baiano, mais moderno, como Austricliano de Carvalho. Este, em *Brasil Colônia e Brasil Império*, volume I, pág. 497, escreve: "Pela tarde de 22 de janeiro entraram o porto da Bahia outros navios portugueses e

a nau inglesa “Bedford”, vindo em um daqueles o príncipe regente e a rainha mãe, aos quais veio logo prestar homenagem o governador-geral da Capitania, e no dia seguinte a Câmara incorporada, desembarcando a 24, em meio das aclamações da tropa e do povo. Houve três dias de festas e beija-mão e seguiram-se audiências públicas e conferências, todos querendo ver o que era um príncipe, uma rainha embora doida”.

Para Austricliano de Carvalho, a descida de D. Maria I na Bahia era indubitável: todos queriam ver “uma rainha embora doida”. Antes, Melo Moraes, em sua *Corografia do Brasil*, asseverara no tomo I, parte II, pág. 67, “que a esquadra foi vista na Bahia no dia 21 de janeiro, e só deu fundo dentro da barra no dia sexta-feira, 22, pelas onze horas da manhã, e que no dia 23, por volta das quatro para cinco horas da tarde, desembarcou o príncipe real para assistir a um solene *Te Deum* na Igreja da Sé, depois do que tornou para bordo onde havia ficado a rainha D. Maria I, e que no dia domingo 24 com ela desembarcou e foram ambos assistir em palácio”. Pelo texto de Melo Moraes, o desembarque da rainha na Bahia é acontecimento absolutamente certo, podendo talvez haver dúvida a respeito da então princesa D. Carlota Joaquina, que não é mencionada.

Avançará alguém mais exigente que Acióli, Melo Moraes e Austricliano de Carvalho não citam documentos em abono de suas afirmativas e nenhum deles tem a autoridade magistral de um Varnhagen, aliás omissos a respeito. Os documentos, porém, existem numerosos e são de tal clareza que, à sua leitura, ninguém poderá mais duvidar. Aqui estão. A 8 de março de 1808, o conde da Ponte, governador-geral da Bahia, que fora a bordo da nau “Príncipe Real” a fim de receber ordens do regente D. João, comunicava ao visconde

de Anadia: “Foi S. A. R. servido insinuar-me que desembarcaria, se fosse possível recebê-lo sem que das naus se tirassem camas ou outro qualquer traste, não só para a sua pessoa e mais família real, mas também para os criados e famílias que o acompanham; diligencieí, quanto em mim coube, fazer o possível com a maior brevidade, a acomodação necessária, conseguindo que S. M. a Rainha Nossa Senhora e Suas Altezas Reais com seus criados e famílias desembarcassem no dia 24 [de janeiro] pelas cinco horas da tarde”. Mais adiante, acrescenta o conde da Ponte, nesse seu ofício publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 45, parte II, pág. 9: “Demoraram-se Sua Majestade e Altezas até o dia 24 do referido mês de fevereiro, em que resolveram continuar a sua viagem”, o que se verificou a 26.

Ao conde dos Arcos, em ofício também de 8 de março de 1808, o conde da Ponte participava da Bahia “que no dia 22 de janeiro fundearam neste porto as naus “Príncipe Real”, “Afonso de Albuquerque”, “Bedford” e a fragata “Urânia”, conduzindo S. Majestade a Rainha Nossa Senhora, S. A. R. o Príncipe Nosso Senhor, sua augusta esposa e mais real família (...) e desembarcando nesta cidade se demoraram até o dia 26 de fevereiro, em que saíram desta Bahia com vento favorável”. Não resta, pois, em face deste e do primeiro ofício do conde da Ponte, a mais remota dúvida de que na Bahia desembarcaram a Rainha D. Maria I, o príncipe regente D. João e sua mulher D. Carlota Joaquina. São documentos recolhidos ao Arquivo Nacional e publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* desde o ano de 1882. Por último, há ainda o termo de vereação da Câmara da Bahia, de 5 de março de 1808, inserto por Afonso Rui em sua *História Política e Administrativa da Cidade do Salvador*, pág. 350: “Havendo Sua Majestade a Rainha Nossa Senhora,

o Príncipe Regente Nosso Senhor e mais família real chegado a esta cidade no dia 22 de janeiro do corrente e desembarcado para terra no dia 23 do mesmo, como se menciona neste livro a fls. 135" (...). "Desembarcaram para terra", segundo a expressão redundante de Luís Pereira Sodré, escrivão do Senado da Câmara, a rainha D. Maria I, o príncipe regente D. João e todos os demais membros da família real que aportaram na Bahia. Tal é a verdade histórica.

Retorno de D. João VI ao Brasil

Não sem fundamento sempre se atribuiu entre nós certo desaire à forma pela qual se consumou o reconhecimento da independência brasileira. Na verdade, figurar a nossa emancipação, no tratado de 29 de agosto de 1825, como uma dádiva de D. João VI, que, assumindo o título de imperador do Brasil, cedia e transferia de sua livre vontade ao filho o príncipe D. Pedro a soberania do novo Império, com a indenização de dois milhões de esterlinos, era levar demasiado longe o eufemismo peculiar aos arranjos diplomáticos, em detrimento dos melindres de um povo que já se considerava livre e soberano. Pois nem assim se julgaram satisfeitos portugueses da inteligência e da finura de um Palmela. Ferido em sua suscetibilidade patriótica por ter cedido a um inglês a incumbência de negociar o tratado, não hesitou o antigo amante de Mme. Staël em acoimá-lo de um dos documentos mais vergonhosos da diplomacia portuguesa. Em seus apontamentos autobiográficos, Palmela diz que por instâncias da Inglaterra se fez "o reconhecimento quase gratuito da coroa do Brasil que a tão caro preço se poderia ter trocado" e, vendo opróbrio na atitude de Portugal, pinta a Inglaterra como contumaz no desprezo por considerações de moral pública quando em jogo os interesses do seu comércio.

Não haveria, por certo, sombra de idealismo na posição assumida pelo governo britânico em face da libertação das colônias da Espanha e de Portugal na América, como aliás raramente ou nunca se apoia em princípios desinteressados a política internacional de qualquer país. Sem dúvida, urgia para a Inglaterra que Portugal e o

Brasil regulassem o seu dissídio, visto que o tratado de comércio de 1810, ajustado no Rio por Lord Strangford, incorria em caducidade em 1825, e Canning era o primeiro, em nota dirigida a Sir William A'Court, a lembrar que nesse tratado as estipulações mais favoráveis à Grã-Bretanha se relacionavam com o Brasil, ao qual se referiam quatro quintas partes do seu contexto. Mas era estranho que Palmela, a querer preço mais caro pela concessão da independência brasileira, cultivasse menos a reserva diplomática e exprobrasse em conversas com o embaixador inglês em Lisboa "o egoísmo político" do *Foreign Office*.

Notificado por Sir William A'Court das expansões verbais de Palmela, Canning respondia com grande fleuma: "No que diz respeito ao Brasil, deve admitir-se como perfeitamente natural que Portugal considere desagradável qualquer conselho que lhe recomende tratar da questão de acordo com os fatos e não com os seus desejos". E muito calmamente acrescentava: "O curso dos acontecimentos determinou uma separação e agora só resta suavizar a dor que ela causou e esperar que a ferida cicatrize". Que Palmela não precipitasse uma situação de hostilidade entre o Brasil e Portugal e evitasse à Inglaterra a alternativa de sacrificar um comércio que servia de escoadouro à sua indústria manufatureira, ou dobrar-se ante o fato de que o Brasil era e continuaria a ser uma potência distinta e independente. Sem temer a pecha de egoísmo político, declarava: "É inquestionavelmente certo que os interesses de uma nação constituem o objetivo da conduta de seu governo, e que nenhum governo cumpre o dever que lhe cabe se não procede de acordo com esses interesses".

Não carecia o astuto Palmela de lições de política prática e disso dava mostra nos planos que urdia para vender caro a independência

da antiga colônia da América. Planos inexecutáveis, planos de quem não lograra conhecer a verdadeira situação do Brasil nos poucos meses que aqui passara de fins de 1820 a começos de 1821, planos de quem sofria momentâneo eclipse da habitual lucidez. Embora convencido da impossibilidade de reduzir o Brasil à dependência de outros tempos, não se resignava Palmela à perda de “tão bela e vasta herança”, e para salvar o máximo, para “proteger os interesses dos portugueses”, começou a preparar, segundo suas próprias palavras, “um armamento considerável em Lisboa, com que se ameaçava enviar uma expedição no caso de ficar frustrada a negociação de Londres”. Tal o seu projeto em 1824, como ministro de D. João VI. Pensaria a sério no bom êxito dessa expedição, ou cuidaria assustar os brasileiros, atemorizar D. Pedro e obter, senão a restauração do regime de reino unido, maiores vantagens e um prévio ajuste acerca da sucessão dinástica em ambos os países? O certo é que ainda nos seus apontamentos autobiográficos, Palmela imputa o abandono dos preparativos da expedição aos acontecimentos de 30 de abril de 1824, o golpe absolutista de D. Miguel, que gorou graças à habilidade do diplomata francês Hyde de Neuville. Registe a História esse serviço ao Brasil prestado pelo infante de parceria com sua mãe.

Projeto menos belicoso formulou Palmela em conversa com Sir Edward Thornton, logo transmitida numa comunicação “mui secreta e confidencial”. Persuadido de que o escopo principal dos brasileiros era menos a independência absoluta (esta já a tinham quase desde a chegada da Família Real ao Brasil) do que a certeza da sede da monarquia e da residência do monarca no Rio, dispunha-se a aconselhar Sua Majestade Fidelíssima a regressar ao Brasil, não restando a Portugal senão resignar-se para sempre a deixar de ser centro da monarquia. Que a Inglaterra fornecesse navios de escolta, sem

nenhuma intenção hostil, e D. João VI seria recebido e reconhecido logo na Bahia e até no Rio de Janeiro, não sendo crível que D. Pedro tomasse armas contra o pai e soberano. À comunicação de Thornton, datada de 3 de fevereiro de 1824, respondia Canning a 8 de março seguinte, mal escondendo a surpresa ou espanto e aduzindo que a ideia de uma segunda emigração do rei de Portugal para o Brasil era de natureza a inibir, inicialmente, o governo britânico de dar conselhos. Acrescia que nada lhe dissera a respeito o embaixador português em Londres, o que o fazia acreditar que se tratava de projeto abandonado.

O equívoco de Palmela era completo. O pensamento de união com Portugal, existente ao tempo de sua rápida permanência no Brasil, de todo se dissipara e se D. Pedro conseguiu colocar-se à frente do movimento triunfante em 1822, foi porque se identificara com o sentimento brasileiro. O retorno de D. João VI ao Brasil desencadearia lutas cruentas, ao cabo das quais, com o sacrifício provável unidade brasileira, mais cedo teriam mirrado entre nós as instituições monárquicas.

O clube da rua dos pescadores

No Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX não havia clubes, a não ser de natureza política. Os pontos habituais de encontro e de conversa eram as lojas comerciais, os cafés, as esquinas das ruas e as portas das igrejas. Dentre as lojas, tinham preferência as livrarias. No começo de janeiro de 1822, na livraria de Manuel Joaquim da Silva Porto, na rua São Pedro, esquina da rua da Quitanda, reuniam-se os sujeitos mais curiosos de novidades políticas. Foi lá que Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, por ordem de D. Pedro através do intendente-geral de Polícia, leu para quantas pessoas conhecidas avistou a carta de 24 de dezembro de 1821, do governo de São Paulo, concitando o príncipe regente a não embarcar para Portugal. Menos procurada pelos que se empenhavam no movimento de que resultaria a independência do Brasil seria a loja de livros de Francisco Luís Saturnino da Veiga, à Rua da Alfândega 395, já que o seu dono se esquivava de qualquer participação na política. Mas seus filhos, aqui nascidos, alinhavam-se entre os mais interessados no desenrolar dos sucessos. João Pedro e Evaristo da Veiga, bem brasileiros, embora sem papel de relevo, acompanhavam com ardor de moços os episódios que culminariam na ruptura com Portugal, e o segundo, a vender livros no balcão paterno, escrevia o Hino Constitucional Brasiliense, a "Brava Gente Brasileira" :

*"Já podeis filhos da pátria
Ver contente a mãe gentil;
Já raiou a Liberdade
no horizonte do Brasil."*

No ano seguinte, emancipado já o Brasil, João Pedro e Evaristo adquirira a livraria de Silva e Porto e, separados do pai, começaram a vender livros de maior atualidade, como o *Cours de Politique Constitutionnelle*, em oito volumes, de Benjamin Constant, obra que andava em mãos de todos os políticos, de todos os deputados à Constituinte e tão atentamente lida pelo imperador. Em fins de 1823, dissolvida a Assembleia que deveria fazer a Constituição, D. Pedro I desconfiaria por certo das conversas dos que reuniam na loja de livros dos irmãos Veiga, mas não há nos papéis do seu arquivo traços de delação policial, como a que se fazia na loja de um certo Minoca, em virtude de qual o monarca determinava pessoalmente medidas repressivas. O ato de força contra a Constituinte produzira terror, e a João Pedro e Evaristo, homens austeros e prudentes, faltava flama revolucionária. Sem transigir, esperavam que os acontecimentos lhes permitissem em breve exercer a ação a que no íntimo se sentiam inclinados.

O ensejo chegou com a abertura das Câmaras em 1826. No ano seguinte, casando-se Evaristo, sempre nas mais cordiais relações com o irmão, dele se apartava para ter a sua própria loja de livros, que seria a que comprou do francês João Batista Bompard, na rua dos Pescadores 49, em cujo sobrado estabeleceu residência. Ainda em 1827, iniciava-se no jornalismo militante. Colaborador a princípio, logo passou a redator principal e quase único e acabou dono do jornal talvez até hoje de maior ascendente na opinião pública brasileira, essa gloriosa *Aurora Fluminense*, que o levaria ao parlamento como deputado por Minas Gerais, sem nunca ter ido antes a essa província, e lhe daria, por volta dos trinta anos de idade, o papel de guia e de chefe entre todos ouvido.

A casa do jovem livreiro, jornalista e deputado tornou-se o centro de um grande círculo que todos os dias se ampliava, para usar

a imagem de um panegirista; a antiga livraria de Bompard transformou-se no que alguns desafetos chamariam de "clube da rua dos Pescadores", e o visconde de Cairu apelidaria pejorativamente de "telônio". José da Silva Lisboa, a despeito do seu liberalismo econômico, desconfiava do liberalismo político ainda de timbre moderado como o de Evaristo ou eram os seus pendores de áulico que não se ajustavam ao feitio independente do redator da *Aurora Fluminense*. Revidando a ataques em que certos fidalgos improvisados aludiam com desdém à sua loja de livros, Evaristo escrevia orgulhoso: "Não careço do governo para nada, não sou homem de ninguém (...) vendo livros em minha casa e disto recebo uma subsistência honrada". E ainda, indiferente às zombarias do que chamava de aristocracia gótica: "O nosso balcão! Ele nos tem dado para viver honestamente, sem andarmos a fazer cortesias e indignidades a quantos sobem ao poder, para não carecermos de avaliar tudo a dinheiro e de mendigar perpetuamente o que é da nação."

Clube no melhor sentido era a livraria da rua dos Pescadores, pela qualidade da gente que a frequentava, pelo tom das conversas, pelos assuntos preferidos, pela urbanidade, pelo respeito recíproco. Evaristo não se alçara a atitudes de mestre, nem assumira ares de profeta. Simples, acolhedor, afável, colocava-se invariavelmente ao nível do interlocutor, fosse este quem fosse, um deputado e padre como Diogo Antônio Feijó, um professor como Rodrigues Torres, futuro visconde de Itaboraí, e estudantes como Teófilo Otoni ou Sales Torres Homem. Dele não se aproximariam os rapazes da facção exaltada, adeptos da república e da federação e tão xenófobos que lançavam a moda dos chapéus de palha de taquaruçu, como sinal de repulsa às coisas estrangeiras. Evaristo manter-se-ia fiel ao seu



Olinda. Arredores da igreja da Misericórdia.
Desenho a lápis de Charles Landseer, 1825.
Coleção Cândido de Paula Machado.

chapéu redondo, e daí a alcunha dos políticos moderados, que lhe ouviam os conselhos.

Sem exagero, salvo raras exceções, o livreiro da rua dos Pescadores via-se rodeado pelos elementos mais idôneos, por muitos dos que depois viriam a ser as figuras máximas da Regência e do Segundo Reinado. Nada provará melhor porventura o prestígio de Evaristo do que a admiração que lhe dedicou John Armitage, comerciante, adido à legação britânica e depois autor de um dos melhores estudos sobre a história brasileira desde a chegada de D. João VI até à abdicação de D. Pedro I. De tal maneira o escritor inglês se deixou influenciar na apreciação dos homens e dos acontecimentos da política brasileira, pela personalidade de Evaristo que, ilustrando o livro apenas com dois retratos, emparelhou o seu com o de José Bonifácio e, em carta, lhe asseverou: "(...) inseri somente duas estampas, mas o Sr. verá que uma foi a sua (...) visto que o Sr. é o meu herói do 2º tomo". O livreiro da rua dos Pescadores foi sob muitos aspectos o homem que melhor refletiu as aspirações liberais do Brasil do seu tempo, e só malevolamente poderiam chamá-lo, como o fez Antônio Carlos, de "mancebo inesperto e teorista cru".

Sotainas políticas

Um ensaio de grande interesse do ponto de vista histórico e sociológico seria o que estudasse em profundidade a participação do clero nos movimentos políticos brasileiros, sua influência na divulgação das ideias novas ou na tentativa de implantá-las por meios violentos. O estudo abrangeria de preferência o período que vai da segunda metade do século XVIII à primeira do século XIX. Na meia-luz dos fins do setecentismo, ainda em pleno domínio colonial, o clero, representando entre nós a parte mais numerosa do elemento intelectual, entrou a encarnar os anseios de autonomia e de liberdade da nascente consciência nacional, ao mesmo tempo em que sofria o contágio do pensamento filosófico e político em vias de transformar o mundo. Na abortada Conjuração Mineira figuraram diversos padres entre os mais ilustres prosélitos e bastaria a biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva para dar a medida da cultura intelectual desses revolucionários frustrados.

Foi, porém, no movimento nordestino de 1817 que o papel do clero assumiu particular importância. Da lista dos trezentos e dez principais implicados, nada menos de quarenta e quatro são padres ou frades, todos, salvo um ou outro, recolhidos à prisão, alguns executados, sendo que outros como o padre Antônio José Cavalcanti Lins, coadjutor do bairro de Santo Antônio e o grande padre João Ribeiro de Melo Montenegro, buscaram a liberdade no suicídio. Dos que pagaram com a vida o seu apego às novas doutrinas políticas, ninguém esquecerá o padre Antônio Pereira de Albuquerque, o padre José Inácio de Abreu Lima, o padre Miguel Joaquim de Almeida

e Castro, o padre Pedro de Sousa Tenório, heróis autênticos, como seria sete anos depois, numa reincidência subversiva, esse frade prodigioso – o frei Caneca, a enfrentar o jovem e irado monarca em consequência do golpe da dissolução da Constituinte de 1823.

Nessa primeira assembleia de representantes do Brasil tiveram assento dezenove homens da Igreja, de bispo a simples monges. Muitos dos participantes da revolução de 1817 – os padres Muniz Tavares, Inácio de Almeida Fortuna, Venâncio Henriques de Resende e José Martiniano de Alencar – nela figuraram e foram em geral deputados de exemplar atividade, defendendo sempre os pontos de vista mais avançados, ao lado de outros clérigos possuídos também como eles mais de crenças liberais do que de fé religiosa, voltados antes para a cidade dos homens do que para a de Deus. Se D. José Caetano da Silva Coutinho jamais perdeu nos debates parlamentares a compostura episcopal, esse comportamento sereno e sóbrio contrastou com a conduta impetuosa, brava, por vezes trêfega do padre José Custódio Dias, do padre Muniz Tavares, do padre Henriques de Resende, do padre José de Alencar, a animarem, agitarem e até tumultuarem o ambiente da Assembleia com discursos, projetos, moções e protestos. Todos esses eclesiásticos queriam a liberdade, nos mais variados aspectos, inclusive a liberdade religiosa, e em sua defesa se manifestaram longamente, contraditando a dialética de José da Silva Lisboa, intérprete da ortodoxia católica.

Dissolvida a constituinte depois da “noite de agonia”, na qual os padres políticos, na previsão da morte, temeram o outro mundo e ouviram-se mutuamente em confissão, nem por isso se recolheram ao silêncio ou se confinaram na pacatez de suas paróquias. Houve até os que se decidiram a uma ação violenta, prontos a se tornarem

solidários com todos os protestos contra a prepotência do governo. Mas a instauração do regime constitucional, com a abertura das Câmaras em 1826, deu oportunidade a que as batinas políticas logo tornassem à cena parlamentar. Na primeira Câmara do Império sentaram-se vinte e dois padres, representando o Pará, o Piauí, a Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Dos veteranos da Constituinte voltou um só, mas que valia por muitos: o padre mineiro José Custódio Dias. Dos novos a maior personalidade estava na bancada de São Paulo, o padre Diogo Antônio Feijó, que teria a mais brilhante carreira de clérigo político Brasil: deputado, ministro da Justiça, senador, regente único do Império. Se houve na primeira legislatura imperial homens de maior valor do que esses dois padres – e bastaria citar a figura solar de Bernardo Pereira de Vasconcelos –, tanto José Custódio Dias como Diogo Antônio Feijó despertaram a atenção, a curiosidade e o respeito de seus colegas, o primeiro pela coragem no plano das lutas partidárias e no ataque aos poderosos do dia, o segundo pela inflexibilidade da linha política e audácia das iniciativas concernentes à abolição do celibato.

Na segunda legislatura, de 1830-1833, baixou a quinze o número de padres na Câmara dos Deputados, tornou a ser de vinte e dois na legislatura de 1834-1837, descendo a onze na de 1838-1841. Padres houve no parlamento até às últimas décadas do Império, mas foram escasseando e, na derradeira, de 1886-1889, não passaram de quatro. Como explicar esse decréscimo? Antes de tudo, desapareceu a preeminência que os padres tinham nos primeiros tempos entre os homens cultos do país. A partir de 1828 as duas escolas jurídicas fundadas no Brasil foram-se tornando as grandes fábricas de bacharéis e juristas que, juntamente com os representantes da

grande propriedade territorial (muitas vezes a serviço destes) formariam as Câmaras do Império. Câmaras onde se reuniriam também médicos, militares e funcionários, mas em que predominariam aqueles elementos.

Essa inclinação para os negócios da política decorreria do menor fervor religioso dos padres brasileiros? Em muitos casos impõe-se a afirmativa. Eclesiásticos como José Bento Leite Ferreira de Melo ou José Martiniano de Alencar, empenhados ambos em revoluções, em golpes políticos, em empresas liberais, sobrepunham sem dúvida os atrativos deste mundo ao do outro, eram talvez mais do Estado do que da Igreja, mais do século do que da eternidade, e sua vocação sacerdotal carecia de flama, de ímpeto. Daí os deslizes notórios de um e de outro contra o dever da castidade.

Ordem e aventura

Não é só em poesia que se verifica *cette longue querelle de la tradition et de l'invention, de l'Ordre et de l'Aventure*, de que nos fala Apollinaire. Querela não apenas de poetas, mas de escritores em geral. Querela também de historiadores. Dentre os estudiosos do passado há os que se sentem irresistivelmente atraídos pelo culto dos valores tradicionais. Ai dos vencidos na luta em que a ordem e a tradição estiveram em jogo! Contra esses heróis sem ventura, contra esses inconformados que sonharam em vão com uma vida mais livre e mais feliz, manifesta-se franca ou insidiosamente a má vontade dos historiadores tradicionalistas. Marcar com o estigma de aventureiros vulgares os precursores malogrados, ou conceder-lhes uma situação próxima da parvoíce, ao tachá-los de visionários – é expediente a que sempre recorrem.

Na modesta história brasileira não faltam exemplos de personagens dignas de acatamento e admiração, mas desfiguradas muitas vezes pela incompreensão de uma crítica destituída pelo menos de simpatia humana. Tiradentes, que mereceu o despreço do mais lúcido conhecedor do nosso passado – Capistrano de Abreu – a ponto de lhe não mencionar sequer o nome, não teve ainda o biógrafo que lhe estudasse as ações no quadro do tempo e fixasse os traços autênticos de sua fisionomia. Mas Tiradentes, a quem se pretende de modo abstruso erigir em patrono das polícias, pode gabar-se “lá no assento eterno onde subiu” de ter obtido louvores do grande e reacionário Varnhagen e de estar consagrado como herói de verdade em todos os compêndios. Já os revolucionários pernambucanos de

1817 não lograram igual ventura: o visconde de Porto Seguro chegou a dizer que tão antipático lhe parecia o assunto que “passaria sobre ele um véu”, se isso lhe fosse possível. Tem havido, entretanto, quem lhes faça justiça, quem lhes gabe as intenções e os feitos. Mais infelizes são os de 1824, sobretudo João Guilherme Ratcliff, cuja morte arrancada ao pavor de juizes pulsilânimes constitui um dos maiores crimes judiciários de que há notícia entre nós.

Quem era afinal esse sujeito? Para o barão do Rio Branco, tão sóbrio nos julgamentos, Ratcliff, “muito conhecido em Portugal como turbulento e revolucionário” não passava de um “infeliz aventureiro” que, obrigado a deixar o seu país, em Pernambuco “adotara logo a causa dos revolucionários separatistas, dispondo-se a combater pelo desmembramento do Brasil”. Eis aí o retrato do homem: simples aventureiro, turbulento, revolucionário, só o animava o propósito de esfacelar o Brasil. E para que não restasse sombra de dúvida acerca de sua ruindade, Rio Branco, sem juntar nenhuma espécie de prova, assevera que Ratcliff auxiliara e aplaudira a política recolonizadora de Portugal esposada pelo ministro José da Silva Carvalho.

Talvez João Guilherme Ratcliff, visto tal como foi em suas humanas proporções, não inspire a repulsa que a seu respeito mal disfarça o nosso grande diplomata e historiógrafo. Talvez até uma crítica mais isenta lhe descubra algumas boas qualidades, algumas virtudes. Nascido na cidade do Porto, na rua das Flores, freguesia da Sé, entre 1776 e 1783, Ratcliff, de cabelos louros, alto, gordo, claro e corado, era filho de pai polonês (estabelecido com uma loja de instrumentos náuticos e de música) e de mãe portuguesa. Viajou por diversos países, aprendeu línguas, leu muito e, homem do seu tempo, ardeu de entusiasmo pelas ideias liberais. Quando em

Portugal estourou a revolução constitucionalista de 1820, Ratcliff vibrou com os mais exaltados, exercendo no novo regime vários cargos de escolha popular, como juiz de paz, eleitor de paróquia, presidente de junta eleitoral, comandante de companhia da Guarda Nacional, etc. Depois foi nomeado oficial da Secretaria de Estado da Justiça, onde, sempre ardoroso liberal, se ofereceu para redigir o decreto de banimento de D. Carlota Joaquina, ao negar-se esta a prestar juramento à Constituição.

Era inevitável que, vencendo em 1823 a reação absolutista portuguesa, Ratcliff se visse perseguido e só pela fuga escapasse ao ódio dos adversários. Parece que, exilando-se, buscou primeiro a Inglaterra, logo em seguida os Estados Unidos e afinal o Brasil, onde desembarcou em Pernambuco quando a efervescência ali causada pela dissolução da Constituinte estava a atingir a fase revolucionária. Que liberal do seu feitio perderia essa grande oportunidade? Uma revolução contra o poder despótico, uma revolução para vingar o golpe de força contra a assembleia dos eleitos do povo – que precisaria mais um homem das ideias políticas e do temperamento férvido de Ratcliff? Pelo fundo de aspirações coletivas que encarnava, João Guilherme Ratcliff, como tantas e tantas figuras de contemporâneos, pertencia mais ao seu tempo do que propriamente a um determinado país. Português, sim, amoroso de sua pátria – e disso não faltam provas e declarações enfáticas – mas liberal, republicano, maçom, pronto a combater e dar a vida pelas ideias que o abrasavam. Esse sentido transnacional ou universal de ação de Ratcliff, que escandaliza conspícuos historiógrafos, marcou o comportamento de numerosos indivíduos dos países mais diversos no momento em que o liberalismo entrou a dominar. Personagens como Ratcliff houve em abundância. Quantos estrangeiros não tomaram parte

na Revolução Francesa? É o caso por exemplo de Thomas Paine, nascido e criado na Inglaterra, que chegou em 1774 à América do Norte já com trinta e sete anos de idade e, empenhado sempre em defender quixotesicamente, fosse onde fosse, direitos postergados, exerceu enorme influência com o *Common Sense* e outros escritos no processo da emancipação política americana. De volta à Europa em 1787, pouco depois se envolveria na Revolução Francesa, fiel ao seu princípio – “minha pátria é o mundo; fazer o bem minha religião”.

Das lutas da independência brasileira participaram numerosos estrangeiros: muitos ingleses e franceses, muitíssimos portugueses. Os móveis que os levaram a tal atitude foram os mais variados. Não poucos defenderam apenas uma situação social já conquistada; houve idealistas; houve boa quota de aventureiros. Mas é conveniente uma distinção. Aventureiro no bom e no mau sentido foi Cochrane, correndo riscos, servindo e ao mesmo tempo disputando proventos materiais, ansioso de glória e de pecúnia. Animados do espírito de aventura foram todos esses militares estrangeiros que defenderam a nova pátria aqui formada – os Labatut, os Taylor, os Jewett, os Welch, os Beaurepaire, os Nicol. Aventureiro, incontestavelmente foi Ratcliff, mas no melhor sentido, de homem desinteressado, capaz dos maiores sacrifícios por suas ideias, capaz de morrer por elas.

Não, João Guilherme Ratcliff não foi o aventureiro mais ou menos desprezível apontado por Rio Branco e outros ilustres escritores. Liberal convicto, maçom ativíssimo, empenhado no estabelecimento do regime democrático em todo o mundo, só por aberração cruzaria os braços ou ficaria neutro em face de um movimento como o de 1824. Para combater o despotismo em Portugal, na Espanha, no Brasil, na Grécia, não importa onde, daria o seu apoio. E assim

procedeu, não como um mercenário, caso em que não passaria de simples aventureiro, mas de acordo com os seus ideais mais caros, bravamente, temerariamente, num ímpeto do melhor espírito de aventura, daquele sem o qual não se faz nada de grande nesta vida, e cuja ausência caracteriza o egoísmo, a covardia, a preguiça mental dos que se encastelam na rotina e são inimigos do futuro.

Desassombrado foi o papel de Ratcliff na revolução dirigida por Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Os conhecimentos de navegação que granjeara nas longas viagens feitas até a Ásia improvisaram-no segundo comandante do brigue "Constituição ou Morte", com dezoito canhões e cento e quarenta tripulantes, em serviço de guerra dos revolucionários, apresando embarcações e bloqueando a Barra Grande, onde se refugiara Pais Barreto. Não tardou, porém, que o brigue dos rebeldes fosse atacado pelos navios imperiais "Maria da Glória" e "Guarani". Diante dos barcos inimigos, assevera-se que Ratcliff, notando disposições de pouca resistência por parte de seus comandados, tentou levar fogo ao paiol da pólvora, ou teria dito – "se nos batermos e ficarmos mal, fogo ao paiol". Prisioneiro, logo se viu mandado para o Rio e recolhido a um cubículo da fortaleza de Santa Cruz, no dia 5 de setembro de 1824. Aí, a despeito do artigo 179, nº 8, da Constituição do Império, que lhe dava a garantia de receber nota de culpa dentro de vinte e quatro horas, só a teve passados quarenta e nove dias; aí ficaria até 17 de março de 1825, data de sua execução.

Durante os tristes dias de cárcere Ratcliff expandiu com a maior serenidade as suas ideias e os seus sentimentos, em comentários escritos à margem de um livro que lia. Na hoje esquecida obra de Desquiron de Saint-Agnan, *Principes Eternels de Politique*

Constitutionnelle, deixou traços suficientes para que o possamos julgar um homem inteligente, culto e sincero, tipo bastante representativo do liberalismo da primeira metade do século XIX. Pelas notas ao texto de Saint-Agnan, escritas todas em francês, salvo pequenos trechos em inglês e latim, verificamos que João Guilherme Ratcliff possuía boa leitura. Os nomes de autores atropelam-se, grandes nomes ainda hoje lembrados e nomes quase ou inteiramente esquecidos. Lá estão Dessalgues, Virey, Lamétherie, Cabanis, Voltaire, Locke, Thornton, Sieyès, Auray de Brie, Benjamin Constant, Xavier de Matos, Antônio Ferreira e outros. Todas as notas revelam sem discrepância um espírito voltado para o culto da liberdade, tal como a entendia o pensamento político oriundo de Rousseau e dos Enciclopedistas. E revelam também, no que toca ao homem particular, uma criatura sensível, capaz de reconhecimento, a lembrar-se, na prisão, da mulher, dos filhos pequeninos e dos amigos. Haverá por certo boa parte de declamação, talvez rasgos visando a efeito póstumo. Mas a maneira por que receberia a morte mostrou que não se tratava de um parlapatão.

D. Pedro I, depois da dissolução da Constituinte, e malgrado a outorga da Carta de 1824, vinha dando provas de acentuadas tendências despóticas. Ratcliff chama-o de *despote jeune et vindicatif*. O processo a que foi submetido o prisioneiro da fortaleza de Santa Cruz teve mais as características de uma vingança cruel do que as de um julgamento em Império que se dizia constitucional. E decreto de 10 de setembro de 1824, ordenou o imperador que Ratcliff e seus companheiros fossem “breve, verbal e sumarissimamente sentenciados”. A justiça ordinária da Corte deveria ser com certeza mais expedita, arbitrária e desumana do que as comissões militares instituídas nas províncias do Nordeste. E assim aconteceu. Lesta propriamente não

foi no começo a Justiça de Sua Majestade. Iniciado o processo em outubro de 1824, ouvidas trintas testemunhas mais ou menos suspeitas, a sentença de condenação à morte só foi proferida a 12 de março de 1825, de nada valendo a defesa do advogado Ovídio Saraiva de Carvalho. Daí em diante, entretanto, a ordem imperial começou a ser cumprida à risca, na forma aliás da monstruosa lei processual então em vigor. Do acórdão de 12 de março o advogado Joaquim Gaspar de Almeida, constituído pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, interpôs recurso três dias depois, a 15. Nesse mesmo dia 15 de março de 1825 a Justiça rejeitou os primeiros e os segundos embargos, com todos os trâmites de vistas, relatórios, decisões e lavraturas de acórdãos. Tudo a 15 de março, tudo no mesmo dia. Quarenta e oito horas depois, a 17, Ratcliff subiu ao patíbulo e recebeu a morte, não como um criminoso, mas como um herói. Não lhe faltou sequer *humour*. Rejeitando a princípio a alva dos condenados, cedeu depois ao pedido do padre que o assistia: "Vamos ornar a vítima". A um frade que o tachou de rebelde, retorquiu: "Deus me dê paciência! Um ministro de altar caluniando-me!" E no sétimo degrau da escada, não sem ênfase de autêntico liberal, exclamou: "Brasileiros! Eu morro inocente, morro pela causa da razão, da justiça e da liberdade. Praza aos céus que o meu sangue seja o último que se derrama no Brasil e no mundo por motivos políticos...". Ia continuar o discurso, mas o padre lhe fez um sinal. "Eu me resigno e morro por causa da liberdade". Executado, teria sido sua cabeça, depois de salgada, remetida por D. Pedro I, às escondidas, para sua mãe Carlota Joaquina. A justiça "sumarissimamente" administrada explicará esse boato macabro. Aliás, Armitage diz que a morte de Ratcliff foi "considerada mais como oblação à cólera da realeza ofendida do que como castigo devido ao seu crime".

Este foi o “infeliz aventureiro” dos insignes historiadores que preferem a ordem ainda quando ela se encarna no despotismo de aventureiros coroados. *Cette longue querelle de la tradition et de l'invention, de l'Ordre et de l'Aventure...*

John Samuel e outros ingleses

Grandes transformações sofreu a paisagem humana no Brasil com a chegada da família real portuguesa, menos talvez pela numerosa comitiva que a acompanhou do que pelo afluxo de estrangeiros que logo depois se verificaria. Certo, a despeito das dificuldades antes criadas à sua vinda, sempre se encontrariam nas cidades brasileiras indivíduos de outra nacionalidade. Ainda no século XVIII, por ocasião da devassa mandada instaurar em 1794, pelo vice-rei conde de Resende, para apurar crimes de libertinagem intelectual, aparecem dois franceses estabelecidos no Rio: Jacob Munier e Jean de Sezaron, este professor de língua francesa, aquele comerciante. Não seriam provavelmente os únicos estrangeiros aqui existentes, mas foi na era joanina que, a começar pelos ingleses, acorreriam ao Brasil europeus de várias nações e também norte-americanos.

Ingleses como Lord Strangford e Sir Sidney Smith, na situação de relevo que lhes proporcionavam ao primeiro a função diplomática e ao segundo a militar, passaram a testemunhar os costumes, os estilos de vida, as peculiaridades de sua ilha, embora o caráter oficial das missões de que estavam investidos constituísse obstáculo a maiores e mais íntimos contatos com a gente da terra. O mesmo não aconteceria com um John Mawe ou um John Luccock que aportaram aqui como comerciantes e, movidos pelo interesse e pela curiosidade, puderam visitar e conhecer várias regiões do Brasil, como atestam os livros que escreveram; e puderam mostrar às pessoas com quem conviveram comportamento próprio de súditos britânicos. Ingleses

raros de encontrar, como o Dr. Gardner, que em 1809 ensinava química no colégio de São Joaquim, ou o Sr. Gooddal, com quem Mawe viajou em Minas, tornar-se-iam depois numerosos, em pouco tempo muitos deles malvistas, antipatizados, já por certo feitio distante ou pouco comunicativo, já porque prosperando, ganhando dinheiro, dariam aos brasileiros a impressão de que os exploravam. Metidos em negócios de vulto, comerciantes, corretores, banqueiros, ninguém lhes fazia sombra, salvo os portugueses que, ainda depois da Independência, continuaram poderosos e no tráfico de negros desafiaram mesmo a política comercial e marítima dos britânicos.

Nem os franceses, que em seguida à paz geral na Europa entraram a disputar com afinco a preferência de nossos mercados, sobrepujariam jamais os ingleses. É certo que nos primeiros anos do reinado de D. Pedro I, já os franceses tinham tomado conta de um ramo de comércio entre nós – o de modas e novidades, de enfeites e quinquilharias, e para esse fim não só vendiam o artigo de Paris, como para vendê-lo dispunham de agentes de irresistível atração – damas mais ou menos fáceis, que à pudicícia irritada de Evaristo da Veiga pareciam vindas das galerias do *Palais Royal* para ajudar falsos maridos e verdadeiros sócios. Falso marido não era aliás aquele incrível Saisset, comparsa da mulher nos amores desta com o nosso primeiro imperador e que tão cinicamente representou o seu papel depois do nascimento do filho do outro. Franceses e francesas que sabiam arranjar com muita graça as suas *boutiques* da rua do Ouvidor, uma rua parisiense, semelhante à Rua Vivienne, segundo opinião de viajantes.

Dispondo de menos encanto, mas movidos por ambições mais fortes e com os recursos da nação mais poderosa do mundo, os

ingleses desenvolviam a sua ação com maior profundidade, não se limitando ao comércio a varejo, não se contentando em operar nas cidades. Se a Inglaterra fora em última análise a maior beneficiária do surto da mineração do Brasil setecentista, não se desinteressaram os ingleses do nosso ouro, a despeito da decadência da exploração aurífera entre nós, organizando para isso empresas e companhias. Em suas mãos ficou o que ainda restava e em Minas Gerais e se estabeleceram em Morro Velho, Caeté, Gongo Soco. Em plena expansão capitalista, outro negócio atraiu os ingleses no Brasil: fazer empréstimos ao Estado que se formara. Em 5 de janeiro de 1824, ainda não reconhecida a Independência, o Brasil ia pedir dinheiro a prestamistas britânicos, um empréstimo de três milhões de libras esterlinas, o primeiro de uma longa série que se estenderia por mais de um século. Por aqui já andara oferecendo dinheiro ao tempo em que Martim Francisco era ministro da Fazenda, o inglês Eduardo Oxenford, representado por John Brickwood.

Prova de quanto já era considerável no Brasil a contribuição estrangeira, na terceira década do século XIX, está na lista de comerciantes do Rio de Janeiro em 1827, na qual figuram oitenta e seis firmas compostas de súditos de vários países europeus, quatro corretores de navios, cinco corretores de fundos, três leiloeiros. Nessa lista são nomes franceses os de Dillon aîné, Drevon e Descordes, Dumont & Cia., Garay e Marcassus, Luiz Troyon, Plancher Seignot, André Lizard & Cia., Chastan e Collignon, mas os ingleses preponderaram: Alexandre Mac Growther, Boog, Pearson & Cia., Boston e Dutton, Brown e Douglas, Coates, Mackay, Diogo Birkhead, Diogo Hartley, Fernando Oxenford, Green, Harley e Tully, Guilherme Foster, Guilherme Harrison & Cia., Guilherme Scott, Guilherme Young, Henrique Ready, João Dale, João Burk, José Green & Cia., José Maxwell,

March irmãos & Cia., March Sealy, Walker & Cia., Naylor irmãos & Cia., Plowes, Roscoe & Cia., Thompson & Cia, J. J. Dodsworth e muitos outros. Seria italiano Dionísio Uriosto e trariam origens germânicas ou holandesas Guilherme Froehlich, Guilherme Berg, Germano Ten Brink, Hindrichs Wiers.

Não poderia faltar o elemento mais nitidamente israelita, que aparece de preferência em dois nomes mais conhecidos – Buschental e Samuel – ambos por circunstâncias diversas ligados à história do fundador da Independência. Buschental, a quem José Bonifácio chamou de “maroto”, de “traste” em carta a D. Pedro I, por ter este lhe dado procuração para vender títulos logo depois da abdicação, tinha com o seu constituinte uma aproximação: ser casado com uma filha da baronesa de Sorocaba, uma das muitas amantes do imperador. Aliás, seguindo a opinião do Andrada, D. Pedro revogou o mandato conferido a Buschental e veio a ter prejuízos, tão certo é que tino político e senso moral nem sempre levam à realização de bons negócios. Buschental e sua mulher tiveram depois longa vida na Europa e o salão da brasileira reuniria em Madri muita gente boa do tempo.

Samuel, ou mais compridamente John Samuel, era sócio de Samuel Philipps & Cia., com sede na rua Direita, e viveu muitos anos no Brasil. A firma de que fazia parte era correspondente dos Rothschild de Londres, seus parentes, e John Samuel granjeou situação de grande prestígio no Rio, onde por muito tempo ditou a moda masculina, segundo nos conta Joaquim Nabuco. Em 1831, ao partir para a Europa, D. Pedro I só teve confiança para cuidar de seus haveres pessoais em John Samuel, ou melhor, na firma Samuel Philipps & Cia. Mas como bom homem de negócios, John Samuel

não se incompatibilizou com a gente nova que ascendeu aos postos de governo, e uma das acusações feitas a Bernardo de Vasconcelos, ministro da Fazenda em 1831-1832, foi a de utilizar-se da carruagem do judeu.

Em 1865, quando o engenheiro João E. Viriato de Medeiros teve a incumbência de estudar em Londres a parte financeira das empresas britânicas concessionárias de estradas de ferro no Brasil, lá encontrou John Samuel como diretor da que construía a ferrovia de Santos a Jundiaí e nas melhores relações com a legação do Brasil, amigo do barão de Penedo e de Aguiar de Andrada. Essa amizade perdurou, e Nabuco na sua primeira estada na capital britânica, em 1873, muitas vezes encontrou entre os íntimos de Grosvenor Gardens, ao lado de Rancés, marquês de Casa la Inglesia, do marquês Fortunato, do fiel miguelista Saraiva e de muitas outras figuras que o tato de Penedo sabia reunir, o velho John Samuel, a relembrar homens e acontecimentos do Primeiro Reinado e da Regência.

Mentiras e verdades de um alemão

Embora muitas vezes não passem de observações superficiais e despeitadas de sujeitos que aqui vieram em busca de fortuna fácil e, em lugar do paraíso terrestre, encontraram o trópico, a remissa administração pública brasileira e as asperezas da sociedade escravocrata, os depoimentos de estrangeiros que nos visitaram despertam sempre interesse e podem ser de grande utilidade. Para um tipo honesto, simpático e paciente como Saint-Hilaire, há vários levianos, fantasistas e mendazes. Entre estes forçoso é incluir Carl Seidler, o que não impede que a leitura do seu *Dez Anos no Brasil* se torne necessária a quem quiser estudar melhor certos aspectos do Primeiro Reinado e dos dias iniciais da Regência. Da boca dos mentirosos saem também verdades e a deformação que os fatos sofrem por esses imaginativos não os prejudica mais do que a que lhes impõe a miopia dos pontos de vista convencionais e rotineiros. Nem tudo é falso afinal no livro do aventureiro alemão. Se chegou a convencer-se de que o Brasil não era aquela “terra privilegiada das fábulas europeias, das mil e uma noites”, a que alude no prefácio do *Zehn Jahre in Brasilien*, não se limitou a transformá-lo em inferno, mentindo e caluniando.

Mentiras e gabolices não faltam no livro. Cheira, por exemplo, a novela barata o que Seidler conta a respeito do assalto amoroso de que foi vítima por parte de certa rapariga em casa de cujos pais ele morava. Para começar, não parece muito crível o gosto dessa humilde carioca do tempo de D. Pedro I pela poesia de Camões: Seidler diz que lia os *Lusíadas* para a moça ouvir e esta “absorvia

cheia de devoção as palavras de amor ardente do poeta”. O pior, porém, é que, tendo-se mantido sempre “cortês e recatado”, ao cabo de oito dias recebeu um bilhete da brasileira, em que lhe prometia “provas de paixão”, e marcava um encontro noturno no jardim. Aquiescendo, Seidler quis guardar a “austeridade”, mas foi envolvido em abraços e beijos e “teve que sonhar até o fim o sonho do amor”. Menos destituída de veracidade não será a sua entrevista com a imperatriz Leopoldina. Não restam dúvidas acerca da falta de atrativos femininos da primeira mulher de D. Pedro I: o que lhe sobraria em dotes morais faltar-lhe-ia em *sex-appeal*. Pois Seidler descreve-a formosa e sedutora: “O cabelo louro, ondedado, os olhos azuis, cismadores, a testa alta, a tez ofuscante de brancura, à qual o clima da terra comunicava leve sombra que ainda a embelezava, o rubor suave mas ético, pousado em suas faces, a encantadora simpatia que falava em todos os seus gestos e palavras, a grande bondade que, de par com a brandura e a majestade, transluzia de cada um de seus movimentos e que envolvia como uma auréola de glória toda a sua peregrinação terrena – tudo realçava aquela figura encantadora, orgulho e prazer de um grande império”. Diante dessa aparição, Seidler sentiu-se subitamente flechado, seduzido, apaixonado e para significar os sentimentos que logo o dominaram, serviu-se deste maravilhoso eufemismo: “Neste momento eu teria dado tudo por uma coroa régia”. D. Pedro I, sem nenhum jeito para *cocu*, estava perto, mas ainda assim Seidler, falando em alemão, arriscou, conforme insinua na sua narrativa, uma platônica declaração de amor, tolerada com certo aprazimento pela jovem imperatriz.

Inverdades de tal gênero estão semeadas ao longo do livro; e conceitos precipitados, julgamentos sem base, incompreensões da gente e do país cujos antecedentes desconhecia suscitam a crítica do

leitor menos inculto. Mas não se pode negar ao autor de *Zehn Jahre in Brasilien* algumas observações valiosas no tocante à vida social, aos costumes e a certos traços mais característicos dos brasileiros que conheceu. Verdadeira há de ser a primeira impressão desalentadora que teve do Brasil, ainda a bordo do navio em que viajara: o espetáculo de grandes barcos cheios de negros acorrentados uns aos outros. Aspecto menos triste e doloroso, mas igualmente repulsivo, em que não existirá patranha de Seidler, é o da rua do Ouvidor, com suas lojas francesas, suas modistas e costureiras entregues também ao comércio de Vênus. Influências francesas que se evidenciavam aos olhos do alemão: "As classes superiores vestem pelo último figurino parisiense e não raro exageram ridiculamente as modas importadas". O retrato psicológico que Seidler pinta das mulheres do Rio ajusta-se bem aos padrões da sociedade de senhoras e escravos: "Um defeito ainda maior (...) é a sua excessiva preguiça e indolência (...) Madame tem suas escravas, duas, três, seis ou oito, conforme o infeliz esposo abrir a bolsa, e essas criadas negras nunca podem arredar-se da imediata proximidade de sua severa dona, devem entender-lhe e até interpretar-lhe o olhar. Seria demais exigir que a senhora fosse ela mulher de um simples vendeiro, se sirva ela mesma de um copo d'água, ainda que o jarro esteja junto dela sobre a mesa. É tão doce poder tyrannizar. De cozinhar e lavar, então, nem se fale: para semelhante trabalho de escravos Deus criou os negros, cuja cor nada pode sofrer nem com a fumaça ou o sabão, nem com o esforço físico".

Será exato que "quase todas as mulheres do Rio" mascassem fumo e tomassem rapé? É certo entretanto que Seidler não mente quando diz que o feijão, sobretudo o preto, era o prato nacional e predileto dos brasileiros, figurando nas mesas da melhor gente acompanhado de carne seca e toucinho. Verdadeiro será também

ao qualificar a carne do Rio de magra e ruim porque os bois, para chegarem à capital do Império, tinham de vencer um percurso de oitenta a cem léguas, com maus pastos e não tardavam em ser abatidos. Em compensação, o pão, embora caro, pareceu-lhe branco e bonito, graças aos numerosos navios americanos que supriam a cidade de trigo e farinha. Mas o homem do povo quase nunca comia pão, substituindo-o pela mandioca. Tendo sido admitido no serviço militar, Seidler foi mandado servir no Rio Grande do Sul e lá notou o abuso da carne de vaca na dieta dos gaúchos, a falta quase absoluta de legumes, e o grande petisco que se tornara o feto vacum, as reses abatidas só para se tirar o bezerro ainda mal constituído. Já se sabe que ao alemão observador não escaparia no Rio Grande o churrasco, feito em varas pontiagudas, e um pitéu que lhe pareceu, pelo sabor e suculência, digno de figurar em mesas da Inglaterra: a carne mais espessa do traseiro de rês recém-abatida, assada no próprio couro, sobre braseiro, de vez em quando salpicada com salmoura.

Não são de desprezar as informações que Seidler dá a respeito de ruas, jardins e arrabaldes do Rio de Janeiro. O Passeio Público, que ele descreve, notando que fora melhor tratado em outros tempos, ainda assim parece mais belo do que atualmente o vemos, depois que lhe retiraram as grades e demoliram o terraço que dava para o mar. Mas o que faz inveja a alguém nascido e criado em Botafogo é a descrição desse bairro entre 1825 e 1835. À praia chama de "obra-prima da natureza". Releve-se a ênfase, mas há que admirar "os esplêndidos jardins cercados de altas sebes verdes", "as magníficas vivendas que se sucedem aliás desde a Glória e o Catete, residências de diplomatas estrangeiros e negociantes ricos, na maioria ingleses". De Botafogo "um caminho estreito, mas carroçável" levava ao Jardim Botânico, sempre entre sebes, jardins e matas e lá, depois da visita

aos tesouros vegetais que D. João VI mandara reunir, encontrava o visitante um restaurante que lhe proporcionava bom almoço, com ostras enormes e frescas e um vinho do Porto excelente. Todos esses requintes gastronômicos infelizmente desapareceram. Ao tempo de Seidler o chá era cultivado no Jardim Botânico por chineses especializados. O alemão indiscreto, informando que o produto era pouco inferior ao importado e lamentando que não se cuidasse a sério da sua cultura, avançava que “naturalmente os ingleses faziam o possível para estorvar as plantações”. Estará aí a causa ou uma das causas por que a cultura do chá, tendo sido durante largos anos aconselhada e ensaiada no Brasil, não chegou a vingar?

A estada de Carl Seidler no Brasil coincidiu com as grandes agitações políticas da segunda parte do reinado de D. Pedro I e dos começos da era regencial. Os ecos da luta então desenrolados foram recolhidos pelo jovem alemão, em quem minguavam dons de simpatia e capacidade de julgamento para discernir os móveis mais profundos dos sucessos que presenciava. Que distância entre ele e o também jovem inglês John Armitage, comerciante no Rio! Enquanto este busca documentar-se com seriedade, recorre aos depoimentos e opiniões de homens como Evaristo da Veiga, Seidler fica na superfície dos acontecimentos, repete as balelas e lugares-comuns dos pasquins do tempo e encastela-se num racismo *avant la lettre*. Na verdade, só alude aos mulatos que exerciam o mandato de deputado e outras funções públicas para julgá-los ineptamente “gente da mais baixa plebe”, “verdadeiro fermento de um povo radicalmente viciado”, achando que são de nascença remendos da natureza. De qualquer maneira, as referências insistentes a mulatos na política, a mulatos na administração, a mulatos no teatro, indicam como se vinha acentuando a ascensão social dos mestiços, a sua sempre

crescente importância na vida brasileira. A revolução de 7 de abril, se sofreu, como todos os nossos movimentos políticos, influências estrangeiras, trouxe por outro lado acentuados pendores nativistas. Seidler salienta a grande participação que tiveram os mulatos do Rio de Janeiro no golpe contra o primeiro imperador. Há muito de verdadeiro na afirmativa, sabido como é que D. Pedro I desde algum tempo se apoiava no comércio português, nos “papeletas” e “pés de chumbo”. Nesses mulatos, talvez mais do que em quaisquer outros naturais do país, o sentimento nativista e patriótico crescera e se exacerbava.

Um caixeiro inglês

No Rio de Janeiro do Primeiro Reinado não faltavam ingleses. E não só na Corte: havia-os também em Pernambuco, na Bahia, em Minas. No Rio, porém, como era natural, o número avultava. Em sua quase totalidade ingleses que para aqui tinham vindo atraídos pela atividade comercial, prontos a desfrutar as vantagens dos tratados de 1810, tão de acordo com os seus interesses. *O Almanaque dos Comerciantes* do Rio de Janeiro, do ano de 1827, arrola mais de sessenta casas de ingleses – simples negociantes, leiloeiros, corretores e até banqueiros ou agentes de alta finança. Neste último caso estaria a firma Samuel Philipps & Cia., cujo chefe conheceu de perto D. Pedro I, seria depois seu procurador, e foi durante a Regência, quando Bernardo Pereira de Vasconcelos ocupou a pasta da Fazenda, amigo do ministro fornecendo-lhe, segundo os maldizentes de então, a própria carruagem.

Alguns dos estabelecimentos ingleses tinham grande importância e seus donos e empregados exerciam considerável influência na vida social do Rio. Já se viu a notoriedade lograda por Samuel Philipps; outros não lhe ficaram atrás, granjeando ótimas amizades entre a melhor gente da terra. Foi por exemplo o caso de John Armitage, que veio para aqui em 1828, trabalhar na filial da firma Philips, Wood & Cia., da Inglaterra. Nascido em 1807, o jovem Armitage contaria apenas vinte e um anos ao desembarcar no Brasil para exercer o lugar de caixeiro, íntima ou abertamente desdenhado por aqueles brasileiros que haviam estudado em Coimbra e ocupavam cargos na magistratura ou se empenhavam nas lutas políticas. Mas em Armitage

não havia apenas o instinto do comerciante dedicado aos negócios que o poderiam enriquecer. O país novo a que aportara estimulava a sua curiosidade, apurava-lhe os dons de observação e aparecia como um espetáculo diante do qual não poderia ficar indiferente.

Não era um caixeiro vulgar o moço que, pouco depois de chegado, recebia a incumbência de ir ao sul do país, como representante da legação britânica, quando esta procurava servir de medianeira na guerra a que arrastara o Brasil a revolta da província Cisplatina. O depois brigadeiro Machado de Oliveira, que lutou nessa guerra, atesta que ali o conheceu em 1828. Sem embargo, o *Diário do Rio*, em 1842, tratando Armitage como simples caixeiro, acusou-o de subversivo, de escarnecer de todas as crenças, de não ter religião alguma, de ser republicano fanático e revolucionário por disposição congênita, de falar mal tanto de D. Pedro I como de seu próprio rei. Por outras palavras, um caixeiro atrevido, um inglês petulante, que não respeitava as leis da hospitalidade e escandalizava os naturais da terra. Um estrangeiro que ousava criticar os brasileiros, apontar-lhes os desmandos, intrometer-se na política interna da nação que o acolhera.

O caixeiro inglês, assim desfigurado certamente por um saudo-sista da época de D. Pedro I, ia encontrar em outro antigo caixeiro algumas daquelas afinidades que transformam de golpe dois homens desconhecidos em companheiros fraternais. Esse antigo caixeiro foi Evaristo da Veiga, que do balcão da livraria de seu pai passou para a nova, aberta com seu irmão João Pedro, até estabelecer-se sozinho na loja da rua dos Pescadores. Em 1828, ano da chegada de Armitage ao Brasil, começava para Evaristo, com a recente fundação da *Aurora Fluminense*, a grande fase de sua curta vida. O jornal do antigo caixeiro Evaristo passou a ser, para o inglês atento ao desenrolar

dos sucessos da vida pública do novo Império, o espelho fiel dos acontecimentos, a expressão mais próxima da verdade acerca de tudo o que ocorria.

A livraria de Evaristo, com o prestígio que para logo lhe asseguraram as campanhas da *Aurora*, entrou a reunir os homens mais livres e inteligentes do Rio, todos quantos não se conformavam com o rumo da política do Primeiro Reinado. À casa da rua dos Pescadores chamou o visconde de Cairu, na sua sátira de áulico, de "telônio", segundo Morais "casa ou mesa onde estavam os rendeiros da renda pública e arrecadadores dela", "casa de jogo", ou, na universidade de Coimbra, "junta dos opositores que sugeriam a matéria aos que não estavam prontos para dissertarem nela". Seria na última acepção que Cairu empregaria a palavra. Ao telônio evaristiano compareceram, em anos sucessivos, entre numerosos outros, Rodrigues Tôrres, então jovem professor de matemática e liberal ardente que não deixaria adivinhar na sua pele o futuro visconde de Itaboraí, Bernardo de Vasconcelos, "líder da voz popular", então comparado a Franklin ou a Adams, conforme o testemunho do reverendo Walsh, o adolescente Teófilo Otôni, recém-saído num assomo de dignidade da academia de Marinha, o padre José Custódio Dias, na sua agreste independência, o austero Feijó, deputados liberais de várias províncias, estudantes como Sales Tôrres Homem.

A esses conciliábulos cedo foi admitido o inglês Armitage. Como neles se conduzia? Escarnecendo de todas as religiões, falando mal do imperador e do governo, pregando ideias republicanas, a darmos crédito ao libelo do *Diário do Rio*? A resposta negativa se impõe. Que os brasileiros reunidos em torno de Evaristo fossem pródigos em censuras aos governantes, não há que admirar. Mas o desdenhado

caixeiro inglês da verrina jornalística sabia manter-se numa atitude de perfeita polidez britânica. É ainda o brigadeiro Machado de Oliveira, assíduo à casa de Evaristo, que afirma ter ali se encontrado muitas vezes com Armitage, notando que “era ele apenas ouvinte, mas circunspecto e sem pronunciamento pessoal, principalmente nas questões políticas e na caracterização das personagens do tempo”.

O silêncio, a reserva, a discrição de Armitage não o impediam de colher as informações, os testemunhos e os dados de que era ávido. E ninguém terá sido mais solícito em lho favorecer do que o próprio Evaristo. Machado de Oliveira encontrou-o em diversas ocasiões no gabinete do redator da *Aurora* “conferenciando com ele em *tête-à-tête* e tomando-lhe apontamentos”. Seriam com certeza elementos para a “*História do Brasil* desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831”, que Armitage escrupulosamente acumulava no intuito declarado de continuar a grande obra do seu compatriota Southey. História feita à luz “dos documentos públicos e outras fontes originais”, como ele declararia no frontispício do seu trabalho, escrita no Brasil e impressa em Londres.

Nenhuma fonte original terá sido mais utilizada por Armitage do que a *Aurora Fluminense* e as longas conversas com o seu redator. Provavelmente Evaristo animou o inglês a escrever o livro, sobretudo quando lho notou as tendências, a firmeza liberal, o espírito moderado, a seriedade de julgamento, a ânsia de ser verídico. Em muitos passos da obra de Armitage o leitor mais atento nota a coincidência com os pontos de vista do grande jornalista do Primeiro Reinado e da Regência, se acaso teve ensejo de lho compulsar o periódico. O caixeiro inglês não ocultou a admiração que lho causava Evaristo.

Publicada a sua *História do Brasil*, em dois tomos, no ano de 1836, na Inglaterra, Armitage enviou um exemplar ao amigo tão prezado, com uma carta escrita de Boulogne-sur-mer, na qual lhe declarava: "(...) inseri somente duas estampas, mas o Sr. verá que uma foi a sua como deveras era necessário, visto que o Sr. é o meu herói do 2º tomo". A outra era de José Bonifácio.

De tal forma se tornou notória a influência de Evaristo sobre Armitage que, decorridos alguns anos da morte do primeiro em 1837, se chegou a afirmar que o livro não fora escrito pelo inglês e sim pelo brasileiro. Ao absurdo dessa balela substituiu outro: o redator da *Aurora Fluminense* não o escrevera, mas o traduzira. Também isso é totalmente falso. Evaristo recebeu o exemplar que lhe mandou Armitage, em outubro de 1836, e a 22 de novembro do mesmo ano partia para Minas, na única viagem de sua vida, de lá voltando a 2 de maio de 1837, para morrer dez dias depois. No espaço de tempo entre o recebimento da edição inglesa e a partida para Minas, um mês mais ou menos, não seria possível a Evaristo, com os trabalhos do jornal e da Câmara, realizar a tradução. Tampouco a fez no retiro da Campanha, já que se conhece, graças à correspondência com seu irmão João Pedro, como encheu os dias da permanência na província que, sem o conhecer, lhe dera o mandato de deputado. Nem autor, nem tradutor. O livro, dos melhores sobre o período estudado, é mesmo de John Armitage, caixeiro de Philips, Wood & Cia. Caixeiro ilustre que patenteou alguns dos mais raros dons do verdadeiro historiador.

Camarista e diplomata

Dos muitos homens de valor que, no serviço diplomático brasileiro, se destacaram de outras figuras apenas notáveis pelas belas roupas e boas maneiras, há um de sutil engenho, que está a sumir-se no esquecimento – Antônio Teles da Silva Caminha e Meneses, visconde e depois marquês de Resende. Dele muito pouco se fala hoje, salvo em algum estudo mais atento acerca dos acontecimentos do Primeiro Reinado e dos princípios da Regência. Pois a verdade é que se trata de personagem curiosa, capaz de interessar não apenas a especialistas de nossa história diplomática, mas a quem quer que se sinta atraído pelos aspectos mais originais e autênticos de antigos servidores do Brasil.

Filho de Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses, 3º marquês de Penalva e 7º conde de Tarouca – o autor da “Carta de um vassalo nobre ao seu rei” –, neto materno do marquês de Lavradio, antigo vice-rei do Brasil, Antônio Teles da Silva veio para cá no imenso séquito de fidalgos e funcionários mais ou menos poltrões, mais ou menos parasitas, que acompanharam a família real em 1807. Rapaz então de dezessete anos incompletos, cedo se tornou amigo pessoal do príncipe D. Pedro, a quem falaria sempre com uma franqueza na qual o respeito se misturava a quase fraterna camaradagem. Feito camarista do futuro imperador a 12 de outubro de 1817, viveu na sua intimidade, conhecendo-lhe os segredos, as aventuras amorosas, as ambições, as ideias e os pendores. Dotado da fina inteligência, gabando-se de devassar os homens pela cara, apesar de tomar tabaco, e de sentir o cheiro das coisas a muitas léguas de

distância, estava sem favor indicado para o ofício de diplomata, mais difícil ainda no seu tempo do que hoje.

Afeiçoado ao príncipe D. Pedro, mas preso por fundas raízes à terra do nascimento, acompanhou D. João VI, em 1821, na viagem de regresso a Portugal. Lá, porém, não ficou por não querer jurar a Constituição, e voltou ao Brasil em maio de 1822, reposto no lugar de camarista do príncipe regente. Contrário a princípio, como muita gente, à separação dos dois países, deixou o serviço do paço e, não querendo tomar parte nos sucessos que se desenrolavam, procurou apagar-se no retiro de uma casa para os lados da Glória. Mas isso foi crise passageira, conflito íntimo que logo se desvaneceu. Não poderia ser testemunha indiferente das lutas da emancipação brasileira: nem o príncipe o esqueceria, nem o grande homem com quem D. Pedro se emparceirara.

José Bonifácio que aos cinquenta e sete anos parecia “tão homem, tão moço, tão intrometido”, obrigado a repartir-se entre o trabalho da consolidação da Independência, resguardada a unidade nacional, e a tarefa diplomática de obter o reconhecimento da nova situação, pelas potências europeias, depressa percebeu em Antônio Teles da Silva alguns dos melhores dons de um negociador – argúcia para descobrir um pouco mais do que dizem as palavras, presença de espírito, simpatia pessoal, franqueza sem indiscrição. Em Londres, Caldeira Brant estava mostrando a possibilidade de dar à farda de general o corte do uniforme de diplomata. O governo britânico era um dos polos de atração de nossa política externa e dele diretamente dependíamos. Mas sem embargo do propósito de acautelarmos os interesses de Portugal, a Inglaterra se inclinava a nosso favor pela força do seu imperialismo comercial, pela influência do seu pensamento político, pela visão lúcida de Canning. O outro polo de atração era

Viena, fortaleza dos princípios da Santa Aliança, com a bandeira do legitimismo, com o horror às ideias liberais, tudo defendido pela astúcia e dissimulação de um Metternich.

Escolhido para a missão de Viena foi o jovem Antônio Teles da Silva, jovem sim, pois ao receber as instruções por que se deveria guiar, datadas de 5 de abril de 1823, ainda não completara trinta e três anos. Moço era o imperador, e José Bonifácio se comprazia na companhia dos jovens. Meneses Drummond, seu amigo íntimo, não era então rapaz de vinte e oito anos? Sob muitos aspectos, a missão de Teles da Silva era a que mais embaraços oferecia. Se o fato de D. Pedro I ser genro do imperador da Áustria de certo modo dava acesso mais fácil ao representante do Brasil, de outro perturbava a sua ação, exigindo-lhe maiores reservas. Inicialmente, Antônio Teles da Silva deveria apresentar-se em Viena “como um nobre que viaja”. Na verdade, era um viajante nobre que encontrava na capital austríaca vários parentes entre a gente mais ilustre da terra. Mas era um nobre que chegava com a incumbência de pleitear, no coração do legitimismo, o reconhecimento de um suspeito Império constitucional, de um imperador aclamado pelo povo. Se as instruções recomendavam que o diplomata deixasse tanto quanto possível em silêncio “a doutrina da Soberania Nacional”, determinavam-lhe de outra parte mostrasse “tudo o que se podia e devia esperar da Assembleia Constituinte Brasileira”.

As negociações de Teles da Silva duraram dois anos. Metternich, com os olhos voltados para o que fazia a Inglaterra, atento às manobras da França, cauteloso no tocante aos planos da Rússia, desenvolvia os seus expedientes protelatórios, falava, discorria, mostrava-se apreensivo com o liberalismo de D. Pedro I, expunha a sua repulsa a Constituintes e Constituições. Que escândalo lhe causara a notícia

de que o imperador, no dia da instalação da Assembleia, tirara a coroa da cabeça ao penetrar no recinto! *"Ah! Mr. Teles! Le souverain, qu'une fois a mis la couronne sur la tête ne la doit ôter jamais!"* Afinal, porém, graças à iniciativa britânica, o reconhecimento do novo Império ia tornar-se realidade, mediante transigência do Brasil e até uma transação pecuniária. Metternich não quis ficar distanciado e os seus agentes receberam ordem de ajudar a missão de Sir Charles Stuart. Teles da Silva chegava ao fim da tarefa: a Áustria reconhecia também o Império Brasileiro, a despeito do seu ranço constitucional, de suas concessões à soberania do povo. De qualquer maneira Metternich fizera o que não queria que os ingleses o forçassem a fazer – liberalizar, segundo o verbo por ele mesmo usado.

Teles da Silva andou sempre associando tato e firmeza. Com o seu espírito atilado e mordaz, com a sua naturalidade mundana, com o seu ar de *grand seigneur*, granjeou prestígio em Viena, fez excelentes relações que lhe valeriam muito ao ter que tratar, poucos anos depois, do intrincadíssimo caso da sucessão portuguesa e de defender D. Maria II contra o infante D. Miguel. Agraciado com o título de visconde e em seguida de marquês de Resende, sua ação como diplomata está toda, por assim dizer, na correspondência que trocou com a Secretaria de Estrangeiros, com o marquês de Barbacena, com o visconde de Itabaiana e, em especial, com D. Pedro I. Ninguém escreveu ao monarca com maior franqueza e desembaraço, e, embora respeitando as fórmulas da perfeita polidez, falava-lhe de homem para homem, como era no fundo do gosto do príncipe.

Passando da legação de Viena para a de Paris, com uma pequena estada na de São Petersburgo, o marquês de Resende teve vários atritos com o Ministério de Estrangeiros e mais de uma vez

quis abandonar a carreira. Não o permitia, porém, sua dedicação a D. Pedro I, de cujos interesses dinásticos foi acima de tudo representante. Quando a revolução de 7 de abril levou o imperador a abdicar, deixou também o lugar de ministro do Brasil na França e prontamente se enfileirou na empresa de D. Pedro I de restauração do trono de D. Maria II. Morto o imperador, dedicou-se ao serviço de sua viúva, a imperatriz D. Amélia, de quem – *courtisan du malheur* – foi até o fim mordomo-mor. O marquês de Resende passou a residir em Portugal e, com o decorrer dos tempos, como que se esqueceu do Brasil. Acusado pelo historiador Luz Soriano de ter um dia “renegado da pátria em que nascera”, defendeu-se afirmando que fora contrário à separação do Brasil, que a missão de Viena fora “de família” e “inofensiva”, e que só entrara para o serviço diplomático brasileiro depois do tratado de 1825.

A carreira dera ao marquês de Resende o hábito de disfarçar os fatos, segundo as conveniências de cada momento. Que voltasse à nacionalidade portuguesa, as circunstâncias da época o desculpavam. O marquês de Aracati, senador do Império, seguiu o mesmo caminho, e D. Pedro I, cujo papel capital em nossa emancipação ninguém ousaria negar, não fez afinal outra coisa. Antônio Teles da Silva era português, desembarcou no Brasil já rapaz e a ele se ligou somente por ter acompanhado a família real. Mas houve ocasião em que se entusiasmou pela nova terra, e a ela se deu com paixão. Em carta de 1830, escrita a José Bonifácio, lembrando o que fizera pela Independência, dizia: “(...) foi então que eu vali (se é que eu vali alguma coisa)”. Em 1832, escrevendo ainda ao Patriarca, falava na “nossa desgraçada pátria” e declarava-se brasileiro. A verdade completa é que o marquês de Resende foi brasileiro por apego a D. Pedro I e português por dedicação a D. Pedro IV.

Astréa

Na imprensa do Primeiro Reinado, que não temia o ridículo dos títulos siderais, a *Astréa*, aparecida no Rio de Janeiro em junho de 1826, tomou para logo o papel de órgão de intransigente liberalismo. Antecipando-se de ano e meio ao jornal de Evaristo da Veiga, disputou-lhe, embora lutadores da mesma causa, o ascendente na opinião, e exerceu influência que não ficou muito distante da alcançada pela *Aurora Fluminense*. Símbolo da justiça com maiúscula, a *Astréa* não se esquivou a excessos que as paixões do momento tornavam inevitáveis, sofrendo em revide a perseguição do representante do Ministério Público incumbido de reprimir os crimes da imprensa. Entre novembro de 1826 e maio de 1828 seu redator foi denunciado e respondeu pelo menos a onze processos, invariavelmente julgado sem criminalidade, como noticiava ufano.

A redação da *Astréa* tem sido sempre atribuída a Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, ambos militares e eleitos deputados pela província do Rio de Janeiro na legislatura de 1830. Da autoria de um e outro há de ter aparecido muita coisa no pequeno jornal, como é certo também que nele escreveram Meneses Drummond, de volta do exílio, Odorico Mendes, Vergueiro, Feijó, Paula Sousa, Costa Carvalho, Bráulio Muniz e outros. Mas o redator responsável, que comparecia aos sucessivos júris, era João Clemente Vieira Souto. Júris permeáveis às ideias do tempo e que não receavam absolver o querelado, não obstante o desejo do governo de vê-lo punido. “Tenção é particular de acabar com o jornal que tem escrito constitucionalmente e sempre respeitador das leis e do monarca”,

dizia a *Astréa*, ao referir-se à primeira denúncia. O apregoado respeito ao monarca não excluía alusões mais ou menos claras e ferinas, como nesta transcrição de um jornal francês: “Vemos com prazer Mr. Benjamin Constant reivindicar a invenção do Poder Moderador que havíamos atribuído ao imperador D. Pedro. O eloquente deputado estabeleceu mui bem seu direito de propriedade”.

O monarca, pouco inclinado à neutralidade e amando antes imiscuir-se pessoalmente em todas as questões, estimulava a desenvoltura do jornalista. Colaborador debaixo de pseudônimo de vários periódicos – *O Espelho* e o *Diário Fluminense*, por exemplo –, protegendo pasquins de ataque aos liberais, expunha-se aos percalços do regime representativo que se tentava no Brasil e de que eram expressões culminantes a Câmara dos Deputados e a imprensa. Nem D. Pedro, a despeito de seu apego ao espírito do século, nem os ministros gostavam da crítica do parlamento e dos jornais, a crescerem dia a dia e a ganharem com a consciência da missão que lhes incumbia uma audácia por vezes temerária. Para responder a acusações jornalísticas formuladas com acrimônia, o governo ajudava a criação de outros jornais, estipendiando-os e protegendo-os, como aconteceu com a *Gazeta do Brasil*, do português João Maria da Costa, pasquineiro a soldo de Francisco Gomes da Silva, segundo constou na época e provam indubitavelmente diversos documentos existentes no arquivo do Castelo d’Eu. A *Astréa* andou sempre em choque com a *Gazeta do Brasil*, chamando-a de desprezível instrumento da “infame cáfila dos absolutistas”. Aliás, o jornaleco de João Maria da Costa não tinha escrúpulos de atacar até representantes diplomáticos estrangeiros aqui acreditados: a Condé Ragué, encarregado de negócios dos Estados Unidos, acusou de ter sido peitado por agentes do governo de Buenos Aires, recebendo a soma de 2.000 libras

esterlinas. A *Astréa* de 10 de maio de 1828 transcreveu da *Gazeta de Filadélfia* a carta em que o diplomata americano pedia à Câmara dos Representantes a abertura de um inquérito e na qual asseverou que a *Gazeta do Brasil* era publicada “debaixo da imediata sanção, proteção e censura (...) do governo”.

O jornal de João Clemente Vieira Souto só distinguia duas espécies de governo: absoluto ou representativo. Nada de formas intermediárias ou mistas: “todos os governos são estabelecidos e mantidos pela vontade geral dos povos ou por uma força que os oprime”. Mas esse liberalismo radical não levava a *Astréa* a desprezar contingências da formação social brasileira. Contrariando a corrente partidária da cópia ou imitação servil das instituições políticas britânicas opunha-se a que “representássemos de ingleses”. Talvez a anglofobia traísse secretos pendores republicanos, adivinháveis na admiração pelas coisas norte-americanas, no afã em transcrever largos trechos das mensagens de John Quincy Adams e notícias dos jornais dos Estados Unidos, no entusiasmo pela vitória do general Jackson, que na presidência se oporia “à Santa Aliança e ao jesuitismo”. Como possivelmente na ojeriza aos “franceses aventureiros, arrendatários monopolistas de prédios urbanos para sublocá-los”, haveria muito de antipatia ao espírito reacionário da França de Carlos X. Mas a parte maior da xenofobia da *Astréa* cabia aos ingleses, poderosos no Brasil sobretudo desde a chegada da família real e depois dos tratados de 1810. Como um jornal extremista de hoje a apontar malefícios imperialistas, sentenciava a 24 de janeiro de 1829: “Se os ingleses, senhores das nossas minas em muitas províncias do Brasil, não julgarem conveniente espaçar o tempo por que ainda se nos permite fazer o comércio de escravos, é claro que este comércio terá de findar sem remédio algum”. Ou em vez de antipatia aos

britânicos exprimiriam essas palavras defesa disfarçada do ponto de vista dos grandes proprietários de terras, senhores de engenho e fazendeiros, empenhados na manutenção do trabalho servil?

Jornalzinho de três palmos, mas com seu espaço inteiramente disponível, visto que a publicidade ainda não desvirtuara a imprensa, a *Astréa* enchia todas as suas páginas e colunas com o comentário político, a resenha dos acontecimentos nacionais e estrangeiros, a ata das sessões da Câmara, os discursos dos deputados de oposição. É extraordinário como, sem os recursos atuais para à feitura de um jornal, sem agências telegráficas, sem corpo de reportagem, a imprensa do Primeiro Reinado conseguia suscitar interesse e exercer ação tão eficaz. Lê-la hoje dá ao pesquisador ensejo de captar alguns dos aspectos mais efêmeros, mas nem por isso menos elucidadores dos estilos de vida do tempo. Da própria vida do tempo.

Um Pasquim subvencionado

O ano de 1827 viu aparecer no Rio o *Jornal do Comércio*, que ainda hoje mantém algumas das características dos seus primeiros tempos. Mas outro jornal, então muito mais importante, começou a ser publicado no mesmo ano – a *Aurora Fluminense*. Naqueles dias de tão apaixonada vibração política, quando o Brasil tentava os primeiros ensaios de governo representativo, um periódico do feitio da *Aurora*, empenhado no combate aos hábitos despóticos e na pregação da liberdade constitucional, despertaria indubitavelmente mais interesse do que o que visava a dar sisudas informações aos “comerciantes desta praça”. O jornal de Evaristo, a despeito da vivacidade com que era escrito, realizou um prodígio de equilíbrio na sua crítica antes aos fatos do que às pessoas. Não lhe faltaram para logo opositores e nenhum tão implacável como a *Gazeta do Brasil*. Referindo-se aos redatores da *Aurora Fluminense*, não identificados logo no começo e antes que Evaristo se tornasse o responsável ostensivo, disse a *Gazeta do Brasil* que eram “o famoso Anão dos assobios, patife sem-vergonha, bandido descarado”, mais um “menino aprendiz de receituário de venenos já bem conhecido por suas desteridades noturnas no Largo do Rocio” e certo “velhaco republicano de cabeça rapada”. Isto constava de uma carta enviada à redação que, fingindo retificar, asseverava estar ciente de que os redatores eram “José Apolinário, um mocinho chamado Francisco Valdetário [sic] e o cônego Januário da Cunha Barbosa com toda a súcia do Pessoa, Ledo, Souza França e etc.”.

Acertava em parte a *Gazeta do Brasil*: os fundadores da *Aurora*

Fluminense foram José Apolinário de Moraes, que morreu muito moço, Francisco Valdetaro, e o médico francês Dr. José Francisco Sigaud. Evaristo, a princípio colaborador, passou logo a redator principal e por assim dizer único.

Mas a quem pertencia a *Gazeta do Brasil*, qual o objetivo, quem a estipendiava? Seu redator era o português João Maria da Costa, aventureiro que daqui foi parar nos Estados Unidos, onde publicou dois jornais em espanhol, *El Ciudadano del Mundo* e *El Verdadero Realista*, ocupando-se ainda por vezes da política brasileira. O programa da *Gazeta do Brasil* consistia acima de tudo em minar o prestígio crescente da Câmara na opinião pública, injuriando os deputados liberais, de preferência Bernardo de Vasconcelos e Feijó. Na época, muito se murmurou que o Governo subvencionava esse jornal e que o seu assessor oculto era Francisco Gomes da Silva, oficial do Gabinete Imperial e amigo do monarca. Havia muito de verdade nos boatos. As provas estão guardadas no arquivo do Castelo d'Eu, hoje no Museu Imperial de Petrópolis. Vale a pena elucidar o caso, transcrevendo alguns documentos a respeito.

A *Gazeta do Brasil*, aparecia a 30 de maio de 1827 e sempre fácil nos elogios ao Gabinete de 25 de janeiro desse ano, composto de Queluz, Maceió, Nazaré, Lajes e São Leopoldo, já estava em crise ao cabo de quatro meses de existência. É o que se depreende da carta de 5 de outubro de 1827, de João Maria da Costa a Gomes da Silva³⁰: "Ilustríssimo Senhor Francisco Gomes da Silva. Apesar de quanto V. S. me ponderou rogando-me de continuar a escrever a *Gazeta* até que se encerre a Assembleia; estou determinado a não fazer publicar

30 Ms. do arq. do Cast. d'Eu – doc n° 3370.

o nº que deverá sair amanhã. Devendo V. S. ficar nesta inteligência pode mandar receber as prensas, a letra e etc. em consequência de eu ficar com a chave da casa por ter pago o aluguel adiantado. Pelos Diários de amanhã eu farei aviso a meus subscritores; a quem oferecerei incessantemente a história do nascimento, existência e fim da Gazeta, cujo documento não deixará de ser interessante, e me deixará por gratificado de meus serviços. V. S. terá igualmente a bondade de me fazer voltar o requerimento que lhe hei entregado; e com isto ficaremos de perfeita inteligência”.

Essa carta, escrita ao que parece numa ocasião em que minguavam os subsídios pecuniários prometidos, deixa claro o empenho de Gomes da Silva na continuação do pasquim até pelo menos o encerramento da sessão legislativa e que o material utilizado na sua impressão fora fornecido pelo todo-poderoso secretário particular do imperador. O golpe com laivos de chantagem de João Maria da Costa produziu resultado e a *Gazeta do Brasil* saiu ainda por alguns meses, descompondo os deputados liberais e os periódicos que os apoiavam. Para o jornal bafejado por Chalaça, a *Aurora Fluminense* não passava de “fedorenta sentina da demagogia e do jacobinismo”, a *Astréa*, de Antônio José do Amaral e Vieira Souto, merecia os epítetos de “insolente e demagógica”, e o *Universal*, de Ouro Preto, de “jacobino e anárquico”.

Quem estipendia ou aluga jornalistas há de confiar escassamente neles. A *Gazeta do Brasil* publicava as diatribes escritas por seu redator, aliás muito mal, e inseria também matéria da lavra de Francisco Gomes da Silva. É o que se vai ver com a carta de João Maria da Costa, de 4 de janeiro de 1828³¹: “Ilustríssimo e Excelentíssimo

31 Idem, n.º 3469.

Senhor. Em virtude do que, por ordem de S. M., me tem dito o Sr. Albino Gomes Guerra remeto a V. Exa. os únicos papéis que existem em meu poder: todos os mais se têm rasgado depois da composição feita e conferência com as provas. Esta prevenção, que se toma a meu respeito, longe de surpreender-me me prepara para um futuro sempre esperado. Todavia pode V. Exa. ficar persuadido, que tanto na boa, como na má fortuna eu nunca seria capaz de comprometer pessoa envolvida neste negócio. Não posso ir pessoalmente a S. M. nem a V. Exa. por continuar em usos de remédios; também o tempo não me permite de sair à rua. Por satisfazer os desejos de S. M., manifestados por V. Exa. vou indo com os trabalhos da Gazeta (...). Espero que V. Exa. se sirva atender as minhas circunstâncias para me exonerar deste encargo; assim porque tendo-me saído neste mês mais de um terço dos subscritores, como se pode informar em casa do Veiga, não tiraria rendimento suficiente para cobrir as despesas; e também, vendo que se maneja diariamente a intriga contra mim, é bem de recear que eu continuando nesta empresa venha a ser mais sacrificado de que já tenho sido. V. Exa. bem sabe que tendo se me oferecido 80\$000 mensais, ainda não recebi um real além dos 40\$000 ao meu companheiro, do qual tomei sobre mim o trabalho (...)."

Esta carta esclarece bastante a situação da *Gazeta do Brasil* e a parte que nela teve Gomes da Silva. Os papéis remetidos, que estavam em poder de João Maria da Costa eram dois artigos, ambos do punho de Gomes da Silva. O primeiro tratava da necessidade de uma interpretação do artigo 61 da Constituição, ao referir-se aos casos de reunião das duas Câmaras, e o segundo continha um ataque aos deputados Bernardo de Vasconcelos e Diogo Antônio Feijó, este acusado de, com a sua atitude contra o celibato dos padres, ser contra a Religião Católica, e aquele de fazer oposição ao Governo

movido por despeito, visto não ter sido despachado lente do Curso Jurídico de São Paulo.

Arrefecera, sem dúvida, a confiança depositada no jornalista de aluguel e a *Gazeta do Brasil* deixava de circular em meados de janeiro de 1828. Em carta de 16 desse mês e ano,³² dirigida a Gomes da Silva, participava Francisco Vieira Goulart, administrador da Tipografia Imperial e Nacional, que João Maria da Costa exigia um recibo circunstanciado para a entrega dos “prelos, letra e mais utensílios” que tinham saído de sua repartição para a *Gazeta do Brasil*. O material que servira para a impressão do pasquim pertencia ao Estado. E tudo se encerrou com o seguinte documento³³: “Recebi do Ilmo. Sr. Conselheiro Francisco Gomes da Silva, por saldo de contas, a quantia de um conto e quinhentos mil-réis. Rio, 8 de fevereiro de 1828. – João M. da Costa”. Alugar jornalistas não é invenção de nossos dias.

32 Idem, n.º 3478.

33 Idem, n.º 3487.

Amores e interesses

Estranho pelo menos parece o propósito de Alberto Rangel ao apresentar, no seu grande livro *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, a amante paulista como vítima imbele de invejosos e despeitados. Certo, no meio aldeão da corte do Primeiro Reinado muita mentira se teceu em torno da vida e dos atos da favorita e não raro lhe atribuíram atitudes que não teve ou vantagens que não usufruiu. Mas o imenso prestígio logrado junto ao príncipe mulherengo explica largamente as demasias dos maldizentes da época. Não passaria de generalização leviana a afirmativa do diplomata norte-americano Condy Raguet de que nenhum despacho imperial se obtinha sem o patrocínio de D. Domitila de Castro: seria desconhecer por completo o feitio autoritário e suspicaz de D. Pedro apresentá-lo como capaz de se deixar dominar pelo ascendente exclusivo fosse embora da parceira que mais lhe alvoroçou o sexo. Fora de dúvida é, porém, que, por força de amavios de alcova, a marquesa de Santos se viu alçada a uma situação de indisputável preeminência social e até política. Prova máxima está no papel que desempenhou por ocasião das negociações levadas a cabo no Rio de Janeiro por Sir Charles Stuart e de que resultou o tratado de reconhecimento da Independência. O diplomata britânico, plenipotenciário de Portugal, em carta de 5 de setembro de 1825, dirigida a Canning, não hesitou em afirmar que à habilidade de Caldeira Brant e “à influência da Senhora Domitila” se devera a remoção de obstáculo que tornaria inúteis todos os esforços dos negociadores. O embaraço anulado graças a Barbacena e à concubina residia na menção no ato e ratificação do tratado por

parte do governo brasileiro da origem popular da investidura do imperador, considerada desairosa para D. João VI. Em vez da fórmula consagrada "D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos", usou-se o eufemismo "de acordo com a Constituição".

Nada haveria de extraordinário pois que, quem dispusera de força para conseguir tal transigência, fosse apontada como intermediária toda-poderosa, em condições de dobrar o monarca sempre cobiçoso de sua volúpia. Muitos diplomatas aqui acreditados repetiram a crença geral de que a marquesa não só se prestava à função de advogada de muitos negócios como para isso embolsava propinas. O já citado Condy Raguet, Chamberlain, Olfers, Gabriac, Mareschal, Gestas, Pontois, Daiser, Delavat y Rincón, vários outros transmitiram a seus governos o que se sussurrava no Rio a respeito. Sem dúvida, não faziam muitas vezes senão reproduzir acusações, boatos, balelas de mexeriqueiros, ou insinuações de jornais opositivas. Para os que se indignavam com o desplante da mancebia imperial D. Domitila surgia como a mais inescrupulosa das criaturas, não satisfeita em fazer pagar-se a si e a todos os seus o amor que concedia ao imperador, mas vendendo lugares e mercês, cargos e honrarias. Não se chegou até a espalhar a calúnia de que D. Romualdo Antônio de Seixas fora feito arcebispo da Bahia mediante grande soma recebida pela marquesa de Santos? Contra tal infâmia protesta revoltado em suas *Memórias* o ilustre prelado, embora não se vexa de declarar que a amásia do imperador, por sabê-lo alvo da simpatia deste, "distinguia-o com muitas atenções".

Sem traficar provavelmente entre a cama e o trono, a verdade é que durante vários anos a marquesa foi a personagem mais influente do Brasil e mereceu do monarca os maiores benefícios, desde os

títulos honoríficos até os favores em termos de pecúnia. Por sabê-la nas graças de D. Pedro, todos, salvo raríssimas exceções, porfiavam em demonstrar-lhe solicitude, servindo-a da melhor maneira. Bom exemplo disso é o processo de divórcio de D. Domitila. Em 48 horas ultimou-se a justificação preparatória e em pouco mais de dois meses baixava a sentença contra Felício Pinto Coelho de Mendonça, e em virtude da justificação, monsenhor Francisco Correia Vidigal, em 5 de março de 1824, ordenava que D. Domitila, que “sempre amara cordialmente” o marido, “vivendo honestamente”, fosse depositada “em casa honesta” (a casa de seu pai), sendo pela sentença do cônego José Caetano Ferreira de Aguiar reconhecido o adultério praticado por Felício Pinto Coelho, pai de duas filhas adúlteras, e patenteada a “boa conduta” da esposa. Tal decidiu o juiz eclesiástico à vista do que constava dos autos. Domitila fez prova das infidelidades do marido e das facadas que lhe deu, deixando Felício de defender-se e de acusar a mulher, já porque com o rival de agora não se brincava, já porque ganhara em troca o lugar de administrador da feitoria de Periperi. Escusado será lembrar que desde agosto de 1822 D. Domitila de Castro era amante de D. Pedro, dando à luz dois dias depois da sentença do cônego Aguiar a futura duquesa de Goiás. Ao proclamar-se a “boa conduta” da esposa de Felício, talvez já estivesse ela a sentir as primeiras dores do parto da filha espúria do imperador.

Não ousava o alferes Felício Pinto Coelho de Mendonça, moço fidalgo, pertencente a família possuidora de lavras em Minas Gerais, disputar Domitila a quem agora gulosamente a amava e, quando um dia faltou ao trato de não importuná-la, teve o castigo numa surra de pau aplicada pelo próprio imperador. Era preciso respeitar a amante de D. Pedro. Respeitava-a o antigo sogro Felício Moniz

Pinto Coelho da Cunha, como prova a mesureira e insinuante carta que lhe escreveu de Cocais, a 16 de janeiro de 1827, dizendo-lhe: "Ilma. e Exma. Senhora. Quanto estimei o Despacho de V. Exa., tanto senti a morte do Exmo. Sr. Visconde, seu Pai; e estou certo que V. Exa. conhece a sinceridade destes meus sentimentos. De novo torno a falar a V. Exa. na venda de nossas lavras aos ingleses, o que V. Exa. pode bem promover. É certo que elas são de grande valor, mas a divisão por tantos herdeiros, útil a uns e inútil a outros, o melhor partido é o da venda: e mesmo só por um milhão. V. Exa. proteja este negócio e eu por esta me obrigo a fazer boa a parte de V. Exa., como se fossem vendidas por dois milhões; e melhor exporá a V. Exa. as circunstâncias de tudo o meu genro, que brevemente sairá para essa corte. Muito estimei as boas notícias que me deu de V. Exa. o dito meu genro, e fico pronto para quanto seja do serviço de V. Exa., pois sou de V. Exa. compadre e muito venerador criado. Felício Moniz Pinto Coelho da Cunha"³⁴.

Não corroborará essa carta a opinião de que a marquesa era acessível a negócios? O antigo sogro acenava-lhe com grandes vantagens: as lavras seriam vendidas por um milhão de cruzados, mas a parte de D. Domitila seria calculada como se o montante da transação atingisse ao dobro. Negociata. Mas resta apurar se a venda se realizou.

34 Ms. do arq. do Castelo d'Eu – maço LXVII – nº 3177.

O segredo da francesa

Não foram só os ingleses, favorecidos por antigas convenções com Portugal, e tirando o máximo proveito da vinda da Família Real, sob os auspícios do governo de Sua Majestade Britânica, e dos privilégios mais recentes dos tratados de 1810, que afluíram em grande número ao Brasil nas décadas iniciais do século XIX: franceses também de toda espécie buscaram nossos portos e aqui se entregaram às atividades mais diversas. Franceses mais ou menos aventureiros, mais ou menos gananciosos chegaram ao Rio, a Pernambuco, à Bahia, a São Paulo, e lançaram-se a um comércio que prescindia de maiores capitais e tinha por base artigos de moda, de enfeite, de adorno, valendo sobretudo por serem novidades de Paris, que enganavam a vista e seduziam a vaidade feminina. Franceses que vendiam de preferência, com enorme lucro, objetos frágeis e efêmeros, apregoados como da última moda, mas que em muitos casos já tinham sido desprezados pela volubilidade do gosto parisiense. Franceses que traziam para suas lojas da rua do Ouvidor, no Rio, a graça das da rua Vivienne, em Paris, vinham ensinar às cariocas de então como se penteavam as mulheres da França de Luís XVIII e um tanto inescrupulosamente misturavam aos misteres do comércio legítimo os préstimos de Vênus interesseira.

Grande foi a influência desses franceses e, ao cabo, sob muitos aspectos, benéfica. Desses, e outros, empenhados em ofícios mais elevados, em trabalhos mais nobres, como o livro e a imprensa, por exemplo. Vários franceses tornaram-se instrumentos de divulgação

do pensamento político e literário em voga do mundo, já pelas obras que vendiam, já pelos jornais que imprimiam ou redigiam. Quem se der ao prazer de folhear as coleções dos periódicos do tempo encontrará, a cada passo, ao lado de Louis Bernard, tintureiro; de Frédéric Richard, chapeleiro; Charlemagne e Romieux, jardineiros; de Cesar, alfaiate, outros franceses vendendo livros, como Paul Martin, como J. B. Bompard, como M. S. Cremière, como Cogez, ou jornalistas como M. Jourdan ainé, no *Diário do Rio de Janeiro*; J. F. Despas, na *Estrela*; Pierre Chapuis, expulso por crime de ideias. Franceses mais ilustres por aqui andariam e, para não falar do venerável *Saint-Hilaire*, que estudou o Brasil com a objetividade de homem de ciência e a simpatia de seu coração generoso, ou dos membros da Missão Artística, bastaria citar Eugène de Monglave, que escreveu a primeira biografia de D. Pedro I, traduziu as cartas deste a D. João VI, e também *Marília*, de Tomás Antônio Gonzaga, e *Caramuru*, de Santa Rita Durão.

O francês, ou melhor, a francesa a que este artigo se vai referir, não é do tipo de seus compatriotas que espalharam, através dos livros que vendiam, as doutrinas de Benjamin Constant, nem dos jornalistas de timbre mais ou menos liberal que aqui tentaram fazer carreira: seria antes dos que impingiam como a verdadeira moda de Paris contrafações manifestas. Não. Nem isso. Tratar-se-ia menos de uma aventureira do que de uma pobre louca. Nota-se, para começar, o seu nome retumbante e pomposo – Madame Goufferton de Chateauneuf. Quem era essa dama e que fazia no Brasil? Difícil averiguar ao certo. Sabe-se que morava no Rio, na travessa São Francisco de Paula nº 22, que no ano de 1827 já tinha um filho em idade de entrar para a Academia de Marinha. Seria parteira ou coisa parecida? O certo é que Madame Goufferton de Chateauneuf esteve

alguns anos no Rio de Janeiro durante o Primeiro Reinado, endereçou muitas cartas a D. Pedro I, foi por ele recebida em audiência e jactava-se de ter prestado serviço da maior relevância à imperatriz D. Leopoldina. Que serviço teria sido esse?

Na verdade, serviço de monta, sobretudo numa família real. Gabava-se Madame de Chateaufort de possuir um maravilhoso segredo, que encerrava a felicidade de inumeráveis casais neste mundo: a arte de determinar o sexo de nascituros, ou mais explicitamente, a arte de fazer e ou de ter filhos varões. Só ela conhecia tal segredo. Filhos varões teve-os D. Pedro I da primeira imperatriz e, como é notório, e ele mesmo tão desassombradamente proclamou, também de outras mulheres. Mas, a acreditar-se na senhora Goufferton de Chateaufort, a boa e culta D. Leopoldina estava predestinada a só ter filhas, princesas e não príncipes. Foi a francesa industriosa quem lhe ensinou a maneira, o jeito, ou como melhor se possa dizer, de gerar filhos do sexo masculino.

Em carta ao imperador, Goufferton afirmava peremptória: "*Sa Magesté* [D. Leopoldina] *ne vous aurait donné que des filles. Tout dépendait d'elle. Je lui connais ce secret, Sire, pour vos intérêts e votre bonheur*". Para atingir o efeito visado, isto é, o nascimento de um filho do sexo masculino, tudo dependia de um segredo ensinado à futura mãe. De que natureza seria esse segredo, fica a decifração à perspicácia dos mais curiosos ou mais entendidos. Como quer que seja, Madame de Chateaufort insistia em suas missivas até em pormenores acerca do modo por que tivera acesso junto da imperatriz, a cujo conhecimento fizera chegar de quanto era capaz, sendo chamada por intermédio do cônego Boiret, o padre francês meio intrigante, capelão-mor do Exército e mais tarde professor

dos príncipes. Boiret, segundo Madame Goufferton de Chateauneuf, parece que não lhe dava muito crédito e procurou criar embaraços à concessão da recompensa que a imperatriz pretendeu dar-lhe. E a possuidora do extraordinário segredo cuidava que poderia ter recebido vinte contos de réis, quantia imensa para a época.

O curioso é que a francesa amalucada escrevia a D. Pedro I, já depois da morte de D. Leopoldina, quando o monarca enfrentava no plano da política interna as dificuldades da experiência do governo representativo, e sem resistir às atrações da marquesa de Santos, porfiava encontrar uma noiva entre as princesas disponíveis da Europa. Pois o imperador benevolente recebia as cartas de Madame de Chateauneuf e cheio de curiosidade queria conhecer o tal segredo. Impossível revelá-lo: D. Pedro I já tivera a prova e isto deveria bastar-lhe. O monarca acolhia também a francesa em audiência no paço de São Cristóvão, e esse encontro a missivista evoca de uma feita em palavras que pintam um idílio familiar: "*Pierre le sublime sortant de ses appartements entouré de ses augustes e chers enfants, qui riaient, causaient, sautaient çà-et-là autour de leur auguste et tendre père...*". Sensível como ninguém no que tocava à assistência dos próprios filhos, D. Pedro I parece que atendeu à pretensão de Madame Goufferton quanto ao ingresso do dela na Academia de Marinha. Mas não se julgou obrigado a mais. Muito mais queria Goufferton de Chateauneuf. Em cartas seguidas, implorava recompensas, sempre a alegar os serviços que prestara a D. Leopoldina, sempre a aludir ao segredo de que era detentora, mas que se recusava a desvendar por muito insistente que fosse a curiosidade provavelmente zombeteira do imperador. Na iminência do segundo casamento imperial, já ela se oferecia para ensinar à nova imperatriz sua fórmula infalível de ter filhos varões.

Semilouca sem dúvida, a francesa ora dizia-se *"une pauvre femme, qui n'a personne au monde"*, ora campava de sobrinha da duquesa de Orléans, propondo-se a cuidar da educação do filho de D. Pedro I, que poderia ser posto em um bom colégio em Paris, com cartas de recomendação para a "titia" duquesa e para o encarregado de negócios do Brasil. Pobre Goufferton que só dispunha de um protetor, o padre Boiret, assim por ela retratado: *"Il est bons sans doute, mais il est froid, lent et indifférent"*. E por isso morreu infeliz e incompreendida, a despeito do fabuloso segredo, cuja revelação a D. Leopoldina valeu ao Brasil um governante da grandeza moral de D. Pedro II.

Carmen Garcia

No rol das amadas de D. Pedro I há uma referida de passagem por quem estudou particularmente a vida erótica do imperador: trata-se de Carmen Garcia, ou, como se lê em alguns documentos, D. Maria del Carmen Garcia. Diz Alberto Rangel que depois de privar, no Rio de Janeiro, com D. Maria da Glória e a família imperial, foi Carmen Garcia mandada em 1828 para Montevidéu, aos cuidados do presidente D. Tomás Garcia, que adiantou a soma necessária para mobilar-lhe a casa e provê-la de uma criada. Acrescenta que a 2 de agosto do mesmo ano, o Dr. José Previtali, doutor em filosofia e medicina, interveio, extraíndo a ferro uma criança morta com a idade de seis meses, devido a “uma queda de cavalo” de Carmen Garcia; e remata afirmando que ela ameaçava voltar à Corte por não lhe terem sido dados os recursos prometidos, mas que se consolou “com o colar, o cachorrinho e o vestido reclamados e obtidos daquele que se decidira a esquecê-la de vez nas águas do Prata”. É tudo.

Por que privou Carmen Garcia com D. Maria da Glória e a família imperial? Teria estado no serviço doméstico da jovem rainha de Portugal? Não se sabe. Mas o que parece fora de dúvida é que D. Pedro I, então viúvo às voltas com o feitiço da marquesa de Santos e disputando ao mesmo tempo uma noiva na Europa, incluiu Carmen Garcia na sua opulenta coleção de amantes. Provavelmente natural da Cisplatina, essa quase desconhecida namorada do nosso primeiro imperador dirigiu-lhe numerosas cartas em castelhano, guardadas no arquivo do Castelo d’Eu, que permitem reunir algumas informações

acerca do seu feitio pessoal e do seu romance com o monarca. Tudo indica que foi um caso passageiro, o que não impediu que dele resultasse um filho, a criança nascida morta em Montevidéu. O desterro de Carmen Garcia coincidiu com a sua gravidez, que viria aumentar as dificuldades do galante que estava lutando para conseguir uma princesa com quem se casar novamente.

A primeira carta de Carmen é datada de 3 de abril de 1828. Escrevia-a por "*sagrada obligación*". Sagrada obrigação? E esclarecia: "*el tesoro que tengo la fortuna de ocultar ya endudable en mis entrañas*". O filho a nascer de origem imperial, fazia a futura mãe "*flutuar en un pielago imenso de temores y de esperanzas*". Noutra carta, de 7 de maio do mesmo ano, que vale traduzir pois fraca é a confiança que merece o seu espanhol, dizia: "dentro de quatro meses estarão provavelmente acrescidas as necessidades de minha casa, porque haverá nela uma pessoa a que dedico desde já respeito e amo ternamente. O conforto e a decência correspondentes à sua elevada origem impõem maiores despesas..."

O respeito pelo filho que ia ter, filho também de um rei, misturava-se à simples afeição maternal. Era mister cercá-lo das comodidades compatíveis com a sua procedência. D. Pedro I, pai sempre extremoso de todos os filhos, legítimos ou não, cioso como ninguém dos deveres da paternidade, não se fizera de rogado, nem se deixara vencer por certos impulsos que o situavam no polo oposto ao dos perdulários. Leia-se esta missiva, de 1 de fevereiro de 1828, anterior, portanto, às insinuações de Carmen Garcia, do secretário e amigo fiel Francisco Gomes da Silva, a D. Tomás Garcia de Zuniga: "Ilmo. e exmo. sr. Sua Majestade o Imperador, Meu Augusto Amo, Ordena-me diga a v. exa., que querendo dar a D. Maria del Carmen Garcia, enquanto

ela existir em Montevideú, a quantia de 150 pesos mensais (pelo seu valor real, isto é, a 800 rs. por peso), escolheu a v. exa. para ser quem lha entregasse mensalmente; para o que Gonçalo Gomes de Melo, a quem se participa deverá entregar a v. exa. a referida quantia: S. M. I. recomenda o maior segredo a este respeito, assim como manda recomendar-lhe à sobredita D. Maria del Carmen Garcia”.

Determinando sigilo D. Pedro I buscava, entretanto, para amparar a antiga amante e o futuro filho, o intermédio da mais alta autoridade da então província – o seu presidente. Mas a D. Maria del Carmen Garcia não bastava a pensão mensal assegurada pelo imperador: queria mais dinheiro para a mobília de sua casa e o enxoval da criança. E pediu-o ao presidente da Cisplatina, que não lho recusou. Aí o imperador temeu estar sendo possivelmente explorado. Em carta de 6 de junho de 1828, Gomes da Silva comunicou a D. Tomás Garcia de Zuniga: “Acusando a recepção da carta de v. exa. de 14 p. p. tenho a dizer-lhe que fiz presente a S. M. o Imperador o seu conteúdo e ordenando-me S. M. que mandasse satisfazer a v. exa. a quantia de 2:000\$000, que v. exa. adiantara a D. Carmen Garcia, igualmente me ordenou lhe fizesse saber que nada mais v. exa., lhe deverá adiantar (além da mesada estipulada, que deverá continuar), sem expressa ordem do mesmo Senhor. Inclusa achará uma carta para Gonçalo Gomes de Melo, a fim deste entregar a v. exa. os referidos dois contos de réis”.

Bem instalada em Montevideú, protegida pelo presidente da província, Carmen Garcia, à espera do termo da gravidez, continuava a escrever a miúdo a D. Pedro I, como provam as cartas de 14 e 25 de junho, 12 e 16 de julho de 1828. Embora agradecendo a generosidade imperial, não se esquecia de aludir às despesas que tinha e

iam crescer, à necessidade de tomar uma ama-de-leite, recordando a autorização que D. Pedro I lhe dera de escrever-lhe sempre que fosse preciso. E queixava-se de não receber respostas, fazendo o possível para despertar no parceiro distante a lembrança dos momentos passados juntos: *"Grato placer experimentara en este dia se una sola de sus horas pudiera disfrutala en la dulce compañía de V. M. I."*. Ou então: *"Quisera al menos penetrarme de que mis recuerdos en este dia no hagan sido solamente míos..."*. Mas o amante volúvel dela pouco se lembrava, ou só não a perdia da memória por causa do futuro filho. Este afinal nasceu em tristes condições. Carmen Garcia abortou, a 2 de agosto de 1828, em consequência de um *"golpe casual que sufrió la paciente desde una silla"*, segundo atestado do Dr. José Previtali.

O romance chegara ao fim. A mãe ainda escreveu a D. Pedro I, a 30 de setembro agora em tom um tanto diferente, fazendo veladas referências ao aborto. O médico, contava ela, insistia para que buscasse clima mais suave do que o de Montevidéu. Bem se percebe nessa carta o constrangimento de Carmen Garcia. Seu propósito verdadeiro era voltar para o Rio e talvez retomar a ligação antiga. Mas tivera ordem expressa de deixar a Corte, de manter-se longe em posição discreta. Sem embargo, anunciava a resolução de viajar dentro de vinte dias, graças à condescendência do capitão do "Sto. Domingo Eneas", a fim de prostrar-se mais uma vez aos pés do imperador. Parece que não levou avante o plano, e a 11 de novembro, o sempre diligente Gomes da Silva comunicava a D. Tomás Garcia de Zuniga, presidente da província Cisplatina, que não devia entregar mais quantia alguma a D. Maria del Carmen Garcia. Cortava-lhe a mesada D. Pedro I porque pretendia voltar ao Rio? Ou, já não havendo filho, perdera todo o interesse a aventura?

Odorico Mendes

Há no arquivo do palácio Grão-Pará uma nota autobiográfica de Odorico Mendes que ajuda a melhor restituir-lhe a figura. Com os elementos que essa nota resume completam-se certos dados e se esclarecem pontos obscuros da vida do ilustre maranhense evocado com carinho por Antônio Henriques Leal, no seu *Panteon*. A despeito de ser hoje lembrado quase exclusivamente pelos trabalhos literários, por essas pacientes, laboriosas, exaustivas e honestas traduções de Virgílio e Homero, poucos contemporâneos seus terão influído tanto quanto Odorico Mendes no desenvolvimento do espírito liberal ao tempo do Primeiro Reinado.

O escritor que, ao lado de João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis e Gonçalves Dias, deu testemunho entre nós do gosto pelo que se chama de humanidades, e ao cultivo dos clássicos gregos e latinos, dedicou, num exílio voluntário, largos anos de vida, foi em moço político militante, servindo-se da arma então mais temida e eficaz para a propagação das ideias e doutrinas renovadoras – a imprensa. Jornalista no Maranhão, também o foi no Rio e em São Paulo, e de tal maneira se empenhou na ação partidária, que surgiu como o mais autorizado emissário dos liberais junto aos quartéis, na hora do apelo às armas.

A respeito de suas origens, escreveu Odorico Mendes nos apontamentos autobiográficos: “Nasci a 24 de janeiro de 1799 em São Luís, na casa da rua Grande, de meu avô Manuel Correia de Faria. Meu pai era o capitão-mor Francisco Raimundo da Cunha, fazendeiro

do Itapicuru; minha mãe era D. Raimunda Correia de Faria". E disse que ambos descendiam do heroico madeirense Antônio Teixeira de Melo, sendo a mãe parente dos Beckman. Estariam aí os seus antecedentes revolucionários. Mas, por que, em lugar de Manuel Odorico da Cunha, ou Fria da Cunha, se chamou Odorico Mendes? Eis a explicação aliás já conhecida: "O tio de meu pai, Manuel Mendes da Silva, casado com a mais velha das netas do historiador Berredo, a qual era parente de minha mãe e igualmente de meu pai, como não tivesse filhos, adotou-me com sua mulher: foram ambos meus padrinhos em 3 de fevereiro do mesmo ano de 1799, dia de S. Brás e do beato Odorico, e das circunstâncias mencionadas me veio o nome de Odorico Mendes, em vez da Cunha, apelido paterno". Acerca de seus estudos no Maranhão e em Portugal, escreveu o seguinte: "Aprendi a ler com o virtuoso Sebastião Davi, e latim e retórica com Fr. Inácio Caetano de Vilhena Ribeiro. Fui a Coimbra estudar medicina; fiz o curso inteiro de Filosofia Natural, depois de ter estudado filosofia racional e moral grega".

De volta a São Luís, em 1824, instigado por João Bráulio Muniz, seu parente e amigo, para cuja eleição de regente do Império tanto concorreria mais tarde, começou a escrever no *Argos da Lei* e logo se envolveu em política, desistindo do plano de continuar o curso interrompido em Coimbra por falta de recursos. Eleito deputado à primeira Assembleia Geral, a reunir-se em 1826, chegou cedo à Corte e imediatamente se entregou ao jornalismo. Fala Odorico: "No Rio ajudei a redação do jornal de um francês, de nome Chapuis, a quem D. Pedro I despoticamente mandou sair do Brasil, e eu mesmo teria sido exilado, se não me resguardasse a qualidade de deputado". É uma novidade, ao que parece, a informação do poeta maranhense: ninguém o apontara como companheiro de Pierre Chapuis no

Verdadeiro Liberal. Preciosa para a história da imprensa do Primeiro Reinado é também a notícia que dá sobre os fundadores da *Astréa*, jornal que rivalizava com a *Aurora Fluminense* em ascendente na opinião pública: “Com Vergueiro, Feijó, Costa Carvalho (hoje marquês de Monte Alegre), Paula Sousa, Bráulio, entrei na criação do jornal *Astréa*, cuja redação foi continuada pelo major José Joaquim Vieira Souto e por seu irmão”. Vale esclarecer que esse irmão se chamava João Clemente Vieira Souto e era quem se apresentava perante os júris por crime de imprensa.

Ligado a Costa Carvalho, foi atraído por este para novo empreendimento: “Acabada a primeira legislatura, Costa Carvalho, o introdutor em São Paulo da primeira tipografia, levou-me consigo, e fui um dos redatores do *Farol Paulistano* (...). Costa Carvalho concorria para as despesas e também escrevia”. Conviria completar a informação de Odorico: o futuro Monte Alegre casara-se com a viúva de opulento personagem e considerara menos a beleza da consorte do que a sua pecúnia. Proclamando-se melhor escritor do que orador, ainda assim Odorico Mendes avançava com desvanecimento que fez alguns bons discursos como deputado e recorda a parte que teve no combate na Câmara, às famosas comissões militares, e na acusação ao ministro da Guerra, general Oliveira Álvares. Tanta repercussão alcançou o seu discurso neste incidente que, de partida para o Maranhão, ao despedir-se de D. Pedro I, em audiência pública, dele ouviu: “Sr. Odorico, não seja tão inimigo dos ministros de Estado”. Ao imperador, diante da Corte e de outros deputados, deu esta resposta: “Senhor, eu lhe sou um súdito muito fiel, mas quanto às minhas opiniões, hei de exprimi-las segundo a minha consciência, e para isso é que cá me mandaram”. O deputado, altivo e suscetível, que bem poderia servir de modelo a muitos de outros

tempos, não se esqueceu de acrescentar em sua narrativa: “Devo ser justo; esta franqueza não lhe desagradou, porque D. Pedro era também franco e, no meio de seus grandes erros, mostrou sempre grandes qualidades”.

De sumo interesse também é o depoimento de Odorico Mendes a respeito da revolução de 7 de abril, apreciados alguns dos seus antecedentes, como a tentativa frustrada da anulação da Constituição de 1824 e a recrudescência das paixões nativistas, que atingiam os brasileiros adotivos, inclusive o imperador. Com o deputado e jornalista maranhense presenciamos aos conciliábulos, na casa da Maçonaria, com os militares, prevalecendo a opinião que, depois da abdicação de D. Pedro, deveria ser mantida a monarquia constitucional. Durante a menoridade, far-se-iam as reformas necessárias, concedendo-se às assembleias provinciais atribuições mais largas. Ninguém apoiou Odorico com mais entusiasmo do que Evaristo da Veiga, e poucos foram, três ou quatro, os que se inclinaram pela proclamação da república. Ao contrário do que muita gente tem afirmado, “o coronel Manuel da Fonseca Lima (...) tinha influência muito maior do que seu irmão Francisco de Lima”, e logo se declarou a favor das instituições monárquicas e da dinastia. Desinteressado, sem ambição, Odorico Mendes não quis ser regente nem ministro e, homem de letras contumaz, ao mesmo tempo que conspirava nos quartéis e tomava parte no levante do Santana a 6 de abril, cuidava da tradução de *Mélope*, de Voltaire, publicada em 1831.

A política representou para o escritor maranhense uma paixão da mocidade e um dever do homem livre. Mas não era em última análise uma vocação irresistível, e a prova estará nos treze anos em que se aquietou no lugar de inspetor da Tesouraria da província do

Rio de Janeiro, antes de aposentar-se e ir viver na Europa, de 1847 até 1864, quando a morte o surpreendeu num trem na Inglaterra. "Com os Algarismos do Tesouro mal se casavam odes e églogas", diz ele. A verdade, porém, é que publicou *Tancredo* em 1839 e, antes, inserira no *Sete de Abril* muitos versos satíricos, além do *Hino à Tarde*, que apareceu em 1832, uma ode ao Sonho, e outra intitulada *O Meu Retiro*. Em França, com os "parcos" vencimentos de aposentado, trabalhou pacientemente nas suas traduções, refutou calúnias contra o Brasil, assinadas pelo conde de Suzanet na *Revue des Deux Mondes*, fez uma "dissertação acerca do Palmeirim de Inglaterra". Amigo pessoal de Rossini, dedicou-lhe um soneto, oferecendo-lhe o *Virgílio Brasileiro*. Tudo isso e muito mais consta dos apontamentos autobiográficos de Manuel Odorico Mendes, poeta, jornalista, político, deputado e funcionário, homem bem representativo do Brasil imperial.

O orador da Constituinte

O padre Joaquim Dias Martins, que cultivava a hipérbole, disse a propósito de Antônio Carlos, o da Independência: "Herói muito superior à sua mesma fama! Quem ousará descrevê-lo?"

A ênfase dos panegiristas tem o condão de transformar criaturas vivas e falíveis em mitos odiosos, imobilizando-as em posturas convencionais. Antônio Carlos, visto na sua humana fragilidade, será por certo mais atraente do que aquele assombroso tipo que exigiria até audácia para uma aproximação póstuma. Quem o quiser conhecer melhor, deixe de lado essa cerimônia, esse falso pudor, esse acatamento postiço, através dos quais não perceberá senão a grave caricatura ou a deformação embelezadora do que ele foi, e procure adivinhá-lo nas suas reações mais pessoais, nas peculiaridades do seu temperamento, nos seus impulsos generosos ou não.

A despeito das restrições e negativas de velhos e novos inimigos, os Andradas da Independência mantêm o prestígio que de início os cercou. O tempo não os reduziu a simples nomes no longo rol dos que as crianças decoram enfastiadas nas aulas de História do Brasil. Mas como nos dias em que viveram, esses três irmãos, tão parecidos nas qualidades e nos defeitos, provocam ainda hoje antipatias, são atacados e caluniados, se a grande vítima é José Bonifácio (e nada mais natural, dada a sua grandeza), Antônio Carlos não fica a dever muito nas negações obstinadas.

Vida cheia e imprevista. Nascido em Santos a 1 de novembro de 1773, fez-se homem ainda no século XVIII impregnando-se de suas

ideias. Formado em Coimbra, primeiro em filosofia, em 1796, e em direito no ano seguinte, ficou algum tempo em Portugal dedicado a trabalhos literários, incumbindo-se de traduzir vários livros do inglês. Sua carreira no Brasil começou com o lugar de escrivão vitalício da Ouvidoria de São Paulo, exercendo depois os cargos de auditor-geral das tropas da capitania, juiz de fora da vila de Santos, ouvidor de Olinda e, quando provavelmente menos o esperava, o de conselheiro do governo republicano de Pernambuco em 1817. Deputado às Cortes de Lisboa, à Assembleia Constituinte de 1823, e mais tarde nas legislaturas de 1838-41 e 1845-47, deputado provincial em São Paulo, foi ministro do Império do gabinete de 24 de julho de 1840 para, afinal, chegar ao Senado, como representante da província de Pernambuco, em 1845, poucos meses antes de morrer. Entremetendo-se com essas funções públicas – prisões, exílio, revoluções, e mudanças de posição partidária, à primeira vista desconcertante para quem não quiser admitir as variações do próprio tempo e da política. Não mudou, não variou, entretanto, no essencial: na probidade insuperável, na altivez, no apego aos postulados liberais básicos, estivesse a favor ou contra D. Pedro I, formasse ao lado dos elementos mais exaltados da Constituinte ou fosse restaurador durante a Regência.

As fases culminantes da vida pública de Antônio Carlos foram quando representou São Paulo nas Cortes de Lisboa e na Constituinte de 1823. Na assembleia portuguesa, nenhum dos deputados conduzidos a Portugal pelo jogo contraditório dos acontecimentos políticos desempenhou papel mais eminente. Tornou-se sem contestação o líder dos interesses e dos sentimentos do seu país, não lhe faltando audácia para revidar à insolência dos deputados lusos nem discernimento para perceber o espírito recolonizador e antibrasileiro que o Soberano Congresso mal encobria sob o disfarce de pregões

liberais. Em meio de homens como Feijó, Lino Coutinho, José Martiniano de Alencar, Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes e tantos outros, tomou naturalmente a dianteira, enfrentou a hostilidade de uma Câmara ressentida, desafiou a patuleia das galerias e das ruas. Na assembleia brasileira não exerceu ação menos decisiva. Em confronto com homens de notável consciência política, Antônio Carlos para logo se impôs, marcando uma superioridade que lhe asseguravam a inteligência lúcida, o contato nada superficial com o pensamento da época e a circunstância de ser um grande orador.

Da Constituinte de 1823, dissolvida pelo autoritarismo de D. Pedro I a serviço da reação cujas raízes profundas estavam na grande propriedade escravocrata e no comércio de negros da África, Antônio Carlos saiu para o exílio de quase cinco anos em terras da França. Expulso da própria pátria, não terá sofrido mais do que ao pagar o crime de ter acreditado no sonho dos democratas pernambucanos. Servindo como Ouvidor de Olinda, aderira à generosa e efêmera república de 1817, fora-lhe uma espécie de conselheiro. Quando o governo real venceu a revolução, Antônio Carlos foi preso e mandado para a Bahia onde, desembarcando acorrentado, se viu metido, completamente nu, numa enxovia, com grilhões aos pés e corrente ao pescoço. Para reaver do carcereiro suas roupas, teve que lhe dar em troca o relógio. Durante longos dias, o alimento que lhe forneceram não passou de um pedaço de carne quase sempre podre envolto em farinha, refeição servida por escravos seminus, também acorrentados e com os corpos cheios de pústulas. Certamente por ser irmão de José Bonifácio escapou da morte e, com o decorrer do tempo, teve suavizado o seu tratamento no cárcere; mas nele ficou quase quatro anos, como que para provar que o liberalismo deveria ter grandes mártires.

Habitado a sofrer por suas ideias e paixões políticas, sobriaria ânimo a Antônio Carlos para suportar o exílio. Aliás, tudo nos convence que sua natureza era forte, enérgica e não lhe faltava até uma certa grosseria. Ao lado de qualidades superiores, não se lhe notarão reservas muito grandes de ternura ou de delicadeza de sentimentos. De ações que praticou e imputações que lhe fizeram, conclui-se sem esforço que era violento, apaixonado, excessivo, não escondendo um atrevimento bastante andradino, filáucia e arrogância por vezes antipática. As brigas em que se empenhou ainda nos tempos coloniais com o capitão-general Franca e Horta a quem, unido a Martim Francisco, afrontou e desacatou com a maior petulância, atestam-lhe a coragem e o orgulho agressivo. Alguns anos mais tarde, já durante o reinado de D. João no Brasil, viu-se indigitado, ele que exercia ofício de magistratura, como mandante de um crime de morte, teve que abandonar Santos e homiziar-se numa fazenda em São Gonçalo (nas cercanias de Niterói), onde fundaria uma loja maçônica. Nada se sabe com segurança a respeito desse crime, mas o panegirista Dias Martins diz que o seu herói foi processado e preso, embora acabasse “benquistando-se com a justiça, com o público e com o Soberano, que o consolou com o hábito da Ordem de Cristo e escolheu-o para primeiro ouvidor da comarca de Olinda, em Pernambuco”.

Algumas anedotas que a seu respeito circulam ajudam a melhor compreendê-lo. Orgulhoso como os irmãos, vaidoso mais do que eles, asseverava entre risadas que era o maior homem do mundo: “Pois não. Do Mundo – a América, da América – o Brasil, do Brasil – São Paulo, de São Paulo – Santos, de Santos – os Andradas, dos Andradas – eu”. Havia sem dúvida uma força prodigiosa nesse Andrada. Sabe-se que era homem de grande resistência física, bom garfo e, casando-se tarde, ao amor dera larga parte em sua vida. Narrava

o barão de Penedo que, convidado Antônio Carlos, já velho, para jantar em sua casa, respondera: "Só se me derem um bom Madeira, uma garrafa inteira só para mim"; e, aceita a condição, bebeu-a toda tranquilamente.

De suas qualidades de orador afirmava ainda o barão de Penedo que, tendo ouvido Gladstone e Palmerston, Gambetta e Castelar, nenhum lhe parecera maior, mais poderoso, mais eloquente. É verdade que o diplomata, que viveu na Inglaterra como um lorde, era casado com uma sobrinha de Antônio Carlos e teve sempre o maior entusiasmo pelos Andradas. A leitura dos discursos não nos deixa hoje essa impressão deslumbrada, mas convém não esquecer coisa bastante sabida: o grande orador é sempre um ator.

Até o fim da vida foi jovial e espontâneo. Quando morreu José Bonifácio, procurou-o um rapazinho, filho de Limpo de Abreu, para saber de ordem do pai a hora do enterro. O filho do futuro visconde de Abaeté dera o recado cerimoniosamente, pronunciando por extenso o nome do Patriarca, mas dizendo "Andrade" em vez de "Andrada". Antônio Carlos segurou-o pela orelha e, dando a informação, corrigiu: – "Andrada da... da... da... seu bobinho, da... da... da... seu bobinho". Ao cair o primeiro ministério da Maioridade, em consequência de dissensões íntimas e manobras de Aureliano Coutinho conta-se que Antônio Carlos, em plena reunião do governo, na presença do imperador menino, dirigiu-se a seu irmão Martim Francisco, em tom nada reverente: "Não te disse, Martim, que quem se mete com crianças, amanhece molhado? Vamos embora".

Menos desabusado não se revelou na correspondência, sobretudo ao tempo do exílio. Tendo-se casado aos quarenta e nove anos com uma sobrinha e afilhada que contava apenas dezesseis, aludia

em cartas dirigidas a Meneses Drummond “ao estado avançado da prenhez” da jovem esposa, atacava “a desaforada Canalha Francesa”, tratava D. Pedro I de “o maroto do imperador”, comunicava o nascimento de uma filha que recebera o nome de Brasília Antonieta em lembrança da pátria e do pai, lamentando que em vez de um rapaz tivesse vindo “uma panela rachada”.

Paulista destabocado e impulsivo, Antônio Carlos pouco se parecia com os barões, viscondes e marqueses improvisados do Império que ajudou a fundar. Mas foi um padrão do melhor liberalismo brasileiro, daquele que sofreu guerra dos latifundiários e exploradores do tráfico negreiro.

Um paulista de visão

Valeria a pena estudar as causas de certos olvidos históricos; por que homens de indubitável valor vão para o limbo, enquanto outros, de menor porte, continuam em pleno foco. Será culpa deles mesmos, consequência de feitiço pessoal mais retraído ou da autocritica que os caracterizou? Estarão esquecidos, numa espécie de prêmio negativo da modéstia, porque desdenharam da própria glória? Essas razões talvez expliquem o pequeno lugar concedido até agora na história da cultura brasileira a um homem como Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira. Quem, fora de um reduzido grupo de estudiosos do passado, lembra seu nome?

Em 1773 já estava Veloso de Oliveira em Coimbra, a estudar matemática, tendo-se formado em direito em 1779, depois de haver cursado também a Faculdade de Filosofia. Contemporâneo, entre outros, de Silva Alvarenga, de Alexandre Rodrigues Ferreira, de José Vieira Couto, de José da Silva Lisboa, de Antônio de Morais Silva, de Francisco de Melo Franco, logrou os benefícios da reforma do ensino introduzida na velha universidade pelo marquês de Pombal. Posto que viesse a seguir a chamada carreira das letras, servindo nos cargos da magistratura, o curso de filosofia, não limitado à filosofia racional e moral, mas abrangendo a filosofia natural, as ciências experimentais, com museu, jardim, observatório e gabinete de pesquisas, estimular-lhe-ia o gosto do conhecimento da natureza e dos assuntos científicos. Veloso, como vários outros brasileiros do tempo, não seria apenas um juiz ou funcionário, estreitamente confinado na jurisprudência ou na administração. Voltando ao Brasil, depois

de estreitar-se em funções judiciárias na ilha da Madeira, teria sempre os olhos voltados para os problemas de ordem política e social de sua terra, a procurar apoio na observação direta dos fatos, nas estatísticas, nas realizações de países estrangeiros.

Seu primeiro livro, publicado em Lisboa, em 1794, não parecia prometer muita coisa: foi um *Tratado do Jogo do Voltarete*. Esse jogo, em que ainda tanto se apraziam os políticos do Segundo Reinado, é de origem espanhola, muito antigo, e esteve em grande moda na França durante os séculos XVII e XVIII. Jogavam-no também os ingleses, e o *Tratado* de Veloso de Oliveira parece demonstrar que em Portugal e no Brasil se tornara igualmente conhecido. Do voltarete ficaram em nossa língua “codilho” e “codilhar”, como sinônimos de logro e lograr, este na acepção de burlar ou desbancar. Dir-se-ia que escrevendo na mocidade um livro sobre tema frívolo, o paulista Veloso cuidaria acima de tudo de lutar contra o tédio, de sair de si mesmo, de matar o tempo. Mas tal não aconteceria.

Exercendo no Brasil cargos de magistratura – chanceler da Relação do Maranhão, desembargador do Paço, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, juiz conservador da nação britânica – Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, se permaneceu fiel ao voltarete, ocupou também os ócios de juiz com o estudo das necessidades mais prementes de sua terra, de preferência São Paulo. É o que deixa fora de qualquer dúvida o trabalho intitulado *Memória Sobre o Melhoramento da Província de São Paulo, Aplicável em Grande Parte às Províncias do Brasil*, que oferecera em 1810 ao príncipe regente D. João, e publicou em 1822, quando eleito deputado à Assembleia Constituinte. Provavelmente houve alteração no título primitivo e vários acréscimos no texto por ocasião da publicação; tudo, entretanto, de pequena monta, visto que na “Advertência” de abertura se lê: “A minha não

desprezível *Memória* que lhes vai ser apresentada, como há doze anos foi escrita, intervindo, contudo alguns aditamentos (...).”

Não faltam a esse escrito o otimismo, o ufanismo e até um pouco do aulicismo que se generalizaram entre nós durante o reinado joanino. Mas há ideias e proposições de grande clarividência, que só muito mais tarde viriam a ser adotadas, algumas ainda esperando dirigentes capazes de pô-las em prática. Dividindo São Paulo esquematicamente em parte marítima e parte central, Veloso de Oliveira enumera-lhe as riquezas e indica os meios de explorá-las. Quanto à primeira, aconselha o corte e comércio de madeiras, o estabelecimento de moinhos ou serras d’água e vapor, a fabricação de móveis, tonéis e pipas, barcos e navios, sem esquecer as indústrias derivadas, como a da potassa; depois a pescaria “em grande e bem regulada” de tainha, garoupa, pescada, sardinha e muitos outros peixes, entre os quais o bacalhau; em seguida, o estabelecimento de salinas e o aproveitamento da pedra calcária. No tocante à parte central, o desembargador recomenda a cultura da baunilha, da amendoeira, do coqueiro, da pimenteira da Índia, da videira, da amoreira, da laranjeira, do cacauero e do cafezeiro. O café, que marcaria a paisagem e dominaria a economia de São Paulo, não mereceu muito de Veloso, voltado mais para o açúcar, o tabaco, o algodão e a banana, esta última na sua opinião a dádiva mais preciosa da natureza. Não ficavam aí os conselhos de Veloso; não era um São Paulo apenas explorado pela agricultura e pela pesca: preconizava a criação em larga escala dos gados vacum e ovelhum; queria também a fundição de ferro – forjas e ferrarias à semelhança das da Suécia, Dinamarca, Rússia, França e América Setentrional – fábricas de papel, cordoaria, fábricas de tabaco.

Só haveria um meio de realizar todo esse vasto programa: trabalhar muito, sob o amparo e a vigilância do governo, que orientaria

os lavradores à luz dos “princípios da química moderna”, fornecendo-lhes instrumentos e máquinas. E isso num regime político em que desaparecessem, entre outros, estes males: 1º, a falta de atenção às justas representações dos pobres a respeito de ricos e poderosos; 2º, a usurpação da jurisdição dos juizes pelos governadores, capitães-mores e comandantes. Numa obra urgente de saneamento, inculcava a necessidade de criar professores de cirurgia e medicina prática, de propagar a vacina, “este quase divino socorro”, de acudir às epidemias de sarampo, desterrar de São Paulo as febres, os defluxos e reumatismos. Assim os paulistas viveriam felizes, entregues aos trabalhos antes enumerados e não descurando das indústrias domésticas do queijo e da manteiga, da salga de carnes e presuntos, do curtimento de peles, de teares de lã, linho e algodão.

Em relação ao regime de trabalho, Veloso de Oliveira queria o do homem livre, aberto o Brasil aos pobres que se deslocariam da Europa em consequência das guerras napoleônicas; queria sessenta e um anos antes da lei Rio Branco, que nascessem livres os filhos de escravos, e que estes tivessem o direito de auto-resgate; queria liberdade de religião para os imigrantes; a distribuição de terras da Coroa a trabalhadores pobres, com empréstimo sem juros de 100\$000, pagos em seis anos; o trabalho cooperativo já ensaiado no que chamava de “muxiron”; a educação dos índios; a reforma dos impostos; hospitais; o trabalho feminino em determinados ofícios. E em tudo se deveria sentir “a mão poderosa e benfeitora” do Estado. Vastíssimo programa, que em muitos pontos ainda continua irrealizado, planos sob alguns aspectos em desacordo com as possibilidades do momento, mas tudo produto de convicções sinceras defendidas sempre que se oferecia ensejo.

Revolucionário e historiógrafo

Ao estourar a revolução pernambucana de 6 de março de 1817, Francisco Muniz Tavares, jovem padre de 24 anos, exercia o lugar de capelão da agonia do hospital do Paraíso. Como a maioria dos eclesiásticos que figuram no rol dos implicados nesse surto revolucionário, era liberal ardente, afeiçoado às ideias de renovação social dos filósofos da Ilustração e disposto a tudo fazer para integrar o Brasil no regime já em vigor nos Estados Unidos e ensaiado ou tentado em alguns países da América Latina. Padre formado segundo a orientação que imprimira aos estudos em Pernambuco o sábio Azeredo Coutinho, avançou ainda mais ao contato de Arruda Câmara e de João Ribeiro, menos dedicado talvez aos seus misteres de capelão do que aos trabalhos da Academia do Paraíso, onde se deixou dominar inteiramente pelas doutrinas políticas ali preconizadas e defendidas.

Disposto a passar à ação, Muniz Tavares saudou com alvoroço o levante republicano de sua terra e, sem ser dos cabeças e dirigentes, assumiu responsabilidades, comprometeu-se, convicto da necessidade e do bom êxito do movimento. Por isso, com a vitória da reação foi preso no Recife a 11 de junho de 1817 e passou quatro anos num cárcere da Bahia, a sofrer vexames e humilhações. Punidos os chefes, regalada a justiça real com as vidas de tantos patriotas, arrefeceu o rigor repressivo dos vencedores e puderam então os prisioneiros obter tratamento menos cruel. Como muitas vezes já aconteceu, o suborno dos guardas permitiu que cartas e livros penetrassem as grades do presídio. Para homens cujo maior prazer era o trato das ideias, para intelectuais que se tinham colocado ao serviço da ação

política, foi grande consolo a “aplicação literária”, como chamou Muniz Tavares, com tocante simplicidade, aos estudos e leituras a que se entregou na prisão, juntamente com Antônio Carlos, Basílio Quaresma Torreão, e frei Caneca. Enchendo horas compridas, esperando dias incertos, discorriam os prisioneiros sobre matérias e temas da predileção de cada um. Muniz Tavares, por exemplo, dava aos companheiros lições de lógica. E confiavam acertadamente no futuro. Com recuos e avanços, os ideais que os tinham conduzido à prisão iam abrindo caminho, conquistando novos adeptos.

Assim é que, mal deixava a cadeia da Bahia, recebia Muniz Tavares o mandato de deputado por Pernambuco às Cortes de Lisboa. Não era propriamente a realização dos seus sonhos republicanos, mas podia gabar-se de partir para a antiga metrópole com a incumbência de participar da construção do “Pacto Social”, que estabeleceria as condições de convivência de todos os homens da língua portuguesa. E com ele partiram também muitos outros “criminosos” de 1817, agora membros do Soberano Congresso: Antônio Carlos, José Martiniano de Alencar, José da Costa Cirne, Virgínio Rodrigues Campelo e Francisco Xavier Monteiro da Franca. Antônio Carlos era deputado por São Paulo, Alencar, que sofrera talvez mais do que ninguém, porque, não só fora preso, como vira sua mãe encarcerada por mais de três anos, representava o Ceará, e os três últimos, numa bancada de quatro, seguiam para Portugal como mandatários da Paraíba.

A ida às Cortes de Lisboa de revolucionários apenas egressos da prisão, de figuras como Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes e Lino Coutinho, embebidos de ideias libertárias, ou como Diogo Antônio Feijó, inconfundível no seu paulistismo, mostrava como a revolução do Porto de 1820 iludira aos brasileiros mais lúcidos,

inclusive o maior de todos – José Bonifácio. Chegou, porém, o dia em que os “liberais” do outro lado do Atlântico deixaram transparecer os móveis profundos que os animavam: o ressentimento contra o Brasil, o propósito de reconduzi-lo disfarçadamente embora à condição antiga de colônia, com o cancelamento de todas as franquias, sobretudo as de natureza econômica, que as circunstâncias tinham levado D. João VI a decretar.

À decepção de Muniz Tavares sucedeu em breve grande alegria: ao chegar de volta à sua terra veio encontrá-la desligada para sempre de Portugal, segundo a fórmula oportunista a que aderiram todos os homens políticos responsáveis da época, dos mais tímidos aos mais avançados – a independência com a monarquia constitucional, a liberdade com o trono do príncipe que encabeçara o movimento da emancipação. E chegava investido já de outro mandato, o de deputado por Pernambuco à Assembleia Constituinte. Reunida esta, coube-lhe para logo fazer parte da mais difícil de suas comissões – a que deveria organizar o projeto da Constituição – ao lado, entre outros, de José Bonifácio, Antônio Carlos, Câmara Béthencourt e Araújo Lima. Na elaboração deste projeto não teve grande parte, certo como é que o seu principal autor foi Antônio Carlos. Mas na Constituinte, Muniz Tavares não se cingiu a papel secundário. O processo da libertação brasileira prosseguia na sua vitoriosa marcha, a despeito da influência perturbadora de certos elementos mais ou menos hostis; os interesses dos súditos da antiga metrópole continuavam muito poderosos no Brasil e atacá-los de frente oferecia riscos, já que em altos cargos da administração e do Exército havia portugueses e, afinal de contas, português era o próprio D. Pedro I. A estada em Portugal parece que espicaçara no padre pernambucano o sentimento nativista e o que lhe ocorreu foi apresentar um

projeto-bomba, mandando expulsar do Brasil todos os portugueses suspeitos à causa da Independência.

Depois dessa iniciativa, que provocou grandes debates e correu para extremar as correntes políticas que se chocavam na Assembleia, Muniz Tavares como que iniciou de repente uma nova fase de sua vida, pondo de lado atitudes revolucionárias. A dissolução da Constituinte não o levou, como a tantos patriotas do Nordeste, a pegar em armas e tentar a aventura da Confederação do Equador. No padre pernambucano havia fortes pendores de estudioso e de viajante, desejos de contatos menos superficiais com paisagens e instituições da Europa. Em 1825, estava ele em Paris e obtinha, depois de defesa de tese, o grau de doutor em teologia. Ei-lo em seguida diplomata, a exercer de 1826 a 1832 o lugar de secretário e encarregado de Negócios do Brasil junto à Santa Sé. No clima da Roma papal, lidando de perto com políticos e diplomatas habituados a agir sem pressa, ou que ao tempo não davam maior valor porque pensavam em termos de eternidade, Muniz Tavares curou-se provavelmente de vez dos ardores do seu temperamento.

De regresso ao Brasil, não o tentou mais a atividade política, a despeito de vir encontrar aqui alguma coisa que lhe deveria ser muito cara: o ensaio de governo representativo através da experiência republicana que foi o período regencial. Os dissídios entre antigos amigos e companheiros – os Andradas no partido Caramuru, Feijó na liderança dos “moderados” – terão sido mais um motivo para decidi-lo a retirar-se, além do olvido em que ficara o seu nome no tumulto de época logo dominada pela geração nova que em boa parte assumira, com a revolução de 7 de abril de 1831, a direção da política brasileira. Como acontece tantas vezes em homens marcados pela província em

que nasceram, Muniz Tavares, depois de sete anos de residência na Europa, voltou ao seu Pernambuco, à sua cidade do Recife. E como é também comum em políticos desajustados de acontecimentos de que não podem participar, sentiu a tentação dessa outra espécie de política que é o trabalho do historiador. Estavam-lhe na memória, bem vivos ainda, os dias de 1817 e os sucessos daquela revolução republicana posta no limbo, intencionalmente esquecida. Escrever a respeito, anotar as suas reminiscências, recolher o testemunho dos sobreviventes e extrair de documentos tudo o que pudesse esclarecer os fatos e as ações dos participantes, passou a ser para Muniz Tavares o encargo mais caro de sua vida. Em 1840 apareceu o livro de sua autoria, *História da Revolução Pernambucana de 1817*.

Oliveira Lima, o maior conhecedor do assunto, no prefácio da edição organizada pelo Instituto Arqueológico Pernambucano, diz que seu conterrâneo "foi imparcial sobretudo porque foi verdadeiro" e que a obra que escreveu "não tem hoje que ser emendada nem alterada", carecendo apenas ser "ampliada". Muniz Tavares, que não fez apologia, soube discernir os erros e deficiências dos dirigentes revolucionários, embora lhes proclamando a boa-fé, o idealismo, a coragem no martírio. Muito mais crônica do que história, com a narrativa minuciosa dos sucessos revolucionários, ainda assim o leitor atento de agora vislumbrará, no seu livro, algumas das causas mais profundas da deflagração e do malogro do movimento. A influência das ideias do tempo, a ação da maçonaria, o contágio do exemplo dos Estados Unidos e de outros países americanos, o amadurecimento do espírito nativista, ou melhor, nacional no Nordeste brasileiro, os conflitos entre as tendências de homens como Domingos José Martins, representativo do espírito burguês e do comércio e os de tantos outros revolucionários ligados à grande propriedade rural e à

escravidão – tudo isso está esboçado nas páginas de Muniz Tavares, de tudo isso ele teve a noção.

Publicando seu livro quando no Brasil as ideias republicanas tinham caído em estado de hibernação e, para triunfar na carreira política, era conveniente uma adesão indiscutível às instituições monárquicas, nem assim abafou a intensa simpatia pelos homens sacrificados na revolução em que tomara parte. Continuou a ser um liberal não apenas de rótulo, escrevendo em 1840, em pleno domínio dos escravocratas e latifundiários: “Em boa fé quem poderá negar que a escravidão é o mais terrível dos flagelos que martirizam o Brasil, retardam a sua civilização, corrompem os seus costumes, o degradam e empobrecem?” Não é de estranhar que a *História da Revolução de Pernambuco de 1817* parecesse a certos áulicos um “libelo democrático” e tenha antes criado silêncio em torno do seu autor. Consolou-o todavia o pensamento de que a escrevera como quem pratica um ato de fé e de lealdade. E foi sem dúvida para ficar mais fiel a acontecimentos que reputava gloriosos, preso para sempre aos seus dias de moço, que se refugiou no passado, fez-se historiador e o mais dedicado sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Foi até o fim o homem de 1817.

Um admirável burguês

A leitura da *Circular*³⁵ que Teófilo Otoni dirigiu, em 1860, aos eleitores de sua província, fez-me pensar na grande figura liberal do Império. Esse mineiro dificilmente se ajusta ao padrão mais comum dos homens públicos do Brasil de seu tempo. Faltavam-lhe maiores afinidades com o tipo predominante de político – o bacharel primeiro de Coimbra e depois de Pernambuco e São Paulo, ora mais apegado às aparências e às fórmulas, ora de um realismo imediatista, desatento às necessidades mais elementares do povo e fazendo do poder um instrumento dos interesses da grande propriedade territorial, como se verificou desde os albores do “regresso” até o declínio da oligarquia saquarema. Otoni foi de outra marca e esteve muito mais na linha de um Domingos José Martins, o comerciante que sonhou implantar a república em 1817, ou de um Evaristo da Veiga, jornalista, mas também comerciante, que, melhor do que qualquer outro, representou a época da Regência, no seu liberalismo, nos seus pendores democráticos, no seu sólido e então legítimo e oportuno espírito burguês.

Descendente de um genovês em quem madrugaram os ideais de liberdade da classe média e que por isso se viu na contingência de abandonar, na primeira metade do século XVIII a terra de

35 *Circular Dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores Pela Província de Minas Gerais no Quatriênio Atual e Especialmente Dirigida aos Srs. Eleitores de Deputados Pelo 2º Distrito Eleitoral da Mesma Província Para a Próxima Legislatura Pelo Ex-Deputado Teófilo Benedito Otoni, Rio, 1860-1861.*

nascimento, couberam em herança ao mineiro Teófilo Otoni as ideias do antepassado europeu acrescidas de algumas das qualidades mais características da gente de sua província – a simplicidade, a coragem tranquila, a fidelidade aos compromissos, o gosto de ser livre. Mais do que ninguém, será ele entre nós o liberal cem por cento, defensor de todas as franquias políticas e econômicas, empenhado em destruir no Estado quaisquer órgãos que pudessem envolver restrições aos direitos individuais, adversário do Conselho de Estado, e do Senado vitalício, e mal dissimulando ojeriza por aquilo que Bagehot chamou de “partes imponentes” da monarquia.

Natural de um pequeno burgo de Minas, célebre pela intensa atividade política de seus habitantes, Otoni não se sustentava em raízes rurais e era de preferência um homem da cidade, que tinha garbo – em meio do bovarismo do Segundo Reinado e de sua “aristocracia achinelada”, cujo prestígio assentava nas grandes terras e nos numerosos escravos – de ser comerciante, de buscar recursos no seu “giro” comercial. Republicano de índole e de formação, disposto, como declarou, a republicanizar as instituições monárquicas, se se lhe pudesse procurar figurino estrangeiro seria antes na América do Norte, talvez remotamente em Jefferson, cujas opiniões invocou em situação difícil, ao defender previamente o golpe de Estado da Maioridade, ou em Lincoln, de quem tinha pelo menos o mesmo estilo de barba e de sobrecasaca. Dos republicanos franceses da época revolucionária, poder-se-ia dizer que se aproximava pelo amor aos modelos romanos, se as letras latinas em que excelia não fossem muito mais um sinal de sua origem mineira.

A vida de Teófilo Otoni e a sua carreira política não apresentam, ao contrário de tantas outras, mudanças bruscas, contradições,

apostasias. Nascido em 1807, rapazola de menos de quinze anos ao emancipar-se o Brasil, era então pouco mais do que analfabeto. Mas seu irmão Cristiano advertiu, ao escrever-lhe a biografia, que o juramento da Constituição, a bandeira da nova pátria, a independência e a liberdade produziram na família Otoni “verdadeira revolução”. Revolução que impeliu o jovem Teófilo a deixar o seu ofício de caixeiro, o seu balcão de comércio, e empenhar-se na política. Ele mesmo nos conta, não sem ênfase, que foi como uma “faísca elétrica que, passando através do espírito de seu pai, lhe abrasou a imaginação”. Como poderia manifestar o seu entusiasmo, participar da vida pública o mineiro da Vila do Príncipe? Fazendo versos. Já agora com inteira simplicidade, diz que “adolescente analfabeto se arvorou em cantor da ideia regeneradora”. Poemas de que não lhe ficaram sequer vestígios na memória, assevera-nos na *Circular*, escrita aos cinquenta e três anos, mas que suscitaram grandes aplausos nas reuniões em que os declamou.

Ao cabo de quatro anos de estudos básicos, feitos com a paixão da seriedade, deixou Teófilo Otoni a terra natal e veio para o Rio, “esta Babilônia”, como lhe parecia em 1860, a fim de tentar a instrução superior. Era já um “distinto latinista” no dizer do irmão e biógrafo. Aqui obteve matrícula na Academia de Marinha e aplicou-se – palavras suas – “como é próprio dos estudantes aguilhoados pelo amor da glória e pela necessidade de ‘conquistar posição’”. Aluno do primeiro ano, deu para logo a medida do seu caráter, protestando contra injustiças no tratamento dos estudantes, uns nobres e protegidos, assentando praça de guarda-marinha sem qualquer formalidade, outros só o conseguindo depois de exames e provas. Isso se verificou em fins de 1827, precisamente quando os elementos liberais no Rio de Janeiro, na imprensa e no Parlamento, cresciam

de força e tomavam o ascendente da opinião. O aluno da Academia de Marinha formava na corrente democrática, frequentava a roda de Evaristo e de Bernardo de Vasconcelos, e do primeiro se fizera professor de geometria. Mas as suas ideias eram mais avançadas: queria o “governo do povo por si mesmo na significação mais lata da palavra”, queria a república. Ei-lo então iniciado em sociedades secretas, secretário do Clube dos Amigos Unidos, ei-lo jornalista nas páginas da *Astréa*, do Rio, do *Astro de Minas*, de São João del-Rei, e do *Eco do Serro*, de Diamantina.

Escrutinador de uma mesa eleitoral na freguesia do Sacramento, levantou uma questão de ordem que afetava a pessoa do então ministro da guerra, general Oliveira Álvares, e propôs que este fosse multado. Não tardou o revide contra o temerário. Tendo completado o curso da Academia de Marinha, sempre como primeiro aluno, quis continuar os estudos matemáticos na Academia Militar: sem nenhum motivo plausível, negou-se-lhe permissão e conseguindo apenas acompanhar como ouvinte a cadeira de mecânica de que era professor Joaquim José Rodrigues Torres, então liberal entusiasta, amigo íntimo de Evaristo, e depois visconde de Itaboraá, maioral da oligarquia conservadora. Por andar em tais companhias, foi Otoni ameaçado com ordens de embarque para a costa da África e o Amazonas, vendo-se coagido a dar baixa.

Deixando os estudos que o fariam engenheiro, voltou a Minas, levando uma pequena tipografia para imprimir o jornal que ia fundar – a *Sentinela do Serro*. O Primeiro Reinado chegava ao fim e nas montanhas mineiras repercutiam todas as questões políticas que no Rio se agitavam. Os sucessos de março de 1831 determinaram aqui e na Vila do Príncipe a mesma reação. Desde 3 de abril Teófilo

Otoni fizera uma proclamação aos serranos, “chamando-os às armas para deitar por terra a tirania”; a 6 o movimento estava vitorioso no Serro; no Rio tudo se consumaria no dia seguinte. “*Journée des dupes*” pareceu-lhe a revolução de 7 de abril, de que imediatamente se apoderaram os moderados, os que não queriam a república e continuariam a fazer do trono o penhor da unidade nacional.

O certo é que, embora julgando-se logrado pelo rumo dos acontecimentos, Otoni, salvo na questão da manutenção da monarquia, estava afinal com os moderados. É ele mesmo que, acentuando as suas verdadeiras tendências, anota na *Circular*: “O redator da *Sentinela do Serro* nunca sonhou senão com a democracia pacífica, a democracia da classe média, a democracia da gravata lavada, a democracia que com o mesmo asco repele o despotismo das turbas ou a tirania de um só”. Por outras palavras, o governo da classe média, o governo da burguesia, e não propriamente do povo, das massas. Posição perfeitamente de acordo com a ideologia liberal nas suas origens históricas, baseada na inviolabilidade da propriedade e fazendo desta o fundamento do direito de representação política. Fiel a essa posição esclarecida e avançada na época e no meio brasileiro, permaneceu sempre Teófilo Otoni. Aplaudiu o Ato Adicional de 1834, que trouxe um esboço de sistema federativo e aboliu o Conselho de Estado, lamentando que não tivesse acabado com a vitaliciedade do Senado. Liberal sincero, nunca se acumpliciou com os interesses da “oligarquia tenebrosa (...) apoiada no poder e no dinheiro dos traficantes da costa da África”, a que se referiu na sua *Circular*, sofrendo-lhe antes a hostilidade, ora ostensiva, ora subterrânea. Em resguardo de suas ideias lutou de todas as maneiras, inclusive pelas armas, como em 1842 sem esperança de vitória, somente para não abandonar os amigos.

A *Circular* aos eleitores de Minas tem uma importância muito maior do que ordinariamente se lhe concede. Misto de memórias políticas e de panfleto, vibrante de paixão generosa e sabendo fazer justiça, é um documento no qual os principais sucessos e episódios de cerca de quarenta anos de vida pública brasileira são apreciados sob um ângulo de particular significação. A história desse período não poderá ser feita sem a sua consulta, a sua atenta leitura. Haverá por certo quem não goste das verdades que esse depoimento encerra acerca do Brasil imperial; mas é o testemunho de um homem bem do seu tempo, liberal no sentido mais rigoroso da palavra, incorporador de companhias de interesse público, desbravador de sertões, construtor de estradas, fundador de cidades – a segunda Filadélfia, hoje Teófilo Otoni – arauto da democracia pacífica, mas rebelde empunhando armas contra a violência organizada em códigos reacionários, latinista, bom mineiro que não se deixou mistificar por um título de barão ou de visconde.

Um jornalista liberal

Antônio Borges da Fonseca, redator da *Gazeta Paraibana*, da *Abelha Pernambucana*, do *Repúblico*, do *Publicador Paraibano*, do *Correio do Norte*, do *Nazareno*, do *Tribuna*, da *Revolução de Novembro*, do *Prometeu* e do *Constituinte*, foi talvez o mais obstinado panfletário que o Brasil conheceu no primeiro meio século de vida independente. Dele disse Joaquim Nabuco que possuiu como ninguém a envergadura revolucionária. E pode-se acrescentar que a guardou intata já sexagenário, quando o Império lograra consolidar sob o olhar vigilante do monarca e dentro da armadura que lhe souberam forjar homens do feitio de Vasconcelos, Paraná e Uruguai. Haverá muito de autovalorização e de jatância no “Manifesto Político” de 1867, ao descrever a sua vida e a sua ação política. Mas é incontestável que participou intensamente de alguns sucessos importantes da história imperial. A revolução de 6 a 7 de abril, por exemplo.

Chegado ao Rio em fins de 1830, com 22 anos apenas, mas já tendo redigido dois jornais, um na sua terra natal, a Paraíba, e outro no Recife, e sofrido demissão de cargo público e prisão, empenhou-se para logo em cheio no combate ao governo e ao próprio imperador. Como nas províncias do Norte, serviu-se da mesma arma – a imprensa. O *Repúblico*, que fundou, exprimia ao lado de outras folhas mais ou menos extremadas – *Nova Luz Brasileira*, *As-tréa*, *Aurora Fluminense* – o pensamento liberal da época. “Defender a causa da liberdade”, eis o seu objetivo máximo. E numa ortografia parecida com a do padre Diogo Antônio Feijó (e com a do general Klinger mais tarde) entrou a investir contra o que tachava muitas

vezes com razão de desmandos do poder. Escrevendo com clareza e desembaraço, deixava manifesta a sua pouca fé no liberalismo de D. Pedro I e dos homens que o cercavam. Os acontecimentos políticos europeus, sobretudo depois da queda de Carlos X, davam-lhe força para não poupar o imperador, cuja investidura afirmava ser de origem nimamente popular: "Um príncipe estrangeiro, e todo o poder que depois teve e tem o recebeu de nossas mãos, por especial favor e graça que lhe quisemos fazer (...) os direitos que chamaram o imperador ao trono do Brasil foram a vontade do Soberano Povo Brasileiro". O verdadeiro soberano, pois, era o povo. Isto dizia a 18 de dezembro de 1830. Poucos dias antes afirmara: "Contra a vontade Soberana da Nação Brasileira não podem nem 'reis nem roques' (...) o Brasil quer ser monárquico-constitucional e jamais sofrerá que um 'ladrão coroado' se sente no trono que a Nação ergueu para assento de um monarca constitucional". Se de tal havia ameaça, o caminho a tomar fora indicado em Paris: "Ditosa França! Feliz Revolução! Tu trouxeste a paz e a liberdade ao gênero humano!"

O choque elétrico causado no Brasil pela notícia da queda de Carlos X, segundo o testemunho de Armitage, emprestava à política brasileira um cunho revolucionário. E Borges da Fonseca, entre os mais decididos, armava a trama, estimulando as suscetibilidades nativistas e açulando os melindres militares. Ninguém mais do que ele tirou partido, contra a estabilidade do reinado, de certos atos da alta administração do Exército. Uma lei recentemente votada autorizara o governo a suprimir corpos e reduzir efetivos. Medida apoiada na Câmara pelos deputados liberais, Borges da Fonseca servia-se não obstante dela para malquistar o governo com as forças armadas. "Diz-se que o Sr. ministro da Guerra tenta dissolver o Batalhão do Imperador (...) hoje em tudo o modelo dos batalhões e

o seu comandante o coronel Manuel da Fonseca Lima, além de ser cidadão capacíssimo, é um militar olhado pelos de sua corporação como um dos primeiros oficiais de caçadores do Brasil". E dava como causa da dissolução o fato de o Batalhão do Imperador se ter oposto em 1829 à proclamação do absolutismo. Também a transferência do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, do comando das Armas da Corte para São Paulo, oferecia ao *Repúblico* oportunidade de nova intriga. "Deverá o general obedecer? De nenhuma forma. As comandâncias [sic] d'armas são empregos em comissão e nenhuma é a lei que obriga a aceitá-los". Em outro artigo, louvava o pai do futuro Caxias, que se portara em Pernambuco, na repressão à revolução de 1824, "com muita dignidade e como homem de bem". Os militares da família Lima e Silva seriam elementos decisivos no movimento que acarretou a abdicação de D. Pedro I. Se Borges da Fonseca buscava explorar o prestígio desses e outros chefes do Exército, o conde do Rio Pardo, ministro da Guerra, não soube, por seu lado, captar-lhes as simpatias, e o ambiente político do momento iria dar vazão a antigos ressentimentos, sob a aparência das mais belas reivindicações liberais.

Nos dias dramáticos de março de 1831, por ocasião do regresso do imperador de sua viagem a Minas, o *Repúblico* concorreria de maneira decisiva para criar o clima adequado ao surto da revolução nativista. O jovem Borges, educado no ódio ao "marinheiro" da lusofobia nordestina, seria um dos cabeças do revide no Rio de Janeiro a certos excessos dos antigos colonizadores ainda poderosíssimos. No episódio das garrafadas, pôs-se à frente dos grupos que enfrentavam os manifestantes portugueses e, se não teve o papel principal de que mais tarde se gabaria, foi dos mais arrojados nos tumultos das ruas da Quitanda e Direita. Prova disso está na sanha com que

o visaram. Vale a propósito recordar não o seu testemunho, que poderia ser suspeito, mas o do atento e minucioso Armitage, tão da intimidade do moderado Evaristo. Conta-nos o inglês que, na noite de 13 de março, os portugueses, levando de vencida os brasileiros, gritavam – “Morram os deputados republicanos! Morra o redator do *Repúblico*! E davam vivas ao Imperador (...)”.

Daí em diante alteia-se sempre o tom subversivo de Borges da Fonseca. No *Repúblico*, de 23 de março, publica um soneto intitulado “Às Armas”, em cujo primeiro quarteto se lê:

*“Às armas! Brasileiros denodados!
Às armas! Que o chumbismo nos provoca!
Às armas! É divisa que nos toca!
Às armas! Contra os pérfidos malvados!”*

Chumbismo, isto é, portuguesismo, pois que no Rio, mais do que de marinheiros, a alcunha dos lusitanos era a de pés de chumbo, chumbeiros, chumbistas ou papeletas. No número seguinte, o jornal grita que “o Brasil é dos brasileiros e que a revolução está feita”, caso o governo (D. Pedro I nomeara a 19 um Ministério liberal) não enfrente “os marinheiros vis e desprezíveis sustentados pelo *traidor-mor*”. (O grifo é do original).

Seguiram-se os sucessos de 25 de março, com o comparecimento inesperado de D. Pedro I ao *Te Deum* mandado rezar pelos liberais, na igreja de São Francisco de Paula, a cuja porta se ouviram vivas ao imperador “enquanto for constitucional”. Nesse mesmo dia, depois da festa religiosa, Borges da Fonseca e mais alguns amigos foram ver as luminárias comemorativas do aniversário da Constituição

“nos quartéis da artilharia de posição”. É o que ele nos conta no nº 51, de 30 de março, acrescentando: “Não tenho expressões para agradecer os obséquios que recebi então de todos os bons artilheiros, cordiais amigos de todos os amigos da liberdade do Brasil”. E fala “no bródio que haviam preparado os oficiais dos dois corpos”, nos versos patrióticos improvisados pelo poeta Muniz Barreto, na afabilidade do brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, do coronel Bittencourt “e todos os mais oficiais”, salvo o comandante do 1º que lhe pareceu distante e reservado. Atuava assim Borges em plena caserna, junto a militares já resolvidos a se oporem a qualquer desvio autoritário. Nos quartéis ficou o redator do *Repúblico* até às 2 horas da madrugada, sendo conduzido à casa pelo próprio brigadeiro e toda a oficialidade, a fim de evitar algum encontro com “malvados marinheiros”. Não se trata de bazófia retardada do “Manifesto Político” de 1867; isto foi impresso, convém acentuar, cinco dias depois, sem nenhuma contestação. Aliás, desde a publicação da representação dos parlamentares ao imperador, redigida por Evaristo, a conspiração se alastrava todos os dias, e civis como Odorico Mendes e Borges da Fonseca se empenhavam na aliciação dos militares.

A 2 de abril, sob o título “A Resistência Legal dos Povos”, o *Repúblico* invocava esse “dever sagrado, natural, que os homens têm de defender a liberdade”. Quatro dias depois a revolução estava feita e o seu desfecho assumia forma bem brasileira pelos aspectos de transigência e cordura em vez de derramamento de sangue e de república, a abdicação do monarca em favor do seu filho de cinco anos e uma Regência em nome deste. Súbito apaziguamento dominou os espíritos mais inquietos. Odorico Mendes cantava em versos lamentáveis:

"Vitória! Vencemos!

Viva a liberdade!

Laços d'amizade

Nos devem unir.

Aos erros passados

Doce esquecimento

Em peitos briosos

Não cabe vingança

Nem honra se alcança

Com cego furor".

Borges da Fonseca publicava esses versos, pedindo que todos os repetissem, e que até com eles os pais embalassem os filhos. Tão cordato se revelava o paraibano que tomou a si fundar no Rio a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, transformada pouco depois no grande instrumento da ação política de Evaristo da Veiga e do partido moderado. Mas a verdade histórica é que a ideia primeira foi de Borges da Fonseca aproveitando-se da iniciativa de um grupo de patriotas, reunido em Santos, a 4 de abril de 1831, e que ali organizara a *Sociedade "dos Defensores" da Liberdade e Independência Nacional*. Em *O Repúblico* de 28 de abril, depois de acentuar que já não havia razão para clubes secretos, cabíveis em tempos de despotismo, dizia Borges: "Tenho resolvido estabelecer na casa da minha residência uma tal sociedade com a mesma denominação com que foi criada em São Paulo e me sirvo dos seus estatutos..."

A 10 de maio seguinte convocava uma reunião em sua casa, na rua de São Pedro nº 405, para a eleição do Conselho Diretor,

publicando a primeira lista de 148 sócios, logo depois acrescida de mais 90 aderentes.

Era na verdade o sinal de um largo, embora efêmero, conagração. Na lista estavam os nomes de Evaristo, Paula Sousa, Odorico, Honório Hermeto, Costa Carvalho, Limpo de Abreu, maiorais do partido moderado em formação; figuras como José Bonifácio e Martim Francisco, a se definirem em breve em caramurus ou restauradores; membros da Regência e do governo como Francisco de Lima e Silva, Vergueiro, Caravelas, José Manuel de Morais, visconde de Goiana, Francisco Carneiro de Campos, José Manuel de Almeida; numerosíssimos militares, entre os quais toda a família dos Lima, inclusive o jovem Luís Alves, filho do regente, o brigadeiro Francisco de Paula Vasconcelos, que se passaria depois para a Sociedade Federal, os Frias e Vasconcelos; antigos republicanos como Antônio Gonçalves da Cruz e Henriques de Resende; homens de ciência como frei Custódio Serrão; agitadores de rua do feitio de Francisco Antônio Soares – o Brasileiro Resoluto. Que o redator do *Repúblico* era no momento o coordenador da Sociedade no Rio, bastaria para atestá-lo esta pequena carta que lhe mandou José Manuel de Almeida, ministro da Marinha: “Sr. Antônio Borges da Fonseca. Rogo-lhe a admissão, se é possível, na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, e que releve o não ir pessoalmente fazer esta súplica ou a minha apresentação. S. C., 12 de maio de 1831”. Quem assim se dirigia ao jornalista era o ministro da Marinha, oficial general, que exercera havia pouco a presidência de Minas Gerais. Sinal ainda de que o pensamento de concórdia entre homens e até gerações existia estará na composição do primeiro Conselho Diretor da “Defensora”, em que figuraram com pequena diferença de votos – 96 e

94 respectivamente – Borges da Fonseca e José Bonifácio, este com idade de quase ser avô daquele.

Mas em Borges da Fonseca, homem corajoso, probo, inteligente, propenso à conciliação nos primeiros tempos que se seguiram à vitória liberal de 7 de abril, mingravam certos dons de flexibilidade que a arte política exige; não tinha a paciência de esperar a hora oportuna; não possuía, ao que parece, grande simpatia ou magnetismo pessoal; e, em última análise, preferia, ao mando, à efetividade do poder, a posição de censor a quem os fatos na sua liga impura dão quase sempre razão. Assim se poderá explicar por que, tão acima dos medíocres e nulos que, ao lado de homens realmente superiores, ocuparam postos de governo ou lugares no parlamento entre 1830 e 1870, Antônio Borges da Fonseca foi um político falhado que se compensou na crítica negativa e na ação demolidora.

Cipriano Barata, agitador liberal

Poucos homens terão sofrido mais no Brasil por serem fiéis a si mesmos do que Cipriano Barata. Esse baiano nada macio, nada plástico, nada conciliador, foi até a velhice um sectário obstinado das mesmas ideias e dos mesmos pontos de vista, de tal maneira impermeável a mudanças e transformações, que se fixou numa figura cujos traços mais originais se confundiam com a excentricidade ou a mania. Ao morrer, no fim do período regencial, quando a vitória do “regresso” já deixava claro o que seria o Segundo Reinado, com o poder público enfeudado à grande propriedade territorial, Cipriano José Barata de Almeida era o sobrevivente de uma era extinta, um quase fantasma político, tão distante das acomodações e transigências de que resultaria o equilíbrio da época de D. Pedro II, como a sua longa cabeleira e as suas estranhas roupas das modas então em uso.

Ao chegar a Coimbra em 1786, já com vinte e quatro anos, encontrou ainda estudantes, mas já em fim de curso, José Bonifácio, Câmara Béthencourt, José Egídio Alves de Almeida, futuro secretário particular de D. João VI e marquês de Santo Amaro, e foi companheiro de turma de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, depois marquês de Baependi. Parece que de nenhum deles se tornou amigo ou sequer bom camarada. Dado o seu feitio, esquivara-se de procurar a companhia de compatriotas que lhe pareciam presunçosos e que o acolheriam com ares de proteção. Mas como todos eles, sofreu a influência da universidade reformada por Pombal e, mais do que todos, ficou marcado pelos autores em voga. Quando recebeu o grau de bacharel em filosofia, a 7 de julho de 1790, já começara na

França a grande revolução; e, de volta a Brasil, trouxe a certeza de que em sua terra também se faria mais cedo ou mais tarde o que se realizava na Europa.

O bacharel em filosofia por Coimbra, tomado de entusiasmo pelas novas doutrinas políticas que iam dominando o mundo, teve inicialmente de disfarçar os seus pendores. Da metrópole eram rigorosas as ordens no sentido de combater sem desfalecimento “as detestáveis ideias francesas”. Para viver, Cipriano Barata fez-se cirurgião. Não seriam muito nítidos na época os limites desse ofício. Como cirurgião aprovado, Barata praticaria a medicina, seria pouco mais do que um curandeiro e muito menos do que um verdadeiro médico. E não se dedicaria apenas à arte de curar: tornou-se também lavrador de cana em terras dos engenhos de Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, depois barão de São Francisco, em 1798, e, poucos meses antes de descobrir-se a malograda revolução baiana desse ano, foi denunciado às autoridades do Reino pelo padre José da Fonseca Neves, como ímpio e blasfemo. Não tardou a ser preso, iniciando a série de longas e repetidas prisões pelo crime de ideias e pela coragem de pregá-las. Nesse primeiro contato com o cárcere teve os seus livros sequestrados, uma biblioteca na qual as obras sobre assuntos políticos se emparelhavam com os compêndios de medicina prática e os tratados filosóficos e científicos com os cartapácios históricos. Da prisão como participante da projetada conjuração de 1798 saiu ao cabo de um ano e pouco, absolvido por falta de provas.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, com as conseqüências que se lhe seguiram, foi uma revolução, revolução sem pregões retumbantes, revolução contemporizadora que a homem do feitio de Barata dificilmente agradaria. A revolução republicana

de 1817 em Pernambuco, essa sim, suscitaria a sua adesão. Mas não lhe foi possível fazer nada na Bahia, senão falar, comentar, deblaterar. Até ser ameaçado de morte, Barata esperou melhores dias e estes não para logo chegaram. A revolução constitucionalista de 1820, em Portugal, deu-lhe ensejo de, já em fevereiro de 1821, assumir o seu papel na deposição do conde da Palma. A despeito do físico pouco marcial – Barata era magro e baixinho –, ostentava nas ruas da Bahia um espadão de tiracolo e um cinto de pistolas, à maneira sertaneja. Desta vez vitorioso, em breve estava em Lisboa como deputado de sua terra ao Soberano Congresso. De um nativismo extremado, de que houve outros exemplos sobretudo em Pernambuco e na Bahia, timbrava em ser brasileiro não só nas reivindicações, nos sentimentos, na fala, mas na indumentária e na dieta. Afrontando o ridículo, transitava naquela Lisboa cheia de influências francesas e inglesas com roupas de algodão tecido no Brasil, sapatos de bezerro sem tinta, chapéu de palha e um tosco bengalão. Bem se pode imaginar o espanto que causava aos portugueses e o desgosto aos brasileiros, muitos deles irritados pela falsa noção que o seu colega estaria dando dos costumes do novo país.

Mas Cipriano Barata, na sua mistura de herói e cabotino, decidiu-se a enfrentar os deputados portugueses e a defender os direitos do Brasil. Orador sem maiores recursos, além dos da coragem e pertinácia, frequentou assiduamente a tribuna das Cortes, fez discursos atrevidos, combateu erros e abusos e sacudiu escadas abaixo um colega marechal. Denunciando as prevaricações da Justiça, afirmou que a causa principal da revolução promanava do “crime dos desembargadores”; e investindo contra os desmandos do clero, contou que na Bahia as criancinhas eram sustentadas na Casa dos Expostos “com papa feita com aguardente, a fim de que dormissem muito”.

Grande falador, indignava-se, entretanto, com os discursos intermináveis que ouvia, exclamando: “Enquanto aqui se gastam palavras, os infelizes morrem de fome ao desamparo”. Quando os deputados portugueses, desprezando os interesses do Brasil, concluíram afinal a Constituição, Barata foi dos sete brasileiros que se recusaram a jurá-la e fugiram para a Inglaterra.

De regresso à terra natal, veio encontrá-la emancipada, e adotada a solução da monarquia constitucional. No íntimo, preferia que aqui se tivesse proclamado uma república, como no resto da América. Conformou-se ou fingiu que se conformava. Ocupada ainda a Bahia pelas tropas do general Madeira, ficou em Pernambuco e iniciou a sua carreira de jornalista na *Gazeta Pernambucana*, fundando depois a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*. Novo mandato outorgaram-lhe seus conterrâneos, desta vez à Assembleia Constituinte. Barata não confiava nem no governo do Rio, nem em José Bonifácio, nem no jovem imperador. E não quis tomar assento, malgrado convites e intimações, formando no Recife ao lado dos elementos mais exaltadamente liberais. O resultado foi nova prisão na fortaleza do Brum, onde conseguiu fazer um número da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Presa na Fortaleza do Brum, por Ordem da Força Armada Reunida*, de protesto viril contra a violência que sofria.

Preso sempre, viu-se Barata transportado para o Rio de Janeiro e, aqui chegado, metido na fortaleza de Santa Cruz, de onde, numa coincidência impressionante, saíra havia três semanas, para um exílio de cinco anos, José Bonifácio, o ministro que o acusara de incitador da desordem e da anarquia. Desta feita, embora tivesse o Brasil um governo constitucional, ia Cipriano Barata sofrer como

nem nos tempos coloniais talvez se sofresse. A devassa aberta para apuração de seus crimes arrastou-se cerca de dois anos, não obstante a ordem de D. Pedro I para que “fosse breve e sumariamente sentenciado na forma das Ordenações do Reino”. Da fortaleza de Santa Cruz passou o patriota baiano para a da Laje, voltando depois para aquela. Por fim veio a condenação à prisão perpétua. Barata não desanimou, encheu laudas de defesa, dirigiu-se à Câmara dos Deputados, tentou todos os recursos judiciais. Ao cabo de sete anos, a Relação da Bahia deu-lhe ganho de causa, o que não impediu que por desídia ou covardia da Justiça do Rio a execução da sentença se procrastinasse sob a ridícula alegação de que estava recolhido a uma prisão militar.

Ao sair da cadeia, era Barata um velho de mais de sessenta e oito anos. Velho rijo, porém velho teimoso, velho impávido. Em 1831, volvendo à Bahia, publicava de novo o seu jornal de combate, a *Sentinela da Liberdade – Hoje na Guarita do Quartel General do Pirajá na Bahia de Todos os Santos*. Como era de esperar, a agitação decorrente do 7 de abril empolgou-o e ei-lo outra vez trancafiado numa prisão militar e a escrever a *Sentinela da Liberdade na Guarita do Forte de São Pedro, na Bahia de Todos os Santos*. Mandado preso para o Rio, foi para a ilha das Cobras e publicou a *Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General do Pirajá – Hoje Presa na Guarita da Ilha das Cobras, em o Rio de Janeiro*. No levante ali ocorrido, em outubro de 1831, Barata tomou parte, sendo transferido primeiro para Villegaignon, depois para a fragata “Niterói”. Escusado é dizer que mais duas *Sentinelas da Liberdade* surgiram. Solto em 1832, com setenta anos de idade, tornou à Bahia e a Pernambuco e publicou novas *Sentinelas*. Mas desta vez a velhice fazia exigências e a família também. Era mister mudar de caminho. Barata foi para o Rio

Grande do Norte cuidar afinal de sua vida, tratar de doentes, ensinar francês. Seu aspecto tinha algo de um profeta bíblico; a cabeleira que usava era comprida como a de uma mulher; mas a idade não lhe moderava a palavra; falava, combatia, exprobrava, censurava. A 1 de outubro de 1838, morreu assistido por um padre, cujos socorros pedira. Baiano, louvou no transe final a "excelsa Bahia"; patriota puro, sincero, profissiona, num derradeiro arranco, gritou: "Viva a pátria!". A pátria esqueceu-o.

Monge e bispo

Na vasta comitiva que acompanhou a família real portuguesa na emigração para o Brasil, uma das melhores figuras foi sem dúvida frei Antônio de Arrábida, que aqui morreria a 10 de abril de 1850, com setenta e oito anos de idade, depois de ter alternado glória e miséria. Lisboa atraído precocemente pela quietude do claustro, e estando a servir de professor e bibliotecário do convento de Mafra, mereceu depressa a simpatia do então príncipe regente Dom João, assíduo às cerimônias do culto nesse cenóbio e apreciador do canto-chão e do incenso, que lhe apaziguavam as torturas do infortúnio doméstico. Antes dos trinta anos era frei Antônio de Arrábida chamado à intimidade máxima do futuro D. João VI, como confessor e diretor espiritual. De grandes reservas de compreensão, suavidade e tato necessitaria o bom frade para serenar o hesitante, perplexo e aflito príncipe que lhe abria o coração e lhe pedia conselhos nos tranSES da desventura íntima e nas crises cada vez mais temerosas do governo e da política.

Quando, dividido entre as ameaças francesas e inglesas, o príncipe regente sofria a longa e hamletiana dúvida acerca do embarque para o Brasil, cuidou-se que resolveria a situação a vinda, em seu lugar, do filho, o príncipe da Beira, e logo tocou a frei Antônio de Arrábida acompanhá-lo como secretário particular. Veio, porém, afinal a família inteira e o frade de Mafra deveria ser o mestre de D. Pedro, viajando com ele no mesmo barco, a nau "Príncipe Real". Aí teve início o seu convívio diário com o futuro imperador do Brasil, na difícil incumbência de instruir e educar criatura tão insofrida. Do

deslumbramento seguido de tédio da travessia marítima, frei Antônio de Arrábida, familiar dos clássicos latinos, buscou tirar partido aproximando o real discípulo da musa virgiliana, a ler-lhe com ênfase cantos e mais cantos da *Eneida*.

O confessor de D. João VI, talvez por muito devassar-lhe os móveis mais secretos, arrolou-se entre os portugueses que, aqui chegados em 1808, se deixaram seduzir pelos amavios da terra, abrazeirando-se, criando laços e raízes e, ao partir o rei, por decisão deste e sincero impulso próprio, ficou no Rio, de onde nunca sairia. Conhecedor dos refolhos do pai, continuaria a ser dos do filho, em cuja natureza complexa, certo desbragamento, sobretudo em matéria sexual, não impedia manha e dobrez.

Ouvindo-lhe os pecados, sussurrando-lhe ao ouvido advertências ao homem e dando por escrito conselhos ao monarca, frei Antônio de Arrábida soube captar a esquiva confiança de D. Pedro, e merecer-lhe provas de irrecusável apreço. Por lhe reconhecer o valor intelectual, fê-lo o imperador, em outubro de 1822, diretor da Biblioteca Pública. Nesse cargo o monge letrado não se remeteu a um ócio fradesco e excelentes serviços prestou à nossa maior livraria. Ao tratar da catalogação de quanto continha o acervo, descobriu os manuscritos de *Flora Fluminense*, do padre mestre frei José Mariano da Conceição Veloso, que continham os desenhos de 1.639 espécies de plantas, e não tardou a propor a D. Pedro a publicação desse trabalho. Não lhe caberia culpa no abandono em que ficaram as litografias feitas em Paris, vendidas mais tarde como papel velho.

Elevado em 1826 a bispo titular de Anemúria e feito coadjutor de D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo capelão-mor do Rio de Janeiro, nada mudou em sua vida frei Antônio de Arrábida, a morar

sempre em sua cela no convento de Santo Antônio. Mas se lá já acorriam nos dias de 1822, em que se preparava a Independência, os maiores da política – José Joaquim da Rocha, o general Nóbrega, José Bonifácio –, lá iria ter também, em 1825, Sir Charles Stuart, mediador britânico com plenos poderes de D. João VI e portador de uma carta deste para o frade de sábio parecer. Tido por toda a gente em boa conta, julgado pelo maldizente Marrocos “muito sério e bem conceituado”, causou ótima impressão ao reverendo Walsh, que lhe notou a inteligência, as maneiras polidas, a despretensiosa cortesia através de um francês bastante correto.

Nomeado diretor da educação literária dos filhos de D. Pedro I, recebendo sempre deste um tratamento afável e até respeitoso – salvo por ocasião do regresso do imperador ao Rio de Janeiro, quando cuidou que o antigo mestre tivesse sido menos cordial para com a marquesa de Santos, na antecâmara da falecida imperatriz D. Leopoldina – não faltou jamais frei Antônio de Arrábida com a verdade quando o monarca lhe pedia a opinião. E assim procedia não só por inteireza pessoal, senão também porque tivera sobre os joelhos aquele imperador, habituara-se a amá-lo, sabia-lhe os caminhos do coração e neste os bons impulsos, as zonas de intocada infância.

Vale a pena referir episódio ainda não revelado e do qual ao cabo se saíram bem o monge ouvido sobre assunto político de extrema gravidade e o monarca tentado a contrariar o seu destino de príncipe doador de Constituições. Ao aproximar-se o ano de 1830 a exacerbação da campanha liberal e a piora constante da questão portuguesa levaram D. Pedro I a pensar num golpe que lhe fortalecesse a autoridade. Nem mais nem menos, instigado possivelmente por José Clemente Pereira e pelo marquês de Queluz, pretendeu substituir

a Constituição de 1824 por outra "inteiramente monárquica". Mas não se arriscou ao gesto louco sem ouvir a opinião do bispo de Anemúria. E a consulta foi respondida com a maior elevação e com uma bravura moral digna de homem verdadeiramente superior. O monge-bispo falou como político avisado, conhecedor das condições do país, da sociedade adstrita ainda ao binômio senhores e escravos, mas cheio de esperanças nas reformas ensejadas pelo movimento da Independência e pelo ensaio das instituições livres. Seria um vil traidor, disse, se não se manifestasse de todo em todo contrário ao que pretendia o imperador.

Amigo de D. Pedro I, tornou-se frei Antônio de Arrábida, que tão desinteressadamente defendera a Constituição, malvisto pelos liberais vitoriosos a 7 de abril de 1831. Nos tumultos de julho desse ano um indivíduo armado de punhal foi até sua cela no convento de Santo Antônio e pouco depois o governo o demitia da Biblioteca Pública. Quem fizera voto de pobreza passou a viver miseravelmente de esmolas, homiziado em casa de um amigo. Assim suportou os anos mais agitados da Regência, recebendo afinal a partir de 1836 uma cômputa de um conto e duzentos mil-réis anuais, votada pelas Câmaras. Com o "regresso", na regência de Araújo Lima, surpreendeu-o a visita pessoal do ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que o foi convidar para o lugar de reitor do recém-criado Colégio de Pedro II. Sobrevindo a Maioridade, ascenderia ao Conselho de Estado, então restabelecido, nele ficando até 1845. Mas, velho, doente, de novo enfrentaria privações, visto que lhe reduziram de um terço a cômputa antes concedida, e, não se tendo aproveitado do prestígio de mestre, confessor e conselheiro de D. Pedro I, morria em situação de penúria própria de um franciscano.

A queda de Carlos X e os estudantes paulistas

Sem o alcance da Revolução Francesa, com maiúsculas, marco de uma nova era na história da humanidade, a revolução francesa de 1830 logrou também larga repercussão. Na França, pode-se dizer que assinalou a instalação da burguesia no governo, assegurando-lhe com a direção política o predomínio. A monarquia de julho inaugurou na verdade o reinado da burguesia, com uma Câmara de cuja confiança dependiam os gabinetes, com a imprensa a firmar cada vez mais a sua independência, com a Guarda Nacional que era a própria burguesia armada. Na Inglaterra, ao contrário da repulsa que os acontecimentos revolucionários, particularmente de 1792, tinham causado, o movimento de 1830 despertou simpatia e confiança. O exemplo francês estimulou os industriais e comerciantes contra a aristocracia fundiária e logo se impôs a necessidade da reforma eleitoral, que se realizou em 1832, depois de quedas de ministérios, *tories* e *whigs* se sucedendo.

Igualmente sensível foi a influência dos sucessos franceses sobre o desenrolar da política belga. Já em fins de agosto de 1830 levava-se em cena em Bruxelas a ópera *La Muette de Portici*, cujo tema era a revolução vitoriosa na França; em setembro seguinte a violência dos tumultos de rua anunciava que não tardaria a expulsão dos holandeses, em novembro o país estava livre, e no ano imediato, 1831, o Congresso Nacional votava uma Constituição mais liberal do que a Carta francesa de 1830 e uma lei eleitoral mais adiantada do que a de Lord Grey na Inglaterra. Repercussões menos intensas

e de menor êxito na ocasião teve até 1835 o movimento francês, na Suíça, na Polônia, na Alemanha, na Itália.

É sabido como no Brasil se refletiram os sucessos que derribaram Carlos X e deram oportunidade a Luís Filipe. Ao descalabro da situação financeira, ao dissídio cada vez mais profundo entre o sentimento nacional e o monarca apresentado como atento antes de tudo à questão dinástica de Portugal, às reivindicações dos proprietários rurais ciosos de um exclusivo predomínio político, aos reclamos da opinião liberal e de outras forças que vinham aluindo o trono do primeiro imperador, deu súbito impulso a vitória da revolução de Paris. A notícia chegou aqui em meados de setembro de 1830. "O choque foi elétrico. Muitos indivíduos no Rio, Bahia, Pernambuco e São Paulo iluminaram suas casas por esse motivo. Excitaram-se as esperanças dos liberais e o temor dos corcundas e estas sensações se espalharam por todo o Império por meio dos periódicos". É o testemunho de Armitage. Pela *Aurora Fluminense*, Evaristo saudou o ano de 1830 como "o da liberdade não já na Europa, mas no mundo inteiro", e cuidou que o que ocorrera na França seria "benefício geral para as nações". E como Evaristo no seu jornal, outros mais exaltados, numa ativa campanha, exploraram o mesmo tema.

Na proclamação que lançou em Ouro Preto, em 22 de fevereiro de 1831, D. Pedro I não omitiu o fato: "Existe um partido desorganizador que, aproveitando-se das circunstâncias puramente peculiares da França, pretende iludir-vos...". Depois de 7 de abril, deixando o Brasil, iria o ex-imperador ter em França a mais cordial das acolhidas, tratado como liberal pelos liberais, e lá encontraria apoio para a cruzada da reconquista do trono de sua filha em Portugal. Mas no Brasil a revolução francesa de 1830 não lhe foi favorável, e a opinião

pública o considerou, num lapso de julgamento determinado pela proximidade dos acontecimentos, mais semelhante a Carlos X do que a Luís Filipe.

Em São Paulo, quando se soube do triunfo da revolução de Paris, houve grandes festas. No dia 5 de outubro de 1830 os estudantes do Curso Jurídico, dois anos antes inaugurado, promoveram uma manifestação pública com luminárias e bandas de música. Ao ouvidor Japiaçu pareceu subversiva a atitude dos estudantes e por isso moveu processo a alguns deles. Ao contrário, simpáticos aos manifestantes foram diversos membros da Câmara Municipal e do Conselho da Província. Silva Maia, ministro do Império, dirigiu-se à Câmara dos Deputados pedindo providências e instando para que Aureliano Coutinho, nomeado presidente de São Paulo, pudesse ir logo tomar posse do seu cargo. Não concordou com o governo a Comissão de Constituição da Câmara e, sem hesitações, sustentou que o ato dos alunos do Curso Jurídico e “mais habitantes” bem como de “muitas pessoas nesta Capital, na Bahia, e em muitos outros lugares”, demonstrando alegria “pelo derrubamento do governo tirano e anticonstitucional da França, bem longe de ser criminoso deveria ser imitado por todos os amantes da liberdade”.

Os deputados eram solidários com os estudantes de São Paulo e estes já começavam a ter tal importância que não faltava quem propusesse a D. Pedro I a dissolução do Curso Jurídico, ou ao menos a sua mudança para outro lugar. Em carta datada de São Paulo, 10 de outubro de 1830, cinco dias depois da passeata comemorativa da revolução de Paris, dizia ao imperador, alguém que se assinava “Um Brasileiro”: “Senhor. É a V.M. I. a quem se deve dirigir o grito de providência, é a V. M. I. a quem o Povo da malfadada província

de São Paulo deve suplicar um remédio salúfero que de uma vez extinga o contagioso mal que ulcera a esta boa parte do Brasil, já com o revoltante e destruidor sistema de republicanismo, já com a mais escandalosa imoralidade; filhas arrancadas da companhia de seus pais, mulheres há longo tempo casadas, deixando seus maridos; o culto divino ultrajado e vilipendiado; a primeira autoridade da província coacta, sem respeito, e sem força alguma, enfim, uma confusão que o mais pacífico cidadão receia do outro: bem se vê Imperial e Magnífico Senhor que falo do Curso Jurídico criado nesta cidade, falo de um estabelecimento que tendo por fito a instrução da mocidade brasileira e sua fortuna, pelo contrário, desvairando-se esta da carreira regular e metódica, procura com passos agigantados a destruição do Império, da Constituição e da Religião. Dissolva V. M. I. esse corpo acadêmico ou mude-o para um lugar onde não possa tal veneno ser inoculado; pois do contrário ficará V. M. I. responsável perante o Grande Arquiteto do Universo pelo futuro mal que acontecer e que muito não tardará. Deus prospere, felicite e guarde tão bom monarca para amparo da Igreja [sic], do Império e dos meus patrícios. Beija as mãos de V. M. I. Um Brasileiro”³⁶.

Em outro documento³⁷ endereçado a alguém em contato com o monarca, dizia-se que São Paulo chegara a um estado de crise depois que tinham aparecido os estudantes do Curso Jurídico, em número superior a 400, contados os de estudos preparatórios. “Anarquizar o povo”, difundir o espírito republicano e “consequentemente um ódio entranhável” ao soberano, eis a tarefa dos estudantes, sobretudo

36 Ms. nº 4242, do arq. do Castelo d’Eu. Museu Imperial.

37 Ms. nº 4243 do mesmo arquivo.

depois que se divulgaram as notícias dos sucessos revolucionários da França. E preconizava também o fechamento do Curso Jurídico no momento e a sua transferência posterior para Mogi das Cruzes ou Taubaté, lugares onde havia edifícios próprios e minguavam distrações.

Em última análise, as acusações formuladas contra os estudantes de 1830 não destoavam das que se fazem habitualmente aos de todos os tempos: entusiasmo pelas ideias avançadas, pendores amorosos, turbulência. Por outras palavras: os alunos do Curso Jurídico de São Paulo eram liberais, tinham namoradas e perturbavam a sonolência provinciana da cidade que os hospedava.

Distúrbios de março

Em 1830 os equívocos e contradições do Primeiro Reinado chegavam ao auge e prenunciavam uma crise de rápido desfecho. Sem dúvida D. Pedro I se identificara com a nacionalidade a cuja emancipação presidira, mas não se delira nele a marca de sua origem portuguesa; como homem embebido das ideias do tempo, era adepto sincero da forma de governo representativo, mas subsistiam-lhe no fundo do temperamento voluntarioso os resíduos ancestrais do mando sem contraste. Assim, herói da libertação nacional, despertava suspeitas de continuar vinculado a interesses da antiga metrópole; monarca constitucional, leitor atento de Filangieri e Benjamin Constant, não evitava a desconfiança da opinião liberal mais suspicaz. Para agravar esse conflito, quase imperceptível em 1822, já mais claro em anos posteriores com a dissolução da Constituinte e a repressão da Confederação do Equador, outro fator entraria insidiosamente a atuar – a sucessão de D. João VI, a questão dinástica portuguesa. Por outro lado, a situação financeira, piorando sempre, trazia novos motivos de instabilidade e descontentamento. E, finalmente, convém não esquecer, a política do Primeiro Reinado, orientada por elementos em geral estranhos à grande propriedade territorial, caíra no desagrado desta, fadada a reunir no Brasil, no decorrer do século XIX e décadas iniciais do século XX, ao poder econômico o poder político.

Era fácil de prever, em tais circunstâncias, qual seria entre nós o reflexo da revolução francesa de que resultou o advento de Luís Filipe. Verificou-se o choque elétrico a que se referiu Armitage. No Rio, na Bahia, em Pernambuco, em São Paulo, em outros lugares, o partido

liberal cobrou entusiasmo e audácia. O ano de 1830 devia ser o da liberdade, não só na Europa, mas no mundo inteiro, disse Evaristo pela *Aurora Fluminense*. No Brasil, portanto, mais do que nunca os jornais (já havia 53 por todo o Império) entraram a debater os problemas políticos com uma desenvoltura antes desconhecida. Leiam-se por exemplo a *Astréa*, *O Repúblico*, a *Nova Luz Brasileira*, o *Tribuno do Povo*. O tom é de extrema vivacidade, áspero, ferino, agressivo, a envolver em mal disfarçadas contumélias a própria pessoa do imperador. E este, instável e mal aconselhado, sacrificava cada vez mais a simpatia, o respeito e a gratidão que granjeara nos dias da Independência, quando tivera ouvido fino para escutar as vozes mais abafadas de tantos patriotas. Poderia ainda reconquistar o terreno perdido?

Próximo estava o fim do reinado. D. Pedro I fora a Minas, província que segundo Varnhagen lhe completara a naturalização, e de lá voltaria para viver o último ato americano do seu drama de homem de duas pátrias. A de adoção desamparava-o enquanto que a de nascimento o atraía. Chegado ao Rio, vislumbraria em cada olhar de brasileiro a reserva, o temor e até o ódio, contrastando com a acolhida cordial de portugueses. Mais acirradamente do que em 1822 extremavam-se nativos e lusos e para o lado destes se sentia impelido sem o querer. As festas comemorativas da chegada do imperador davam ensejo a uma definição de posições. Quem fosse patriota e liberal a elas não poderia aderir, já que os seus promotores, quase todos portugueses ou áulicos e serviçais, não escondiam o sentido de hostilidade às reivindicações em que porfiavam tantos brasileiros do tempo.

De 10 a 16 de março de 1831, o Rio de Janeiro viveu dias, ou melhor, noites de intensa agitação, de continuados distúrbios

e arruaças. O centro da maior efervescência foi a rua da Quitanda, principal reduto do comércio português, que se irradiava pelas transversais e era muito forte também da rua dos Ourives à rua Direita, hoje Primeiro de Março. Bandas de música, luminárias, fogueiras, significavam o júbilo dos manifestantes lusos, daqueles que apodavam de "cabras" os brasileiros mais ou menos brancos, os mesmos que os alcunhavam de "pés de chumbo", "chumbistas", "chumbeiros", "chumbáticos" ou "papeletas". Para os patriotas tomou o caráter de acinte e desafio o procedimento dos portugueses. Mais do que simplesmente portugueses (tantos deles brasileiros adotivos e sinceramente integrados na vida do país) assumiram a feição de estrangeiros insolentes. E pior é que a esses como que invasores da terra se misturava o monarca, o imperador do Brasil. Terrível equívoco, cujo epílogo seria a abdicação.

Estava em choque o trono de D. Pedro I. Um surdo pavor de que se restaurasse no Brasil o absolutismo reconciliou de repente homens de opostas tendências. Às aclamações dos portugueses ao imperador respondiam os rapazes do grupo dos exaltados de parceria com oficiais do Exército: "Viva o imperador, mas 'enquanto constitucional' e viva a Assembleia Geral!" Aos chefes liberais do momento, homens do equilíbrio e da moderação de Evaristo da Veiga e Odorico Mendes, juntavam-se personagens mais trêfegas como Borges da Fonseca, redator do *Repúblico*, e Francisco das Chagas de Oliveira França, redator do *Tribuna do Povo*. Por sugestão de Evaristo voltara-se a usar o laço que em 1822 distinguia os patriotas, e os exaltados não dispensavam o chapéu de palha, feito de taquaruçu, símbolo nacionalista, ou a sempre-viva à lapela, emblema dos federalistas.

Os choques começaram no dia 10 e continuaram nos dias 11 e 12. No dia 13, gente do grupo de Borges da Fonseca e Chagas

apagou destemidamente algumas fogueiras e alunos do seminário de São Joaquim atiraram pedras quebrando vidraças e destruindo luminárias de casas de portugueses. A reação destes foi da maior violência, com pedras e sobretudo cacos e fundos de garrafas. Houve várias pessoas feridas e, senhores do terreno, os lusos, em grande parte caixeiros de lojas, mais afoitos e provocadores se tornaram, indo até à porta da residência de Evaristo e intimando-o em vão a pôr luminárias, aos gritos de "Morreram os deputados republicanos! Morreram os que não puseram luminárias! Morra o redator do *Repúblico!*"

Tal situação prolongou-se assim tensa por três dias mais. A 15, segundo se lê no relatório de Antônio Augusto Monteiro de Barros, Intendente da Polícia, o redator do *Tribuna do Povo* lutou com Francisco Soares, empregado na Alfândega, porque este gritava "Viva Sua Majestade o Imperador", e aquele retrucava "Viva Sua Majestade o Imperador Constitucional". Soares, montado a cavalo, ameaçou Chagas de chicoteá-lo, mas este afirma ter-se defendido a tempo. As partes da Polícia mencionam numerosas prisões em vários pontos da cidade, inclusive no Catete e Campo do Machado, valendo notar que dentre os brasileiros que se empenhavam nas arruaças havia diversas pessoas de cor. Coincidem assim os relatórios policiais com o testemunho do inglês Armitage e do alemão Carl Seidler.

Se a separação entre o monarca e o povo que tanto o amara de há muito se vinha acentuando, tornou-se de súbito irreparável. A representação de 17 de março de 1831, endereçada a D. Pedro I por 24 parlamentares, sobre os sucessos, equivaleu a um *ultimatum*. Dentro em três semanas a sua abdicação, gesto de sabedoria e altivez, daria início a uma nova fase da história brasileira. Houve quem acusasse o imperador de participante direto nas arruaças de março. Borges da Fonseca asseverou que na noite de 13 D. Pedro I estivera

em casa do comerciante português Domingos Guimarães e que de lá lhe disparara um tiro de pistola, ferindo a Joaquim Feliciano Gomes no braço direito. Mais ou menos o mesmo avançara antes Chagas, redator do *Tribuna*, acrescentando que em companhia do monarca se encontrava José Clemente Pereira.

Parece sem nenhum fundamento essa acusação. Evaristo da Veiga não a mencionou jamais, e Armitage, com o escrúpulo de sempre, informa que D. Pedro I permanecera durante todo o tempo dos distúrbios isolado na Quinta da Boa Vista, para só fazer sua entrada pública na cidade a 17, "com grande pompa, porém precedido por um bando de portugueses de baixa classe". Só portugueses, que ainda maltrataram um jovem brasileiro por ter gritado "Viva o imperador enquanto constitucional!"

Um diplomata gorado

O corpo diplomático brasileiro foi de início obra de rápida improvisação. Era preciso arranjar gente com as qualidades necessárias ao ofício e ao mesmo tempo identificada com a solução de 1822 – a independência à sombra de um trono constitucional. Dentre os primeiros agentes consulares ou diplomáticos escolhidos por José Bonifácio havia homens de valor e capazes de exercer as missões que lhes eram confiadas. Sem esquecer Manuel Antônio Correia da Câmara, mandado para Buenos Aires com instruções que revelavam a visão de estadista do ministro de Estrangeiros, note-se Felisberto Caldeira Brant Pontes, nomeado encarregado de negócios em Londres. No futuro marquês de Barbacena somavam-se alguns dos requisitos e dons de um verdadeiro diplomata. Não faltava maleabilidade nem firmeza a esse soldado; e sendo bem brasileiro tinha a preocupação constante de trazer para o jovem Império as novidades técnicas e científicas que iriam transformar o mundo. Deve-se a Brant a introdução da vacina de Jenner contra a varíola logo nos anos iniciais do século XIX, como se lhe deve também, algum tempo depois, a vinda do primeiro barco a vapor. Além disso, pela fortuna pessoal e hábitos de opulência, era um grão-senhor, aquele que emprestara na Bahia, em 1805, à esquadra inglesa do almirante Popham considerável importância, sem juros, contra letras sobre o Tesouro Britânico, e no mesmo ano obsequiara com tamanha fidalguia Jerônimo Bonaparte, que este lhe ofereceu em retribuição uma rica espada. Hábitos de opulência que o fizeram alugar em Lisboa, quando lá morou, o palácio do conde da Ega. Esse homem que tentaria negociar com a

Inglaterra o reconhecimento da Independência e depois se consumiria em viagens e canseiras com a questão dinástica portuguesa e o segundo casamento de D. Pedro I.

Não foi Barbacena único no gênero. Antônio Teles da Silva, marquês de Resende, amigo íntimo e confidente do primeiro imperador, homem de espírito tocado de um suave ceticismo e de uma sagacidade que o ajustavam às complicadas tarefas de que se incumbiu, estaria à altura dos contendores que enfrentou. Não minguariam também pelo menos boas maneiras no marquês de Maceió, filho do conde de Linhares. E convém não esquecer um Itabaiana, tão atacado no tempo, um Pedra Branca, baiano culto e fino, a despeito dos remoques de José Bonifácio.

Esses e outros como Luís Moutinho, monsenhor Vidigal, Cantagalo, Melo Matos não escaparam das censuras, umas justas, outras injustas da sempre alerta opinião liberal. Evaristo da Veiga, por exemplo, na tribuna da Câmara ou pela *Aurora Fluminense*, tachou-os de ociosos e ridículos. Nada irritava mais ao livreiro de costumes simples da rua dos Pescadores do que o fausto ostentado pelos nossos representantes na Europa. Suas "ricas berlindas" pareciam-lhe desnecessárias e até incompatíveis com a situação do país, e como contraste invocava o procedimento dos diplomatas norte-americanos, que se faziam respeitar sem "estrépito de carruagens". O deputado Antônio José do Amaral, redator da *Astréia*, dava o seu testemunho: "Eu estive na Europa em diferentes Cortes e convenci-me durante a minha viagem que a diplomacia brasileira era absolutamente inútil". Acrescentou que vivera três anos na França e observara que a única ocupação de nossos diplomatas era mandar traduções das falas do trono para alguns jornais e espionar a vida dos brasileiros

ali residentes. E contou o caso de um ministro nosso, despachado para a Rússia, que não assumiu o seu posto e passou nove meses em Paris em grandes passeios e jantares.

Mais impiedoso e desabrido foi porventura Martim Francisco. Tudo negava aos nossos representantes no estrangeiro. Por culpa deles o governo brasileiro fora insultado na Câmara dos Pares, na França, por La Ferronnays e Canning, nos Comuns, na Inglaterra, atraíra para o Brasil o escárnio das galerias. E perguntava: "Que quer dizer um corpo diplomático? Uma coleção de espões políticos ou uma polícia bordada". Para prova disso, lembrava a ação de ministro nosso denunciando ao governo junto ao qual estava acreditado, para vexá-los e fazê-los expulsar como revolucionários, os seus próprios concidadãos. Evaristo da Veiga, sem entrar em casos pessoais, como o Andrada, que se recordava de sua estada na França sempre sob a vigilância da polícia da Restauração, insistia no pouco interesse que havia para nós em representações pomposas junto "às testas coroadas da Europa".

Tudo isso diziam os deputados em fins de 1830, ao discutirem o orçamento para o vindouro exercício. "Os últimos acontecimentos da França vão mudar a política da Europa e de todo o mundo", vaticinava sem grande esforço Evaristo, em face do advento de Luís Filipe. Que se firmassem boas relações com a nação que defendia a liberdade dos povos e que se estreitassem as que nos uniam aos nossos irmãos americanos. Tal o programa do redator da *Aurora*. Não teria sido seguramente com o simples intuito de realizar a política externa preconizada pelo grande líder liberal, que o ministro Francisco Carneiro de Campos despachava João Batista de Queirós nosso representante no México. Essa nomeação, feita a 25 de março

de 1831 e confirmada a 12 de abril seguinte, constitui ato governamental que intriga e suscita curiosidade. João Batista de Queirós era um dos mais atrevidos pasquineiros da época, homem corajoso sem dúvida, mas versátil desde os dias de 1822, como se depreende da leitura do *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*, capaz de oscilar bruscamente de um extremo à outro, escrevendo na *Gazeta do Brasil* do reacionário João Maria da Costa e passando tempos depois para a *Nova Luz Brasileira*, do farmacêutico Ezequiel Correia dos Santos, folha exaltada, que pregava a federação, espicaçava ódios de raça e acenava com mirabolantes reformas econômicas. Nomeando para representar o Brasil no México, ainda no reinado de Pedro I, jornalista de tal feitio, não é descabido pensar que o governo de então só lhe deu um bom lugar para se ver livre dele. Em termos mais claros: tapou-lhe a boca a troco de cargo no estrangeiro.

Tal foi a interpretação dos contemporâneos, mas força é confessar em abono pelo menos da combatividade de João Batista de Queirós que, ainda depois de nomeado e confirmado no posto, ele não se conteve e continuou a escrever na *Nova Luz Brasileira*. Inquieto, pugnaz, querendo influir nos acontecimentos, foi dos que mais depressa romperam a trégua que se seguiu à vitória de 7 de abril. Não era de sua simpatia a gente que tomara conta do poder: paulista, detestava Vergueiro, Costa Carvalho, Feijó. E não tardou logo depois dos tumultos de julho de 1831, nos quais atuou como instigador sem escrúpulos, a sua demissão, a 22 desse mês, de cônsul-geral e encarregado de negócios do México. A *Nova Luz*, de 3 de agosto posterior, publicou na íntegra uma carta de João Batista de Queirós ao ministro de Estrangeiros Carneiro de Campos, que assim começava: "Pelas duas e meia da tarde de 28 de julho corrente, tive

a honra de receber o ofício de V. Exa., que acompanhou a cópia do decreto de 22 de julho, pelo qual, sem motivo especificado, fui demitido do lugar para que fora nomeado por decreto de 12 de abril, que ampliou o meu despacho publicado em 25 de março (...). O cônsul e encarregado de negócios fora demitido e convidado a restituir a ajuda de custo que recebera. Atribuindo a demissão a manobras ocultas de Vergueiro e Costa Carvalho, a quem atacava com grande violência, declarava que não queria empregos que só pudesse exercer atraindo a consciência e a honra. Quanto à ajuda de custo, alegava que já fizera despesas indispensáveis à viagem, inclusive a farda bordada de diplomata. Entregaria esta ao Tesouro, nova em folha, que talvez pudesse servir para algum vassalo de D. Maria II.

À epístola irreverente de Queirós, respondeu polidamente Carneiro de Campos, argumentando que o cargo não era vitalício e que o encontro de contas sugerido pelo frustrado encarregado de negócios devia ser pedido “em forma curial e decente”. Treplicou o jornalista trêfego, citando o tratadista alemão Klubel no tocante à estabilidade do lugar e, argumentando sobre a questão da confiança invocada pelo ministro, afirmou: “Durante o ministério de V. Exa. eu tive um despacho em tempo do ex-imperador, aos 25 de março do corrente; e outro em tempo da Regência Provisória: logo havia confiança em mim”. Recebera a ajuda de custo a 16 de junho e nove dias depois ordem para assumir imediatamente o seu posto. Como cessara de repente a confiança? Esquecia-se o diplomata demitido antes de entrar em exercício que continuara a escrever contra o governo depois de nomeado e fora dos mais imprudentes agitadores na insurreição que Feijó acabava de dominar. Que a sua nomeação fora a maneira do comprá-lo, ele mesmo, ou Ezequiel Correia dos Santos, diria pela *Nova Luz* de 4 de outubro de 1831

registrando boato então corrente: "...o preço por que foi comprado o Sr. Queirós, que não se quis vender em 1821, foi o consulado do México, que se lhe deu quando vacilava no trono o tirano em 25 de março". Mas mais fortes do que o desejo de desfrutar uma sinecura no estrangeiro eram nesse inquieto paulista o pendor pelas refregas políticas, a vocação de agitador e o seu temperamento de agitado.

O grande Fateusim

Justiniano José da Rocha, em seu opúsculo *Ação, Reação, Transação*, estudo muito mais de pensador político e historiador do que de simples jornalista, disse que a imprensa, no período de 1831 a 1836, de plena expansão do pensamento liberal, se caracterizou “pela fúria da paixão, pela violência do estilo e pelas ameaças de subversão: a federação, a deportação e proscricção dos nascidos em Portugal eram constantemente reclamadas e no meio dos fúnebres delírios até se apresentou um monstro incompreensível com o título de Grande Fateusim Nacional, que devia operar o milagre de enriquecer a todos os pobres pela divisão das propriedades”. Justiniano José da Rocha tinha com certeza em mente jornal do tipo da *Nova Luz Brasileira*, que se publicou no Rio de Janeiro de 9 de dezembro de 1829 a 13 de outubro de 1831.

Jornal na verdade contundente, a agitar problemas ousados e perigosos, a *Nova Luz Brasileira* era federalista, era lusófoba, e tratava, não sem leviandade generosa, questões que, suscitando ódios de raça e conflitos de classes, minavam ao mesmo tempo os fundamentos da sociedade brasileira de então: o trabalho escravo e a grande propriedade. De quem era esse periódico? Como seu redator responsável aparecia Ezequiel Correia dos Santos, mas é fora de dúvida que nele assiduamente escreveu João Batista de Queirós, jornalista de muitas faces, agitador que não se aquietou nem com uma nomeação de cônsul-geral e encarregado de negócios no México. Que foi ativo colaborador da *Nova Luz*, o próprio Ezequiel confessa no nº 149, de 25 de junho de 1831. Aludindo à frustrada

partida de Queirós para o estrangeiro, dizia: “Verdade é que ele me poupava muito trabalho, mandando-me artigos de que eu fazia o uso que queria como redator da folha”.

Não seria Ezequiel Correia dos Santos apenas um testa-de-ferro. Nas agitações e distúrbios da era regencial esteve sempre ao lado dos mais turbulentos e se no seu jornal João Batista de Queirós encontrou acolhida tão franca foi porque ao menos em certa época pensavam da mesma maneira e visavam aos mesmos fins. Em 1840, *O Grito da Razão*, defendendo a eleição para a Câmara Municipal de uma chapa em que se misturavam estranhamente Aureliano Coutinho, João Pedro da Veiga, Paulo Fernandes Viana, Miguel de Frias e Vasconcelos e Ezequiel Correia dos Santos, afirmava que o último iria ao encontro dos que gostavam de energia e franqueza e acrescentava em seu elogio: “Pessoa bem conhecida, já pela influência que teve entre os partidos que outrora lutaram na Corte, já pela solidez de seus princípios e firmeza de caráter, já finalmente por seus atos como Procurador Municipal”. Fluminense, nascido em 1801, Ezequiel Correia dos Santos, se em política pendeu para o liberalismo exaltado, fez parte de clubes secretos, foi um dos fundadores da Sociedade Federal e jornalista de oposição, nem por isso deixou em plano inferior os trabalhos de sua profissão. Farmacêutico, estabelecido na rua das Mangueiras, ostentaria os títulos de membro da Academia Imperial de Medicina, e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundaria a Sociedade Farmacêutica, de que seria presidente, como foi da Sociedade Nacional dos Artistas Brasileiros – Trabalho, União e Moralidade. Depois de escrever ou encampar as pasquinadas da *Nova Luz Brasileira*, redigiria revistas científicas, faria discursos sobre a farmácia no Brasil e as necessidades de um código farmacêutico, discorreria sobre as cataplasmas de linhaça e os ferruginosos com fins terapêuticos.

Bem mais drástico e revulsivo foi Ezequiel Correia dos Santos na sua farmacopeia política e jornalística, de parceria com João Batista de Queirós. Apontando mazelas de nossa formação social, ferindo fraquezas de nossa estrutura como povo e como nação, dizendo verdades doridas, a *Nova Luz*, em campanhas a que não faltava nem coragem nem espírito público, concorria, entretanto, para perturbar a ação oportuna e realista dos que queriam acudir com os remédios possíveis no momento. Numa ocasião em que o mulato ia marcando a sua ascensão social, em que tantos homens de cor acabavam, segundo o testemunho do inglês Armitage, do francês Horace Say e do alemão Carl Seidler, de desempenhar papel apreciável nos sucessos que culminaram com a abdicação de D. Pedro I, a *Nova Luz* de Ezequiel e Queirós sublinhava o preconceito que explodia no teatro, ao aparecer em camarote “um cidadão homem de cor, livre”. Eram espirros, gritos de *fora preto, fora carvão, fora mendobi torrado*; eram os *brancalhões* a zombar dos *caibras*, no dizer do jornal exaltado. Explorando preconceitos de cor, acirrava ao mesmo tempo a *Nova Luz* o ódio nativista contra os antigos donos da terra. Não escasseavam referências à “canalha recolonizadora”, aos “caixeiros imprudentes com presunção de possuir a cor branca que é a cor conquistadora ou dos senhores (...)”. Furor nacionalista que abrangia todos os europeus – “atrevidos estrangeiros que nos enviava a corrompida Europa” – e em particular a *racaille* francesa.

Numa atitude muito mais simpática, Ezequiel e Queirós clamavam a sua indignação ante o espetáculo de todos os dias nas ruas do Rio de Janeiro: as surras nos escravos. Aludindo ao caso de um português bêbedo que, às quatro horas da tarde, em plena rua São José, abrira a bengaladas três brechas na cabeça de um preto, acentuavam que nenhum abalo produzira tal atentado e que havia gente que se deleitava em presenciar os castigos e não se afligia

com os gritos, alta noite, de míseros africanos espancados. Sadismo de uns, indiferença de outros. Indiferença que ia desde as próprias irmandades de pretos e pardos até as municipalidades, os juizes de paz e “os liberais de influência”. Também salientavam, apercebidos do que valia como reflexo social do regime de trabalho servil, o fato de “andarem muitas vezes pelas ruas desta cidade escravos ocupados em transportar um único livro, um caderno de papel, um pequeno embrulho, atrás de homens e mesmo de muitos jovens que só para isso os obrigavam por julgarem desairoso conduzirem eles próprios qualquer pequeno embrulho”. De outra feita, propunham o ventre livre em 1831: “muito desejáramos que a liberdade dos *caibras* já obtida em o memorável dia 7 de abril fosse festejada com uma lei que libertasse os ventres ainda não livres”. Mas tão arraigada era a escravidão no Brasil que sugeriam ficassem os nascidos livres vinculados à “gleba” por trinta anos, só daí em diante podendo receber salário e tomar o rumo que lhes conviesse.

A Nova Luz Brasileira, por seus redatores – o ostensivo e o oculto – foi a júri mais de uma vez, acusada de subversiva, de fomentar revolucionariamente a federação e a república. Na verdade, o que ela pregava em termos grosseiros era que “a Soberania Nacional, dando um patrimônio para os Senhores Meninos Imperiais comerem nos Estados Unidos, se declarasse mui legal e pacificamente pela federação do Equador”. Federação democrática, queriam Ezequiel e Queirós. Reforma política que não constituía ao cabo tão grossa heresia e a que o exemplo norte-americano servia de estímulo. Mas os jornalistas da *Nova Luz* sonhavam também com reformas sociais, informemente concebidas e simploriamente apoiadas em velhos institutos jurídicos. Reforma social com “o Grande Fateusim Nacional”.

Que é afinal esse monstro ou fantasma que tanto alarmou Justiniano José da Rocha? Eis a definição do jornal exaltado: “É a grande receita para acabar com os desaforos de nobres, fidalgos e aristocratas e bem assim acabar com pesados tributos. Em vez de dar a nação muitas léguas de terra a um afilhado dos grandes para este depois aforar aos pobres por muito dinheiro e com grande dependência, a nação dá somente as terras que cada homem precisa para a lavoura, mas não dá de propriedade e sim por arrendamento, que se renova de trinta em trinta anos e com obrigação de passar aos herdeiros do foreiro morto. É a isto que se chama Fateusim Nacional. Dando-se as terras de propriedade aos magnatas, como se tem dado, os figurões trazem os pobres debaixo dos pés; e o foro que pagam os pobres é para o grande viver no ócio (...). Quando há Fateusim Nacional o pobre não é escravo dos ricos: não paga o pobre dois tributos, um para o rico viver vadiando, e outro para o Rei nos ir espezinhando”. Em outra ocasião, apregoando o mesmo Fateusim, queria a *Nova Luz* que o governo fizesse sem demora um cadastro de terras e um inventário de bens para acabar com “o disfarçado feudalismo brasileiro”, para extinguir “os sesmeiros aristocratas” e impedir que o povo viesse a continuar “escravo de aristocratas liberais”.

Nessa última frase, lobrigava de qualquer maneira o jornal de Ezequiel e Queirós o sentido mais profundo da revolução de 7 de abril: o poder político assegurado aos grandes proprietários territoriais e de escravos com o predomínio econômico dos fazendeiros e senhores de engenho, que assinalaria o Brasil do século XIX. Para evitar isso, recorria a *Nova Luz* a um arremedo de socialismo de Estado, com base na enfiteuse, invocado o livro 4º das Ordenações. Eis o que significava a panaceia do Grande Fateusim Nacional. Não era esse evidentemente o programa dos que, depois da abdicação do

primeiro imperador, ascenderam ao governo e logo se divorciaram dos exaltados, úteis apenas na hora da ação direta e da demolição. Não estariam de acordo com essa reforma social nem mesmo os liberais do feitio de Feijó e Evaristo, superados aliás pela política do "regresso" que começou a definir-se nas eleições de 1836 e ganharia vulto e entono na oligarquia conservadora de que nos fala Joaquim Nabuco.

Feijó e o Exército

Quem já não leu de muitas maneiras e em autores vários que Feijó, nos dias mais dramáticos da Regência, depois de abafar sucessivas revoltas, licenciara e até dissolvera o Exército? Justiniano José da Rocha, em *Ação, Reação, Transação*, apreciando as medidas tomadas pelos dirigentes do período regencial para debelar a indisciplina militar, avançou: “Contra o motim e a insurreição empregou a democracia dois remédios heroicos – o licenciamento do exército e a criação da guarda cívica”. Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, disse muitos anos depois: “A grande reputação da Regência será a de um estadista, o padre Feijó, que revelou a maior firmeza de caráter na repressão da anarquia militar (...) a primeira grande decepção do 7 de abril: a do Exército, condenado, licenciado pelo partido que ele tinha posto no poder”. Euclides da Cunha, em *Da Independência à República*, insistiu em afirmação análoga: “Ministro da Justiça, na primeira regência permanente trina, sofreu rijamente todo o ímpeto da torrente revolucionária (...). Foi um golpe fulminante. Reprimiu as desordens; dissolveu alguns batalhões indisciplinados; fragmentou os demais, destacando-os para as províncias”. Somam-se assim três grandes escritores, dois sem dúvida dos maiores que o Brasil já teve, para asseverarem que durante a Regência, por iniciativa de Feijó, fora o Exército licenciado. De licenciado a dissolvido, com a criação contemporânea da Guarda Nacional, não será grande o passo. E assim se vai transmitindo a lenda do licenciamento ou da dissolução do Exército por obra do reverendo Diogo Antônio Feijó.

Eis aí um falso troféu de glória do padre duro e austero. Antes de mais, cumpre ter em vista que Feijó era ministro da Justiça e não da Guerra. Como encarregado dos negócios da pasta responsável pela ordem pública, certamente nos dias inquietos de 1831-1832, sua opinião nos conselhos do governo, em face de motins e quarteladas, atuou no sentido da mais decidida repressão, usados todos os recursos, inclusive o licenciamento dos regimentos, e corpos rebeldes. Mas havia na pasta da Guerra titulares em exercício, primeiro o general José Manuel de Moraes, depois o futuro barão de Suruí, Manuel da Fonseca Lima e Silva, da então famosa trindade militar dos Lima e Silva, de tão conhecida influência na revolução de 7 de abril.

Além disso, convém não esquecer que Feijó ocupou o ministério da Justiça em pleno regime constitucional, numa época de predomínio cioso do Poder Legislativo, com a Câmara dos Deputados a assumir atitudes de Convenção, a olhar o governo como um mero agente de sua confiança, e tão empenhada em resguardar liberdades e direitos que se recusou, ainda nos transe mais arriscados, a decretar quaisquer medidas de exceção. Só em virtude de ato legislativo os efetivos militares poderiam ser alterados e nunca por determinação do ministro da Justiça, por mais impávido que fosse, como no caso do padre paulista. Em 1831 e 1832, ao tempo em que Feijó fez parte do governo, o Exército sofreu na verdade grandes cortes. Daquela força que, reunida à Marinha, consumia entre 1826 e 1828 dois terços da receita pública, e que enquadrava cerca de 30.000 homens, restava em meados de 1831 menos da metade. O decreto de 4 de maio desse ano, referendado pelo ministro da Guerra general Moraes, fixou os efetivos em 14.342 homens. Ora, na data da expedição desse decreto, Feijó era apenas um deputado, tido já pelos que o conheciam de perto como capaz de ação enérgica,

porém um simples deputado, que só ascenderia ao governo dois meses mais tarde, a 6 de julho.

Há ainda argumento mais decisivo: o decreto executivo de 4 de maio de 1831, de redução do Exército, baixou em obediência à lei de 24 de novembro de 1830, lei votada ao tempo de D. Pedro I, que, fixando as forças de terra, prescrevera cortes severos nos efetivos militares. Feijó, ministro da Justiça, não licenciou e muito menos dissolveu o Exército ou parte dele. O que fez – e isso lhe dá relevo excepcional – foi, por ocasião das rebeliões de julho e outubro de 1831 e abril de 1832, no Rio, assumir por assim dizer a direção das medidas repressivas, num destemor, numa vigilância e do mesmo passo numa prudência que fora injustiça não proclamar. Por outro lado, é preciso ter presente que numerosos soldados desmobilizados nos últimos anos do Primeiro Reinado, vadios e arrogantes, se tinham transformado nos centros urbanos, principalmente no Rio de Janeiro, em desordeiros profissionais, sempre prontos a participar de qualquer insurreição, revolta ou “rusga”, como então se dizia. Contra esses ex-soldados Feijó não hesitou em adotar as adequadas providências policiais.

A lei de 30 de agosto de 1831, que regulou as forças de terra para o ano financeiro de 1832-1833, baseou-se na reorganização do decreto de 10 de maio de 1831 e estipulou determinações ainda mais rigorosas. Além do efetivo máximo de 10.000 homens (menos 4.342 homens do que o anterior), ficou suspenso o recrutamento, facilitando-se todas as medidas tendentes a baixas, licenças e dispensas do serviço. Deixaram as fileiras os elementos comprometidos nos levantes e insurreições, e outros foram removidos para províncias distantes. Em maio de 1832 desaparecera praticamente do Rio a tropa

de primeira linha, sendo a cidade guarnecida pela Guarda Nacional. Estava assim com efeito reduzida a um mínimo a força militar, mas Feijó, ministro da Justiça, não a licenciara nem a dissolvera.

A redução dos corpos do Exército deixara numerosos oficiais sem função, sem soldados para comandar, sem serviço ativo. Alguns, aproveitando as concessões da lei, licenciaram-se. Outros, em pequeno número, empolgados pela propaganda política, desmandaram-se nas lutas partidárias. Mas não faltou um grande exemplo de disciplina e de submissão aos deveres do ofício. Nos dias terríveis de julho de 1831, quando a soldadesca insubordinada pretendia sobrepor-se ao governo e às Câmaras, tomaram os oficiais mais conscientes a resolução de se organizarem em batalhão. Em poucos dias, de algumas dezenas passou a ter esse corpo *sui-generis* mais de quatrocentos componentes. Eram oficiais de todos os postos, desde generais até alferes, que faziam a ronda das ruas, davam guarda aos edifícios públicos e ocupavam os pontos mais perigosos. Esses oficiais, que faziam voluntariamente misteres de soldados (conta-se que até generais serviram de sentinelas em repartições públicas), tiveram papel importante no combate às desordens do ano de 1831 e ninguém os excedeu talvez por ocasião do levante da ilha das Cobras, em outubro. Vários foram os nomes dados a essa força só de oficiais: "batalhão dos oficiais-soldados voluntários da Pátria", "batalhão dos bravos da Pátria", como propôs Evaristo na *Aurora Fluminense*, e até "batalhão sagrado". Seu primeiro comandante, o então coronel João Paulo dos Santos Barreto, numa proclamação, afirmou ter o batalhão de oficiais por objetivo a defesa das "pátrias liberdades ameaçadas pela feroz ocklocracia" (sic). Feijó saudou com entusiasmo os oficiais-soldados. Em ofício à Câmara dos Deputados, disse: "O governo não quer que fique no esquecimento o civismo dos

bravos oficiais, que todos votados à Pátria organizaram-se em corpo, reunindo a clavina à espada, para rondarem as ruas e defenderem as posições mais importantes, em cujo serviço ainda contentes se acham". Em contraste, o inflexível ministro da Justiça ameaçava os insubordinados: "A espada da lei vai recair sobre os cabeças de todas essas desordens; eles são bem conhecidos".

Força cidadã

A Guarda Nacional, de que os maiores de cinquenta anos ainda se recordam como de uma força de opereta, só de oficiais sem soldados, com os seus famosos coronéis simbolizando o mandonismo da política municipal e a vaidade tão brasileira de títulos, com regimentos de cavalaria funcionando em sobrados, foi instituída entre nós sob uma inspiração altamente patriótica e visando aos fins mais legítimos. Era mais um “fruto de revolução liberal da França e dos Estados Unidos” que colhíamos, segundo o testemunho de Evaristo da Veiga. Os liberais, que tão viva oposição fizeram ao Primeiro Reinado, temiam que o exército da concepção grandiosa de D. Pedro I viesse a transformar-se em instrumento de desordens, implantando aqui os males de que padeciam os hispano-americanos – a anarquia e a ditadura militar. Tais receios e a premência da situação financeira determinaram em larga parte a lei de 24 de novembro de 1830, que reorganizou as forças de terra reduzindo os seus efetivos. Pelo decreto de 4 de maio de 1831, anterior ao surto de levantes e motins do período regencial, as tropas de primeira linha foram fixadas em 14.342 homens, diminuídas ainda pela lei de 30 de agosto do mesmo ano para 10.000 com a suspensão do recrutamento e medidas outras tendentes a facilitar as baixas de serviço e o licenciamento, demissão e dispensa de oficiais e soldados.

Os sucessos de julho de 1831 no Rio de Janeiro demonstraram na verdade que a tropa se contagiara de perigoso espírito de insubordinação. A 12 desse mês levantaram-se o 26º Batalhão de Infantaria, acompanhado pelo corpo de polícia. Dois dias depois, quase

toda a guarnição da Corte abandonava os quartéis e no então Campo da Honra, de armas na mão, dirigira uma representação ao governo fazendo o que Feijó chamou, em ofício à Câmara, de “exigência extraordinária”. Tão grave foi a ameaça, que a Câmara e o Senado, em sessão permanente, se transferiram para o Paço Imperial. Às três e um quarto da tarde do dia 15 de julho, Feijó, ministro da Justiça, pediu uma sessão secreta, que logo teve início e se prolongou até às onze horas do dia 16. Durante uma longa tarde, uma comprida noite e uma larga manhã, no mesmo edifício onde o imperador de cinco anos ignorava, na sua inocência, os riscos que lhe ameaçavam o trono, deputados, senadores e ministros discutiram os meios de conjurar a crise. Feijó foi o homem resoluto e prudente do momento, mas teve companheiros. Nem nessas horas dramáticas se cuidou de pôr de lado a autoridade do poder legislativo, antes nela se fundiu a do governo. Câmara e Senado continuaram funcionando impavidamente, e, por proposta de Limpo de Abreu, finda a sessão secreta, a Câmara dos Deputados voltou à sua sede “a fim de poderem os cidadãos ouvir as discussões”, o que era impraticável no Paço da Cidade “pela ruína que ameaçava o corredor onde os espectadores podiam colocar-se”. É o que consta dos anais.

No Campo da Honra (hoje praça da República) a tropa, sem se decidir a uma ação direta, foi aos poucos se deixando dominar pelo cansaço. Cada minuto de contemporização corria a favor do governo. Além disso, grande número de oficiais, talvez a maioria, não aderira ao levante. Alguns deles tomaram a iniciativa de formar um batalhão só de oficiais: em breve eram centenas, de todos os postos, decididos a executarem misteres próprios de soldados – ronda de ruas, defesa de edifícios públicos etc. Assim se constituiu o “Batalhão de oficiais soldados voluntários da Pátria” e conta-se que até generais montaram guarda a repartições do governo, de carabina ao ombro.

De qualquer maneira, embora vitorioso o governo, ficara patente que ao Exército faltava disciplina e verdadeiro espírito militar. Por desconfiarem disso, os homens que a revolução de 7 de abril tinham levado à direção do país planejaram uma reforma profunda na organização das forças de terra. Em verdade as fileiras eram preenchidas por gente em geral inidônea: o recrutamento forçado arrebanhava quase sempre o pior elemento da população, gente socialmente instável, indivíduos egressos dos clãs rurais ou vadios dos centros urbanos. Se nos dias preparatórios do 7 de abril a esse elemento desclassificado recorreram os promotores da revolução liberal, cedo se convenceram de que nele não se poderia apoiar nenhum regime. Com os olhos voltados para exemplos estrangeiros, cuidaram sem demora os responsáveis pela nova ordem de criar a Guarda Nacional, a repetirem aqui o que ocorria no regime da "Monarquia de Julho", em França. Aberta a Câmara a 3 de maio de 1831, o padre José Bento, por sugestão de Vergueiro ao que se afirma, propôs que se nomeasse uma comissão para apresentar dentro de quatro dias o projeto a respeito. Foram designados Vieira Souto, Cunha Matos e Evaristo, os dois primeiros militares e o terceiro um civil, o paisano, o liberal, o burguês redator da *Aurora Fluminense*. A 9 de maio já era o projeto relatado pelo general Cunha Matos, de que se originou a lei de 18 de agosto de 1831.

Carl Seidler, um dos alemães desenganados dos sonhos miríficos acerca do Império dos trópicos, viu na Guarda Nacional a "milícia destinada a custodiar o Exército e a Marinha e a garantir a politicagem do grupo do famoso padre Feijó", não a poupando nas suas zombarias: "Ah! como se gabava a nobre Guarda Nacional! A destruição de Tróia ou de Magdeburgo era nada diante do assalto da Ilha das Cobras! Um Aquiles ou um Ulisses não passava de criança

diante de um tenente da Guarda Nacional...” O feito da escalada da Ilha das Cobras, em outubro de 1831, foi realmente revelador de grande bravura, mas Seidler faz confusões. Criada na segunda quinzena de agosto, só por milagre poderia estar a Guarda Nacional já aparelhada em princípios de outubro. No ataque à Ilha das Cobras atuaram o batalhão dos oficiais soldados e a Guarda Municipal, que teve no tempo da Regência comandantes como Sebastião do Rego Barros, Pinto Peixoto e Luís Alves de Lima e Silva. A Guarda Municipal, definitivamente instituída pela lei de 10 de outubro de 1831, começara a existir desde maio ou junho desse ano.

Mas não tardou muito que a Guarda Nacional viesse a ser o que pretendiam os seus idealizadores. A incumbência de instruir-lhe a infantaria tocou ao futuro Caxias, o então major Luís Alves de Lima, como era conhecido. Evaristo queria que ela fosse a “força cidadã”, “a nação toda em armas”. A 12 de fevereiro de 1832, seis meses depois de fundada, desfilavam nos seus uniformes dois mil homens de infantaria e quatrocentos de cavalaria, e quem passava em revista a “força cidadã” era o menino imperador, a cavalo, fardadinho de guarda nacional. Se para os dirigentes da era regencial o pequeno monarca identificado com “a nação em armas” era uma demonstração prática de democracia, para este a revista militar seria mais um brinquedo que provavelmente o encheu de alegria. O menino louro, fardado, e a cavalo, diante de soldados em continência, deve ter causado inveja a muito menino moreno espremido em janela estreita.

Com os efetivos minguados da lei de 1830 e outras que lhe sucederam, mais ralos ainda depois das quarteladas repetidas, o exército como que se eclipsou para dar lugar à Guarda Nacional. O Rio de Janeiro ficou a bem dizer sem guarnição militar. Feijó no

seu relatório à Câmara, em maio de 1832, disse: “A tropa de primeira linha da Capital desapareceu: as guarnições de terra, as rondas policiais, o auxílio à justiça são prestados pelos guardas nacionais”. Esses guardas nacionais eram homens de diferentes profissões e ofícios levados a ridículo pelo rigor militarista do alemão Seidler: “Conquistados estes louros, a Guarda Nacional regressou jubilosa de sua sortida triunfal; voltou o sapateiro à sua sovela, e o alfaiate, pendurada a espada à parede, retomou sua agulha”.

Era a força cidadã composta de eleitores, a três mil dos quais Feijó mandara distribuir armamento e cartuchame. A confiança na milícia recém-criada coincidia com o pessimismo no tocante às forças regulares. Um homem do equilíbrio de Evaristo batia-se pela redução do exército a um mínimo: “Não podemos ter 10.000 homens [era o efetivo da lei de 30 de agosto de 1831] porque sabemos o estado em que se acha a força armada ou antes a soldadesca. As queixas sobre a sua insubordinação não se limitam ao Rio de Janeiro, vêm da Bahia, vêm de Pernambuco e de todos os pontos do Brasil (...) No Rio de Janeiro a insubordinação tem chegado ao ponto que os oficiais em alguns corpos encontram os soldados deitados a jogar, os quais ficam jogando da mesma forma, sem fazerem caso de seus superiores, que não respeitam”. Soldados sem noção de disciplina, acessíveis à propaganda demagógica dos pasquins do tempo, em contraste com os soldados-cidadãos da Guarda Nacional, os quais, de acordo com a lei que os criara, tinham o encargo de “defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império”. Cidadãos, como soldados da Guarda Nacional, deveriam colocar-se acima das lutas partidárias e não pretender jamais tutelar o governo visto que o artigo 1º da lei de 18 de agosto de 1831 estatua que

qualquer ingerência deles nos negócios públicos “era um atentado contra a Liberdade e um delito contra a Constituição”.

Enormes foram os serviços prestados pela Guarda Nacional nos primeiros tempos e o seu papel na história política e militar do Brasil está a pedir um ensaio consciencioso e objetivo. Tratava-se evidentemente de uma instituição de emergência, de um expediente de ocasião, mas a que se emprestou toda a sinceridade do espírito público dos melhores homens da Regência, ciosos de defender a conquista revolucionária de 7 de abril até em alguns dos seus excessos. Basta lembrar que pela organização da Guarda Nacional os oficiais e inferiores eram eleitos pelos soldados, mediante escrutínio individual e secreto. Quando a situação do país permitiu que as forças regulares se constituíssem normalmente, a Guarda Nacional entrou em decadência. Foi uma fase longa, que veio até a terceira década republicana. Quem nos dará a história da “milícia cívica”, sem descurar da apreciação sociológica da figura do coronel da Guarda Nacional, tão ligada aos aspectos mais típicos da formação política brasileira? Quem nos mostrará que a instituição copiada da França, em vez de ser, como lá, instrumento da burguesia senhora do poder político, a própria burguesia em armas, seria, pelo menos nas províncias, uma das formas do prestígio e do mandonismo dos chefes dos clãs rurais, da oligarquia latifundiária escravocrata?

Carta póstuma

Pedro I teve ao morrer o sentido de grandeza que em geral não lhe faltou nas ocasiões mais importantes da vida. Natureza sulcada por graves defeitos, misturando estranhamente movimentos de-sinteressados e reações mesquinhas, ganhou nos últimos dias uma serenidade que só alcançam homens superiores. O monarca que pouco depois de deixar o trono cuidara miudamente de seus haveres pessoais, negociando no Porto do Rio, de bordo da "Warspite", questões de dinheiro, soube ao pressentir o fim de tudo ser apenas um homem empenhado em perpetuar-se na memória dos pósteros.

"Não foi um príncipe de ordinária medida", disse dele quem talvez o tenha mais decisivamente combatido. Evaristo da Veiga, que assim o julgou em pleno turbilhonar das paixões políticas e partidárias, vislumbrou-lhe para logo um dos motivos da superioridade, capaz de entusiasmar-se pela glória. "Eis um traço que não escapará na recomposição da fisionomia moral do primeiro imperador a quem o estudar de ânimo isento. Forçado a abdicar à vista da rebelião das tropas e da insurreição popular, escreveu ele mesmo, a José Bonifácio, recém-nomeado tutor dos filhos, que não desejava "mais nada neste mundo senão glória (...)"

O culto romântico da glória, em larga parte uma forma do desejo de prolongar na admiração alheia a autoadmiração, não esmoreceu em D. Pedro I nos dias derradeiros. Sentindo a morte próxima, tomou as providências que lhe pareciam indispensáveis ao êxito completo de sua campanha em Portugal. A 18 de setembro de

1834 escreveu às Cortes resignando o cargo de regente e propondo a aclamação imediata de sua filha D. Maria II. Assim aconteceu. Uma voz interior lhe segredava que morreria no dia 21 seguinte. Transmitiu à imperatriz D. Amélia esse pressentimento, que veio a confirmar-se com o erro de apenas setenta e duas horas. O homem de tantas mulheres se apegara à última moça, bela, generosa. Rogou-lhe que não o abandonasse um só instante e que fosse a única pessoa a servi-lo. Sugeriu à filha rainha que logo depois de sua morte concedesse liberdade, sem exceção, a todos os presos políticos; prescindiu de exéquias reais e declarou que queria ser enterrado como comandante do exército português. Irmanado aos homens que chefiara mandou vir ao seu quarto de moribundo um soldado do 1º regimento de tropas ligeiras e estreitou-o num longo abraço, o mesmo fazendo com o coronel e um soldado de cada corpo de primeira linha. À cidade do Porto, a que se sentia ligado para sempre, legou o seu coração – grande e inquieto coração de moço.

E o Brasil? Que terá pensado D. Pedro I, na hora de morrer, a respeito do país de sua adolescência, do distante país cuja liberdade tanto ajudara? Não faltou aqui quem fizesse a esse propósito toda sorte de conjeturas; e poucos meses depois da morte do ex-imperador aparecia a *Carta Póstuma de D. Pedro, Duque de Bragança, aos Brasileiros*, impressa na Tip. Fluminense de Brito & Cia., 1835. Autêntica? Evidentemente forjicada no Rio. Dizia-se na publicação que fora remetida de Lisboa pelo Dr. T., e a carta tem no fecho – “Paço de Queluz, às quatro horas da madrugada de 23 de setembro de 1834”, o que vale dizer que D. Pedro I a ditara na véspera da morte. Esse Dr. T. seria o Dr. Tavares, médico que assistira o ex-imperador nos últimos instantes. Mas o desmentido formal desse médico surgiu oito anos mais tarde, em carta dirigida ao editor da *Revista Popular*,

do Rio de Janeiro, na qual peremptoriamente afirmou que D. Pedro I na madrugada de 23 de setembro de 1834 "havia perdido a fala e não conservava, ostensivamente ao menos, o pleno e seguido uso de sua alta inteligência". Escusada era essa atestação do médico presente ao trespasse do ex-imperador: múltiplas razões forçam a convicção da falsidade da *Carta Póstuma*. Bastam duas: o estilo e os juízos emitidos acerca de homens e acontecimentos brasileiros entre 1831 e 1834.

A prova de estilo é inteiramente contrária à autoria pretendida. D. Pedro I, de instrução sucinta, não escreveu jamais qualquer peça que se aproximasse da maneira da *Carta Póstuma*. A correção gramatical não corresponde ao desleixo tão frequente de suas cartas e outros escritos. Não que faltasse inteligência a D. Pedro I. Arguto, sagaz, de apreensão rápida, penetrando o fundo dos problemas, mingüavam-lhe, entretanto, letras, saber, cultura. A *Carta Póstuma* contém apreciações de ordem geral e julgamentos de valor que não se ajustam ao feitio intelectual do ex-imperador. Por outro lado, para escrevê-la era mister que não tivesse perdido nunca estreito contato com os homens do Brasil e continuasse a acompanhar os acontecimentos aqui desenrolados com atenção minuciosa. Ora, sabe-se que os sucessos de Portugal inteiramente o absorveram e, com a lentidão das comunicações da época, as notícias lhe chegariam retardadas e frias. Acresce que, se houve quem lhe escrevesse cartas e lhe mandasse informações daqui, não foram numerosos os correspondentes e informantes, e uns e outros filiados ao partido restaurador, caramurus autênticos, não o levariam de modo algum a formular os juízos que a *Carta Póstuma* encerra, em última análise, uma justificação sem disfarces da linha política do partido moderado.

Seria incrível leviandade atribuir a autoria desse documento apócrifo a um homem como Evaristo da Veiga; e basta a referência elogiosa que nele se faz ao redator da *Aurora Fluminense* para excluir de início tal hipótese: o livreiro da Rua dos Pescadores era homem profundamente honesto e, portanto, incapaz de vitupério. Mas é inegável que a *Carta Póstuma* está cheia de pontos de vista e opiniões de tom evaristiano. As causas do malogro do Primeiro Reinado supostamente indicadas por D. Pedro I coincidem em geral com as que a *Aurora Fluminense* apontou em numerosos artigos. Por que esse malogro? Porque o monarca carecia de educação e de experiência, alucinou-o a própria juventude sequiosa de prazeres, mentiram-lhe os conselhos dos cortesãos, desviaram-no do liberalismo ministros de curta visão. Não foi positivamente Evaristo o autor da *Carta Póstuma*, mas quem a escreveu estaria entre amigos seus ou ao menos entre pessoas de ideias próximas das suas. Quem?

Nada inspira mais louvores ao D. Pedro da epístola forjada do que a ação dos moderados na sua “luta contra a loucura dos exaltados e a cega indiscrição dos restauradores”. Ao partido que pretendia repô-lo no trono, só reconhecia um mérito: “dar maior unidade e vigor à liga dos bons, dos espíritos moderados que procuravam tutelar o justo meio entre a anarquia e a escravidão”. Quanto ao governo regencial, via nele D. Pedro I “o penhor da vindoura prosperidade e persistência da unidade política do Império”, governo impossibilitado de cometer excessos e fadado a ser mero executor das resoluções do Poder Legislativo. Não falaria assim um moderado do grupo de Evaristo? O jornalista da *Aurora Fluminense* reprovou sempre a hipertrofia do exército no reinado de D. Pedro I. Que diz a *Carta Póstuma* a tal respeito? “O verdadeiro chefe de obra [galicismo horroroso então muito em voga] de vossa Revolução foi

o aniquilamento da influência militar”. Também a crítica à política financeira do Primeiro Reinado repete a de Evaristo: “(...) evitem os erros que perderam minha administração (...) meu governo pereceu pelas finanças”.

O julgamento dos homens da Regência equivale a uma apologia dos moderados. De Feijó, por exemplo, diz que “deu o golpe decisivo na luta da influência militar e do regime legal e firmou em bases inabaláveis o sistema do progresso na ordem”. De Aureliano avança que “conduziu com constância, habilidade e energia legal o movimento revolucionário através das resistências do partido retrógrado ou estacionário e terminou o edifício que Feijó fundara”. Menos indulgente é o julgamento de Vasconcelos: “famoso chefe da oposição, cheio de recursos e artimanhas para desmorronar, grande arquiteto de ruínas e flagelo dos ministérios”. Hiperbólico, porém, é o elogio de Evaristo: “tem sido a voz conscienciosa do partido moderado, o conselheiro nos instantes de perigo, o consolador nas desgraças, o apregoador dos triunfos: seu balcão foi um trono de sapiência, intrepidez cívica e brasileiroismo (...) na sua livraria apareceu um novo Franklin...”.

Jamais o chimango Evaristo com os seus escrúpulos e o seu quase puritanismo, escreveria louvores a si mesmo, fosse embora para tornar irreconhecível o verdadeiro autor da *Carta Póstuma*. Quem a escreveu, pois? D. Pedro I é fora de dúvida que não. Evaristo, cujas ideias nela apontam a cada instante, também não. Alguém do círculo mais chegado ao redator da *Aurora*? Alguém como o jovem Sales Tôrres Homem?

Ensaio de República

Ato Adicional de 1834 representou em relação à Constituição outorgada dez anos antes por D. Pedro I um acentuado progresso liberal. Sem falar no esboço de federação que trouxe, bastaria para comprovar a afirmativa o artigo 26, com a eleição do regente único, eleição de quatro em quatro anos, por eleitores de todo o país, em escrutínio secreto, votando cada eleitor em dois nomes. Substituindo o monarca nas suas atribuições constitucionais, ficava o regente único na situação de um verdadeiro presidente de república. Dir-se-ia assim que o Brasil regencial inaugurava entre nós o regime republicano democrático.

Seria oportuno recordar agora como se processou a primeira eleição, que rumos tomaram as correntes em que se dividia a opinião pública, e como se manifestaram as tendências das diferentes regiões do Brasil. No intuito de alargar a visão dos eleitores e fazê-los interessados em homens e acontecimentos extraprovinciais, obrigava-os o Ato Adicional a votar em dois cidadãos – um deles nascido em outra província que não a do colégio eleitoral. Paulistas não podiam votar só em paulista, nem mineiros só em mineiro, nem pernambucanos só em pernambucano. Procurava-se coibir os excessos do espírito regionalista, dando ao pleito sentido nacional, numa ocasião em que o Brasil se encontrava sob o choque de violentos abalos e preso das dissensões mais fundas. As negociações e manobras partidárias para a escolha dos nomes dos candidatos ao lugar de regente não se fizeram sem dificuldade. O partido “moderado” assumira a liderança dos sucessos políticos e tomara conta

do poder desde a revolução de 7 de abril, mas já se verificaram por ocasião da votação da reforma constitucional os primeiros sinais da sua desagregação, precipitada logo que se soube da notícia da morte de D. Pedro I. Seus chefes entraram em funda divergência e franca ou veladamente se desavieram.

Evaristo, Bernardo de Vasconcelos, Honório Hermeto, Rodrigues Torres, Costa Carvalho, entre outros, concordando na linha geral da política, divergiram quanto ao nome do regente único. Feijó era o candidato de Evaristo que, pela *Aurora Fluminense* e nos conciliábulos da "Defensora" procurava agremiar adeptos. Vasconcelos não queria Feijó e, no íntimo, aspirava ao posto; não queriam também Feijó as influências do Norte do país, os Cavalcântis ou o futuro marquês de Olinda; nem os ex-restauradores encastelados no Senado; nem por último o regente Lima e Silva. O pessimismo deste expandia-se em cartas a vários amigos e refletiria talvez a melancolia de quem se apegara às honras do cargo que vinha exercendo. A seu parecer constituía "descaramento" de Feijó cobiçar-lhe a substituição, e as ambições de Vasconcelos, solicitando votos em Minas, lhe causavam escândalo. "Não quero com esta exposição inculcar-me, dizia em carta ao conde de Valença, ao contrário, tomara ver-me livre destes ingratos; porém não desejo ver o Brasil em república, o que sucederá, se qualquer dos acima indigitados empolgar o mando". E aludia ainda às pretensões de Manuel de Carvalho Pais de Andrade e Cipriano Barata, estes sim, capazes de inclinar as instituições para rumos mais populares ou democráticos.

Lima e Silva não suportava também a possibilidade de vir a ter como sucessor a Pedro de Araújo Lima, "homem inimigo constante das coisas de 7 de abril" e ameaçava não lhe entregar a Regência,

assumindo posições extremas: “ou abandono este lugar que tenho, porque não sei infringir a Constituição, ou tomarei uma atitude inteiramente militar e verei se assim posso salvar-me com dignidade”. Era o que mandava dizer para o Rio Grande do Sul a Bento Gonçalves. Afinal, disputaram o lugar dois nomes com possibilidades de bom êxito – Feijó, o desinteressado Feijó, que se curvava às ponderações de Evaristo, e Holanda Cavalcânti cuja candidatura prevaleceu sobre a de seu irmão Luís Cavalcânti. Agrupavam-se, mal-arrumadas e com várias discrepâncias, as influências políticas do Centro-Sul e do Norte do país, estas em torno de Holanda, aquelas em derredor de Feijó.

É possível acompanhar as peripécias da peleja pela leitura da *Aurora Fluminense*, que esposara o nome de Feijó, pelo *Pão de Açúcar*, principal órgão da candidatura de Holanda Cavalcânti, e pelo *Sete de Abril*, inspirado por Vasconcelos. Foi Feijó o vencedor, cuja aquiescência ficara condicionada a diversos princípios e ressalvas. Evaristo traçara o modelo ideal de regente, pensando no austero padre paulista: “Uma probidade sem nota e sem suspeita, um desinteresse a toda a prova, conhecida aversão a todos os hábitos de corrupção palaciana, simpatia cordial pelas instituições, força de alma para não ser inferior às grandes crises, constância de caráter para levar avante o que empreender no sentido da utilidade pública”.

A apuração das eleições se fez em meio de inquieta expectativa. Começou pelo Rio Grande do Sul, onde Feijó obteve 15 votos, contra 51 dados a Araújo Lima, 49 a Holanda, 45 a Pais de Andrade, além de alguns votos em vários nomes. Chegou em seguida a vez de São Paulo. Votação muito dividida: Feijó venceu na sua província natal com 268 votos, vindo logo atrás Costa Carvalho com 236, Holanda com 190, José Inácio Borges com 126 e numerosos outros menos

votados. Feijó perdeu a eleição na cidade de São Paulo, em Jacareí, Constituição, Paranaguá, Itapetininga, Iguape, Santos, São Sebastião, Mogi-Mirim e Vila Castro. Em Santa Catarina venceu Holanda com 58 votos, contra 49 a Feijó, 34 a Pais de Andrade, 23 a Araújo Lima. Vieram depois as atas de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Minas, pode-se dizer, decidiu do resultado final favorável a Feijó, dando-lhe 976 votos contra 533 a Vasconcelos, 95 a Holanda, pulverizada a restante votação nos mais diversos nomes. O Rio de Janeiro, ao contrário, sufragou em primeiro lugar Holanda Cavalcânti, com 277 votos, seguido de Feijó com 257, Araújo Lima com 141, Rodrigues Tôrres com 140, Lima e Silva com 116. Na Corte a influência do inflexível ministro da Justiça de 1831 baixara assustadoramente: só conseguiu 39 votos, contra 146 a Holanda, 98 a Araújo Lima, 41 a Lima e Silva. Ao apurarem-se as eleições das demais províncias verificou-se que Feijó triunfara em Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão; e Holanda Cavalcânti em Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Paraíba, cabendo a primazia no Piauí e no Pará, respectivamente a Francisco de Lima e Silva e Dom Romualdo de Seixas.

No cômputo total Feijó apareceu em primeiro lugar com 2.826 votos; Holanda, em segundo, com 2.251; Costa Carvalho, em terceiro, com 847; Araújo Lima, em quarto, com 760; Lima e Silva, em quinto, com 629; Pais de Andrade, em sexto, com 605; Vasconcelos, em sétimo, com 595. A vitória de Feijó sobre Holanda Cavalcânti foi de menos de 600 votos, num eleitorado de cerca de 6.000 votantes, visto que o total dos sufrágios atingiu perto de 12.000, mas cada eleitor votava em dois nomes. O resultado da eleição refletia a extrema divisão política do momento e ao mesmo tempo a grande mobilidade de tendências peculiar à época. Se homem que simbolizava a

ordem, como Feijó, logrou a vitória, se Holanda Cavalcânti, que lhe seguiu o encalço, e Pedro de Araújo Lima, que obteve o quarto lugar, representavam mais de perto os interesses da grande propriedade fundiária, se Bernardo de Vasconcelos, na guinada do "regresso", vinha servir a esses mesmos interesses, nem por isso deixaram de reunir considerável votação um Manuel de Carvalho Pais de Andrade, com as marcas recentes da revolução de 1824, e um Cipriano Barata, contumaz agitador libertário. A eleição de Feijó seria o episódio final da predominância dos elementos mais tipicamente liberais, que tiveram em Evaristo o seu genuíno representante. À regência do padre paulista, fadada ao malogro ao cabo de dois anos, sucederia a do futuro marquês de Olinda, a encarnar as pretensões da classe que, baseada no latifúndio e no braço escravo, dominaria o Brasil ao longo do século XIX.

Diplomatas de outros tempos

Em 1837, quando Diogo Antônio Feijó sobranceiramente renunciou ao lugar de regente do Império, o corpo diplomático e consular acreditado no Rio era diminuto e composto em regra de personagens secundárias. Enviados extraordinários e ministros plenipotenciários havia apenas dois: o da França, Eduardo Pontois, entre nós desde os últimos anos do Primeiro Reinado e testemunha direta da abdicação de D. Pedro I, da qual nos deixou impressionante relatório, e o de Portugal, o esquecido Joaquim Antônio de Magalhães. Os encarregados de negócios subiam a sete: W. C. Ouseley, da Inglaterra; o barão Daiser, da Áustria; o abade Cipião Domínico Fabrini, de Roma (autor de informações desfavoráveis sobre o padre Antônio Maria de Moura, nomeado bispo do Rio de Janeiro); o barão Maltitz, da Rússia; B. Mary, da Bélgica; o conde de Borgo-Franco, da Sardenha, e Delavat y Rincón, da Espanha.

Mais numeroso e representativo de uma geografia política inatual era o corpo consular: dez consulados gerais – Áustria, Roma, Rússia, Cidades Hanseáticas, Estado Oriental, Nápoles, Prússia, República Argentina, Suécia e Holanda. Mantinham aqui consulados simples: Dinamarca, Estados Unidos, Inglaterra, Hanover, Confederação Suíça, Wurtemberg, Meklemburgo Schwering, Bélgica e Baviera; mas alguns dos titulares estavam ausentes ou as funções eram exercidas por elementos do comércio local. Por último, três vice-consulados: da Colômbia, da França e da Sardenha.

Não haveria necessidade de um ministério do Exterior superlotado para tratar com esses diplomatas e cônsules. A então Secretaria

dos Negócios Estrangeiros compreendia, além do ministro de Estado, um oficial maior, dez oficiais, dos quais quatro em comissão no exterior, dois porteiros e quatro correios. A modéstia desse quadro burocrático não fazia exceção ao que ocorria nos diferentes ministérios, todos com limitado número de funcionários, embora exigindo deles que se apresentassem ao serviço, como era a regra então, com roupas solenes.

A regência de Feijó não oferecia aos diplomatas e cônsules estrangeiros nada do que constitui o lado mundano e brilhante da carreira. O padre, que se sentira na mocidade atraído pelo ascetismo do Patrocínio, em Itu, e jamais largara o cilício que ali cingira, era na melhor expressão um homem simples, de austeridade republicana, como notou Armitage, um autêntico caipira de São Paulo, incompatível com etiquetas, intrigas e conversinhas fúteis. Doente, pessimista, sempre lutando contra inimigos incansáveis, sempre ocupado com assuntos de política e problemas de administração, não lhe sobrava tempo nem teria gosto para festas e recepções. Aliás, desde a partida do primeiro imperador, a vida no Rio de Janeiro perdera muito daqueles aspectos de Corte improvisada que se inaugurara com D. João VI. Os homens que de 7 de abril em diante se revezaram nos postos de governo, se não eram todos do feitio de Feijó, timbravam em ser modestos, em contraste com o que se verificara nos dias em que a lista civil de D. Pedro I representava parte máxima no orçamento geral do Império, em que a marquesa de Santos, a amante oficial do monarca, dava audiência a gente mais ilustre e conceituada do Brasil, inclusive a eclesiásticos de alta hierarquia. Por outro lado, a intensa agitação política que se alastrara por todo o Brasil, com as rusgas, os motins, os levantes, as revoltas, as revoluções a se sucederem, não proporcionava ambiente favorável a divertimentos e frivolidades.

No meio dos representantes de países estrangeiros, se não havia figuras de mais valor, algumas seriam interessantes. Sem falar em Pontois e Fabrini, valeria a pena recordar o cônsul-geral da Rússia, conselheiro Henrique Júlio de Wallenstein. O Rio de Janeiro guardava lembrança de outro representante russo, de imperial arrogância, o ministro Balk-Poleff, investido especialmente do caráter de embaixador extraordinário para as cerimônias da coroação de D. João VI. Sob pretexto do calor excessivo que fazia e da falta de carruagens adequadas, o orgulhoso representante do czarismo retardou, mais do que permitiam os estilos diplomáticos, o desempenho de sua missão temporária. Não se sairia bem o atrevido Balk-Poleff. O conde da Barca, ministro de Estrangeiros, ao ser notificado, respondeu com igual displicência. Acresce que o embaixador era extremamente autoritário e, ao mesmo tempo que solicitava a audiência protocolar para a apresentação de credenciais, propunha de forma desabrida a prisão do seu cozinheiro e de um sapateiro, ambos franceses, querendo que o governo não só os detivesse como os sujeitasse a regime de pão e água. Antônio de Araújo Azevedo, diplomata experimentado, que soubera manobrar habilmente na França revolucionária, a ponto de peitar figurões do Diretório, devolveu a nota de reclamação contra os franceses. Balk-Poleff, de maus bofes, dizendo horrores do Brasil, malquisto no próprio círculo de seus colegas (não mantinha relações sequer de cortesia com Chamberlain, encarregado de negócios da Inglaterra), recusou dar-se por vencido. Barca zombou da prosápia do russo e chegou ao extremo de retardar de dois meses a audiência solicitada. Num requinte de má vontade, só deu aviso da data da recepção na véspera, às duas horas da tarde. Balk-Poleff replicou uma hora depois, pedindo explicações sobre o cerimonial e recebeu resposta já depois de meia-noite. Não ficava nisso a birra do conde

da Barca: muito de caso pensado, a audiência fora marcada para o dia 13 de maio, aniversário de D. João VI, e Balk-Poleff teve que levar mais de uma hora engaiolado em sua carruagem, sem conseguir romper a tropa formada diante do paço da cidade. Furioso, julgando-se desacatado, o diplomata dirigiu circular aos colegas acreditados no Rio, queixou-se a D. João VI, de quem obteve uma audiência para tratar do caso, e afinal só encontrou um caminho – pedir seus passaportes e abandonar o Brasil.

Bem diferente desse irascível Balk-Poleff era o conselheiro Henrique Júlio de Wallenstein, cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro de 1832 a 1843. Testemunha de alguns dos episódios culminantes da era regencial, relacionado com políticos, jornalistas e escritores do Brasil de então, o cônsul Wallenstein, ao contrário do embaixador do tempo de D. João VI, soube descobrir o lado simpático do jovem Império americano e amou-o de tal maneira que logo se casou com uma moça da terra, talvez uma brasileira de pele morena e fala doce. Ao chegar aqui, já tinha Wallenstein largo conhecimento do mundo. No seu primeiro posto, a legação russa em Madri, fizera excelentes amizades e graças aos seus pendores de intelectual fora recebido nas sociedades literárias do país. A Espanha suportava com a bravura nunca desmerecida os efeitos do cataclismo napoleônico, e Wallenstein, embora muito moço, desempenhou papel de certo relevo nos tranSES do momento. Nos dez anos de estada em terra espanhola, teve ensejo de provar a capacidade de ser amigo de verdade: em Cadiz, durante a terrível epidemia de febre amarela, viu atacado do mal seu íntimo amigo, o deputado Mejía, que morreu em seus braços.

Exercendo nessa ocasião o posto de conselheiro de embaixada, coube a Wallenstein ser designado para servir às ordens de Pozzo

di Borgo, acompanhando o imperador Alexandre ao Congresso de Verona. Em seguida voltou rapidamente à Espanha e foi mandado para a Secretaria de Estrangeiros, em São Petersburgo. Aí não cuidou apenas de redigir notas corretas: estudioso de ciências, sobretudo da astronomia, passava longas horas da noite nos observatórios ou traduzia livros especializados.

Novo posto teve Wallenstein nos Estados Unidos, onde se demorou também mais de um decênio. Conhecendo bem, além do russo e do alemão, várias línguas, como o francês, o espanhol e o inglês, verteu para a última as obras de Joseph de Maistre e outras de menor valia. Nos Estados Unidos colaborou em revistas de Boston e Filadélfia e logrou acesso a círculos intelectuais de prestígio. O Brasil, porém, seria o seu posto ou o seu pouso definitivo. Passando da carreira diplomática para a consular e nomeado cônsul-geral no Rio de Janeiro, hesitou em aceitar a designação. A América do Sul parecia-lhe muito distante e extremamente vagas eram as notícias de que a seu respeito dispunha. Mas o país remoto o atraía como um destino carregado de amor e de morte. Aqui chegou, aqui se casou, aqui teve filhos. De um golpe, sentiu que não volveria mais à Europa: o Brasil era a sua terra. Para as ocupações do estudioso encontrou abrigo no Instituto Histórico, fundado em 1838, e na Biblioteca Nacional e Pública, entrou a frequentar assiduamente, acolhido por Januário da Cunha Barbosa e Francisco Vieira Goulart, ambos bibliotecários e cônegos.

Wallenstein pretendia escrever uma história da diplomacia portuguesa ao tempo da Revolução Francesa, mas sua saúde não era boa. Nervoso, cheio de melindres, com tendências místicas, os que com ele privavam começaram a notar-lhe a mudança de gênio, os

exageros religiosos, a mórbida suscetibilidade. Uma psicose depressiva começou a torturá-lo. Julgou-se, sem nenhum fundamento, desprestigiado pelo governo do seu país e não hesitou em solicitar demissão do cargo que exercia. Pouco depois, verificou que se enganara e passou a ante-sofrer o mal que ia afligir à família com a perda do seu lugar. Estava preparado o caminho do suicídio, a que não seria obstáculo o fervor religioso. E matou-se serenamente, sem um gemido, no momento em que, sozinho, fazia as suas orações.

Sociedades políticas regenciais

Uma das características do período regencial foi o florescimento de clubes de natureza política. A revolução de 7 de abril de 1831, remate da obra emancipadora de 7 de setembro de 1822, estimulou nas cidades mais importantes e até em lugares menos populosos o espírito associativo, impelindo brasileiros de tendências várias a se congregarem na defesa e propaganda de seus credos e interesses.

Às primeiras experiências tentadas no século XVIII, com as desenhadas Academias Brasília dos Esquecidos e dos Renascidos, ambas na Bahia, salvando-se da segunda a *História Militar* de José Miralles, seguir-se-iam mais tarde no Rio de Janeiro a Academia Científica e a Sociedade Literária. Nesta última não fora possível dissimular intenções políticas com o reflexo no Brasil da filosofia enciclopedista e dos acontecimentos da Revolução Francesa e os seus componentes sofreram os vexames da reação ordenada pelo vice-rei conde de Resende. Aliás, a repressão violenta à Conjuração Mineira e ao levante baiano de 1798 criaria ambiente propício ao desenvolvimento de sociedades secretas de tipo maçônico. Em Pernambuco fundaram-se então sucessivamente o Areópago de Itambé e as academias Suassuna e do Paraíso, a universidade secreta e a escola secreta, uma de Antônio Carlos e a outra de Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, e as lojas "Patriotismo", "Pernambuco do Oriente", "Pernambuco do Ocidente" e a oficina de Iguaraçu. Na Bahia surgiram também centros maçônicos, a começar pela loja "Virtude e Razão", em 1802; perto da corte de D. João, em Niterói, a "Distintiva", em 1812; no Rio mesmo, a "Comércio e Artes", em 1813.

Imensa foi a contribuição da maçonaria para o movimento da Independência, o que não impediu que D. Pedro I, depois de proclamado imperador, a combatesse e perseguisse. Para o preparo da campanha liberal que culminaria no ato da abdicação e no advento da república provisória da Regência teve parte considerável o “Clube dos Amigos Unidos”, sociedade secreta de fins exclusivamente políticos, instituída, segundo um dos seus sequazes, “com fórmulas maçônicas e grande cautela na escrita para resguardar seus membros de perseguição”. Não apenas uma república provisória, mas o próprio “governo do povo por si mesmo” projetaram estabelecer os iniciados, que para isso trabalharam de todos os modos, jurando sobre o sangue dos Canecas e dos Ratcliffs, como nos informa Teófilo Otoni, secretário do clube.

Journée des dupes ou não para os mais avançados, o certo é que o 7 de abril deu início no Brasil a uma fase de grande liberdade política, de amplo debate na imprensa e no parlamento, de governos responsáveis. A maçonaria voltou a funcionar e elevou de novo José Bonifácio ao lugar de grão-mestre, dele apeado pelo golpe do grupo de Ledo em agosto de 1822, quando a disputa da privança do príncipe D. Pedro dividia os “irmãos”. Mas o regime de garantias a todas as ideias e opiniões que se esmeraram em assegurar os dirigentes da revolução vitoriosa como que tornara desnecessária a existência de sociedades secretas. Em vez de clubes sigilosos, deviam aparecer sociedades abertas, com programas ostensivos, que seriam por assim dizer os núcleos de futuros partidos políticos mal definidos nos seus quadros incipientes, embora de tendências mais ou menos esboçadas.

Dentre os clubes que então se constituíram nenhum teve a importância da “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência

Nacional”, instalada no Rio a 10 de maio de 1831, com um conselho diretor de vinte e quatro membros e doze suplentes. Na “Defensora” houve de começo uma certa confusão, a ela concorrendo personagens que nunca se entenderiam menos por dissídios ideológicos do que por incompatibilidades pessoais. Na verdade, não se sentiriam bem juntos homens, por exemplo, como Antônio Borges da Fonseca, o irrequieto redator do *Repúblico*, nas suas fumaças federalistas, Evaristo da Veiga, nome já feito na *Aurora Fluminense*, José Bonifácio, ressentido do exílio e das incompreensões de que fora vítima. Afinados e solidários deveriam marchar ao lado de Evaristo um Odorico Mendes, um Limpo de Abreu, um Soares de Meireles. Em pouco tempo marcaram-se, porém, as posições mais extremadas e, competindo com a “Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional”, novas agremiações apareceram.

Aspecto dos mais notáveis da “Defensora” foi a sua difusão por todo o país. Ao clube do Rio precedera a criação de instituições congêneres, ainda nos últimos dias do reinado de D. Pedro I, como a “Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência”, em Santos, e a “Sociedade Defensora da Constituição e das Leis”, em São Paulo. “Defensoras” pulularam em todas as províncias, em numerosos lugares. Em Minas Gerais fundaram-se várias filiais, destacando-se as de Pouso Alegre, sob a inspiração do padre José Bento Leite Ferreira de Melo, de Vila da Campanha, de São João del-Rei, e de Vila do Príncipe, hoje cidade do Serro, com o nome de “Sociedade do Bem Público”, sob a direção de Teófilo Otoni; na província do Rio de Janeiro, a sucursal de Valença logrou grande prestígio; na província de Alagoas, a “Defensora”, aliás “Sociedade Patriótica”, teve a seu serviço um periódico, o *Íris Alagoense*, de que foi redator o francês Adolphe Émile de Bois Garin.

A “Defensora” da Corte contou mais de mil sócios. Eleito e reeleito secretário, Evaristo da Veiga imprimiu-lhe a orientação “moderada”, isto é, o cunho de suas ideias liberais, “aquele espírito de liberdade justa, legal, adversa às violências, à sedição e ao despotismo militar”. Liberal de verdade, a “Defensora” instituiu um jornal, *O Homem e a América*, como a significar os rumos do Brasil no conjunto das nações do novo continente, e ofereceu um prêmio de quatrocentos mil-réis à melhor memória de combate ao tráfico de escravos africanos. Por intermédio da “Defensora” nas suas representações à Câmara dos Deputados, pela *Aurora Fluminense*, pelos conselhos aos governos em cuja organização nunca deixou de ser ouvido, mas de que nunca quis participar, Evaristo foi sem dúvida o homem de maior influência na primeira metade da época regencial. Dividindo seu tempo entre o ofício de jornalista, o mandato de deputado e o comércio de livros, o excelente burguês conhecido pelo “chapéu redondo” que usava, ajudou os ministérios que se formavam, procurando encaminhar os acontecimentos nem sempre fáceis de acomodar no tumulto dos interesses em choque. Ninguém, em qualquer outra época de nossa história política, soube revestir-se de mais seriedade, desinteresse e patriotismo ao serviço do Brasil. Esse autodidata carioca, que não frequentara universidades nem se pejava de ser comerciante, impôs-se como um chefe, como um verdadeiro condutor de homens. Detestando o mistério dos conciliábulos secretos, fez questão de que as sessões da “Defensora”, realizadas aos domingos, numa das salas da Câmara Municipal, fossem sempre públicas, públicos os debates, pública a discussão de todos os problemas.

Não tardaram, na definição das correntes políticas que a liberdade acoroçoara, opositores e adversários da “Defensora” e do seu

chefe espontâneo. Mas Evaristo amava a controvérsia das ideias e enfrentou sem temor os que o combatiam. Sua ação foi acoimada com evidente exagero de onipotente, de ditatorial. Estranho ditador que tinha a liberdade como dogma e recusou invariavelmente os postos de governo! Estranho ditador que, ao sair da Câmara, ia tranquilamente para o balcão de sua loja na Rua dos Pescadores!

Menos poderosas do que a "Defensora", mas reunindo também grande número de adeptos, foram a "Sociedade Federal" que patrocinava na reforma constitucional a adoção do sistema federativo, e a "Sociedade Conservadora", atraindo de preferência os saudosistas do reinado de D. Pedro I e os elementos mais reacionários do tempo. A "Sociedade Federal" instalou-se no Rio de Janeiro a 31 de dezembro de 1831, sob os auspícios dos elementos que tinham a denominação de "exaltados". Encabeçava-a o farmacêutico Ezequiel Correia dos Santos, grande influência popular no Rio de então, e para figura de proa buscou-se um francês, o general Labatut, que se batera ao lado de Bolívar e, chegado ao Brasil, fora feito por José Bonifácio comandante do exército libertador, incumbido de atacar as tropas de Madeira, na Bahia. A "Federal" tivera origem em Pernambuco, fundada a 16 de outubro de 1831, sob a direção de João José de Moraes, do general Francisco de Paula Vasconcelos, de José Lúcio Correia e José Tavares Gomes da Fonseca. Mais arrojada ou generosa do que a "Defensora", instituiu um prêmio de um conto de réis para o autor do melhor trabalho sobre "a natureza, definição, espécies e excelência do governo federativo". Houve quem julgasse a "Sociedade Federal" perigosa e subversiva, propusesse seu fechamento e a perseguição de seus membros. A sinceridade do espírito liberal dominante não permitiu que essas ameaças se efetivassem.

A “Sociedade Conservadora”, que pregava mais ou menos abertamente a restauração de D. Pedro I, apareceu em 1832, e aos seus objetivos se prendeu uma viagem de Antônio Carlos à Europa. Em 1833, ano em que a questão da volta do ex-imperador atingiu o seu apogeu, foi organizada no Rio de Janeiro, como prolongamento ou sucedâneo da “Conservadora”, a “Sociedade Militar”, cuja existência assumiu feição grave por terem sido nela admitidos muitos militares, de todas as patentes, falando-se, provavelmente com exagero, em mais de quatrocentos. Não se intimidaram os liberais decididos a impedir a restauração de D. Pedro I: a sede da “Militar”, no largo de São Francisco de Paula, foi invadida pelo povo, atirados à rua todos os móveis e arrancada da fachada a tabuleta. Dois dias depois o governo proibiu aos militares de primeira e segunda linha e de ordenanças fazerem parte da sociedade.

Em 1834, com a promulgação da reforma da Constituição – o Ato Adicional – e com a notícia da morte do ex-imperador, os clubes políticos entraram em declínio e em breve desapareceriam. O fraco pendor associativo dos brasileiros voltar-se-ia para as agremiações de natureza cultural, filantrópica ou de interesse classista. Seria o tempo, entre dezenas de outras, de duração efêmera, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade dos Assinantes da Praça, que se transformaria na Associação Comercial de hoje.

A experiência de um regente

Ser pai de um homem célebre acarreta a desvantagem de ver-se obumbrado pela glória filial. O filho ilustre abafa o pai, ainda que este possua personalidade própria e tenha dado provas de valor. É o caso entre nós de Francisco de Lima e Silva, visto sobretudo como pai de Caxias. Maior, muito maior, foi sem sombra de dúvida o filho, grande figura de nossa história. Mas constituiria profunda injustiça recordar Francisco de Lima e Silva apenas pelo fato de ter entre os seus filhos um que se chamou Luís Alves de Lima e Silva. Talvez algumas das virtudes mais justamente gabadas do maior soldado brasileiro se devam aos conselhos e exemplos paternos. Se admirável foi sempre a conduta de Caxias em relação aos vencidos, tolerante, conciliador, magnânimo depois das asperezas da guerra civil, assim também procedeu Francisco de Lima e Silva, uma vez debelada a revolução de 1824 em Pernambuco. Antes ameaçara os insurretos em proclamações de tom colérico, de irada linguagem. Depois, ao chegar o momento de pôr em execução as execrandas Comissões Militares, fez o possível para suavizar o rigor das penas e reduzir o número de vítimas. Valeu-lhe isto o desagrado de D. Pedro I, convencido da necessidade do rigor punitivo e trabalhado pelas intrigas do general José Manuel de Morais (o da dissolução da Constituinte).

Nos dias crepusculares do Primeiro Reinado, Francisco de Lima e Silva representou papel de suma importância. Como os homens mais esclarecidos do tempo, inclusive militares, não ficou insensível à propaganda das ideias liberais e, certamente, por duvidarem de sua lealdade, foi em fins de 1830 transferido do comando das Armas

da Corte para São Paulo, onde já servira. Os jornais de oposição protestaram contra essa remoção, tornada sem efeito em março de 1831. Nos sucessos de 7 de abril, ao lado de dois irmãos também oficiais superiores do exército – José Joaquim de Lima e Silva e Manuel da Fonseca Lima e Silva, este o de mais larga influência na tropa, identificado com os políticos do grupo de Evaristo e Odorico Mendes, concorreu como ninguém para a preservação das instituições monárquicas. Plausível, natural, quase necessária pareceu a toda gente a sua entrada para a Regência Trina, antes a provisória, escolhida sob o choque dos acontecimentos depois a permanente, em consequência da lei que lhe regulou as funções.

Em nenhuma outra ocasião terá sido mais difícil governar o Brasil do que naquela em que, sem nenhuma transição, se passava de um regime de autoridade forte para o de liberdade quase sem limitações, a não ser as do patriotismo e bom senso dos dirigentes, regime em que a Câmara dos Deputados e a imprensa ditavam ao governo a orientação de cada dia. Com as perturbações da ordem pública cada vez mais graves, os tumultos de rua, os motins, as revoltas, as insurreições a se sucederem, com os ministérios a se revezarem impotentes ou desanimados – e nesses ministérios houve homens da energia de Feijó, Honório Hermeto e Aureliano Coutinho –, com o dissídio ora latente, ora expresso com os companheiros, Costa Carvalho ausente em São Paulo, João Bráulio Muniz doente, os encargos maiores da Regência Trina pesaram sobre Francisco de Lima e Silva. Não lhe faltaram dissabores e tristezas, inclusive pessoais, como o incidente com um de seus filhos, obrigado a matar um jornalista que lhe difamara a família, e ocasiões houve, de má inspiração, em que pensou em assumir “atitude inteiramente militar”, como disse em carta, ou não entregar o cargo ao sucessor,

se este fosse Pedro de Araújo Lima, "inimigo constante das coisas de 7 de abril".

Mas passou as funções a Feijó, o eleito, de quem não ficara amigo, e Evaristo pôde escrever na *Aurora Fluminense*: "Sem violência, sem aparato de guerra, sem sombra de resistência, o chefe do Estado foi substituído porque a lei o quis (...). Belo, honroso espetáculo cuja glória em grande parte cabe ao Sr. Francisco de Lima e Silva". Bem feitas as contas, considerável era o saldo de serviços do ex-regente, sem embargo de certo feitio caturra ou de um ressentimento advindo de injustiças e incompreensões a seu respeito. Parece certo que sonhava continuar a ter na política posição de primeira plana. Chegou ao Senado, onde se sentou durante alguns anos, sem título nobiliárquico, ao lado do filho já marquês de Caxias. Recusara aliás, por considerá-lo abaixo dos seus méritos, o título de barão da Barra Grande, sem grandeza, concedido por ocasião da coroação de D. Pedro II, a quem, viador a serviço de D. Leopoldina, a 2 de dezembro de 1825, apresentara em seus braços, mal acabado de nascer.

Situação de relevo não logrou mais até morrer em 1853. Logo depois da Maioridade, julgou-se no dever de dirigir ao segundo imperador uma longa carta,³⁸ documento de irrecusável sabedoria, que trai a experiência de testemunha presencial de dois períodos históricos – o Primeiro Reinado e a Regência. São conselhos de quem acompanhara as críticas feitas aos aspectos menos estimáveis do comportamento político e pessoal de D. Pedro I e participara dos novos estilos inaugurados durante a "república provisória" da menoridade. Sugerindo ao jovem monarca a criação de um Conselho de Estado composto

38 Arquivo do Cast. d'Eu – maço C – doc. nº 4941.

de elementos não comprometidos em lutas partidárias, lembra-lhe a conveniência de uma anistia ampla, a supressão do beija-mão, a mudança do nome dos criados do paço para funcionários da coroa, uma visita a diversas províncias. Mais importante, entretanto, é a proposta que faz a D. Pedro II para instituir praticamente o governo de gabinete, o regime parlamentar: “Quando os ministros perderem a opinião das Câmaras, V. M. I. os demitirá, indo tirar o Ministério de entre a maioria da Câmara, e por maneira nenhuma procurará sustentar o Ministério contra a opinião das Câmaras”.

A fim de que se operasse uma renovação geral de valores, pugnava Lima e Silva pela mudança de todos os presidentes de província, todos os comandantes das Armas, todos os chefes de missão diplomática, sendo os substitutos propostos pelo Ministério. No tocante à política externa, aconselhava relações estreitas “com os Estados Americanos, mormente com os Estados Unidos”. Deveria também D. Pedro II visitar repartições civis e militares, dirigir-se aos chefes com urbanidade e nobreza e aos “generais com particular distinção, porém sem predileção”. Como a lembrar a fama de sovina de D. Pedro I, Francisco de Lima e Silva dizia ao imperador de quatorze anos: “V. M. deverá ser muito generoso (...) um monarca não precisa de dinheiro”. E generoso também perdoando ofensas que o atingissem, a exemplo de Augusto, generoso comutando as penas capitais: “a vida do homem é um dom que Deus dá e só Ele pode tirar”.

Estes e muitos outros conselhos do mesmo teor deu o antigo regente Francisco de Lima e Silva ao jovem D. Pedro II. Sem dúvida, as linhas mestras do Segundo Reinado quase sempre com eles coincidem. Até onde terão calado no ânimo do imperador esses conselhos de quem, nos anos que se seguiram logo à abdicação do pai, se vira no mando supremo, no mando que agora lhe cabia?

Uma rainha e duas damas

De todos os filhos que D. Pedro I teve – e entre legítimos e naturais o número andou por volta de dúzia e meia – o que mais o preocupou e lhe trouxe maiores cuidados e canseiras foi a primogênita do casamento com D. Leopoldina, a princesa D. Maria da Glória, depois D. Maria II, rainha de Portugal. Se de nenhum se desinteressou, se aos legítimos e à duquesa de Goiás acompanhou com um carinho antes maternal, se aos espúrios deu assistência e procurou educar, por causa de D. Maria da Glória não temeu, depois da grande opção de 1822, enredar-se na política portuguesa e alienar o prestígio que lhe granjeara o papel de chefe do movimento emancipador e liberal do Brasil. Por essa filha iria ao sacrifício extremo – o da própria vida, ao cabo de cruenta guerra civil.

Menos estranho do que o destino do pai – príncipe português seduzido e dominado pela terra de adoção – não foi o de D. Maria da Glória, princesa brasileira feita rainha de Portugal aos sete anos e sujeita durante largo tempo, até sentar-se no trono que D. Pedro conquistaria de espada em punho, aos contratempos e surpresas que a política pode suscitar. Educada no paço de São Cristóvão num regime semipatriarcal, surrando negrinhos com quem brincava, como testemunhou algo escandalizada a inglesa Maria Graham, sua governante durante algumas semanas, e a jatar-se, quando repreendida, de parecer-se em tudo com o pai, viu-se tratada e cercada como rainha de um país distante, na época em que mais lhe sorria vestir e acalantar bonecas. O pior de sua desdita foi a escamoteação, o furto, o assalto do bem que lhe poderia dar tronos mais rutilantes do

que aquele em que afinal se sentaria – o paraíso lúdico da infância. Uma rainha embora de sete anos, terá sempre pequena margem de oportunidade para folgar e dela se afastam desconfiadas as outras crianças, enquanto se aproximam, asfixiando-a, esses seres de ordinário tão pouco atraentes que constituem as rodas palacianas.

Brincar de rainha na idade em que tocou a D. Maria da Glória a coroa de Portugal inundará do mais puro deleite uma alma infantil; mas ver-se coagida a fazer a sério aquilo que apeteceria como transbordamento imaginativo, e sentir, tão tenra ainda, o bafo da lisonja, dificilmente deixará de representar constrangimento e pena. Em tal caso a coroa será um suplício, o trono uma prisão. Tal o fado de D. Maria II, tal o do seu irmão D. Pedro II. Mais duro, entretanto, foi o quinhão da menina. O segundo imperador do Brasil, encontrando na cama ao despertar do dia 7 de abril de 1831 a coroa que o pai lhe legara, sofreu menos o choque consequente à mutação política operada. Certo, sempre lhe chegaram aos ouvidos os ecos das lutas do período regencial, os temores dos que receavam não viesse nunca a reinar de verdade. Mas D. Pedro II não se viu obrigado a viagens por terras estrangeiras e, ao completar doze anos, já poderia lobrigar, com a vitória do “regresso”, boas promessas de um reinado estável.

A menina D. Maria II, destinada primeiro nos cálculos do pai, depois nos dos gabinetes europeus, ao tio D. Miguel, que com ela não casaria e, para cúmulo, lhe surripiaria o trono, teve desde cedo a sorte de uma rainha de xadrez, movida por jogadores nem sempre de boa-fé. Mandada à Europa para a companhia do avô materno, não chegou a beijar a mão de Francisco I, visto que este se transformara, por artes de Metternich e desconfianças de Resende, Barbacena e Itabaiana, no lobo do Chapeuzinho Vermelho: devorá-la-ia para gáudio

de D. Miguel, em nome dos princípios da Santa Aliança. Em vez de Viena tomaria o caminho da Inglaterra e receberia, sem particular aprazimento, o carinho valetudinário de Jorge IV. Como se deve ter enfadado a pequena rainha nesse exílio prévio!

Órfã de mãe, longe do pai e dos irmãos, sofreu de preferência o cerco de D. Ana Romana de Aragão Calmon, condessa de Itapagipe, e do marquês de Barbacena. Agradar-lhe-ia a companhia de Caldeira Brant? Minguam de todo os elementos para aquilatar os dons de entreter crianças que acaso possuísse Barbacena. Aliás, a incumbência de educar e distrair D. Maria II cabia à condessa de Itapagipe. Desta, que era dama do paço e fora designada para acompanhá-la, o marquês de Barbacena fazia juízo menos lisonjeiro. Sem lhe negar virtudes, julgava-a pouco inteligente e destituída de boas maneiras. Em carta a D. Pedro I, narrando o baile dado pelo duque de Clarence em honra da rainha de Portugal, a que compareceram cento e cinquenta e três meninas, informava ao pai que a filha estava linda e elegantíssimamente vestida, mas que lhe minguava “certa amabilidade e polidez de maneiras”. Por quê? Porque era impossível o contrário “com pessoa tão estúpida a seu lado”.

A acreditar-se em Barbacena, a estultícia da condessa de Itapagipe se tornou notória em Londres. Numa recepção oferecida por Jorge IV, não só este como muitas outras altas personagens exclamaram depois de falar com a dama da pequena rainha: “*Quelle bête*”. (Não teriam mais provavelmente dito “*quelle est bête!*”?) A condessa baiana pronunciava “sinhô” e, certa vez, estimulando a rebeldia de D. Maria II a observações de Barbacena, Saldanha e outros contra um jogo de cabra-cega de que muito gostava a menina, murmurou qual negra de sua terra: “Estes home são moleque que si dê co chicote

pra fazê as cousa". A condessa de Itapagipe passou a ser uma das cruces que Barbacena carregava, segundo queixa sua a D. Pedro I. Era preciso aliviar o marquês desse peso e colocar a serviço da rainha dama mais adequada. E dama portuguesa de preferência, já que se tratava da rainha de Portugal.

A pessoa escolhida foi D. Leonor da Câmara, agraciada mais tarde com o título de marquesa de Ponta Delgada. Dessa senhora, de velha nobreza, Barbacena fez a princípio os maiores elogios. Mas depressa mudou. Já no Rio, falava em carta a D. Pedro das pretensões e impertinências de D. Leonor, cuja beatice e suscetibilidade sobremodo o irritavam. O imperador, de sua parte, chamava-a de "papa-missas" e de "fidalga portuguesa rezingona". Rezingona, recalcitrante, inclinada à censura, tal na verdade era a sucessora da condessa de Itapagipe. Ao conde do Lavradio, em fevereiro de 1831, do Rio de Janeiro, quando D. Pedro I sofria a acusação de só cuidar da questão portuguesa, D. Leonor escrevia: "(...) é o imperador duma indiferença que não se crê sem se observar de perto. A causa de Portugal, a sorte dos portugueses, os sacrifícios heroicos que se têm feito e que se estão fazendo, tudo isso ouve ele com uma tal frieza que faz pasmar". Assim julgava D. Leonor da Câmara o monarca que expunha na partida da política portuguesa a sua popularidade no Brasil. Mas a "rezingona" confessava que D. Pedro I resolvera mandar à Regência "do seu próprio dinheiro doze mil libras esterlinas". Nem tão indiferente seria, pois, à causa de Portugal e da filha quem, sabidamente parcimonioso, abria mão dessa quantia nada desprezível.

A princesa D. Francisca

Tocou a Bernardo de Vasconcelos, em abril de 1843, a incumbência de ajudar o casamento da princesa D. Francisca, irmã de D. Pedro II, com o príncipe de Joinville, filho de Luís Filipe. A brasileira nascida a 2 de agosto de 1824 não completara ainda dezenove anos, mas o francês, também muito moço, estava no viço dos vinte e cinco. Belo homem, que Winterhalter, o pintor alemão que se tornou retratista predileto da corte do rei burguês, não teve que exagerar os tons áulicos de suas tintas para apresentá-lo sedutor, desposava a mais formosa das filhas de D. Pedro I, depois retratada por Ary Scheffer, tio afim de Renan.

Se ao enlace precederam cálculos e conveniências dinásticas, o certo é que se juntavam duas criaturas em condições de se entenderem e até de se amarem. Joinville aliava aos atrativos físicos um espírito vivo e curioso e não perdera no ambiente *juste-milieu* da Monarquia de Julho certa inclinação para a aventura, certo feito mais livre que o ofício de marinheiro e as longas viagens só desenvolveriam. Quando casou com a princesa brasileira, já desempenhara missão que por si só lhe perpetuaria o nome: em 1840 fora a Santa Helena buscar o corpo de Napoleão, restituído enfim ao povo que tanta glória lhe devia e lhe dera.

De seu lado, a princesa D. Francisca, embora educada no Rio com as limitações impostas pela deficiência de mestres e companhias e pela inadequação do meio político e social da república provisória da Regência, não iria colocar-se em situação deprimente na França.

A duquesa de Dino registou no seu diário o que lhe assegurara em Berlim, no mês de junho de 1843, o príncipe Adalberto da Prússia de volta do Brasil, acerca de D. Francisca – *très jolie, très aimable* – o que a fez rejubilar, admiradora que era de Joinville, em quem reconhecia “uma autêntica natureza do herói, brilhante, indomável, original, ardente”. Em Paris, conhecida na Corte como a *belle Chicà*, foi-lhe muito útil a filha do visconde de Pedra Branca, feita sua dama de honra. A baiana criada na França, que seria depois condessa de Barral, aia e preceptora das filhas de D. Pedro II e grande e mui especial amiga deste, procurou encaminhar a princesa brasileira de modo a que ninguém lobrigasse em suas maneiras e vestuários ressaibos da etiqueta entre antiquada e simplória do Paço de São Cristóvão. A verdade é que D. Francisca, no dia de sua apresentação na Corte, desprezando advertência de Madame Adelaide, irmã de Luís Filipe, que lhe ponderara não usarem condecorações as damas em França, seguiu o parecer de sua dama brasileira e apareceu toda de preto, com a placa do Cruzeiro sobre o corpete decotado e o grande cordão azul sobre rendas negras do vestido. Favorável foi a impressão causada em todos, corroborada por sua beleza e pelas palavras que dirigiu aos convidados como se tivesse conhecimento direto de cada um, segundo a sua categoria e situação.

Uma circunstância curiosa fica esclarecida agora com a publicação, no *Anuário do Museu Imperial*, do *Journal du Séjour au Brésil*, diário da viagem que fez o príncipe de Joinville a nossa terra, em 1838: era antigo o projeto de casar D. Francisca com o terceiro filho de Luís Filipe. Narrando um jantar em São Cristóvão, Joinville escreve maliciosamente: “no jantar tudo correu como sempre, apenas não perderam uma só ocasião de me pôr em contato e em colóquio com a princesa Francisca”. Tachando de *drôles de manoeuvres* esse

procedimento, gabava-se demais o belo príncipe, ou já havia na Corte e no governo do Brasil o plano de casar a menina então com quatorze anos? É mais plausível a segunda hipótese. Com o próprio Joinville ou com o duque de Nemours, a rainha de Portugal D. Maria II, em 1835, viúva do duque de Leuchtenberg, pensara casar, esbarrando, entretanto na oposição inglesa. Mas D. Francisca estava no destino de Joinville.

No *Journal du Séjour au Brésil*, o príncipe francês conta sem particular benevolência os diversos encontros que teve com a sua futura mulher, com D. Pedro II e D. Januária, em audiências, jantares e bailes. O Rio de Janeiro não era Paris, e São Cristóvão estava longe das Tulherias, sem embargo das transformações impostas à vida da Corte da França pelos novos tempos, pelos costumes novos e pelos estilos burgueses que tudo dominavam. Estranhou sobretudo o filho de Luís Filipe o uso do beija-mão e foi com repulsa que se sujeitou ao ritual: “só o fiz ao sair, isto é, esfreguei meu nariz em suas mãos, pois meus lábios não puderam vencer a distância. Ah! se eu tomasse rapé!” Mas do pequeno imperador se despediu com um *shake-hands*, como fez questão de escrever em inglês. D. Pedro II e as irmãs pareceram-lhe loiros e pequenos, aquele com traços acentuados do ramo austríaco, a ostentar modos de um homem de quarenta anos, estas mal vestidas, mal arrumadas, *fagotées à la diable*.

Essas impressões pouco lisonjeiras do primeiro encontro aos poucos se atenuaram ou desvaneceram. D. Pedro II, que antes quase não falara, da segunda vez, vencendo a timidez, mostrou a Joinville a vista que se descortinava de seu palácio e exibiu-lhe o gabinete de mineralogia. Na mesa do jantar o príncipe ficou ao lado de Maciel Monteiro, ministro dos Estrangeiros, com quem se entreteve

longamente. Boa conversa entabulou com o futuro barão de Itamaracá, formado em medicina em Paris, o mesmo não podendo fazer com o regente Araújo Lima, *sourd comme un pot* (surdo, aliás, era também Joinville). Depois do jantar ao som de música tocada por negros, o visitante francês conversou durante duas horas com D. Pedro II, ao lado das irmãs e de D. Mariana de Verna, a quem chama "a Rebarbativa". Desaparecera o constrangimento do jovem monarca, mas D. Januária e D. Francisca não conseguiram ficar à vontade, embora a segunda se mostrasse mais desembaraçada. Assim as descreve: "são pequenas e bastante simpáticas; estavam com vestidos de babados e mangas lisas". Melhorara o primitivo julgamento de Joinville sobre o vestuário das princesas, mas não lhes perdoou as luvas de fio d'Escócia: *c'est affreux*.

Escandalizou-se o príncipe porque, diante das meninas imperiais, um ministro lhe dissera que o regente providenciaria para que lhe apresentassem, na viagem que ia fazer ao interior do Brasil, índios selvagens, pronunciando a propósito as palavras "macho" e "fêmea". Quem seria o desbocado? Bernardo de Vasconcelos? Maciel Monteiro? Rodrigues Torres? Miguel Calmon? Sebastião do Rego Barros? A falta de recato verbal encheu-o de piedade pelas princesas, que assumiram a postura de *pauvres enfants abandonnés*. Evidentemente, rapaz de vinte anos, interessava-se pelas irmãs de D. Pedro II, olhadas já com mais simpatia: "as princesinhas estavam muito bem, com vestidos de filó de mangas lisas e forro azul, e com joias de opalas e diamantes". Em outra visita à Quinta da Boa Vista, depois do jantar, dançou uma vez com D. Januária e todas as outras com D. Francisca, e isto parece que não lhe foi penoso. Mas no relato dessa noite faz grande caçoada do pequeno monarca: "eu mal podia dominar uma incoercível vontade de rir, ao ver o imperador, sem luvas e agitando

um grande lenço, dar passos tão extraordinários que era mesmo de estourar”. Esquecia-se Joinville de que D. Pedro II não passava de uma criança de doze anos, pobre menino sem alegria, triste órfão torturado pelo cerco dos áulicos e pelas lições e conselhos de mestres de bem medíocre qualidade.

No tempo da “República Provisória” de 1831

O período regencial – 7 de abril de 1831 a 23 de julho de 1840 – não é apenas interessante pelos seus aspectos políticos, nem seria possível apreciá-lo de maneira mais completa, deixando na sombra os aspectos sociais e as repercussões de uns sobre outros.

Do fato político da abdicação, com os múltiplos efeitos da mesma natureza, resultaram outras tantas consequências de ordem social, afetando a fisionomia geral da comunidade, os seus costumes, os seus estilos de vida. A revolução de 7 de abril, afastando do trono D. Pedro I e substituindo-o pelo filho, já nascido no Brasil, teve um cunho ao mesmo tempo político e social, de nacionalização da nossa Independência, com o acesso ao poder e a possibilidade de ação dos elementos mais caracteristicamente brasileiros, em detrimento do prestígio do antigo elemento colonizador. Se o movimento que determinou a retirada do primeiro imperador teve a marca de influências estrangeiras – a queda de Carlos X da França, por exemplo – e assinala talvez entre nós o início ou recrudescimento de uma fase de europeização ou de reeuropeização intensa, assume por outro lado feição de uma nítida reação nativista, antilusitana e jacobina.

Toda a vida do país, em suas diferentes faces, toma um colorido mais brasileiro, mais da terra, mais nacional. Brasileiro nato é agora o imperador, o monarca-menino cujo trono, símbolo de unidade da nação, se esforçam por preservar os espíritos mais lúcidos e realistas; brasileiros, muitos até indisfarçavelmente mulatos ou caboclos, são os políticos mais em vista, os jornalistas, os deputados, os senadores,

postas à margem, salvo raras exceções, as figuras do Primeiro Reinado, suspeitas não só de ranço absolutista como de simpatia ou aproximação com os portugueses. Parece que agora o Brasil se crê realmente emancipado, livre, senhor do seu destino, e cuida chegado o momento de todas as experiências, numa como que orgia de liberdade, a manifestar-se nos excessos da imprensa, na exacerbação dos ódios partidários, na mais desenfreada demagogia. Com a Regência, a rua domina, intimida, constrange, humilha o Poder, tenta dar ordens ao Governo: é o espetáculo do Rio de Janeiro em abril, em julho, em outubro de 1831, o Rio dos motins, das quarteladas, das desordens, das "rusgas", dos assassinios, das vaias.

Liberais algo ingênuos e perfeitamente sinceros, os homens públicos que tiveram então a responsabilidade do governo não ousaram recorrer, ainda nos transe mais difíceis, à suspensão das garantias constitucionais. O horror que inspiraram durante o Primeiro Reinado as medidas extraordinárias tomadas para manutenção da ordem, como as comissões militares, tribunais de exceção que julgavam e condenavam sumariamente, fez com que os governos da Regência fossem organicamente fracos, enfrentando e vencendo as rebeliões pelos meios ordinários, pela tenacidade, pela confiança na própria missão. Para combater o descalabro da indisciplina militar, criou-se a Guarda Nacional, a força cidadã que alinhava os patriotas dispostos a sustentarem as instituições. Grande foi também o papel das sociedades ou agremiações políticas. Aos antigos clubes secretos, de tipo maçônico, como o Areópago de Itambé, as academias Suassuna e do Paraíso, como a própria Maçonaria, o Apostolado e o Clube dos Amigos Unidos, sucederam grêmios ostensivos, de portas abertas, como a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência do Brasil, de que era secretário e animador máximo Evaristo da

Veiga, com mais de mil sócios só no Rio e filiais em quase todas as províncias, como a Sociedade Federal, propugnadora dos ideais federalistas, como a Sociedade Conservadora, reunindo os que lobrigavam na restauração de D. Pedro I o fim das agitações que conturbavam o Brasil.

Tão vivas eram as paixões políticas, tão marcadas as atitudes partidárias, que os adeptos desta ou daquela corrente se diferenciavam até pela indumentária, como se os separassem abismos de casta. Não bastava, para distinguir brasileiros e portugueses, o laço nacional dos dias da Independência, que Evaristo da Veiga pusera de novo em moda. Outros emblemas e outros distintivos surgiram e foram para logo adotados. Um deles foi apenas uma flor, a sempre-viva. Quem passava na rua, entrava num café, ou estava nas galerias da Câmara de sempre-viva à lapela, já se sabia que era republicano e federalista. Sentido político tinha também o chapéu: era divisa partidária. Quem usava chapéu de palha logo se denunciava como “exaltado”, pessoa simpática à república ou querendo a federação. Mais do que isso, mostrava-se patriota de verdade, brasileiro genuíno, nacionalista. Sim, porque o chapéu de palha era feito no Brasil, indústria nacional, tecido de fibra de taquaruçu. Usá-lo importava proteger o que era nosso. E mostrar-se amigo do povo, ao nível das pessoas mais pobres, porque custava apenas três patacas, ou 960 réis, quando o chapéu redondo, que o jornalista e deputado Evaristo da Veiga trazia à cabeça, custava a exorbitância de 8\$000, e vinha da Europa, vinha da Inglaterra ou da França.

É certo que muitos dos rapazes que usavam chapéu de taquaruçu e se apelidavam de “farroupilhas”, pertenciam a famílias ricas e eram verdadeiros *petits-maitres* de bom-tom que se penteavam

à francesa e se vestiam à inglesa, como dizia o jornalista da *Auro-ra Fluminense*, acentuando o contraste burlesco entre os chapéus plebeus e os “sapatinhos lustrosos, a calça fina e o casaco de pano de 12\$000 o côvado”. Evaristo, mal dissimulando preocupações de elegância, não suportava o chapéu de palha, já porque o achava feio e vulgar, já porque o monopolizavam os “exaltados”, e atravessava inverno e verão com o seu chapéu redondo, importado da Europa. E “chapéu redondo” passou a ser símbolo dos adeptos do partido “moderado”, alcunha dos membros da Sociedade Defensora. Ninguém, por exemplo, veria de chapéu de palha Odorico Mendes, Limpo de Abreu, Honório Hermeto, Paula Sousa. De chapéu redondo já estavam os deputados e senadores às nove horas da manhã, quando se dirigiam para as sessões de suas Câmaras. De chapéu redondo de copa alta, e de casaca.

Quem se prezasse só saía à rua de casaca. Às repartições públicas assim compareciam diariamente os empregados. Casacas de várias cores, pretas para os atos mais solenes, e verdes com botões amarelos, azuis, cor de rapé. As modas chegavam da Europa, modas dos homens e modas femininas. As mulheres ostentavam vestidos de cintura alta, sapatinhos rasos, ligados às pernas por fitas pretas, vestidos e saias curtas. Salvo gente mais rica, não havia grandes requintes, nem sequer nas casas, do que hoje chamamos de conforto. Tudo em regra muito simples. Mas já havia interiores domésticos bem mobiliados, com móveis, espelhos, louças, ornamentações de origem inglesa e francesa. Em regra, tudo o que era bom ou belo vinha da Inglaterra e da França. Às nove horas da manhã todo o mundo estava almoçando; jantava-se às três horas da tarde; às duas terminavam as sessões parlamentares. A vida quotidiana começava e acabava cedo. As ruas mal iluminadas e pouco policiadas não

convidavam, não eram propícias a excursões noturnas: às nove horas da noite a cidade inteira estava dormindo.

Depois do entardecer havia risco em atravessar certas vias públicas. Em frente ao Café Neuville, no Largo do Paço, quem fosse conhecido por seus pendores “moderados”, não escapava pelo menos de uma vaia de assobios. Dos teatros, o mais importante era o de São Pedro de Alcântara, por algum tempo crismado de Constitucional Fluminense. Nele, em ocasiões de maior efervescência política, havia distúrbios, e o espetáculo era interrompido pelos rapazes de chapéu de palha, com os quais se misturavam às vezes alguns oficiais do exército filiados ao partido “exaltado”, como o major Miguel de Frias e o major Rangel. Ninguém se sentia tranquilo e os boatos ferviam, esperando-se a cada momento um motim, um novo levante, dada a indisciplina permanente da tropa.

Esse ambiente de perpétua inquietação era mantido pelos jornais, pelos numerosíssimos jornalecos que pululavam sob nomes por vezes bastante estranhos. Ao lado de uma *Aurora Fluminense*, um *Independente*, um *Jornal do Comércio*, um *Diário do Rio de Janeiro*, um *7 de Abril*, enxameavam a *Matraca dos Farroupilhas*, o *Jurujuba dos Farroupilhas*, a *Lima Surda*, o *Esbarra*, a *Babosa*, o *Caolho*, o *Papeleta*, o *Fado dos Chimangos*, o *Caramuru*, a *Torre de Babel*, o *Pão de Açúcar*, o *Filho da Terra*, a *Mutuca Picante*, o *Exaltado*, jornais que mal surgiam e logo desapareciam quase todos explorando o anonimato, a serviço de ódios partidários e paixões pessoais. Pasquins de agitadores e politiquinhos como João Batista de Queirós, Davi da Fonseca Pinto, padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, e também de gente mais qualificada, como o cônego Januário da Cunha Barbosa, os irmãos Andrada, Bernardo de Vasconcelos, Rodrigues Tôres. Mais

escrupulosos não eram a *Nova Luz Brasileira*, o *Pardo*, o *Lafuente*, o *Bem-te-vi*, a *Loja do Belchior*, o *Adotivo*, o *Carijó*, a *Voz da Liberdade*, o *Brasil Aflito*. O redator deste último, Carlos de Oliveira, pagou com a vida injúrias cruéis feitas ao regente Lima e Silva. O jovem tenente Carlos Miguel de Lima e Silva, irmão do futuro Caxias, revidou à verrina do pasquineiro matando-o de um golpe de espada.

Sem embargo da agitação constante, a vida continuava e nem toda a gente cuidava apenas de política e passava o dia a farejar novidades. Recorde-se certo Antônio José da Costa Cirne que, desatento a reformas da Constituição, regime federal, república ou monarquia representativa, se encheu de entusiasmo com o privilégio que obteve, por dez anos, de um “carro de três rodas pequenas para conduzir volumes de grande peso”, de sua invenção. Vários colégios para meninos e meninas foram-se abrindo no Rio de Janeiro, um deles bem instalado na Rua Detrás do Carmo nº 16, com “pensionistas, semipensionistas e discípulas externas”. Colégio para meninas, no qual lecionava música o padre João Jacques e dança o Sr. Lourenço Lacombe. Na Rua do Rosário nº 208 havia outro mais modesto, mais prático, propondo-se a ensinar as meninas a ler, escrever, bordar e coser.

Os leilões do Rio continuavam, como no Primeiro Reinado, em mãos de franceses e ingleses: J.J. Dodsworth, Dillon & Irmãos, Carlos Cannel, Tripe & Irmãos, Bouchon & Tanière, Sigaud & Farreux, Feraudy, Burle. Um leilão de grande interesse foi o da baronesa Emilie de Palença, viúva do barão Borel de Palença, ex-ministro da Rússia, residente na ponte do Catete: venderam-se riquíssimos aparelhos de porcelana e cristal, lustres e candelabros de bronze, relógios, espelhos, vasos, móveis, inclusive uma mesa de jantar para 35 pessoas.

Ao lado dos frequentadores de teatro havia amantes de boa música, como os que se reuniam na casa nº 82 da rua da Quitanda para ouvir um concerto com sinfonia de Unslaw, solos de flauta, de cavatina, de clarineta, e uma ária cantada pelo Sr. Miguel Vaccani – *Ouverture de la Dame Blanche* etc. Havia também charlatães no Rio de 1832. O médico francês Dr. Laplane anunciava a cura radical das “moléstias” das urinas, fístulas do ânus, cataratas, moléstias dos olhos, males venéreos e escorbuto. Manuel Antônio de Oliveira fazia ciente ao público que qualquer pessoa que padecesse de dores de dentes fosse a sua casa que ele lhe deitaria certo remédio capaz de abrandar a dor no espaço de duas horas “e pelo adiante lhe calar o dente”.

Em meio da instabilidade política, novos aspectos de afirmação da vida brasileira se faziam notar. Francisco de Paula Brito, tipógrafo e depois livreiro, anunciava em 1832 a publicação próxima, mediante subscrição, de “uma coleção de poesias ternas e amorosas”. Eram os ecos iniciais do romantismo triunfante na Europa que aqui chegavam e encontrariam expressões mais definidas nos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães. Não faltavam livrarias. Na Rua dos Pescadores, Evaristo mantinha a sua aberta, vendendo livros no balcão depois da sessão da Câmara, embora fosse o guia, o condutor da política, homem que fazia ministros e não quis nunca ser ministro.

A cadeirinha e a rede eram ainda meios de transporte, mas já havia linhas de ônibus, de gôndolas, de diligências e se cogitava de estradas de ferro. Para matar a sede nos dias de maior calor bebia-se boa cerveja, e alguns mais requintados, após o jantar, não desdenhavam um cálice de conhaque. Pelos paquetes da Europa vinha regularmente o gelo, e o sorvete fez a sua entrada triunfal

numa festa que Aureliano Coutinho proporcionou em sua casa aos elegantes do Rio.

Enquanto isso os negros continuavam a chegar da África. Em vão a lei de 7 de novembro de 1831 proibiu o tráfico. A escravidão atingia o seu apogeu e, a despeito do ardente liberalismo da "república provisória" da Regência, a sociedade brasileira cada vez se impregnava mais das influências e das taras do regime do trabalho servil. Com o triunfo da orientação política do "regresso", vencidas as revoluções, rebeliões e motins que estalaram em tantas províncias do Império, o poder político se enfeixava nas mãos dos detentores da grande propriedade territorial, deslocando-se a supremacia econômica para o Centro-Sul com o advento e a propagação da cultura do café. Em suas linhas mestras estava esboçado o perfil do Segundo Reinado.

Aspectos econômicos das lutas políticas do Império

Há na tela de Pedro Américo sobre a proclamação da Independência, contrastando com o jovem príncipe e sua guarda de honra, um carreiro que observa a cena com ares de não perceber o significado do que está ocorrendo. Independência? De quê? Para quê? É certo que o movimento emancipador brasileiro interessou a muitos setores da população nacional – gente das cidades, intelectuais, indivíduos de profissão liberal, do pequeno comércio, e até mais humildes, de núcleos social e etnicamente instáveis, mestiços de vários matizes, egressos do cativeiro, que tinham sido atraídos para os centros urbanos – mas a independência, tal como foi feita, no molde de instituições monárquicas, sem abolição da escravidão ou sequer do tráfico africano, seria afinal uma conquista da grande propriedade territorial, em mãos de cujos senhores ia ficar, durante um comprido século e de maneira mais ou menos exclusiva, o poder político.

Ainda deixando de lado rígidos conceitos de classe, o certo é que aos senhores de engenho e fazendeiros, num país proclamado e na verdade essencialmente agrícola, devia caber a direção da coisa pública, os postos do governo e do parlamento, assegurada assim a defesa dos seus interesses vitais. Exemplos frisantes já se descobrem em alguns episódios da revolução republicana de 1817, em Pernambuco, revolução de padres e de intelectuais libertários, mas revolução também nitidamente de senhores de engenho. Queixavam-se estes do regime instituído ao tempo do marquês de Pombal, com uma companhia, organizada por capitalistas portugueses que lhes emprestava dinheiro ao juro módico de cinco por cento, mas que

se reservara o monopólio da compra dos seus produtos, excluindo concorrentes e impondo preços.

Um dos primeiros decretos do governo revolucionário foi chamar ao novo Estado que se formava a administração dos fundos da extinta Companhia de Pernambuco, facultar o pagamento das dívidas contraídas em prestações mensais no prazo de dois anos e perdoar os juros vencidos.

Mais significativo do zelo pelos interesses dos senhores de engenho foi o que aconteceu com a escravidão. Entre os patriotas pernambucanos havia quem encarasse com repugnância o trabalho servil e correu a notícia de que a libertação dos escravos ia ser decretada, despojados os senhores dos cabedais que os negros representavam. Sem demora, o governo provisório baixou a seguinte proclamação: "Patriotas pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais: eles creem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos. O governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não pode jamais acreditar que os homens por mais ou menos tostados degenerassem do original tipo de igualdade: mas está igualmente convencido de que a base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas, deseja uma emancipação, que não permita mais lavrar entre eles o cancro da escravidão: mas deseja-a lenta, regular e legal. O governo não engana ninguém, o coração se lhe sangra ao ver tão longínqua uma época tão interessante: mas não a quer prepóstera. Patriotas, vossas propriedades, ainda as mais opugnantes ao ideal de justiça, serão sagradas; o governo porá meios de diminuir o mal, não o fará

cessar pela força. Crede na palavra do governo, ela é inviolável, ela é santa." Capitulavam os idealistas da revolução de 1817; salvavam-se as aparências em palavras de condenação ao trabalho escravo, mas ficava iniludível o compromisso da "inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade", considerada sagrada a "mais opugnante ao ideal de justiça", em respeito dos interesses dos senhores de engenho, dos grandes proprietários rurais.

Consumada a Independência, os mesmos interesses econômicos da grande propriedade levaram de vencida as tentativas em favor da extinção da escravidão e da criação do trabalho livre. Inúteis seriam os esforços de um Martim Francisco, de um Domingos Alves Branco Muniz Barreto, de um José da Silva Lisboa, de um Veloso de Oliveira, de um Maciel da Costa, de um José Bonifácio. Poderosa era a ação dos senhores de escravos e seus comparsas, tão poderosa que enfrentou, usando de recursos os mais vários, a decisão britânica de extinguir o tráfico e a escravidão.

Maior êxito do que os movimentos liberais de 1817 e 1822 não lograria a esse respeito o de 1831. A época da Regência foi, sem contestação, sob muitos aspectos, uma "experiência republicana", uma república provisória. Com ela se instalou no Brasil a liberdade completa de imprensa, iniciada no Primeiro Reinado; a Câmara dos Deputados encarnou o poder máximo, posto na sombra o que o governo exercia ou os regentes enfeixavam, ainda quando nos postos mais altos estava um Feijó; promulgaram-se códigos como o do Processo Criminal de 1832, em que se requintavam primores de liberalismo à inglesa. Bem feitas as contas, entretanto, o período regencial, anulando certos elementos que ao tempo de D. Pedro I contrabalançavam a influência avassaladora dos interesses agrários,

deu ensejo, como reação, pelo extremo de suas reivindicações liberais, ao que a princípio se chamou de política do “regresso” e foi mais propriamente a desforra conservadora. Com a Regência nacionaliza-se por completo o governo e este se coloca naturalmente a serviço da maior força econômica do país – a grande lavoura.

Não sem dificuldades e embaraços se fez a lei de 7 de novembro de 1831, declarando livres todos os escravos vindos de fora do Império. Era uma medida radical para a extinção do tráfico, em satisfação de exigências britânicas e de reclamos de vozes mais esclarecidas ou generosas. Nenhuma lei estaria fadada a ser tão flagrante e diuturnamente burlada. Apesar dos seus dispositivos penais, o tráfico não só continuou como cresceu: entre 1830 e 1839 desembarcaram no Brasil mais de 400.000 negros. Desde o momento do triunfo da revolução de 7 de abril, entrou a dominar a ala “moderada” que se opunha a mudanças mais radicais nas instituições políticas e tendia a retardar qualquer reforma que afetasse a estrutura econômica do país. O Ato Adicional de 1834, consubstanciando um avanço liberal sobretudo pela concessão de certas franquias provinciais, não teve nenhuma repercussão na órbita dos interesses ligados à produção e ao trabalho.

Na regência de Feijó houve tentativas sinceras, posto que improficuas, para reprimir o comércio de escravos, principalmente no mar. Visando a esse e outros fins, esteve o marquês de Barbacena na Inglaterra, serviu-se da sua sedução pessoal e das boas relações que lá desfrutava, jantou e conversou com Palmerston, de quem ouviu palavras elogiosas ao padre-regente, mas tudo continuou como dantes. Contra Feijó, animado de tão humanos intuitos, se alçou uma oposição implacável no parlamento e na imprensa. E uma transformação política de profunda significação começou a caracterizar-se a

partir das eleições gerais de 1836, para a composição da legislatura de 1838-1841. Alguns dos maiores combatentes liberais do Primeiro Reinado aliaram-se para a manutenção do trabalho escravo, alimentado pelo tráfico de africanos, convencidos de que de outra forma a economia nacional entraria em colapso. Bastaria citar, entre outros, Bernardo Pereira de Vasconcelos, pregoeiro, teórico e realizador da orientação do “regresso”, nome que encobriria o partido conservador na sua fase inicial, e Rodrigues Tôres, depois visconde de Itaboraí, cuja fazenda em Saquarema, na província do Rio de Janeiro, sugeriria a alcunha do agrupamento partidário que tão solidamente se alicerçava. O liberal Vasconcelos do tempo de D. Pedro I apurara o seu realismo, o seu conformismo com o que lhe mereceria a denominação de “bula das circunstâncias”, a afirmar que “a África civilizava o Brasil” pelos trabalhadores que lhe fornecia. Quanto a Rodrigues Tôres, correligionário e professor entre 1828 e 1830 do então jovem patriota Teófilo Otôni, explicando-lhe nas reuniões da livraria de Evaristo as ideias de Jefferson, evoluíra também da pregação idealista da rua dos Pescadores para o “regresso”, para a defesa intransigente da ordem, para o resguardo dos interesses da economia brasileira expressos na lavoura do café em plena ascensão.

Anos sucessivos de desordem sob o pregão da liberdade, governos instáveis e fracos por amor de princípios haviam convencido a homens de tal feitio que era mister prestigiar o poder, armar a autoridade. Não deveria o Governo continuar à mercê dos agitadores e intelectuais das cidades, desatentos da verdadeira feição do país, indiferentes à sua base econômica, pretendendo golpeá-las nas raízes – o trabalho escravo. E assim se criou e se fortaleceu o partido conservador, baluarte do Império, desse Império brasileiro que, num esforço ingente de conciliação ou temporização, estabeleceu um

regime político-social em que se juntavam monarquia hereditária, governo representativo, liberdade de imprensa, grande propriedade, trabalho escravo.

O espírito liberal do país subsistiu, e a melhor prova estará na existência de uma imprensa livre (mantida em grande parte pela vigilância do segundo imperador) e de um parlamento funcionando em nome do povo, embora representasse em última análise os interesses da classe dominante – a lavoura escravocrata. Nos bastidores de cena tantas vezes brilhante havia fealdades, durezas e crimes. Os primeiros anos de consolidação da monarquia nada tiveram de risonhos. A lei de interpretação do Ato Adicional constituiu retrocesso na marcha federativa; a lei de 3 de dezembro de 1841 firmou o arbítrio governamental, suavizado apenas pelo ambiente liberal do tempo. A lei de 1841, numa reação brutal contra o Código de Processo de 1832, deu à polícia funções judiciárias e fez da prisão preventiva um terrível instrumento de opressão. O caso de Eduardo Angelim é típico: implicado na rebelião do Pará, preso, processado e, em 1840, anistiado com a condição de residir temporariamente no lugar que a autoridade lhe indicasse, foi, sem embargo de ter assinado termo de residência no Rio de Janeiro, embarcado em agosto de 1841 para o presídio da Ilha Fernando de Noronha, juntamente com a família, e lá mantido por dez anos na companhia de criminosos comuns. Incorreu provavelmente na pecha de exagerado um panfletário ilustre quando asseverou que no Brasil de então quem dizia governo dizia polícia, quem dizia polícia dizia poder judiciário. Mas o caso de Angelim não foi único.

Com esse arrocho na repressão aos crimes políticos contrastava a passividade, a tolerância, a anuência no tocante aos crimes de

introdução em território nacional de escravos africanos, vendidos impunemente aos fazendeiros, cujas propriedades agrícolas mais pareciam verdadeiros feudos. Teófilo Otôni, na sua ênfase de liberal sincero, mencionou “a oligarquia tenebrosa que, apoiada no poder e no dinheiro dos traficantes da costa d’África”, se fundou entre nós. Oligarquia que se assenhoreou das mais altas funções públicas, grupo de homens que se associaram para explorar “em próprio proveito o Segundo Reinado”. A confraternização de proprietários rurais e mercadores de carne humana era inevitável pela identidade ou aproximação de seus interesses. Joaquim Nabuco acentua como era enorme a influência do comércio africanista. As fazendas estavam hipotecadas aos traficantes e muitas delas lhes iam caindo nas mãos; assim “a força do africanismo duplicava por essa solidariedade da agricultura devedora do interior com o comércio credor da capital”. Provavelmente, a transferência da propriedade territorial das mãos dos agricultores para as dos especuladores e traficantes, quase todos portugueses, assinalada por Eusébio de Queirós, em discurso de 1852, terá concorrido, pelo que encerrava de nocivo e repugnante ao sentimento nacional, para apressar a extinção do tráfico.

Abolindo o comércio negreiro com a África, a escravidão continuou a ser, até a penúltima década do século dezenove, defendida encarniçadamente pelos que a ela se tinham associado. “A escravidão era o fundamento da oligarquia política dominante”, avança o autor de *Um Estadista do Império*, acrescentando: “no terreno do direito e da lei a atitude do governo e da magistratura nunca foi suscetível de defesa”. Proibida desde 7 de novembro de 1831 a entrada de africanos, com o decorrer dos anos a grande maioria dos senhores de escravos detinha uma propriedade mais do que ilegal, produto de criminoso e infame contrabando. Mas a oligarquia de posse do

governo e a serviço dos proprietários rurais amparava essa propriedade imoral. Em 1853 o marquês de Paraná tranquilizava os senhores mais assustadiços quanto às intenções do governo de mantê-los como donos dos escravos “qualquer que tenha sido a maneira por que os compraram”.

O período imperial não representou entre nós, como supõem os que inclinam a fixar-lhe de preferência os aspectos mais harmoniosos, um belo torneio de eloquência parlamentar, realçado pelo sentido de glória de D. Pedro I, pela grandeza de José Bonifácio, pela austeridade de Feijó e pela incomparável devoção ao serviço público de D. Pedro II: foi na trama mais espessa de sua vida um conflito de interesses, muitas vezes áspero, frequentemente desumano, de que dão testemunho as suas lutas políticas.

Roteiro historiográfico da Independência ao advento de D. Pedro II

INDEPENDÊNCIA

A independência do Brasil, na feição particular que assumiu em confronto com a dos demais países da América, só poderá ser bem estudada depois de um conhecimento mais profundo da estada de D. João VI entre nós. Tão grande foi a influência da vinda da família real portuguesa sobre os sucessos de nossa emancipação nacional, que não escapou aos primeiros cronistas e historiadores, contemporâneos dos acontecimentos. Quem talvez antes de qualquer outro teve noção disso foi José da Silva Lisboa no trabalho intitulado *Prosperidade do Brasil pelos Liberais Princípios da Nova Legislação*, publicado em 1811. Mas é na *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, escrita em 1818 para comemorar a coroação do monarca a 6 de fevereiro desse ano, que o futuro visconde de Cairu alude expressa e longamente à suspensão do sistema colonial, decorrente de um conjunto de medidas, cuja principal se corporizou no decreto de 28 de janeiro de 1808 de abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas.

Silva Lisboa, espírito culto, adepto do liberalismo econômico e de tal maneira admirador de Adam Smith que não hesitou em chamá-lo de “Segundo Pai da Gente Civilizada”, pressentiu o alcance da resolução de D. João – para que concorreu com seus conselhos – estabelecendo a liberdade de comércio. Sua *Memória dos Benefícios*,

feita numa intenção de panegírico, com louvores tão desmedidos ao rei que rebaixou o autor a um papel menos decente de cortesão, tem na historiografia relativa ao período entre 1808 e 1821 um lugar de considerável relevo. Cronologicamente será a primeira obra em que alguns dos aspectos mais importantes do reinado brasileiro de D. João VI se deixam entrever. É o caso, por exemplo, da influência inglesa nessa fase preparatória de nossa independência política.

Adversário convicto da Revolução Francesa, detestando a “Galomania que tentou nivelar todas as classes e indivíduos”, vendo nos soldados de Napoleão outros “vândalos”, Silva Lisboa, católico fervoroso, emprestou à Inglaterra o papel de instrumento providencial para a salvação do mundo. Palavras textuais suas: “A adorável Providência nessa tremenda crise [as guerras napoleônicas e suas imediatas consequências na Europa] preparou os expedientes de transmutar o caos em ordem: ela permitiu que o Governo Britânico se mostrasse a Potestade Tutelar da Sociedade e Civilização”. E fez, no seu tom grandiloquo, uma defesa irrestrita do tratado de comércio de 19 de fevereiro de 1810 com a Inglaterra. Todo um capítulo do livro é consagrado à justificação do que parecia a Silva Lisboa o benefício máximo do governo de D. João VI. Ao tempo em que foi escrita a *Memória* já se criticava severamente aquele ato internacional. O menos que se dizia era que ele liquidara a indústria de Portugal e não passava de “odioso monopólio extorquido por um governo que sofria a ditadura do corpo mercantil do país”. O futuro visconde de Cairu, invocando as circunstâncias políticas em que fora assinado o tratado de 1810, procurou mostrar que não seria prudente desgostar “um tão grande freguês, generoso amigo e forte companheiro”. Aos que se espantavam das mercadorias inglesas pagarem no Brasil 15% de direitos, ao passo que as que vinham de

Portugal incorriam numa tributação de 16% e as dos outros países na de 24%, Silva Lisboa advertia que nas negociações diplomáticas só se atende à “aritmética política”, não aos cálculos da “tabuada vulgar”. E chegava a dizer: “no sistema de esclarecida Finança dois e dois, em vez de somar quatro, frequentemente dão menos de um”.

Aplaudindo de modo tão completo e irrestrito a política inglesa que D. João VI se viu forçado a seguir, depois que tergiversar e iludir se tornara impossível em face da invasão do território metropolitano, Silva Lisboa não se esqueceu de invocar fatos em abono dos seus pontos de vista: primeiro, a maior exportação de gêneros brasileiros graças aos navios ingleses; depois, o fortalecimento do crédito do recém-fundado Banco do Brasil; em seguida, a melhoria das condições de vida em alguns lugares, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, onde as casas rústicas e urbanas se tornaram mais confortáveis devido ao grande número de negociantes ingleses que se estabeleceram no país. Digno de menção também é que na *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI* fosse examinado o problema da abolição do tráfico de escravos, apontado antes como uma causa de pobreza do que de enriquecimento do Brasil. É verdade que no tratado de 1810 a Inglaterra incluíra cláusula sobre a gradual extinção do tráfico, e José da Silva Lisboa, como defensor extremado e sincero desse tratado, seria apenas coerente. Mas não o moveu somente a preocupação de ser lógico, de não cair em contradição. O combate que deu ao tráfico dos negros encontrava apoio em convicções arraigadas e até em mal definidos preconceitos raciais. Silva Lisboa queria a “extirpação do cancro” da escravidão (terá sido o primeiro a usar essa expressão que depois se transformou num lugar-comum?), arrolando os motivos de natureza econômica, social e moral que o induziam a detestar o

trabalho servil. Para o autor da *Memória dos Benefícios* a importação dos africanos se fazia com “muito risco e grossos fundos” e dela se originava a “inércia” dos brasileiros que, querendo “viver à custa do suor alheio”, afirmavam que “sem africanos não podia florescer o Brasil”. Mas a sua antipatia pelos negros era indisfarçável. Não desejava que “a melhor região da América se convertesse em Negrícia e que a terra de Santa Cruz passasse à metamorfose de Guiné Ocidental”.

Bastava que, não obstante os elogios desmarcados a D. João VI, autor de tudo, inspirador de tudo, Silva Lisboa abordasse os temas da influência inglesa e da abolição da escravidão, para que a sua *Memória dos Benefícios* merecesse particular relevo na historiografia sobre o Brasil de 1808 a 1821. Não fica nisso, porém, o interesse que ela encerra para os estudiosos dessa fase da nossa História; há um outro ponto que deve ser posto em foco: Silva Lisboa, bom brasileiro, em 1818, quatro anos apenas antes da Independência não sonhava com a emancipação total do seu país. Não a desejava. Parecia-lhe suficiente a situação de reino unido a que fora o Brasil elevado em 1815. “O sistema colonial cessou com a lei da união do Brasil ao original patrimônio da monarquia, corrigindo-se assim radicalmente as anomalias que antes por extremo desigualavam a sorte dos filhos a respeito dos pais nascidos na metrópole (...)” – proclamava satisfeito, e tão aferrado a essa solução, que julgava a independência norte-americana um “horrído parricídio nacional de infiéis vassalos e filhos desnaturados”.

Essa posição conformista não foi apenas do autor da *Memória dos Benefícios*, nem se explicará só pelos seus pendores de áulico: foi de um grande número de contemporâneos, dos mais esclarecidos, num equívoco que se prolongaria até às vésperas da ruptura definitiva com Portugal.

Outro livro que constitui fonte valiosa de informações e dados sobre o período que precedeu imediatamente a Independência é o do padre Luís Gonçalves dos Santos, intitulado *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*. Menos importante do ponto de vista de crítica histórica do que o de José da Silva Lisboa, o trabalho de Luís Gonçalves dos Santos é talvez, sem exagero, o maior, o mais copioso rol dos acontecimentos do Brasil e particularmente do Rio de Janeiro entre 1808 e 1821. Exhaustivamente, sem medo de alongar-se nos pormenores menos significativos, o autor das *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil* escreveu a crônica quase dia a dia de todas as ocorrências do reinado brasileiro de D. João VI. Assuntos de natureza política e administrativa, festas, cerimônias religiosas, divertimentos populares, descrições do Rio e de suas ruas, tudo isso procurou fixar, mais entusiasmado ainda do que Silva Lisboa com o príncipe português que veio fundar no Brasil um grande Império. O livro inteiro trai por isso a preocupação de apologia, de aplauso sem restrições, no mesmo espírito louvaminheiro da *Memória dos Benefícios* do futuro visconde de Cairu. Mas é obra de consulta obrigatória, onde há muito que colher.

Noutro tom, com outra largueza de vistas, tendo já distância que lhe permitia apreciar bem os fatos e os homens e servindo-se de algumas das melhores fontes sobre a matéria, historiador com o gosto da pesquisa direta e do documento original, deixou-nos Francisco Adolfo de Varnhagen na sua *História Geral do Brasil* (tomo V da 3ª edição integral, com as anotações de Rodolfo Garcia) o primeiro estudo capaz de ser considerado a história da época de D. João VI. Varnhagen, visconde de Porto Seguro, foi o verdadeiro renovador, senão o criador da historiografia brasileira. Ao lado dele, Luís Gonçalves dos Santos e José da Silva Lisboa (este um homem de

imenso saber) não passam de simples cronistas, sem conhecimento ou pouco preocupados com os métodos elementares de investigação e estudo dos fatos históricos e cuidando antes de tudo de exaltar os feitos dos grandes homens, do grande homem que quiseram ver em D. João VI.

Na apuração da verdade acerca dos acontecimentos brasileiros entre 1808 e 1821, Varnhagen pôs a mesma diligência, a mesma curiosidade, o mesmo espírito que o animaram ao escrever toda a *História Geral do Brasil*, livro que sob certos aspectos não foi até agora superado. Esse empenho de conhecer e reconstituir o passado não exclui lacunas e defeitos decorrentes, já de sua concepção do trabalho histórico, já do seu feitio pessoal. Na obra considerável que deixou, Varnhagen não chegou a indicar as características do processo de formação da sociedade brasileira, não teve visão de conjunto. Na historiografia brasileira em geral a sua contribuição consistiu principalmente em procurar e reunir os dados, os elementos, os testemunhos, os documentos indispensáveis à reconstituição do passado do Brasil. Nisso foi inexcusável, e a parte de sua *História Geral* referente à estada de D. João VI entre nós representa copioso repositório de informações da maior utilidade. Nas sete seções em que se divide o livro, numa arrumação muitas vezes imprópria, os fatos se acumulam bem averiguados, embora aqui e ali submetidos a um julgamento nem sempre seguro. Mas os antecedentes da regência de D. João ainda em Portugal, a sua chegada ao Brasil e os atos que se seguiram, a situação em que se encontrava a colônia prestes a ser elevada a reino, o episódio da revolução republicana de 1817 em Pernambuco, as tentativas de exploração de minas de ferro e de fundições, o desenvolvimento intelectual do Brasil através de escritores, viajantes e do jornalismo nascente, tudo isso

Varnhagen procurou estudar com abundância de pormenores e o que fez continua de pé.

O grande livro, entretanto, sobre essa época, só foi escrito quase um século depois: é o *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima. Retomando os caminhos que o visconde de Porto Seguro percorrera, alargando-os, procurando novos, dando às suas pesquisas um sentido mais profundo, Oliveira Lima pôde escrever a obra de maior importância até hoje no tocante ao período de 1808 a 1821. As melhores fontes, todas as fontes emprestam ao livro uma autoridade sem-par. Nada escapou ao investigador metuculoso, que se deteve longamente nos arquivos e bibliotecas do Brasil, de Portugal, da Inglaterra, dos Estados Unidos e conseguiu fazer um levantamento geral dos múltiplos aspectos da vida brasileira de então – a terra, o homem, a sociedade, os costumes, a economia. Não se contentando com a mera história cronológica e a exibição dos fatos, o autor de *D. João VI no Brasil* dispôs-se a interpretá-los, mostrando as transformações que se operaram na comunidade brasileira com a transmigração da família real portuguesa, e as repercussões dos acontecimentos que se desenrolaram em outros lugares. Lucidamente, soube perceber os conflitos dos interesses da sociedade que se formava aqui com os da metrópole que a explorava, sob certos pontos de vista, como uma feitoria de comércio. Depois do seu livro não poderá haver mais dúvida sobre a verdadeira significação da época de D. João VI, em que foram lançadas as bases da emancipação do Brasil.

Historiador e biógrafo, Oliveira Lima soube recriar para o monarca português e os políticos que o cercaram o ambiente de vida em que se moveram, dando-nos deles imagens verídicas, sem os embelezamentos do panegírico ou as deformações tendenciosas da sátira.

A influência inglesa na vinda de D. João VI para o Brasil e nos sucessos políticos posteriores, e os efeitos do tratado de comércio de 1810 mereceram no livro o lugar que a sua importância exigia. O mesmo se poderá dizer das questões diplomáticas em consequência da posição de Portugal na tragédia europeia, das relações com a Espanha, as intrigas platinas e do surto imperialista concretizado na tomada de Caiena e na conquista da Banda Oriental.

Mais do que tudo isso porém, *D. João VI no Brasil* tem o mérito de proporcionar aos estudiosos o panorama de toda a vida brasileira de então: a vida social e íntima ao cabo de três séculos de colonização e de opressão, a vida econômica sob o signo da exploração agrícola latifundiária e do trabalho escravo, o fim do regime colonial ao menos na sua feição mais dura, os ecos na América portuguesa das mudanças operadas pela abolição do monopólio e pelo advento da liberdade comercial de que tanto se beneficiaria a Inglaterra, a propagação das novas doutrinas políticas no meio brasileiro. E ainda nos dá a conhecer alguns dos efeitos mais diretos da transferência da Família Real para cá no processo de diferenciação nacional brasileira, a independência retardada no sentido em que evoluiu a das colônias espanholas, mas recebendo por outro lado um grande impulso, a europeização ou reeuropeização mais intensa do Brasil como resultado da vinda de D. João VI e da predominância inglesa assegurada com o tratado de comércio de 1810. O livro de Oliveira Lima é o ponto mais alto da historiografia a respeito da fase preparatória da emancipação brasileira.

Para o estudo propriamente da Independência, cumpre destacar as três obras que até agora melhor trataram do assunto: a *História da Independência do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, O

Movimento da Independência, 1821-1822, de Oliveira Lima, e *A Elaboração da Independência*, de Tobias Monteiro.

O primeiro deles é, como tudo que escreveu o seu autor, um livro largamente documentado, cheio de ótimas informações, feito com a paciência e com o propósito de abranger todos os acontecimentos. Muitos pontos obscuros encontraram a devida explicação, outros começaram a ser esclarecidos. Varnhagen salienta com razão um fato que nem sempre se tinha querido reconhecer: a posição conformista, em face de Portugal, pouco antes da ruptura definitiva, de grande número de brasileiros. Com a elevação do Brasil à categoria de reino, com a permanência da corte no Rio de Janeiro, com as indiscutíveis vantagens que para a antiga colônia trouxera o regime inaugurado depois da vinda da Família Real, muita gente, da mais esclarecida, julgou possível e desejável que continuasse a união, em pé de igualdade, com Portugal. Varnhagen chega a dizer que nessa corrente estiveram “todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários como escritores ou simples pensadores”. O certo é que foi um equívoco bastante generalizado e de que participaram as figuras mais eminentes do movimento libertador, inclusive José Bonifácio, como timbra em destacar, não sem segunda intenção, o visconde de Porto Seguro.

A maneira por que o grande historiógrafo aprecia a ação e a personalidade de José Bonifácio impõe as maiores reservas. Ao homem verdadeiramente notável que ligou para sempre o seu nome à história da independência brasileira, Varnhagen procura amesquinhar o mais possível. As ideias principais das Instruções do Governo de São Paulo aos deputados às Cortes de Lisboa, geralmente atribuídas a José Bonifácio, seu redator, não são dele, não são do homem de

alto saber, cientista de renome nos meios cultos do mundo, professor da Universidade de Coimbra, membro e secretário da Academia das Ciências de Lisboa, com dez anos de viagens por toda a Europa e mais de trinta e seis de ausência do Brasil sempre no desempenho de importantes funções técnicas e administrativas: em “grande parte não passam do desenvolvimento de muitas ideias do folheto Oliva nelas [Instruções] citado”. Maior do que José Bonifácio seria, pois, o Sr. Oliva, a quem pertenceriam em “grande parte” as admiráveis Instruções aos deputados paulistas às Cortes de Lisboa!...

Em nada também influiu, segundo Varnhagen, o chamado Patriarca da Independência, na decisão do príncipe regente D. Pedro, de ficar no Brasil. A carta de 24 de dezembro de 1821, da Junta de São Paulo, redigida por José Bonifácio, “sabemos não ter sido ela que contribuiu à resolução do príncipe”, afirma o historiador parcial, acrescentando: “nenhum outro mérito lhe cabe mais que o da energia e veemência da linguagem, se é que essa veemência foi mais profícua que nociva ao Brasil”. E por que resolveu D. Pedro ficar? Porque lhe foi mostrada uma carta de Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, antigo ministro de D. João VI, escrita a um amigo em que dizia a este que, se o príncipe “quisesse salvar seu pai e aos reinos de Portugal e do Brasil e também a si próprio, não devia por forma alguma deixar o Brasil”. Em diversas outras partes do livro, Varnhagen não esconde má vontade em relação a José Bonifácio e uma irreprimível ojeriza a seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos. A *História da Independência do Brasil*, posto que de consulta obrigatória, deve ser lida com as restrições que o estudo objetivo da História exige dos que se esforçam por atingir o mais possível a verdade.

Livro que ninguém dispensará é *O Movimento da Independência, 1821-1822*, de Oliveira Lima. Seria exagero dar-lhe valor igual ao *D. João VI no Brasil*, do mesmo autor. Mas tem o mesmo rigor crítico, as mesmas qualidades na exposição das matérias, o mesmo dom de fixar as linhas mestras dos acontecimentos. Apoiado nas melhores fontes, não desprezando nenhum fato, Oliveira Lima consegue fazer do estudo da independência brasileira qualquer coisa de vivo, em que se percebe, ora mais na superfície, ora subterraneamente, as forças de natureza vária que determinaram a nossa emancipação. As características principais do movimento de separação da metrópole, nas suas diferentes fases, não lhe escaparam. Ninguém terá talvez discernido mais nitidamente o caráter de transação entre o elemento nacional mais avançado e o elemento reacionário, representado pelos portugueses do comércio e da alta administração, que assumiu a independência processada à sombra do trono de um filho de D. João VI; e transação também entre os que sonhavam com governo republicano, como acontecera com as antigas colônias de toda a América, e os que, sem fugir às ideias políticas do momento, mais realistamente queriam à ruptura com Portugal sem o desmembramento do Brasil, sem riscos maiores para a unidade nacional.

O conhecimento profundo do reinado brasileiro de D. João VI facilitou muito a Oliveira Lima a compreensão dos sucessos de 1821-1822. Sem falar no simples fato da vinda para o Brasil da família real portuguesa e de sua permanência aqui, já por si de grande importância, lembra o atilado autor de *O Movimento da Independência* a espécie de monarquia, o novo Império que o Bragança fundara em terras da América: "monarquia híbrida, misto de absolutismo e de democracia; absolutismo dos princípios, temperado geralmente pela brandura e bondade do príncipe, e democracia das

maneiras, corrigido o abandono bonacheirão pela altivez instintiva do soberano”.

Apreciando a revolução liberal portuguesa de 1820, pelas repercussões que teve no Brasil, Oliveira Lima define-a com justeza como obra da burguesia de negociantes e lavradores, de mãos dadas com o exército enciumado, uma e outro sofrendo os inconvenientes da tutela britânica e da primazia brasileira. A seu ver, a miséria financeira e econômica e as humilhações decorrentes da predominância que lograra o reino americano explicam aquele surto revolucionário, a que não faltou o contágio do exemplo espanhol.

Houvesse embora nos homens do liberalismo luso fundos ressentimentos contra o Brasil, nem por isso, inicialmente, deixou de ter aqui reflexos simpáticos o movimento de 1820. Havia tanta gente satisfeita com as inovações trazidas por D. João VI e com o regime de reino unido, que a primeira impressão lhe foi francamente favorável: sem romper os vínculos que ligavam os dois reinos – Brasil e Portugal – ia inaugurar-se uma era de liberdade, de governo representativo, de garantias constitucionais. Muito acertadamente Oliveira Lima chama o ano de 1821 de “ano do constitucionalismo português”, tempo em que se cuidava possível manter a união com a ex-metrópole, num engano a que se deixaram arrastar personagens as mais diferentes, do maduro José Bonifácio, com a sua enorme experiência, ao jovem Evaristo da Veiga, rapaz do Rio de Janeiro, caixeiro de livraria com fumos de poeta e patriota. Só quando as Cortes de Lisboa patentearam os verdadeiros móveis da revolução de 1820, nas chamadas medidas recolonizadoras, foi que os sucessos políticos começaram a ter entre nós um colorido nativista e separatista mais intenso, e que se iniciou, com as representações populares de que resultou

a permanência ou a “ficada” entre nós do príncipe D. Pedro, já em 1822, o “ano do constitucionalismo brasileiro”.

Em *O Movimento da Independência* está por assim dizer completo o processo de nossa emancipação, com as suas peculiaridades, cada fase bem delimitada, cada fator devidamente destacado, cada influência analisada como merece. O papel do príncipe regente e o seu feitio psicológico, o papel de José Bonifácio, a ação do grupo da Maçonaria são apreciados em suas exatas proporções, num empenho visível de evitar conceitos parciais, julgamentos apaixonados. E seguindo o próprio exemplo em *D. João VI no Brasil*, não se circunscreveu ao âmbito meramente político, interessando-se também pela história social e econômica da época. Capítulos como “A Sociedade Brasileira”, “Nobreza e Povo” constituem novidade em nossa historiografia, máxime no tempo em que Oliveira Lima escreveu o seu livro.

Obra de grande vulto, abrangendo já a fase inicial do Primeiro Reinado, é *A Elaboração da Independência* (tomo I da *História do Império*) de Tobias Monteiro. Sem este livro, o de Oliveira Lima e o de Varnhagen, só se poderá estudar a história da independência brasileira recorrendo às fontes primárias, aos documentos originais. Tobias Monteiro, tanto quanto os dois outros historiadores citados, tem o gosto – mais do que isso – a volúpia da pesquisa, perseguido que é, como confessou, pelo demônio da exatidão; e o que *A Elaboração da Independência* revela como trabalho de investigação, paciência em recolher os informes ainda aparentemente sem valor, argúcia na reconstituição e interpretação dos fatos, não pode deixar de ser posto em relevo.

Convencido de que a independência brasileira, na sua etapa decisiva, começou com a chegada da família real portuguesa, Tobias

Monteiro principia a sua narrativa analisando as complicações da política europeia que colocaram Portugal entre as ameaças napoleônicas e as imposições da aliança inglesa, e forçaram a solução da vinda de D. João para o seu domínio americano. A esse respeito se sucedem páginas de grande penetração. Segue-se o exame, ou melhor, a dissecação das personalidades de D. João, de D. Carlota Joaquina, a corte portuguesa vista a uma luz crua, que tem a particularidade de revelar de preferência as deformações, as fealdades, os estigmas mórbidos. O autor de *A Elaboração da Independência*, sem *parti-pris* certamente, mas com uma disposição de pouca simpatia, instaura o julgamento da família real portuguesa, enumerando-lhe as taras, os vícios, as fraquezas. Em toda essa primeira parte do livro – mais de um terço dele – há um excesso de minúcias de caráter privado, prejudicando obra de tanto mérito e dando-lhe tons de história íntima e escandalosa. Felizmente isso acaba quando Tobias Monteiro entra a historiar os acontecimentos mais proximamente ligados à Independência. Aqui o seu trabalho cresce de valor e consegue realizar qualquer coisa que não foi superada até agora. A ação do príncipe D. Pedro, desde a partida do pai para Lisboa, é exposta de uma maneira que se pode chamar, sem ênfase, de magistral. Quanto ao papel de José Bonifácio, bem se percebe que Tobias Monteiro, embora sem lhe recusar, como fizeram e fazem ainda hoje inimigos póstumos dos Andradas, uma grande importância, é dos que se inclinam a conceder ao grupo de Ledo e José Clemente mais do que merece. E na apreciação sobre o comportamento pessoal, o feito psicológico, o caráter do ministro da Independência e de seus irmãos, há muita coisa certa, procedente, fundada, ao lado de graves injustiças.

Como quer que seja, o livro de Tobias Monteiro é, na bibliografia histórica relativa aos acontecimentos da emancipação brasileira, desses trabalhos que nenhum estudioso poderá dispensar.

Além dos livros de Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro, sem dúvida os trabalhos de maior valor sobre a Independência, há vários outros (não falando nas obras gerais de história do Brasil) cuja leitura é necessária à compreensão desse período histórico por esclarecerem aspectos particulares dos acontecimentos, tornarem acessíveis alguns dos documentos capitais e fornecerem informações mais minuciosas acerca de personagens que desempenharam papel de maior ou menor relevo. É o caso das *Cartas e Mais Peças Oficiais Dirigidas a Sua Majestade o Senhor D. João VI pelo Príncipe Real o Senhor D. Pedro de Alcântara* (...) não só na edição oficial feita em 1822 pela Imprensa Nacional de Lisboa, como na tradução francesa de Eugène de Monglave (Paris, Tenon, Libraire-Editeur, 1827). Nessa correspondência muitos episódios de 1821-1822 encontram explicação fácil; nela D. Pedro vai contando ao pai tudo que se passa e fixando com mais ou menos abandono as suas reações diante dos fatos. Importante também para o estudo da época é a *Correspondência Oficial das Províncias do Brasil Durante a Legislatura das Cortes de Lisboa* (...), bem como os ofícios e cartas dos agentes diplomáticos acreditados no Rio de Janeiro, sobretudo o da Áustria, barão Wenzel de Mareschal, o da França, coronel Maler, e os da Grã-Bretanha, Chamberlain e Thornton. As informações enviadas aos seus governos por esses diplomatas, empenhados em conhecer tudo, em penetrar os segredos das antecâmaras, são por vezes verdadeiramente preciosas, já que estavam em situação de saber o que ocorria, sobretudo o primeiro, dada a sua condição de agente da Áustria, acompanhando de perto a princesa D. Leopoldina.

Não se poderá abrir mão também de alguns dos trabalhos de Melo Moraes, sobretudo a *História do Brasil-Reino e Brasil-Império* e o *Brasil Histórico*. São obras fragmentárias, escritas sem nenhum método, em que os assuntos se misturam e se repetem, mas abrigam

uma imensa cópia de documentos (nem sempre fielmente transcritos), de testemunhos, de referências, úteis por certo ao estudioso que saiba escolher, peneirar, distinguir.

Do mesmo gênero é a contribuição de Meneses Drummond nas *Anotações* à própria biografia, anotações que se alongam por mais de 140 páginas em contraste com o estudo biográfico que não chega a 5! Mas o testemunho de Drummond é o de um contemporâneo, que tomou parte nos sucessos e viveu na intimidade de pessoas influentes, como José Bonifácio. E já que vem à baila o nome do homem que teve o papel mais eminente, ao lado de D. Pedro, na emancipação do Brasil, não devem ser omitidas as *Cartas Andradinas*, peças de correspondência particular, em que aparecem, vistos através da crítica ferina e pouco serena dos irmãos Andradas, os homens e os fatos do momento.

Outras cartas que servem a quem quiser de preferência dedicar-se à história íntima e social da época em que se preparou a Independência são as de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, português a princípio pouco simpático ao Brasil e que acabou brasileiro, oficial maior da Secretaria dos Negócios do Império.

Parece inútil dizer que a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* contém sobre a fase da Independência alguns estudos de consulta obrigatória. O tomo especial intitulado *O Ano da Independência* reúne uma série de conferências pronunciadas em 1922, e algumas valem como interpretações do processo de nossa separação de Portugal. Muitos são nessa venerável revista os ensaios e achegas sobre aspectos, episódios e acontecimentos do tempo da emancipação brasileira. Na leitura dela, como na das revistas do

Instituto Histórico de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul e Arqueológico de Pernambuco, o pesquisador não perderá seu tempo.

Não se poderá também ter uma informação completa acerca da mentalidade dominante na época sem a consulta de jornais como *O Revérbero Constitucional Fluminense*, *O Despertador Brasiliense*, *O Espelho*, *A Malagueta*, *Correio do Rio de Janeiro*, sem falar no *O Patriota* e no grande *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*, redigido em Londres, de 1808 a 1822, por Hipólito da Costa, de tão larga influência.

Um exame atento dos documentos oficiais da fase dramática da Independência é absolutamente necessário: os manifestos de 1 e 6 de agosto de 1822, o último sobretudo, que exprime todo o ressentimento de três séculos de opressão colonial e a certeza de que chegara para o Brasil a hora de sua libertação.

Finalmente, para se ter um conhecimento em profundidade do estado econômico, social e político do país, ao cabo de três séculos de colonização, há um livro que se impõe – *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. Não se trata de obra que se enquadre precisamente na historiografia da Independência, mas seria do maior proveito lê-la com o vagar e a atenção que merece. O autor promete novos tomos, pois que o seu objetivo é “explicar o Brasil de nossos dias através da análise da sua evolução histórica desde as vésperas da independência”. A continuação da obra virá esclarecer certamente muitos pontos mal examinados do período de nossa história que vai de 1808 a 1822. Um deles, que está a pedir um exame detido, é o da influência inglesa na nossa emancipação. Há muito que pesquisar nessa matéria.

Primeiro Reinado

O Primeiro Reinado caracterizou-se por uma constante instabilidade política e social.

A preocupação maior dos homens que fizeram a Independência, com a transação da monarquia constitucional, foi manter e tornar mais vigorosa a unidade brasileira. Certo, esta não se reduziu a uma construção artificial dos estadistas da época, e tinha a prepará-la fatores vários de ordem econômica e cultural. Mas, em boa parte, tornou-se mais fácil graças à solução adotada: a permanência do príncipe regente, transformado em imperador, evitou sérios riscos de desmembramento do Brasil.

Não obstante, no reinado de D. Pedro I as crises se sucederam e assumiram às vezes aspectos dramáticos. Se triunfou a monarquia, se se conseguiu abafar as reivindicações mais extremadas – federalistas e republicanas – foi a princípio com um mínimo de repúdio da ideologia política divulgada no mundo ocidental com a vitória da Revolução Francesa. A Metternich o regime brasileiro pareceu “uma república onde todo o mundo governa”.

Dir-se-ia que as instituições liberais encontrariam plena expansão quando se reuniu a 3 de maio de 1823 a Assembleia Constituinte. Mas não seria assim: seis meses depois, o golpe de violência do monarca, dissolvendo-a, antes de concluída a grande lei esperada, deixou fora de dúvida o que D. Pedro I, a despeito do seu liberalismo sentimental, mais profundamente desejava – outorgar uma Constituição, sobrepondo-se ao país, arvorando-se em seu mandatário

presumido e exclusivo. E foi o que aconteceu. Veio a Constituição de 25 de março de 1824, dádiva do monarca. Era um diploma liberal, posto que concentrasse grande força na pessoa do imperador, a enfeixar dois poderes, o Executivo e o Moderador.

Não se resignaram, todavia, os mais radicais e fizeram a revolução de 1824, com a malograda Confederação do Equador, expressão das tendências mais profundamente nativistas do Nordeste brasileiro. Implacável foi a reação de D. Pedro I. Quem dissesse “amo a liberdade e se me visse obrigado a governar sem uma Constituição, imediatamente deixaria de ser imperador”, suspendeu as garantias das cartas que outorgara, não hesitou em armar cadafalsos e daí em diante governou quase sempre ao sabor dos seus impulsos.

A historiografia relativa ao Primeiro Reinado é menos importante do que a do período anterior. É preciso voltar à obra de Tobias Monteiro, *A Elaboração da Independência*. Aí se estuda com minúcias o que se poderia chamar de coroamento da ação emancipadora com a derrota dos redutos portugueses da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará. Os primeiros tempos do novo Império, os Andradas no governo, a reunião e a dissolução da Constituinte são apreciados sempre com o apoio de abundante documentação. Mas os julgamentos a respeito dos Andradas estarão longe de merecer adesão irrestrita.

Na continuação de sua *História do Império*, no tomo I, que tem o subtítulo “O Primeiro Reinado”, Tobias Monteiro examina judiciosamente a Constituição de 25 de março de 1824, escreve o que de melhor até agora existe sobre a revolução de 1824, embora subestimando o movimento liberal do Nordeste, e traça de modo admirável o quadro das negociações para o reconhecimento do Império. O tomo

II abrange com maior amplitude o reinado de D. Pedro I, estudando o que se poderia chamar de drama pessoal do monarca, isto é, o problema da opção entre a coroa herdada e a coroa americana, o estilo de reinar do jovem príncipe, as complicações da política interna e externa, a luta com o poder crescente do parlamento, as tragédias e comédias do grande erótico, o dissídio progressivo com a opinião liberal até o desfecho do 7 de abril. Embora não faltem a esse tomo II o apoio de rica documentação e algumas das melhores qualidades reveladas pelo autor nos seus livros anteriores, nota-se-lhe um certo cansaço, qualquer coisa que o coloca aquém do que se poderia esperar de obra tão longamente preparada. Se em seu conjunto o trabalho de Tobias Monteiro é o que mais aprofunda aspectos até agora menos versados do período histórico de que se ocupa, ainda assim deixa na sombra questões da máxima importância, como a influência da crise financeira no malogro do Primeiro Reinado e a do choque entre os elementos mais turbulentos das populações urbanas ou imbuídos de um pensamento político de maior arrojo e os que, defendendo a ordem, se colocariam quase sempre a serviço da grande propriedade rural.

A História do Brasil Desde o Período da Chegada da Família de Bragança em 1808 Até a Abdicação de D. Pedro I em 1831, do inglês João Armitage, continua a merecer o respeito dos estudiosos. Armitage veio para o Brasil como empregado de uma casa inglesa do Rio (filial de Philips, Wood & Cia., da Inglaterra) e aqui se pôs a observar a vida política e social do país. Cedo se tornou amigo de alguns dos jornalistas e homens públicos que almejavam a implantação das práticas liberais e democráticas, entre os quais Evaristo da Veiga. Decidido a escrever alguma coisa sobre os fatos cujo desenrolar presenciava, Armitage procurou o mais possível ser imparcial, extraíndo dos documentos e testemunhos o máximo de verdade. Seu

livro, sobretudo no que diz respeito aos sucessos entre 1828 e 1831, vale como o depoimento pessoal de um espírito lúcido e honesto. No inglês que acompanhou atentamente os sucessos dos dias turvos do fim do reinado de D. Pedro I e assistiu, como habitante do Rio de Janeiro, aos distúrbios, aos motins, às arruaças, às rusgas dos primeiros anos da Regência, houve o desejo sincero de fixar o que viu, de investigar as causas de tamanha agitação, de julgar com serenidade os homens que representaram os papéis mais importantes. Cronista arguto e de inteira boa-fé, Armitage poderá uma vez por outra ser menos exato ou menos justo, por falta de melhores informações ou por não ter conseguido vencer de todo as prevenções do tempo em que redigiu o seu livro. Mas isso acontece raramente. O trabalho histórico – trabalho de amador, feito, porém, com a maior consciência – desse comerciante inglês que se interessou deveras pela vida política do Brasil, tem incontestável merecimento. Alguns perfis, como o de Bernardo Pereira de Vasconcelos, abonam o seu senso crítico e o seu gosto literário. O ambiente do tempo é reconstituído com fidelidade e os julgamentos das personagens mais influentes – D. Pedro I, José Bonifácio, Evaristo da Veiga, Feijó, o já citado Vasconcelos – ainda hoje nos parecem muito próximos da verdade.

Os gabos que podem ser feitos ao pequeno, mas substancioso livro de Armitage, sobretudo no que diz respeito à exatidão dos informes e dados, não se ajustam à obra vasta de Pereira da Silva – *História da Fundação do Império Brasileiro*, continuada com o *Segundo Período do Reinado de Dom Pedro I no Brasil (1825-1831)*. Talvez se fale mal desses livros mais do que na realidade merecem. Mas é incontestável que inspiram confiança restrita pelos erros e enganos de fato e pela superficialidade de opiniões em que muitas vezes incidem.

Na bibliografia histórica do Primeiro Reinado não deverá passar sem menção o trabalho de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*. Uma reserva preliminar se impõe a esse livro: trata-se de obra de encomenda, escrita por incumbência do governo de então, de acordo com a portaria de 7 de janeiro de 1825, do ministro do Império Estevão Ribeiro de Resende, e dedicada ao imperador D. Pedro I. Homem sem dúvida de alto valor intelectual, Silva Lisboa fez com D. Pedro I o que já fizera com D. João VI: desandou no panegírico, numa tal preocupação de louvor desmedido, que lhe valeu, malgrado contestações de admiradores póstumos, a merecida fama de áulico, de adulador. Essa sua *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, extremamente rara, vale mais pelos documentos e atos oficiais que transcreve do que pelos juízos parciais que a excluem do rol dos verdadeiros trabalhos de historiografia. Falta-lhe distância dos acontecimentos. Falta-lhe independência de opinião.

O Primeiro Reinado Estudado à Luz da Ciência ou a Revolução de 7 de Abril de 1831 Justificada Pelo Direito e Pela História, de Luís Francisco da Veiga, já pelo título deixa entrever o seu feitio, o que realmente é: muito mais um panfleto do que uma obra histórica. Embora deva ser lido, porque ajuda a conhecer certos aspectos do reinado de D. Pedro I, é livro em que a paixão nem sequer busca disfarçar-se. O tom é nitidamente de obra partidária, de ataques enfáticos e de defesas cheias de calor. Há muita sinceridade em Luís Francisco da Veiga, mas há também um dos piores defeitos em quem se abalança a escrever trabalhos de historiografia: o vezo da declamação.

Alguns estudos especializados sobre aspectos do Primeiro Reinado colocam-se entre o que existe de melhor a respeito desse

período. É o caso por exemplo, de *O Reconhecimento do Império*, de Oliveira Lima, de *A Batalha do Passo do Rosário*, de Tasso Fragoso, de *Formação Constitucional do Brasil*, de Agenor de Roure, e de *História do Banco do Brasil*, de Afonso Arinos de Melo Franco. Não obstante o tom apologético, convém destacar pela documentação abundante de que se socorre *A Confederação do Equador*, de Ulisses Brandão. Outros ensaios, publicados de preferência na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, trazem bons subsídios para o esclarecimento de certas particularidades do reinado de D Pedro I. Menos valiosos não são os livros de Alberto Rangel – *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, *Textos e Pretextos*, *No Rolar do Tempo e Trasmonte*, ricos de documentação original.

A verdade, entretanto, é que ainda não apareceram estudos definitivos sobre essa fase da história do Brasil. O quinquênio de lutas de 1826 a 1831, desde a abertura da Assembleia Legislativa até a abdicação do primeiro imperador, está à espera de um exame mais atento e demorado. Há muitos problemas históricos exigindo a atenção dos estudiosos. Para só falar em três ou quatro dos mais interessantes, cumpriria apreciar: O recrudescimento do ardor nativista, quando se começou a pensar que a independência com o trono de D, Pedro I fora um equívoco, senão um ludíbrio; o acirramento do ódio contra os antigos dominadores, representados agora pelos portugueses do comércio, os “pés de chumbo”, sustentáculos da monarquia, por parte do elemento que se tinha na conta de genuinamente brasileiro, de vários tons de pigmentação, mestiços já em plena ascensão social ou, em maior número, constituindo um resíduo socialmente instável; a predominância política dos traficantes de escravos; os conflitos entre as influências urbanas e os interesses dos proprietários territoriais, senhores de engenho e fazendeiros; as

repercussões no Brasil dos movimentos de ideias e das mudanças políticas de outros povos. Os historiadores que se dedicaram à tarefa de esclarecer esses e outros pontos do Primeiro Reinado não poderão dispensar a consulta dos *Anais da Assembleia Constituinte de 1823*, da Câmara e do Senado, a partir de 1826, dos jornais do Rio de Janeiro e das principais cidades, das províncias – que manancial não é uma *Aurora Fluminense!* –, dos numerosos panfletos que então se publicaram. E a leitura dos livros dos viajantes estrangeiros que nos visitaram.

Regência

Inaugura-se no Brasil um dos períodos mais intensos e agitados de sua história – a Regência.

D. Pedro I abdicara em favor de seu filho, que contava apenas cinco anos de idade. Subsistiria a monarquia?

Salvo raras personagens mais apegadas à instituição por tradições de família, favores recebidos ou motivos de ordem sentimental, não havia no Brasil, principalmente na gente moça que em grande maioria assumia a direção política do país, partidários fervorosos do trono. Todos esses jornalistas, escritores e políticos que passaram a exercer funções de governo, tinham sido formados ao influxo da ideologia liberal, fosse de molde francês, inglês ou norte-americano; todos queriam governo representativo, garantias individuais. Os mais avançados iam francamente até a república, que era o figurino institucional do continente, e sonhavam com a federação, segundo o modelo adotado pelos americanos do norte.

Era inevitável, pois, a divisão, o dissídio, a formação de grupos ou partidos, conforme as tendências, num ou noutro sentido. E surgiram então os liberais-moderados e os liberais-exaltados. Estes, preponderantes na hora do preparo e do desencadeamento da ação revolucionária, no momento mesmo do triunfo tinham sido superados pelos primeiros. Repetindo a atitude de José Bonifácio e dos outros políticos da Independência, os “moderados”, pelos mesmos motivos, pelos mesmos receios de desmembramento e secessão,

evitaram a república, não quiseram “o governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra”, fazendo do 7 de abril a *journalée des dupes* dos liberais puros, como confessaria mais tarde um dos enganados do dia (Teófilo Otôni, *Circular aos Senhores Eleitores...*)

Nenhum dos liberais-moderados, dos que se opuseram ao estabelecimento do “governo do povo por si mesmo, na significação mais lata da palavra”, seria entusiasta do trono do imperador de cinco anos. Monarquistas práticos, sem unção, sem poesia, viam no trono um expediente político oportunista, qualquer coisa como um aparelho ortopédico destinado a consolidar a unidade do país, atacada por tantas forças de dispersão. Só por esses motivos de ocasião resistiram aos “exaltados”, recuaram talvez de propósitos anteriormente manifestados, e venceram.

Mas isso não aconteceu sem lutas aspérrimas, o país do norte ao sul em convulsões frequentes, motins e sedições se sucedendo, largos movimentos separatistas como a revolução farroupilha rio-grandense e a Sabinada, sangrentos levantes, mal disfarçando conflitos de classes ou de raças, como a Cabanagem, a Balaiada e a insurreição dos africanos na Bahia.

O estudo da época regencial, em sua maior parte, está ainda por fazer-se. Trabalhos abrangendo todo o quase decênio há apenas dois – *História do Brasil de 1831 a 1840 – Governos Regenciais Durante a Menoridade*, de Pereira da Silva, e *História Pátria – O Brasil de 1831 a 1840*, de Moreira de Azevedo.

Falar mal dos livros históricos de Pereira da Silva é como que obrigatório. Mas este, em que trata do período regencial, sem conseguir fixar-lhe os traços fundamentais, não será tão ruim, como se

diz, às vezes de oitiva. A leviandade de Pereira da Silva, por muitos exagerada, não o impediu de escrever um livro que ainda presta os seus serviços. Desde que se tenha o cuidado de conferir as informações que dá com os documentos do tempo, será de apreciável utilidade.

A obra de Moreira de Azevedo, história cronológica em que sumaria os principais acontecimentos de cada ano, desde a eleição da regência provisória a 7 de abril de 1831 até a proclamação antecipada da maioria de D. Pedro II a 23 de julho de 1840, menos minuciosa do que a de Pereira da Silva e por isso mesmo menos sujeita à equívocos, será também como aquela de consulta proveitosa. Moreira Azevedo, sem ter propriamente a paixão da pesquisa pessoal, documentava-se, lia jornais, discursos parlamentares e atos oficiais do tempo.

Outro livro cuja consulta deve ser recomendada é o de Aurelino Leal – *Do Ato Adicional à Maioridade*. Há nele algumas páginas de aguda penetração sobre a história constitucional e política dos tempos regenciais, o estudo consciencioso dos episódios culminantes, o esboço dos perfis dos homens mais influentes.

Quem pretender examinar minuciosamente certos movimentos insurrecionais da época da Regência não poderá prescindir de obras como *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará*, desde o ano de 1821 até 1835, de Domingos Antônio Raiol, *A História da Grande Revolução* (o ciclo farroupilha), de Alfredo Varela, *a Sabinada*, de Luís Viana Filho. O livro de Raiol, para o tempo em que foi escrito, é na verdade admirável, sobretudo por ter sabido vislumbrar o sentido de revolução social da Cabanagem; o de Varela, embora fastidioso e interminável, constitui

uma contribuição a que não se pode recusar merecimento; o de Luís Viana Filho expõe, com discernimento do historiador que busca os melhores documentos e sabe interpretá-los, as feições mais típicas do movimento baiano de 1837.

O certo, entretanto, é que, mais do que o Primeiro Reinado, a Regência está a exigir estudos em profundidade, estudos gerais e não apenas em torno de episódios. Para reconstituí-la, será necessário acentuar o imenso esforço de transição que a princípio a caracterizou, com a preservação da monarquia sem prejuízo das reivindicações liberais, com o estabelecimento de uma verdadeira república provisória, com o predomínio da Câmara dos Deputados. Mas o estudioso concluirá sem dificuldade que a experiência republicana não foi das mais animadoras: as taras que provinham da sociedade colonial, com o seu regime de propriedade e de trabalho, o seu binômio senhor e escravo, como que se exacerbaram em todas as suas conseqüências, no momento em que se pretendia dar às instituições liberais a amplitude preconizada pelos "exaltados". E o resultado foi realmente um estado quase generalizado de desordem.

Sinal inquietante, a estudar mais longamente, da quase anarquia da era regencial, se encontrará na indisciplina militar. O exército, no que dizia respeito propriamente à tropa, aos soldados, fora recrutado em grande parte naquele elemento da população ainda socialmente indefinido, sem posição estável, egressos do cativo, gente desocupada dos centros urbanos ou dos clãs rurais, indivíduos sem virtudes militares nem cidadãos, desvairados pela exaltação da vitória revolucionária. Grande parte da oficialidade reagiu e houve até, no Rio de Janeiro, a organização de um numeroso corpo de oficiais-soldados, composto de meio milhar de oficiais de todas as

patentes, que se colocou ao serviço do governo, na repressão das arruaças e motins. Mas a indisciplina militar constituiu uma das causas mais sérias das desordens do período regencial, forçando, como medidas extremas, a quase dissolução da tropa regular, e a criação, para substituí-la, da Guarda Nacional.

Outro ponto a desenvolver na história da Regência será o caráter social de vários dos seus movimentos revolucionários, de indissimulável luta de classes, como a Cabanagem, por motivo da opressão que os antigos dominadores, malgrado a independência política do país, continuaram a exercer sobre elementos menos favorecidos da população, mas já em fase de ascensão, desejosos de uma vida melhor.

Também necessitará de exame atento a reação conservadora que se operou mais nitidamente a partir de 1834 e atingiu ao auge em 1837 com a queda do regente Feijó e a subida ao governo do chamado partido do "regresso". Não se deverá investigá-la apenas nos seus aspectos políticos, cumprindo vê-la nos seus motivos mais profundos, como o triunfo dos que detinham no Brasil a propriedade territorial, dos senhores de engenho e fazendeiros, latifundiários e escravocratas. Convirá não esquecer que a despeito de toda a ideologia liberal levada a extremos, e da lei de 7 de novembro de 1831 que proibira o tráfico africano, os escravos continuaram a afluir, sempre em números ascendentes. (Entre 1830 e 1839 desembarcaram no Brasil mais de 400.000.) A lavoura do café tomara vulto, avassalara a província do Rio de Janeiro e começava a invadir as limítrofes.

Cresciam assim interesses que reclamavam ordem, estabilidade, autoridade resguardada. A prova estaria nas eleições de 1836, dando maioria aos "regressistas". Esboçava-se o futuro partido conservador

do Segundo Reinado apoiado na aristocracia rural, que passaria a predominar. A escolha de Pedro de Araújo Lima, em substituição de Feijó no lugar de regente, do futuro marquês de Olinda, tão expressivo daquela classe, era mais uma prova do novo rumo. O Nordeste, antes libertário, juntava-se ao Centro-Sul propugnador de uma autoridade mais forte. Os homens que governaram com Araújo Lima foram Bernardo Pereira de Vasconcelos, escravocrata confesso, com o seu refrão “a África civiliza o Brasil”, Honório Hermeto e Rodrigues Tôrres, ligados ao café fluminense.

Descobrirá o estudioso desse importante aspecto da fase regencial que, como já acontecera no Primeiro Reinado, os escravocratas, os componentes da denominada aristocracia rural, de mãos dadas com os traficantes de negros africanos, acabaram por predominar. E não poderá enganar-se com o golpe da maioria antecipada de D. Pedro II, promovido pelos liberais em 1840: ao poder voltaram naturalmente os “regressistas”, dentro de poucos meses, e fizeram-no mais forte, mais defendido por leis e reformas de espírito reacionário, que asseguraram, em meio de crises mais ou menos graves, o longo reinado do segundo imperador, cujo epílogo, numa coincidência a ser assinalada, logo se seguiu à abolição da escravidão no Brasil.

A história da Regência, feita mediante o exame atento dos pontos acima mencionados e de outros menos importantes, imporá a consulta dos jornais e panfletos do tempo (só os jornais montam a mais de 200, mas bastará ler a terça parte ou a metade deles), os *Anais* da Câmara e do Senado, os livros dos viajantes estrangeiros, as correspondências dos agentes diplomáticos acreditados no Rio de Janeiro, a sempre indispensável *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a do Instituto Histórico de São Paulo etc..

Bibliografia

a) Fontes manuscritas:

Arquivo do Castelo d'Eu (Museu Imperial), Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

b) Bibliografia impressa:

ABREU, JOÃO CAPISTRANO DE – *Capítulos de História Colonial*. 3ª ed., Rio, 1934.

AMERICUS – *Cartas Políticas*. Londres, 1825-26.

ARAÚJO, JOSÉ DE SOUSA AZEVEDO PIZARRO e – *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Rio, 1820.

ARMITAGE, JOÃO – *História do Brasil*. Rio, 1837.

AZEVEDO, MOREIRA DE – *História Pátria – O Brasil de 1831 a 1840*. Rio, 1884.

CARREIRA, LIBERATO DE CASTRO – *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Rio, 1889.

CARVALHO, AUSTRICLIANO DE – *Brasil-Colônia e Brasil-Império*. Rio, 1927.

CASTRO, OLEGÁRIO H. DE AQUINO e – “O Conselheiro Manuel Joaquim do Amaral Gurgel”, *R.I.H.G.B.*, tomo 41, parte II.

CUNHA, EUCLIDES DA – “Da Independência à República”, *R. I. H. G. B.* tomo 69.

DEBRET, JEAN BAPTISTE – *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet, São Paulo, s.d.

FRAGOSO, AUGUSTO TASSO – *A Batalha do Passo do Rosário*. Rio 1928.

FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO – *História do Banco do Brasil*, São Paulo, 1947.

FREITAS, AFONSO A. DE – “São Paulo no dia 7 de setembro de 1822”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 22.

GUIMARÃES, A. C. D’ARAÚJO – *A Corte no Brasil*. Porto Alegre, 1936.

HANDELMANN, HENRIQUE – “História do Brasil”, *R.I.H.G.B.*, tomo CVIII, vol. 162.

KOSTER, HENRY – *Travels in Brazil*. Londres, 1817.

LAGO, LAURÊNIO – *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*. Rio, 1938.

LEAL, AURELINO – *Do Ato Adicional à Maioridade*. Rio, 1915,

LIMA, MANUEL DE OLIVEIRA – *O Reconhecimento do Império*, Paris-Rio, 1901.

– *D. João VI no Brasil*. 2º ed. Rio, 1945.

– *O Movimento da Independência*. São Paulo, 1922.

LISBOA, BALTASAR DA SILVA – *Anais do Rio de Janeiro*, Rio, 1834-36.

LISBOA, JOSÉ DA SILVA – *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio, 1818.

– *Prosperidade do Brasil pelos Liberais Princípios da Nova Legislação*. Rio, 1811.

LUCCOCK, JOHN – *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Trad. de Milton da Silva Rodrigues, São Paulo, s.d.

MANCHESTER, ALAN K. – *British Preeminence in Brazil*. Chapel Hill, 1933.

MARTINS, ROCHA – *A Independência do Brasil*. Coimbra, 1922.

MAWE, JOHN – *Viagens ao Interior do Brasil*. Trad. de Solena Benevides Viana, Rio, 1944.

MONGLAVE, EUGÈNE DE – *Correspondance de Don Pedre Premier*. Paris, 1827.

MONTEIRO, TOBIAS – *História do Império – A Elaboração da Independência*. Rio, 1927.

– *História do Império – O Primeiro Reinado*. Tomo I, Rio, 1939, tomo II, Rio, 1946.

MORAIS, A. J. DE MELO – *Brasil-Reino e Brasil-Império*. Rio, 1871.

– *Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*. Rio, 1858-60.

NABUCO, JOAQUIM – *Um Estadista do Império*, 2ª ed., São Paulo, 1936.

OLIVEIRA, ANTÔNIO RODRIGUES VELOSO DE – *Memória sobre o Melhoramento da Província de São Paulo (...)*. Rio, 1822.

OLIVEIRA, JOSÉ JOAQUIM MACHADO DE – *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. Ed. Brasília Machado, São Paulo, s.d.

OTÔNI, TEÓFILO – “Circular”, *R.I.H.G.B.*, tomo 78, parte II.

POHL, JOÃO EMANUEL – *Viagem no Interior do Brasil*. Trad. de Teodoro Cabral, Rio, 1951.

PRADO JÚNIOR, CAIO – *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, 1942.

QUÉRARD, J. M. – *La France Littéraire ou Dictionnaire Bibliographique*. Paris, 1834.

RAIOL, DOMINGOS ANTÔNIO – *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará*. Rio, 1865.

RANGEL, ALBERTO – *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*. 2ª ed., Tours, 1928.

– *Textos e Pretextos*. Tours, 1926.

– *Trasanteontem*. São Paulo, 1943.

– *A Educação do Príncipe*. Rio, 1945,

ROCHA, JUSTINIANO JOSÉ DA – *Ação, Reação, Transação*. Rio 1914.

ROCHA, MANUEL RIBEIRO – *O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado*. Lisboa, 1758.

ROURE, AGENOR DE – *Formação Constitucional do Brasil*. Rio, 1914.

RUI, AFONSO – *História Política e Administrativa da Cidade do Salvador*.

SAINT-HILAIRE, AUGUSTE DE – *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Trad. de A. d'E. Taunay, São Paulo, 1932.

– *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Cathérine*, Paris, 1851.

– *Voyage dans le District des Diamants et sur le Littoral du Brésil*. Paris, 1833.

SANTOS, LUÍS GONÇALVES DOS – *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio, 1825.

SEIDLER, CARL – *Dez Anos no Brasil*. Trad. de Bertoldo Klinger, São Paulo, 1941.

SEIXAS, D. ROMUALDO ANTÔNIO DE – *Memórias*. Rio, 1861.

SILVA, INÁCIO ACIÓLI DE CERQUEIRA E – *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia, 1919-1940.

SILVA, LUÍS ANTÔNIO VIEIRA DA – *História da Independência da Província do Maranhão*. São Luís, 1862.

SILVA, J. M. PEREIRA DA – *História da Fundação do Império Brasileiro*. 2ª ed. Rio, 1877. – *História do Brasil de 1831 a 1840*. Rio, 1878.

SOUSA, ALBERTO – *Os Andradas*. São Paulo, 1922.

SOUSA, OCTÁVIO TARQUÍNIO DE – *José Bonifácio*. Rio, 1945.

SPIX, J. B. von E MARTIUS, C. F. P. von – *Viagem pelo Brasil*. Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer, Rio, 1938.

TAVARES, FRANCISCO MUNIZ – *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 3ª ed. revista e anotada por Oliveira Lima, Recife, 1917.

TOLLENARE, L. F. DE – *Notas Dominicais* – 1816, 1817, 1818. Recife, 1906.

VARELA ALFREDO – *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, 1933.

VARNHAGEN, FRANCISCO ADOLFO DE (Visconde de Porto Seguro) – *História Geral do Brasil*. 3ª ed., São Paulo, s.d.

– *História da Independência do Brasil*. Rio, 1917.

VEIGA, LUÍS FRANCISCO DA – *O Primeiro Reinado Estudado à Luz da ciência* (...). Rio, 1877.

VIANA FILHO, LUÍS – *A Sabinada*. Rio, 1938.

VILHENA, LUÍS DOS SANTOS – *Notícias Soteropolitanas e Brasília*. Bahia, 1922.

WALSH, REV. R. – *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres, 1830.

WEBSTER, C. K. – *Britain and the Independence of Latin America – 1812-1830*. Londres, 1938.

c) Periódicos e jornais:

Anais da Biblioteca Nacional.

Anais do Museu Paulista.

Anuário do Museu Imperial.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R.I.H.G.B.)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Astréia.

Aurora Fluminense.

Correio Brasiliense (O).

Diário do Governo.

Diário Fluminense.

Espelho (O).

Gazeta do Brasil.

Gazeta do Rio de Janeiro.

Malagueta (A).

Nova Luz Brasileira.

Patriota (O).

Repúblico (O).

Revérbero Constitucional.

Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande,

Silfo (O).

Tamoio (O).

Tribuna do Povo.

Universal (O).

d) Publicações oficiais:

Anais da Câmara dos Deputados.

Anais do Senado.

Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Rio, 1936.

Coleção de Leis do Brasil de 1820 a 1840.

Documentos Interessantes – Atas das Sessões do Governo Provisório de São Paulo. São Paulo, 1913.

História dos Fundadores do Império do Brasil

- Vol. I* José Bonifácio;
- Vol. II* A vida de d. Pedro I (tomos I, II e III);
- Vol. III* Bernardo Pereira de Vasconcelos;
- Vol. IV* Evaristo Ferreira da Veiga;
- Vol. V* Diogo Antônio Feijó;
- Vol. VI* Três golpes de Estado;
- Vol. VII* Fatos e personagens em torno de um regime.

SOBRE OCTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA

“A obra de Octávio Tarquínio de Sousa se incorporou definitivamente à nossa fisionomia cultural. Ele não passará. Será, daqui a séculos, uma expressão do Brasil.”

Afonso Arinos de Melo Franco

“A série que afinal constituiu a História dos Fundadores do Império, obra cuja importância na avaliação da realidade nacional o tempo só fará acentuar estudos que consagraram em Octávio Tarquínio o historiador que ele veio a ser e o homem público que nele vigilara.”

Carlos Lacerda

“Mestre da historiografia (...). É história calcada nos arquivos do tempo, afinada à melhor teoria contemporânea e redigida com suma probidade – a probidade desse grande homem de bem que é Octávio Tarquínio de Sousa, cujo empenho confessado é o de atingir ‘um máximo de exatidão e verdade: a verdade ao alcance da História’. É um livro que honra uma vida.”

Carlos Drummond de Andrade

“Erguida pedra sobre pedra, a obra do notável historiador desenvolveu-se vigorosa, ampla e meditada, ao longo de duas décadas. E toda ela foi lançada com o selo desta Editora [José Olympio], que teve o privilégio, ainda, não só do convívio de Octávio Tarquínio de Sousa como de sua inestimável colaboração, como diretor da Coleção Documentos Brasileiros, no período que vai do 19º ao 110º volume.”

José Olympio, editor



Baixe gratuitamente
este livro em seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

